



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL
MESTRADO MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONALIZANTE EM
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL**

JÚLIA TAÍS CAMPOS RIBEIRO DE OLIVEIRA

**ENTRE CRAVOS E GIRASSÓIS
PROPOSTA INCLUSIVO-SUSTENTÁVEL DE PARTICIPAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCADO DE BODIESEL**

Salvador

2009

JÚLIA TAÍS CAMPOS RIBEIRO DE OLIVEIRA

ENTRE CRAVOS E GIRASSÓIS

**PROPOSTA INCLUSIVO-SUSTENTÁVEL DE PARTICIPAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCADO DE BIODIESEL**

Dissertação apresentada ao Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, Faculdade de Administração, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre Profissional em Desenvolvimento e Gestão Social.

Orientador: Prof. Dr. Horácio Hastenreiter Filho

Salvador
2009

Escola de Administração - UFBA

- O48 Oliveira, Júlia Taís Campos Ribeiro de.
Entre cravos e girassóis: proposta inclusivo – sustentável de participação da agricultura familiar no mercado de biodiesel / Júlia Taís Campos Ribeiro de Oliveira. – 2009.
212 f.
- Orientador: Prof. Dr. Horácio Hastenreiter Filho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal da Bahia, Escola de Administração, Salvador, 2015.
1. Agricultura familiar – Brasil. 2. Biodiesel – Estudo de casos – Vale do Jequiçá (Mutuípe, BA). 3. Desenvolvimento sustentável.
4. Biocombustíveis. 5. Planejamento regional. 6. Política energética – Aspectos sociais. 7. Organizações não governamentais. I. Universidade Federal da Bahia. Escola de Administração. II. Título.

CDD – 338.18

JÚLIA TAÍS CAMPOS RIBEIRO DE OLIVEIRA

ENTRE CRAVOS E GIRASSÓIS
PROPOSTA INCLUSIVO-SUSTENTÁVEL DE PARTICIPAÇÃO DA
AGRICULTURA FAMILIAR NO MERCADO DE BIODIESEL

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento e Gestão Social, Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

Banca Examinadora

Horácio Hastenreiter Filho – Orientador _____

Doutor em Administração – UFBA

Universidade Federal da Bahia – Centro Interdisciplinar de Gestão Social

Telma Côrtez _____

Doutora em Geofísica pela Universidade de São Paulo

Universidade Federal da Bahia - Mestrado em Engenharia Ambiental Urbana da Escola Politécnica
Diretora de Fortalecimento Tecnológico Empresarial - Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado da Bahia (SECTI)

Gisele Ferreira Tiriyaki _____

Doutora em Economia - George Mason University - Estados Unidos

Universidade Salvador – UNIFACS – Mestrado em Regulação da Indústria de Energia

Cristina Maria Macêdo de Alencar _____

Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ/CPDA

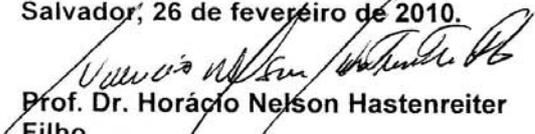
Universidade Católica do Salvador – UCSAL – Programa de Pós-graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social



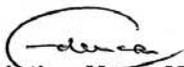
**ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE JÚLIA
TAÍS CAMPOS RIBEIRO DE OLIVEIRA ALUNA DO CURSO
DE Mestrado MULTIDISCIPLINAR E PROFISSIONAL EM
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO SOCIAL DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA.**

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro de dois mil e dez a Comissão Julgadora, eleita pelo Colegiado deste Centro Interdisciplinar em Desenvolvimento e Gestão Social da Universidade Federal da Bahia, composta pelo **Prof. Dr. Horácio Nelson Hastenreiter Filho** (EAUFBA) orientador da aluna, e pelos membros titulares **Prof^ª. Dr^ª. Cristina Maria Macêdo de Alencar** (UCSAL), **Prof^ª. Dr^ª. Telma Côrtes Quadros de Andrade** (SECTI) e **Prof^ª. Gisele Ferreira Tiryaki** (ECO/UFBA) se reuniram para julgar o trabalho de dissertação intitulado: “**Entre Cravos e Girassóis: Proposta Inclusivo-Sustentável de Participação da Agricultura Familiar no Mercado de Biodiesel**” de autoria de **Júlia Taís Campos Ribeiro de Oliveira**. Após a apresentação da dissertação da mestranda foi submetido à arguição pela comissão julgadora e ao debate. Em seguida, a comissão julgadora reuniu-se para analisar e avaliar o referido trabalho, chegando a conclusão que este merece ser *aprovado* Nada mais havendo a ser tratado, esta Comissão Julgadora encerrou a reunião da qual lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, vai assinada por mim, orientador, pelos demais membros da comissão e pelo mestrando.

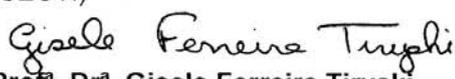
Salvador, 26 de fevereiro de 2010.


**Prof. Dr. Horácio Nelson Hastenreiter
Filho**
EAUFBA (Orientador)


**Júlia Taís Campos Ribeiro de
Oliveira**
(mestranda)


Prof^ª. Dr^ª. Cristina Maria Macêdo de Alencar
(UCSAL)


Prof^ª. Dr^ª. Telma Côrtes Quadros de Andrade
(SECTI)


Prof^ª. Dr^ª. Gisele Ferreira Tiryaki
(ECO/UFBA)

À minha avó, Aurora,
meus pais, irmão e esposo,
com amor

AGRADECIMENTOS

Destaco algumas pessoas e instituições que foram fundamentais para a realização deste percurso de aprendizado, troca, crescimento, angústia, alegrias que representou esse mestrado.

Meu pai, Toni, mãe, Cristina, irmão, Arthur e avó, Aurora, que investiram, sofreram, rezaram, vibraram, se angustiaram e festejaram a cada pequena conquista... essa conquista também pertence a eles. Vandilson, meu esposo, homem batalhador e companheiro, que há 14 anos vive, sofre e alegra-se com meus projetos e aventuras.

Maria do Carmo, querida amiga que, acreditando no meu potencial, foi incansável em me incentivar a seguir meus estudos com o mestrado e tornou-se, cada vez mais, próxima e importante na minha vida. À Ruthy Laniado, quem tive oportunidade de conhecer quando fui aluna especial na disciplina que ministrou no mestrado em sociologia, também atribuo um grande encorajamento e parceria desde o ingresso à boa parte da elaboração da presente dissertação.

Elenaldo Teixeira, com quem pude conviver por apenas dois anos, mas sou imensamente grata à vida pela oportunidade ímpar de ter sido acolhida por esse grande mestre e eterno aprendiz. Uma das primeiras pessoas a me acolher em Salvador, permanecerá presente na minha memória e coração, impresso na minha vida e nos meus trabalhos. Neyde Marques, para quem o “céu” ainda festeja a sua chegada... alguém que transbordou luz, alegria, sabedoria, vida... sem dúvida, em todos ela provocava a alegria de viver e de dar o melhor de si!

O dia-a-dia seguramente teria sido muito mais desgastante se não houvesse a parceria da Rita, mulher guerreira que faz da distância da minha família um pouco mais amena pelo apoio sincero, amigo e cumplicidade crescente com que me presenteia todos os dias há sete anos. Não é tarefa fácil retribuí-la...

Outros amigos do próprio mestrado ou não foram importantes nesta caminhada... Amizades que lá se iniciaram e que agora seguem para fora dos muros acadêmicos... Não citarei cada um, mas apenas Zélia, pela presença sempre carinhosa nos momentos de cada um de nós da turma. Maristelma, Ada e amigos, que partilham comigo o ideal da unidade e da fraternidade universal... sem essa família teria sido impossível seguir buscando ser um contributo para a sociedade através da minha prática profissional e acadêmica.

À Fátima Nascimento e ao Elo, que possibilitaram o contato com um novo campo de discussão, até então pouco familiar à minha trajetória, mas que resultou no presente trabalho. Um agradecimento adicional por viabilizarem a pesquisa documental e a utilização dos dados necessários para ilustrar os temas discutidos.

Uma investigação não se faz sem a parceria dos sujeitos implicados no objeto estudado. Um agradecimento carinhoso e especialíssimo àquela turma de Mutuípe – Cristina, Erasmo, Gildásio, Marco, Gilda do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; ao

prefeito, Carlinhos, e à secretária de saúde, Izabel; pessoal da Ceplac e da EBDA, à Diva da Fetraf de Salvador, com quem troquei as primeiras idéias para a realização da pesquisa empírica para este trabalho; e, sobretudo, a cada agricultor e agricultora que me recebeu e dispôs do seu tempo para contribuir para “fortalecer a agricultura familiar”, como dito por eles. Vale o registro e o agradecimento às caronas do sindicato e da prefeitura (através do CEPLAC), sem as quais teria sido impossível localizar os agricultores.

Tenho a satisfação de estender esses agradecimentos à Gisele Tiryaki e aos profissionais do Grupo em Regulação, Gestão e Desenvolvimento Sustentável, ligado ao mestrado em Regulação da Indústria de Energia, da Unifacs: um grupo multidisciplinar que realiza um grande esforço de interdisciplinariedade. Pessoas que me acolheram, me ensinaram e se permitiram novos olhares a partir de minha singela contribuição do ponto de vista da Gestão Social. Também agradeço por viabilizarem a realização do trabalho de campo que esteve estreitamente relacionado aos demais trabalhos sob minha responsabilidade.

Horácio, meu orientador, que não apenas me socorreu para o devido cumprimento desta dissertação, como se colocou como importante e crítico aliado na elaboração da mesma.

Ao departamento, professores e funcionários do CIAGS, que possibilitaram a realização do curso e, finalmente, à Fapesb, instituição através da qual obtive um amparo financeiro fundamental que permitiu realizar as pesquisas necessárias para a construção desta dissertação.

A todos e cada um, meu reconhecimento e imenso obrigada!

Espremidas territorialmente e
com poucas alternativas econômicas,
as famílias do campo brasileiro
continuam em processo de êxodo rumo às cidades.

A chamada migração de retorno
não reinstala no campo o camponês,
e sim o profissional que pode participar
dos processos do agrobusiness.

E assim as grandes massas de camponeses deslocados
(por fazendas, hidrelétricas, indústrias etc.)
continuam contribuindo para a favelização das grandes e
mesmo das médias e pequenas cidades.

O fenômeno correspondente a isso, no meio rural,
é a desertificação humana que estamos verificando.

Além de vazio de matas e biodiversidade,
o campo brasileiro está se tornando vazio de seres humanos.

Jean Pierre Leroy

OLIVEIRA, Júlia Taís Campos Ribeiro de. Entre Cravos e Girassóis.... Salvador, 2009. 212 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia - Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, 2009.

RESUMO

A conjuntura brasileira acerca da produção de biodiesel insere-se em uma intensa corrida mundial de produção de matrizes energéticas renováveis, levando o país a se destacar com um grande potencial para o desenvolvimento de novas tecnologias e produção de biocombustíveis. Esse potencial advém de seus recursos naturais, bem como da trajetória que o consagrou no segmento com o etanol, que, no entanto, intensificou a pobreza e a degradação ambiental no espaço rural. Com o Plano Nacional de Produção e Uso de Biodiesel - PNPB, instituído em 2004, e regulamentado em 2005, procurou-se arquitetar uma conciliação das demandas por produção de biomassa e por geração de renda de pequenos e médios agricultores familiares e assentados da reforma agrária. A presente dissertação-projeto avaliou o processo de integração da agricultura familiar à cadeia produtiva do biodiesel, a partir do estudo de caso do município de Mutuípe (Vale do Jiquiriçá-Bahia), nos anos de 2007 e 2008, período em que se iniciou o envolvimento dessas famílias, tomando como parâmetro a reunião/estruturação de condições para promoção de um desenvolvimento territorial sustentável. Como principal contribuição no âmbito da gestão social, procurou-se sistematizar um Arranjo Inclusivo-Sustentável a partir do exame das críticas e propostas elaboradas no âmbito das organizações sociais acerca do envolvimento de famílias agricultoras na produção de biocombustíveis. Espera-se, com isso, contribuir para criar ou reforçar ações e políticas públicas que visem à auto-sustentabilidade e ao empoderamento das famílias agricultoras.

Palavras-chave: agricultura familiar, organizações sociais, biocombustíveis, biodiesel, desenvolvimento sustentável, desenvolvimento territorial.

OLIVEIRA, Júlia Taís Campos Ribeiro de. Entre Cravos e Girassóis.... Salvador, 2009. 212 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia - Programa de Desenvolvimento e Gestão Social, 2009.

ABSTRACT

The Brazilian situation on the production of biodiesel is part of an intense global race to produce renewable energy matrices, bringing the country stand out with a great potential for the development of new technologies and biofuels. This potential stems from its natural resources and the path that made him famous in the segment with ethanol, which, however, has increased poverty and environmental degradation in rural areas. With the National Plan for Production and Use of Biodiesel - PNPB, established in 2004 and regulated in 2005, tried to architect a conciliation of demands for biomass production and income generation for small and medium farmers and agrarian reform. This thesis-project evaluated the process of integration of family farms to the biodiesel production chain, from the case study of the city of Mutuípe (Jiquiriçá Valley-Bahia), in the years 2007 and 2008, a period that began the involvement of these families, taking as parameter the meeting/structuring conditions for the promotion of sustainable territorial development. The main contribution in the context of corporate management, it was a systematic arrangement-Inclusive Sustainable from the examination of criticisms and proposals developed in the context of social organizations and academia about the involvement of farming families in biofuel production. It is hoped, thereby, help to create or strengthen actions and policies aimed at self-sustainability and the empowerment of farm families.

Keywords: family agriculture, social organizations, biofuels, biodiesel, sustainable development, territorial development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Etapas de produção de biodiesel, segundo o MDA	32
Figura 2	Mecanismos para inserção da agricultura familiar na cadeia do biodiesel (MDA),	36
Figura 3	Organização dos Pólos de Biodiesel nos Estados	37
Quadro 1	Tipologia da agricultura familiar no Brasil	45
Quadro 2	Agricultura Familiar no Brasil e na Bahia	53
Esquema 1	Pressupostos para a sustentabilidade da agricultura familiar em relação à proposta governamental de produção de biodiesel	66
Figura 4	Zoneamento e produção de Girassol na Bahia	77
Figura 5	Triangulação dos dados: síntese das técnicas utilizadas na pesquisa	80
Quadro 3	Relação das variáveis, segundo os objetivos específicos e os parâmetros utilizados	87
Quadro 4	Características das famílias entrevistadas	88
Figura 6	Famílias entrevistadas capacitadas e contratadas	92
Quadro 5	Perfil dos agricultores familiares CONTRATADOS	97
Quadro 6	Perfil dos agricultores familiares NÃO CONTRATADOS	99
Quadro 7	Recado dos agricultores sobre o plantio de oleaginosas	150
Esquema 2	Auto-desenvolvimento: Agregação de valor e Sustentabilidade	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Alíquotas de PIS/PASEP e de Cofins aplicadas ao biodiesel	34
Tabela 2	Percentuais regionais de aquisição de matéria-prima para obtenção do Selo Combustível Social	35
Tabela 3	Caracterização do Município de Mutuípe	71
Tabela 4	Técnicas de coleta de dados e fontes de pesquisa	81
Tabela 5	Categorias de análise e indicadores	82
Tabela 6	Argumentos favoráveis mencionados pelos agricultores contratados	109
Tabela 7	Aspectos favoráveis ao esmagamento e sua relação com os pressupostos do Modelo Inclusivo-Sustentável	135
Tabela 8	Ações coletivas existentes na comunidade	140
Tabela 9	Referência para a definição do preço do girassol para a safra 2008/2009 – Contrato Petrobras – agricultores familiares de Mutuípe	149
Tabela 10	Cálculo do preço do girassol para a safra 2008/2009 – Contrato Petrobras – agricultores familiares de Mutuípe.	149
Tabela 11	Síntese das respostas dos agricultores contratados, segundo as categorias de análise	149
Tabela 12	Argumentos favoráveis mencionados pelos agricultores não contratados.	155
Tabela 13	Relação das críticas dos agricultores não contratados com os pressupostos do Modelo Inclusivo-Sustentável	156

SIGLAS E ABREVIATURAS

ACI - Aliança Cooperativa Internacional

ANP – Agência Nacional de Petróleo, Gás e Biocombustíveis

APARA - Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Amargosa

CEPAL - Comissão Econômica para América Latina

COCEAGRO - Cooperativa Central Agroindustrial Noroeste

COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social

CONTAG – Confederação dos Trabalhadores da Agricultura

COOPERBIO - Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil

COOPERMIL – Cooperativa Mista São Luiz Ltda

COMTUL - Cooperativa Mista Tucunduva Ltda

COTRIMAIO - Cooperativa Agro-pecuária Alto Uruguai Ltda

COPATAN - Cooperativa de Comercialização dos Agricultores Familiares

DLS – Desenvolvimento Local Sustentável

DRS – Desenvolvimento Regional Sustentável

EBDA – Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola

ELO – Ligação e Organização

FAO - Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

FAPESB – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia

FETRAF – Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

INSEE - Institut National de La Statistique et des Études Économiques

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MPA – Movimento dos Pequenos Agricultores

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

OMB – Office of Management and Budget

ONG – Organização Não-Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PETROBRAS –Petróleo Brasileiro S.A.

PlanSeQ – Plano Setorial de Qualificação

PIS - Programa de Integração Social

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PNPB – Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel

REBRIP – Rede Brasileira pela Integração dos Povos

SEAGRI – Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária

SUAF – Superintendência da Agricultura Familiar

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

	APRESENTAÇÃO	18
1	INTRODUÇÃO	20
2	BIOCOMBUSTÍVEIS NA ORDEM GLOBAL	24
2.1	PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL	25
2.2	PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL – PNPB	29
2.2.1	A dimensão social do PNPB	33
3	O ESPAÇO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR	39
3.1	NOVAS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL	40
3.2	AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NA BAHIA	52
3.3	TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO	55
3.3.1	Considerações para um Arranjo Inclusivo-Sustentável	59
4	METODOLOGIA	64
4.1	PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS PARA O TRABALHO DE CAMPO	65
4.2	CAMPO EMPÍRICO	70
4.2.1	Caracterização do município de Mutuípe (Bahia)	70
4.2.2	A escolha do lugar	73
4.3	ABORDAGENS UTILIZADAS	78
4.3.1	Um estudo de caso e análise qualitativa	78
4.3.2	Categorias de análise	82
4.3.3	Dados primários	83
4.3.4	Dados secundários	88
5	RESULTADOS	90
5.1	PERFIL DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS	91
5.2	ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES CONTRATADOS	102
5.2.1	Formas de envolvimento do agricultor familiar	106
5.2.2	Opinião/percepção do agricultor em relação ao PNPB	108
5.2.3	Avaliações e sugestões para o PNPB	111
5.2.4	Princípios de sustentabilidade e autonomia da agricultura familiar	118
5.2.5	Proposta de esmagamento	131
5.2.6	Relação do agricultor com a sua comunidade	137

5.2.7	Ascensão econômica-social	145
5.2.8	Relevância do programa para o desenvolvimento da agricultura familiar	150
5.3	ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES NÃO CONTRATADOS	154
5.3.1	Formas de envolvimento do agricultor familiar	154
5.4	ASPECTOS MAIS RELEVANTES DA PESQUISA DE CAMPO	160
5.5	COMO TORNAR O PNPB MAIS EFETIVO	163
6	ELEMENTOS PARA CONCLUSÃO	167
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	173
	ANEXOS	181

APRESENTAÇÃO

Embora venha de uma trajetória pessoal e profissional com forte ênfase em temas relacionados à questão urbana, a aproximação da discussão acerca da produção de insumos para o biodiesel pela agricultura familiar descortinou para mim um novo contexto de reflexão, políticas e possibilidades, presentes na relação entre os mundos rural e urbano. A escolha de um tema para a dissertação representou certa angústia, pois estava relacionada com o desejo de fazer com que, mais do que atender ao requisito acadêmico formal para conclusão do mestrado, a investigação respondesse a uma demanda da realidade de segmentos mais fragilizados do ponto de vista social e econômico. Por isso, a reflexão aqui desenvolvida me é extremamente cara, pois representa a opção pela vida de milhares de pessoas concretas, sofridas, preteridas, alijadas e ao mesmo tempo capazes, criativas, fortes, autênticas.

O biodiesel, como combustível de matriz energética limpa, não possui o mesmo status de relevância no contexto internacional como aparentemente ocorre no Brasil. Em realidade, consta como uma alternativa transitória em meio a outras possibilidades de produção de energia em curso, sobretudo pelo fato de ser um país com disponibilidade de terra, mão-de-obra e clima adequado para serem destinadas à produção de biocombustíveis. Somam-se a isso, as recentes descobertas de jazidas de petróleo na costa brasileira e africana, o desenvolvimento de tecnologia adequada à exploração da camada pré-sal, além da surpreendente e vertiginosa queda do preço do barril do petróleo, em 2008, que inviabilizou o preço praticado para a venda de biodiesel ao consumidor final.

No entanto, o que pode ser medido em frações de século na vida de uma nação, também se mede em gerações de famílias agricultoras comprometidas, com cada ano de perdas e de ausência de investimentos e as conseqüentes implicações

no desenvolvimento dos territórios e regiões, como se percebe observando o que representou a experiência do Pró-Álcool na década de 70, no Recôncavo Baiano. Aragão (1987) lembra que a exploração da cana-de-açúcar foi o meio de ocupação e colonização do país, que tinha o papel de atender ao mercado externo europeu. Na segunda metade do século XX, a nova utilização da produção da cana-de-açúcar, liderada pela Petrobras, através do Programa do Álcool, ao buscar responder a uma demanda por autonomia energética, no contexto de crise do petróleo, impactou negativamente nas estruturas sociais dos territórios onde prevalecia, gerando pobreza e fome, configurando o que a autora define como uma nova modalidade de “escravidão de libertos” (ARAGÃO, 1987, p. 87). Vinte anos depois, a realidade nos canaviais, quando não-mecanizados, segue impondo um cenário de trabalhadores, em sua maioria jovens, em situação de verdadeira degradação. Novaes et al (2007) denunciam a existência de uma busca por “campeões de produtividade”, isto é, trabalhadores que têm a obrigação de cortar 10 toneladas de cana-de-açúcar por dia em ritmo alucinante: “os trabalhadores ficam no limite da sua capacidade física, (...) as mãos incham, as tendinites e as bursites incomodam. As dores são insuportáveis, mas (...) é preciso fazer a produção, caso contrário vem a “poda”, a demissão.” (NOVAES, 2007, pg. 4).

Entre Cravos e Girassóis: Proposta Inclusivo-Sustentável de Participação da Agricultura Familiar no Mercado de Biodiesel provoca o confronto entre as demandas inerentes à condição de sujeitos da agricultura familiar – metaforizadas pelo cultivo do cravo, cultura tradicional no campo empírico desta investigação - e às novas demandas sociais, ambientais, energéticas que ora lhe são impostas – representadas pelo cultivo do girassol. Dialoga com as questões de segurança alimentar, preservação ambiental, tecnologias sociais e geração de renda colocadas pelos movimentos e organizações sociais nacionais e internacionais. Finalmente, busca propor princípios, parâmetros, condições que viabilizem, mais do que políticas de produção para o mercado externo e interno, políticas – governamentais ou não – de desenvolvimento territorial sustentável e incluyente.

1 INTRODUÇÃO

O prazo estabelecido pelo governo brasileiro de adição obrigatória de 2% de biodiesel ao diesel fóssil para janeiro de 2008 gerou uma intensa busca pela produção de oleaginosas (girassol, algodão, mamona, pinhão-manso, dendê, entre outras) oriunda da agricultura familiar. A atenção dada a essa modalidade de agricultura – peculiar ao caso brasileiro - deveu-se à promulgação da lei que abate impostos trabalhistas das empresas produtoras de óleo vegetal que adquirem matéria-prima desse segmento. Como consequência, foram firmados contratos dessas empresas diretamente com os pequenos agricultores e cooperativas (inclusive organizações ligadas aos movimentos sociais e sindicatos), onde os contratados se comprometeram em fornecer os grãos de oleaginosas – especialmente mamona – para fins energéticos.

Embora se trate de uma política energética, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel - PNPB é defendido pelo governo federal como uma importante estratégia social, por favorecer a integração da pequena família agricultora. A contribuição social constitui um dos pilares do tripé que justifica a sua existência: social, ambiental e econômico. Entretanto, se a organização da produção do ponto de vista industrial contou com certa agilidade para responder aos prazos legais fixados, assim como os grandes produtores agrícolas, a política de biodiesel não obteve uma resposta satisfatória por parte da agricultura familiar em termos de produção de oleaginosas, uma vez que o grão que abasteceu esse mercado em 2008 foi o da soja¹, fornecido maciçamente pela agroindústria do Centro Oeste e, minimamente, pela agricultura familiar do sul do país.

¹ A previsão era soja (59%), mamona (26%) e outras, incluindo o sebo animal, (15%) (MME, 2007). Em 2007, a soja foi a matéria-prima para 55% do biodiesel produzido no Brasil, a mamona representou 20% e o restante dividiu-se entre outras oleaginosas como o nabo forrageiro e o dendê (OLIVEIRA, 2007). A produção de soja é baseada na monocultura extensiva, isto é, altamente mecanizada e concentradora de renda, portanto, na contra mão da proposta de inclusão social preconizada no programa de biodiesel.

Esse fato indica que o programa de biodiesel, particularmente nos Estados do Nordeste, pode não produzir os efeitos que se propõe: com um grande contingente de famílias agricultoras vivendo em condições de pobreza ou miséria, sobrevivendo graças às políticas sociais (Bolsa-família e Previdência Social) e à complementação de renda por atividades não-rurais, como garantir condições sustentáveis de vida e geração de renda? Quais são as condições reais em termos de investimento e força de trabalho existentes? Cabe ao mercado de oleaginosas e de óleo vegetal garantir a geração de renda para as famílias agricultoras e seu entorno ao ponto de suscitar novas oportunidades no espaço rural conseguindo, por exemplo, mitigar o processo de migração para os grandes centros urbanos? Como, de fato, o programa pode favorecer a inserção dessas famílias na referida cadeia e o que foi feito nesse primeiro momento?

Questões como essas, que buscam examinar os obstáculos e as possibilidades criadas com o programa de biodiesel, são o ponto de partida da presente dissertação, elaborada na premissa de que o **desenvolvimento tecnológico da produção de biodiesel deve ser traduzido em tecnologia social capaz de fomentar o desenvolvimento de comunidades agricultoras e do território onde estão inseridas.**

Sob essa perspectiva e à luz das propostas do Programa Nacional de Produção de Biodiesel (PNPB), o objetivo geral desta dissertação foi **avaliar o processo de integração da agricultura familiar à cadeia produtiva do biodiesel, a partir do estudo de caso do município de Mutuípe (Vale do Jiquiriçá-Ba).**

Por tratar-se de um programa vinculado ao mercado nacional e mundial de energia renovável com um forte viés social e justificativa ambiental, tomou-se como parâmetro a reunião/estruturação de condições para promoção de um desenvolvimento territorial sustentável.

Os objetivos específicos a seguir operacionalizam o objetivo geral descrito:

- Identificar como se configuram as expectativas da família agricultora em relação ao PNPB;

- Identificar os problemas enfrentados pelas famílias no primeiro momento de produção para o PNPB (assinatura do contrato, recursos, assistência técnica; insumos e resultados);
- Identificar se a família incorpora ou pretende incorporar em sua prática princípios de sustentabilidade (como segurança alimentar, técnicas agroecológicas, diversificação da produção)
- Verificar a percepção de lideranças locais (dirigentes públicos, sindicais e das associações) sobre a proposta de esmagamento dos grãos pela agricultura familiar;
- Verificar o estágio atual da comunidade em termos de organização para a produção

Estrutura do trabalho

A conjuntura rural brasileira acerca da produção de biodiesel, acima descrita, insere-se em uma intensa corrida mundial de produção de matrizes energéticas renováveis, levando o Brasil a se destacar com um grande potencial para o desenvolvimento de novas tecnologias e produção de biocombustíveis (etanol e biodiesel)². O **primeiro capítulo** da presente dissertação-projeto aprofunda esse contexto, onde os esforços em implementar uma política pública de promoção da inclusão social no campo, associada à construção de tecnologias de produção de energia, fazem com que o país acumule *Know-how* capaz de contribuir com a criação de novos arranjos produtivos na zona rural.

O **segundo capítulo**, com base no referencial teórico, analisa as mudanças que conformam o espaço rural contemporâneo, evidenciando o papel das atividades não-agrícolas na reprodução da família agricultora. Em um segundo momento, o capítulo caracteriza a agricultura familiar no Brasil e na Bahia, problematizando a inserção de comunidades rurais em uma política energética.

² Criação do Programa Nacional do Alcool (Proálcool), em 1975; descoberta do biodiesel a partir da semente do algodão, em 1978, pelo professor Expedito Parente, da Universidade Federal do Ceará, e, atualmente, com o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB).

Contribui para uma análise do ponto de vista da gestão social ao propor a abordagem de desenvolvimento territorial como recurso analítico para valorização do local, superando a dicotomia rural-urbano, dos recursos existentes (naturais, adquiridos, construídos, tangíveis ou intangíveis) e, especialmente, dos sujeitos pertencentes ao território. Finalmente, examina a experiência de uma comunidade da agricultura familiar, no interior de São Paulo, produtora de óleo vegetal em uma estratégia que seus membros designam por auto-desenvolvimento.

A metodologia e as diferentes fontes utilizadas na pesquisa são apresentadas no **terceiro capítulo**, que sistematiza a caracterização de um Arranjo Inclusivo-Sustentável a partir do exame das críticas e propostas elaboradas no âmbito das organizações sociais e da academia acerca do envolvimento de famílias agricultoras na produção de biocombustíveis. A análise dos resultados da pesquisa de campo e do material de outras fontes reunido à luz dos pressupostos do referido Arranjo pode ser conferida no **capítulo quatro**.

Na **conclusão**, foram reunidas as principais recomendações para o aprimoramento da gestão social do Programa, a fim de que articule com mais qualidade as demandas sociais das comunidades da agricultura familiar e as demandas de cunho energético nas escalas local, regional e global.

2 BIOCOMBUSTÍVEIS NA ORDEM GLOBAL E NO BRASIL

As perspectivas de encarecimento da exploração das reservas de petróleo aumentam, ao passo que se torna cada vez maior o consumo de energia em virtude dos padrões de vida e tecnologia da sociedade atual³. Por outro lado, há a necessidade urgente de diminuir a emissão de gases responsáveis pelo efeito estufa e a antecipação de soluções aos prováveis conflitos mundiais das próximas décadas, que terão por finalidade a conquista do monopólio do petróleo (e de outras fontes de energia). Essas questões estão entre as principais motivações para a produção de biocombustíveis.

Estudioso do tema, Ignacy Sachs⁴ defende que tal produção figura como solução para os problemas ambientais, políticos e sociais em um século cujos três desafios cruciais são: prover trabalho digno para todos, incluindo 2,5 bilhões de pequenos agricultores e suas famílias; arrefecer o aquecimento global; e libertar a humanidade dos perigos da geopolítica do petróleo (SACHS, 2005).

Apesar de reconhecer esses desafios como demandas urgentes, nos últimos anos, a ONU vem condenando a destinação de terras para produção de plantas para os biocombustíveis, alertando para o perigo da concorrência com a produção de alimentos. Para a Organização, seria essa a causa do aumento do preço dos alimentos nos anos anteriores à crise econômica recente, levando ao

³ A previsão é que se repita a experiência vivida com o carvão. No caso do petróleo, a sua substituição por outras matrizes energéticas resultará na sua utilização apenas para fins nobres. Obs: A recente descoberta de uma enorme jazida de petróleo abaixo da camada de sal no litoral brasileiro, embora seja considerada a fonte de riqueza das gerações futuras, no momento o custo elevado de exploração e uso ainda inviabilizam sua aplicação como combustível.

⁴ Economista que sistematizou o conceito de ecodesenvolvimento, cuja inspiração é atribuída a Maurice Strong.

agravamento da situação de quase um bilhão de pessoas que passam fome no mundo.

Embora a preocupação seja crucial, o problema da fome não se deve à escassez de alimento, mas ao acesso ao mesmo, conforme diagnosticam a Comissão Econômica para América Latina - CEPAL e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO no documento 'Oportunidades e riscos do uso da bioenergia para a segurança alimentar para a América Latina e o Caribe'. Esse e outros estudos anteriores mostram, em essência, que os impactos na segurança alimentar serão diferenciados a depender da tecnologia adotada, da estrutura de mercado e das políticas empreendidas para a bioenergia. Ao lado das condições objetivas, asseguram a "necessidade de construir um marco institucional próprio que poderá inclusive alterar as políticas e as tecnologias adotadas para permitir um desenvolvimento mais harmônico do sistema produtivo" (CEPAL/FAO, 2007, p. 2).

Necessariamente, a escolha da cultura para os biocombustíveis deve contemplar o grau de importância da mesma na alimentação de um povo. Como é o caso do milho para a produção de etanol nos Estados Unidos, que impactou fortemente no preço do alimento no México, agravando a situação de insegurança alimentar das pessoas mais pobres daquele país. No Brasil, pode-se citar a importância do amendoim no Estado da Bahia. Avalia-se que, destinar essa oleaginosa para a produção do biodiesel elevaria muito o preço desse importante item na alimentação dos baianos.

2.1 PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS NA AMÉRICA LATINA E NO BRASIL

O problema da insegurança alimentar ainda é bastante relevante para a América Latina e o Caribe. Os altos índices de pobreza - existem 209 milhões de pessoas que vivem em condições de pobreza (39,8% da população), 81 milhões na condição de pobreza extrema ou de indigentes (15,4% da população)⁵, 52,4 milhões

⁵ CEPAL. 2006. Panorama Social da América Latina 2006. Comissão Econômica para América Latina e o Caribe. Dezembro de 2006, apud CEPAL/FAO, 2007.

de subnutridos (10% da população total)⁶ - fazem com que a população não suporte uma concorrência de preços dos alimentos com os biocombustíveis. Porém, no caso brasileiro, há um fator especialmente agravante, uma vez que a agricultura familiar, responsável pela produção de 85% dos vegetais no país⁷, está sendo convocada a produzir matéria-prima para o biodiesel (MDA, 2005).

Nesse caso, a substituição da produção de alimentos por monoculturas de oleaginosas em pequena escala corre o risco de acontecer justamente entre aqueles que abastecem o mercado nacional de alimentos (especialmente hortaliças, frutas e animais de pequeno porte). As críticas que alertam que o investimento nos biocombustíveis levará ao abandono das culturas alimentícias e ao conseqüente encarecimento desses produtos, portanto, tornam-se procedentes se não houver políticas de capacitação, subsídio e financiamento da produção de alimentos, não apenas das oleaginosas.

Sujeitando-se a substituir a produção voltada para o consumo da própria família e em termos de subsistência, o agricultor familiar acabará assumindo todos os riscos presentes na agricultura (inconstância do clima, perda da produção, oscilação da demanda e dos preços, por exemplo), respaldado em uma perspectiva de ingressos superiores de renda que ampliaria seu nível de reprodução⁸. Como conseqüência, passará a adquirir os produtos para alimentação de sua família no mercado local, incorporando ao orçamento familiar despesas com esses itens. Ressalta-se que essa perspectiva não é consensual, especialmente entre administradores, economistas, agrônomos, e outros profissionais que se aproximam da hegemônica visão econômico-produtivista.

Em escala regional, o estudo da CEPAL/FAO, mencionado anteriormente aponta os seis países latino-americanos com maior potencial para a expansão da fronteira agrícola na produção de cana-de-açúcar e milho por reunirem condições ambientais, climáticas, tecnológicas e áreas para cultivo. Desses, quatro fazem parte

⁶ FAO. 2006. O estado de insegurança alimentar no mundo 2004: Seguimento dos avanços na consecução dos objetivos da Cumbre Mundial sobre a Alimentação e dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Roma. Itália, apud CEPAL/FAO, 2007.

⁷ Responsável por 87% da produção nacional de mandioca; 70% de feijão; 46% de milho; 38% de café; 34% de arroz; 58% de leite; 59% do plantel de suínos; 50% de aves; 30% de bovinos; e, ainda, 21% de trigo. A cultura com menor participação da agricultura familiar é a soja, com 16% (IBGE, 2006).

⁸ A questão envolve, portanto, a definição da pauta de produção e o risco de endividamento.

do Mercosul: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai (além da Bolívia e Colômbia, que não integram o Mercosul). Brasil e Argentina apresentam maior potencial para a produção de biodiesel a partir da soja ou do dendê (além do Peru, Colômbia e Bolívia).⁹ Por essa razão, a região é alvo dos investimentos dos países europeus, como a Itália, Alemanha e Suíça, ao lado da África, Indonésia e Malásia, no estabelecimento de relações comerciais capazes de garantir o abastecimento de seus mercados.

A respeito da soja, o avanço da monocultura atinge, atualmente, extensas áreas no Paraguai, Uruguai, Argentina e Brasil, o que gera crescentes conflitos no campo. Um estudo sobre os impactos do monocultivo de soja nas comunidades paraguaias revela o crescimento anual da superfície cultivada, desde o ciclo agrícola 1999/2000, de 17.000 hectares em média (PALAU, CABELLO e outros, apud KRESCHMER, 2007, p. 27). Estima-se que no Paraguai, em 2004, 86.000 famílias rurais não tinham terra ou possuíam uma quantidade tão pequena que estavam condenadas à extrema pobreza (NAGEL, apud KRESCHMER). O monocultivo da soja, desempenhando um papel fundamental na capitalização e transnacionalização da economia agrária, é responsável pelo êxodo dos camponeses de suas terras (o percentual de camponeses caiu de 63% para 49%, entre 1989 e 2001). A face da desestruturação social no espaço rural paraguaio é detalhada por Caputo (2008):

Cada vez mais, o Paraguai é um país de fortes contrastes, cujas ruas estão incompreensivelmente abarrotadas com veículos caros, mas também com meninos e adolescentes sobrevivendo no hostil mundo da informalidade. Perante esta lamentável paisagem, é preciso reconhecer suas causas. As novas gerações se debatem nas conseqüências de um país especializado em virtualmente só um setor – a soja¹⁰ -, gerador de deslumbrantes dividendos para o grande capital agrícola, favorecido por nenhum encargo impositivo e beneficiado de uma estrondosa concentração de terras. Além disso, este processo descuidou e prejudicou o modesto universo de pequenas e médias indústrias geradoras de trabalho produtivo. Certamente, na política de não restrições aos fluxos de capital para fazer o agronegócio, deixa-se a economia nacional inexoravelmente dependente das empresas fornecedoras de sementes e insumos biotecnológicos e do poder de compra do mercado internacional. O país registra também extraordinária entrada de recursos oriundos de remessas de migrantes, porém meninos e jovens já não contam com a presença de seus pais. Deste modo, preconfigura-se um tipo de

⁹ Agência Brasil, 10/7/07

¹⁰ Nota dos autores: “O patamar de cultivo de soja transgênica registrado para a safra 2008 é de 2 milhões 600 mil hectares, o que representa um terço da superfície apta para a agricultura no país”.

doença holandesa (grifo dos autores) na economia que faz com que se distorça o sistema de preços de consumo local, reforça-se o já histórico padrão de migração do país, agora com a expulsão de comunidades camponesas inteiras, aumentam-se os subúrbios pobres, em um ciclo de desigualdades (...). (CAPUTO, 2008, p 45)

Embora o governo brasileiro anuncie que a expansão em três milhões de hectares – dentre os vinte milhões destinados à pastagem – será suficiente para dobrar a produção de etanol no país, não se pode prescindir dos questionamentos levantados pelas organizações sociais brasileiras sobre a utilização das terras para a agroindústria, a expansão da monocultura da cana e da soja, a morosidade da reforma agrária. Teme-se, sobretudo, favorecer uma nova Revolução Verde¹¹ e reproduzir as condições insalubres, degradantes, desiguais de trabalho no campo aos moldes da cana-de-açúcar a partir dos anos 80.

No que se refere ao programa de biodiesel, constatou-se em 2007 e 2008 que o biocombustível produzido foi oriundo da soja, resultado divergente da propaganda governamental que supunha a contribuição de outras oleaginosas produzidas a partir da agricultura familiar na geração de matéria-prima (ANEXO A). O argumento das empresas beneficiadoras é o de que a agricultura familiar não produz em escala de maneira a atender à demanda do mercado - o que se confirmou na prática, em decorrência das medidas insuficientes tomadas pelo Governo Federal para incorporar agricultura familiar na referida cadeia produtiva, conforme poderá ser verificado no Capítulo 4 do presente trabalho.

Finalmente, ao mesmo tempo em que se apresentam essas questões como uma grande oportunidade de renda para os países do Mercosul, existe uma equação crucial a ser considerada: eliminar riscos, - como a degradação ambiental e a concentração de renda -, e inserir a agricultura familiar no processo de produção, garantindo os direitos trabalhistas (CEPAL & FAO, 2007). Entretanto, tendo em vista a convergência de investimentos no setor agrícola e territórios rurais, a produção de biocombustíveis deve ser implementada sob a ótica do desenvolvimento territorial sustentável, o que pressupõe a valorização de seus atores, patrimônios culturais,

¹¹ Atribui-se o nome às transformações ocorridas nos anos 50 a partir da introdução de fertilizantes químicos e pesticidas na agricultura sob a justificativa de aumentar e melhorar a qualidade da produção de alimentos, rompendo com as técnicas tradicionais de cultivo. As consequências foram devastadoras para o meio ambiente e, sobretudo, para o pequeno agricultor rural (tanto do ponto de vista econômico quanto da saúde dos usuários), sendo as grandes empresas fabricantes as maiores beneficiadas.

recursos e potenciais. Como será visto a seguir, um dos caminhos propostos no presente trabalho busca conciliar a geração de renda através da produção de energia (combustível para transporte, iluminação e gás de cozinha) e alimentos (em ambos os casos para o consumo e para venda), como um pressuposto para a formação de comunidades autônomas econômica e energeticamente.

2.2 PROGRAMA NACIONAL DE PRODUÇÃO E USO DE BIODIESEL – PNPB

Na perspectiva internacional, o Brasil se encontra entre os países com maior potencial de produção de energias renováveis, em particular daquelas derivadas de vegetais (biomassa). Esse potencial advém de seus recursos naturais, bem como da trajetória que o consagrou no segmento de biocombustíveis, no caso, o etanol. Além disso, não pode ser perdido de vista que essa condição está subordinada ao papel clássico de produtor agrário-exportador destinado aos países latino-americanos em uma tácita divisão internacional do trabalho (FIORI, 1994).

Ao definir um papel para agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel (Figura 1) - o que não ocorreu em outros países -, num primeiro momento, o governo brasileiro parece sinalizar uma tentativa de mudança no paradigma do desenvolvimento no meio rural, uma vez que o país é um dos maiores produtores de biocombustíveis. A experiência da produção de etanol através dos investimentos no Programa Proálcool, em 1975, embora tenha significado importante conquista no que tange a produção de tecnologia de combustível alternativo do país frente à crise do petróleo dos anos 70, alcançando, mais tarde, maior autonomia neste campo, representou uma devastadora expansão do cultivo extensivo da cana-de-açúcar, causando conseqüências indelévels ao trabalhador rural e ao meio ambiente, como a degradação dos solos e a contaminação do ar em decorrência das queimadas (ANEXO B).

A regulamentação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel ocorreu em 2005, através da Lei nº- 11.097 que introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e altera as leis 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002, além de informar outras

providências¹². Na lei de 2005, biodiesel foi definido como “biocombustível derivado de biomassa renovável para uso em motores a combustão interna com ignição por compressão ou, conforme regulamento, para geração de outro tipo de energia, que possa substituir parcial ou totalmente combustíveis de origem fóssil” (Art. 6º, § XXV). Estabeleceu-se o percentual mínimo de 5% ao diesel comercializado no território nacional, em um prazo de oito anos e, 2% em um prazo de três anos¹³, permitindo a redução desses prazos, caso sejam atendidos os seguintes critérios:

- disponibilidade de oferta de matéria-prima¹⁴ e capacidade industrial para produção de biodiesel;
- participação da agricultura familiar na oferta de matérias-primas;
- redução das desigualdades regionais;
- desempenho dos motores com a utilização do combustível;
- políticas industriais e de inovação tecnológica.

Com a medida, pretende-se criar meios de gerar emprego e renda para as famílias de pequenos agricultores, fugindo do modelo da monocultura latifundiária. Para tanto, faz parte do Programa a conferência do Selo Combustível Social às empresas que adquirem a produção da agricultura familiar enquadrada no Pronaf (ANEXO C). O Selo garante uma série de incentivos fiscais como será visto a seguir.

O PNPB preconiza a inserção da agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel, desempenhando um papel muito específico (de produtora de oleaginosas, tais como girassol, algodão, mamona, pinhão-manso, dendê, etc), porém, garantindo descontos¹⁵ nas contribuições patronais federais (Programa de

¹² O primeiro marco legal recente sobre o Programa, porém, foi a Portaria n. 720, de 30 de outubro de 2002, que instituiu o Programa Brasileiro de Biodiesel - Pró-biodiesel.

¹³ Em 2008, o Conselho Nacional de Política Energética elevou esse percentual inicial de mistura para 3%. Em números absolutos, isso significa a produção de cerca de 840 milhões (entre os anos de 2005 e 2007) e 2,4 bilhões de litros de biodiesel anuais (de 2008 a 2012), respectivamente. PETROBRAS & MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA – Biocombustíveis – 50 perguntas e respostas sobre este novo mercado, 2007.

¹⁴ As matérias-primas para o biodiesel podem ser de fontes vegetais (caso da agricultura familiar), animal (sebo bovino, banha de porco, óleo de mocotó e de peixes) e gorduras residuais (industriais, como borra, e caseiros, como óleos de cozinha utilizados).

¹⁵ Redução do PIS/Cofins de R\$ 0,22 para R\$ 0,07. Se o biodiesel for de mamona ou palma nas regiões Norte e Nordeste, a empresa fica isenta do pagamento. A alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS foi fixada em 12% para dirimir a guerra fiscal entre os Estados.

Integração Social – PIS - e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins) para as empresas que adquirirem entre 10% e 50%, a depender da região do país, dos grãos de plantas oleaginosas ou óleo bruto, com origem na agricultura familiar (Instrução Normativa, Fev/09). A empresa fica habilitada a acessar créditos no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco da Amazônia, todos bancos públicos. Em contrapartida, as empresas devem assegurar os insumos e a assistência técnica necessária aos agricultores.

Ilustrado na figura 1, o problema constatado sobre o modo como o PNPB vem sendo implementado consiste na restrição da participação da agricultura familiar à produção primária, mas com suposta garantia de geração de renda. Com isso, torna a família agricultora mais vulnerável por impeli-la a substituir a produção de alimentos por produção para o mercado de energia. Constata-se que ao pequeno agricultor falta terra, falta crédito - não só para as oleaginosas¹⁶, mas para os alimentos-, falta estabelecer subsídios e atribuir um preço às oleaginosas que não contemple somente a lógica de mercado, mas que, em conjunto com as demais políticas (terra, crédito, subsídios), ofereça condições de trabalho e vida digna para o produtor, afastando o risco de reprodução do cenário de degradação promovido nos campos da cana-de-açúcar. O preço, nesse caso, significa conferir condições objetivas de participação que vão além de um valor estabelecido no contrato, levando em conta quem é o sujeito desse processo.

¹⁶ Vale salientar a criação da linha de crédito para custeio do Pronaf Biodiesel.



Figura 1: Etapas de produção de biodiesel, segundo o MDA
Sistematização feita pela autora

Além da geração de renda no campo, outro argumento utilizado pelo Governo Federal para divulgação do PNPB consiste no ideário de energia limpa, argumento que sensibiliza a opinião pública na época em que o aquecimento global se estabelece como principal problema ambiental e social¹⁷. Embora seja menos poluente em comparação aos combustíveis fósseis e tenha o poder de reduzir a emissão do monóxido de carbono, há que se considerar o processo de produção dos biocombustíveis, do ponto de vista ambiental (ABRAMOVAY, 2007).

Para que seja, de fato, um combustível limpo é necessário que o plantio das oleaginosas seja livre dos agrotóxicos, a limpeza do terreno não se realize através de queimadas (prática largamente difundida entre pequenos, médios e grandes agricultores), dentre outras medidas que minimizem a contaminação ambiental. Ainda assim, deve-se observar a rota tecnológica empregada na produção de biodiesel, que pode ser metálica ou etílica. Em primeiro lugar porque, embora em algumas regiões do país o metanol (como insumo para produção de biodiesel) seja mais acessível, trata-se de um produto importado, de origem fóssil,

¹⁷ A exemplo da intensificação das migrações entre países e continentes motivadas pelas condições de vida dificultadas devido às mudanças climáticas, como secas prolongadas ou chuvas intensas e contínuas concentradas no tempo e no espaço.

não-renovável e que apresenta risco à saúde. O etanol, por outro lado, de matriz renovável, apresenta menores índices de rendimento (KHALIL, 2006), e ainda não se logrou produzi-lo a um preço que justifique seu emprego em larga escala. Nota-se, porém, que mesmo se o emprego da rota etílica for viabilizado, a modalidade de produção agrícola frente aos princípios da preservação ambiental também deverá ser considerada, ou seja, para ser considerado um combustível limpo, todos os elementos e etapas da produção do biodiesel deveriam ser de matriz renovável e dispensar os agentes poluidores nas fases de cultivo, colheita e transporte.

2.2.1 A dimensão social do PNPB

O PNPB faz interface com uma gama heterogênea de atores sociais, técnicos e governamentais, como produtores rurais - latifundiários, num extremo do setor primário e agricultores familiares do Pronaf, agricultores não organizados, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais - STR's, movimentos sociais e cooperativas no outro extremo -, além de produtores de óleo (extração e refino), detentores de tecnologia, empresas de petróleo (produção e distribuição, como a Petrobras), indústria automotiva, postos de abastecimentos, consumidores, governos federais e estaduais (KHALIL, 2006). Essa heterogeneidade abriga atores com distintos poderes e, conseqüentemente, visões, possibilidades, interesses e demandas contraditórias entre si.

Em um programa que gera inúmeras demandas e envolve atores com interesses tão divergentes, um dos maiores desafios tem sido consolidar o componente social do Programa, que se sustenta na participação da agricultura familiar na oferta de matéria-prima. Supostamente, a dimensão social é garantida a partir, principalmente, da instituição do Selo Combustível Social, conferido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, que visa integrar agricultores enquadrados nos critérios do Pronaf via renúncia fiscal (redução das alíquotas) de Pis/Pasep e Cofins das empresas produtoras de óleo vegetal e biodiesel que adquirirem parte da matéria-prima deles (TABELA 1). Como contrapartida, as empresas devem prover assistência técnica aos agricultores. Uma vez portadoras do Selo, as empresas (hoje somando 30 empresas) acessam condições favoráveis de

financiamento nas instituições financeiras (BNDES, Banco da Amazônia, Banco do Nordeste e Banco do Brasil, dentre outras). O Selo é válido por cinco anos, validado por auditoria anual. A proposta, segundo o MDA, é que o Selo sirva como um identificador dos “produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da geração de emprego e de renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Pronaf” (MDA, sem data, p. 1)

Tabela 1 - Alíquotas de PIS/PASEP e de Cofins aplicadas ao biodiesel

R\$/Litro de biodiesel

	Sem Selo combustível social	Com Selo combustível social
Regiões Norte, Nordeste e semi-árido		
Mamona e palma	0,15	0,00
Outras matérias-primas	0,218	0,07
Regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul		
Qualquer matéria-prima, inclusive mamona e palma	0,218	0,07

Fonte: Tabela reproduzida da Proposta de Cartilha para o Selo Combustível Social, MDA. Disponível em < <http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0705910308.pdf>>, acessado em 23 de Julho de 2009.

As alíquotas de PIS/PASEP e de Cofins, descritas na tabela 1, incidem sobre o preço do litro do biodiesel, conforme a posse ou não do selo Combustível Social. A tabela 1 demonstra, ainda, as diferenças estabelecidas pelo MDA que incentivam, principalmente, a produção de mamona e palma na região Norte, Nordeste e Semi-Árido.

Os percentuais definidos nessa legislação foram alvo de grande pressão por parte das empresas, o que levou à revisão dos percentuais de contribuição de matéria-prima fixados para cada região do país. A Instrução Normativa nº 1, de 25 de fevereiro de 2009, diminuiu de 50 para 30% no Nordeste o percentual mínimo de aquisição da safra produzida pela agricultura familiar para estar habilitado ao Selo Combustível Social (ANEXO D). Os percentuais das demais regiões do país não foram alterados (ver Tabela 2):

Tabela 2 - Percentuais regionais de aquisição de matéria-prima para obtenção do Selo Combustível Social

	2005	2009
Norte	10%	10%*
Nordeste	50%	30%
Sul	30%	30%
Sudeste	30%	30%
Centro Oeste	10%	10%*

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Instrução Normativa nº 1**, de 19 de fevereiro de 2009. *Safrá 2009/2010; 15% para Safrá 2010/2011

Os leilões públicos para comercialização do biodiesel que vêm ocorrendo desde 2005 são outro dispositivo na estrutura do Programa para garantir que a utilização da matéria-prima seja proveniente da agricultura familiar. São disponibilizadas 80% das quotas do leilão para as empresas detentoras do Selo Social e 20% para as demais empresas autorizadas pela Agência Nacional de Petróleo – ANP (TIRYAKI et al., 2009).

Essa estrutura e incentivos, porém, vêm se mostrando insuficientes, pois a produção de biodiesel em 2008 contou com uma contribuição insignificante da agricultura familiar. Tiryaki et al. (2009) constatam que a necessidade de acompanhamento técnico a ser dado à agricultura familiar, de modo a possibilitar melhor resposta à política, com maior produtividade e, sobretudo, tornando viável economicamente a sua inserção no mercado de biodiesel, foi subestimada pelo Programa. Outro obstáculo enfrentado é a concorrência que a indústria de biodiesel sofre frente a outros setores que utilizam óleo vegetal em mercados de maior valor agregado em consequência da valorização das oleaginosas e para as quais foi prevista concessão fiscal.



Figura 2 - Mecanismos para inserção da agricultura familiar na cadeia do biodiesel (MDA)

Fonte: Produção da autora

Como ilustrado na figura 2, foram estabelecidos, além do Selo e dos leilões, Pólos de Produção de Biodiesel pelo MDA com o objetivo de organizar a base produtiva de oleaginosas nos Estados¹⁸. Esses Pólos estão entre os pilares do recente processo de criação de um mercado de biodiesel. A estratégia consiste na articulação dos diversos atores (necessariamente: governo estadual, indústrias, organizações sindicais, agentes financeiros, empresas de assistência técnica, instituições de pesquisa, cooperativas de produtores e operações envolvidos; eventualmente: prefeituras, universidades e outros), estimulando a cooperação entre esses (ABRAMOVAY, 2007).

¹⁸ Distribuição dos Pólos de Biodiesel no país: São Paulo e Santa Catarina: 1 Pólo cada estado; Pará, Piauí, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Norte: 2 Pólos cada; Ceará, Pernambuco, Goiás e Rio Grande do Sul: 4; Bahia: 8. Fonte: TERRA, Roberto. Biodiesel, combustível social: A agricultura familiar participa. <www.mda.gov.br>, acesso em 12 de março de 2009.

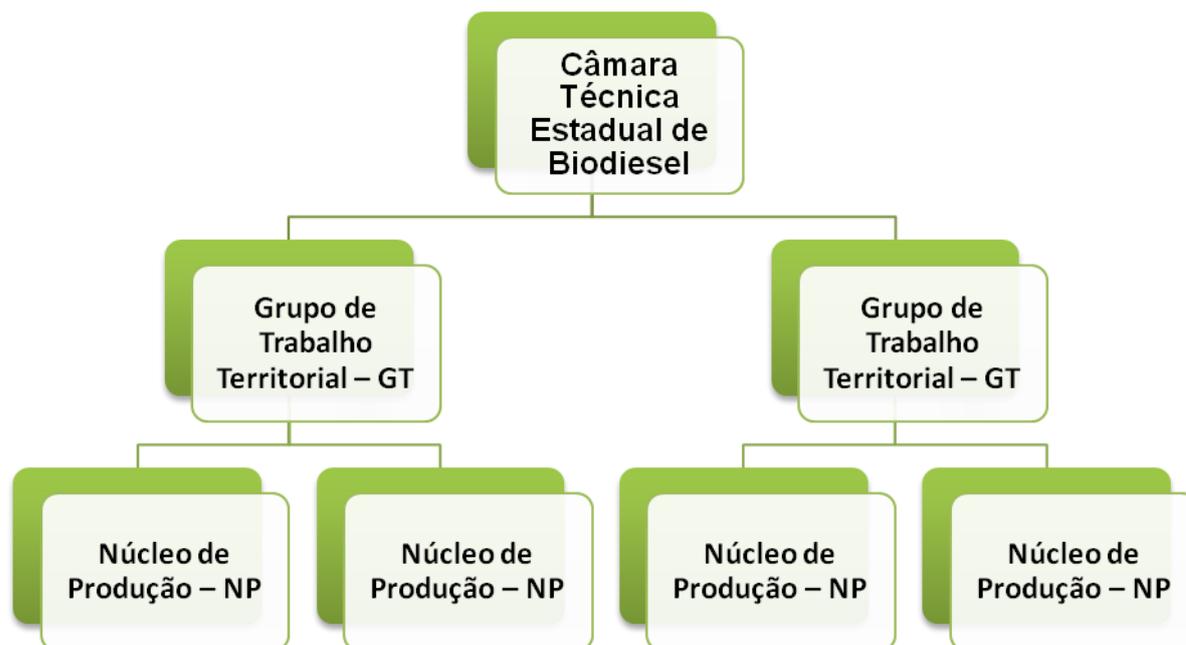


Figura 3 - Organização dos Pólos de Biodiesel nos Estados

Fonte: Descrição do projeto Pólos de Biodiesel. Disponível no site <www.mda.gov.br>, acessada em 12 de Março de 2009. Sistematizada pela autora.

Os Pólos foram organizados nos Estados através de um convênio com a organização não-governamental Obras Kolping do Brasil, sediada em Fortaleza (CE) e a empresa de consultoria Plural. O convênio teve vigência de julho de 2008 a dezembro de 2009. Cada Estado deveria contar com: 1. uma **Câmara Técnica** que reuniria a coordenação estadual de biodiesel, consultor estadual MDA, secretarias e órgãos públicos estaduais e federais, organizações, empresas; 2. **Grupo de Trabalho Territorial**, com um articulador MDA/Kolping ou Plural, representantes do programa estadual, consultor territorial, assistência técnica rural oficial, municípios, bancos, organizações, produtores de biodiesel, representantes de núcleos de produção; 3. **Núcleo de Produção**, contando com, pelo menos, 40 produtores rurais por núcleo, organizados ou não em associações ou cooperativas.

Um último mecanismo institucional relevante do ponto de vista da inclusão dos agricultores em questão é o controle social. O MDA parte da premissa de que para viabilizar a inclusão social e a eficácia do processo, além do Selo Social, deve haver um mecanismo de controle social, isto é, de ativação de uma rede de instituições (organizações, movimentos sociais, universidades) que monitorem os resultados e os caminhos percorridos pela agricultura familiar no Programa.

Observa-se que esse mecanismo aparece em cor esmaecida na figura 2 para ilustrar a baixa visibilidade ou alcance de iniciativas dessa natureza nos Estados da Federação.

Nesse capítulo, apresentou-se o cenário nacional atual da produção de biocombustíveis, chamando a atenção para alguns paradoxos e limites acerca da implementação do PNPB e para os principais problemas vivenciados pelos agentes em questão:

1. Problemas estruturais: acesso à terra e crédito, ausência de direitos fundamentais e sociais, insuficiência de políticas públicas agrárias voltadas para a agricultura familiar, perda de confiança nos programas governamentais.
2. Problemas conjunturais: falta de confiança nas empresas compradoras de grãos oleaginosos por parte dos agricultores familiares.

Apresentou-se, ainda, como o PNPB foi estruturado para promover a inclusão social, que consta como uma de suas principais justificativas, e os principais entraves identificados, em um modelo que busca superar os erros do Pró-álcool promovendo benefícios ecológicos, sociais e econômicos (PARENTE, 2006).

No capítulo a seguir, buscar-se-á caracterizar as condições da agricultura familiar no Brasil e na Bahia, aprofundando o problema colocado para esta dissertação, analisando como as propostas de agregação de valor ao trabalho agrícola se relacionam com as transformações no espaço rural nas últimas décadas.

3 O ESPAÇO RURAL E A AGRICULTURA FAMILIAR

Através da literatura selecionada, buscou-se fornecer elementos para confrontar a inquietação que fundamenta esta dissertação-projeto, qual seja, de que no processo de inserção da agricultura familiar nas novas demandas de produtos para o mercado de consumo energético há um forte risco de que a pequena propriedade se coloque de maneira subordinada ao agronegócio (sendo apropriada por ele ou aumentando sua dependência econômica), trazendo conseqüências indelévels para a família agricultora e para as regiões onde predomina esse tipo de organização da produção rural. O receio de que tal situação se concretize é a mola propulsora para o projeto aqui apresentado, de modo a estudar, propor e viabilizar ações no âmbito da Gestão Social¹⁹ capazes de imprimir no processo brasileiro de produção de biocombustíveis decorrente do movimento mundial de produção de matrizes energéticas alternativas ao petróleo, uma orientação para o desenvolvimento territorial sustentável que mantenha a organização familiar e a pequena propriedade como núcleos centrais.

O capítulo evidenciará as características da agricultura familiar no Brasil reveladas pelos principais autores que tratam do tema. São muitas as tipologias propostas, mas o que interessa compreender no presente capítulo é o cotejamento com elementos da agricultura brasileira, procurando evidenciar aqueles mais condizentes com o debate atual. Observa-se que grande parte dos estudos atuais sobre ruralidade, economia rural e unidade familiar de produção busca analisar o papel da relação urbano-rural e o novo papel desempenhado pelas agriculturas familiares nas novas dinâmicas sociais. Esses estudos assumem que as profundas

¹⁹ Definida por Inojosa e Junqueira (2008) como “Gestão de políticas públicas que têm por objetivo regular o acesso das pessoas às riquezas materiais e imateriais da Sociedade, de acordo com uma visão datada e localizada, isto é, no tempo e no espaço”.

transformações ocorridas em escala global, como a urbanização, a industrialização e a modernização da agricultura não decretaram o fim das especificidades de certos espaços ou grupos sociais (WANDERLEY, 2000).

3.1 NOVAS TRANSFORMAÇÕES NO ESPAÇO RURAL

A concepção predominante no início do século XX, cujas teorias vislumbravam uma grande contraposição entre os espaços urbano e rural, interpretava o espaço urbano-industrial como representação do moderno e o espaço rural como negação do urbano, por isso compreendido como obsoleto (FAVARETO, 2006) e de aniquilamento inexorável. Tal interpretação, ainda hoje está muito presente no imaginário coletivo (reforçada pela tradição da Sociologia Rural) e na implementação de políticas tanto estatais quanto empresariais, foi forjada na Europa do século XVII a fim de favorecer a consolidação do capitalismo industrial e subjugar os proprietários rurais. Mais tarde, foi ratificada pela teoria intervencionista norte-americana (SILVA, 1997), onde, sob a ótica puramente mercantil, a agricultura se tornaria apenas uma modalidade de aplicação capitalista, com novos agentes substituindo os camponeses. Ramos (2001) ilustra alguns dos efeitos subjetivos dessa dicotomia:

A visão de que “rural” é sinônimo de rústico ou de atraso tem enraizamento cultural: como observado em Cuéllar (1997: 288), “na virada do século, os pensadores clássicos da modernidade tratavam a cidade como uma criação cultural e como um motor do desenvolvimento (Max Weber, Georg Simmel)”. Cabe atentar para o fato de que, em português, os termos civilização e urbanização conduzem à conclusão de que civilizado é o “cidadão”, ou seja, o habitante da cidade – o “indivíduo que goza dos direitos civis e políticos de um Estado”. Neste sentido, pode passar despercebido que utilizar a expressão “resgatar a cidadania” não faz sentido quando referida a habitantes de áreas rurais (RAMOS, 2001, p. 12).

A relação rural-urbano ganha novos contornos na atualidade e passa a corroborar para a definição de papéis e valores surgidos a partir do que vem constituindo a emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas (SILVA, 1997), mais visíveis, portanto, em países de capitalismo avançado, mas com indícios verificados pelos estudos rurais no caso brasileiro. Apesar da idéia do novo, porém, discute-se o que há de fato de novo e o que há de permanente no espaço rural (FAVARETO, 2006). Nos esforços de repensar as classificações e critérios de

definição do rural, alguns consensos sobre o estado de ruralidade avançada constatados nos países europeus e norte-americanos foram expressos pelos organismos internacionais²⁰ na década de 90, ao proporem novas formas que evidenciavam que conteúdos relacionais ao urbano (em termos de dinâmica social e econômica) predominavam sobre os conteúdos substantivos (baixa densidade populacional, desempenho exclusivo da atividade agrícola, etc). Com essa nova apreensão, desconstrói-se a noção de rural como sinônimo de agrícola e de agrário, fazendo emergir uma visão territorial que carrega em si “uma lógica econômica cada vez mais intersectorial, como uma escala geográfica de ocorrência de tais processos que remete à idéia de região” (FAVARETO, 2006, p. 111).

Nesse sentido, a perspectiva adotada neste trabalho para compreender o processo nacional de integração da agricultura familiar em uma economia de ponta como a do biodiesel é aquela sintetizada por Maria Nazareth Wanderley (2000) como a redefinição, sem a anulação, das questões em torno da relação campo-cidade, do novo papel do agricultor na sociedade e da valorização do local em seus aspectos social, cultural e político. A autora se refere também à modernização consubstanciada nos efeitos da introdução de máquinas, sementes geneticamente modificadas, adubos e defensivos químicos na agricultura, promovida pelo modelo produtivista, implementado a partir dos anos 50. O modelo, conhecido como revolução verde, levou a uma forte dependência dos agricultores a indústrias produtoras desses insumos. Como consequência, os agricultores, em particular o campesinato tradicional, sofreram negativamente com os impactos de uma integração econômica, social e cultural com a sociedade global. Foi deflagrado, com isso, um crescente endividamento e empobrecimento dos agricultores, especialmente daqueles mais fragilizados. A citada modernização compõe, portanto, a lógica de desenvolvimento agrícola preconizada no pós-guerra, cuja meta era assegurar o aumento da produção de alimentos e integrar o setor à economia de mercado.

No entanto, a autora ressalta que as transformações no espaço rural acompanham, absorvem e re-significam as tendências históricas dos processos sociais e econômicos, em suas implicações políticas, culturais e territoriais. O

²⁰ INSEE- *Institut National de La Statistique et des Études Économiques*
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMB - Office of Management and Budget

espaço rural não está, portanto, descolado da realidade em que está inserido, nem mesmo constitui uma bolha impermeável às mudanças do seu entorno, mas ainda assim, há especificidades que permanecem. Em contraponto a essa análise, Silva (1997) vislumbra a extinção dessas especificidades e considera a distinção rural-urbano cada vez menos relevante, pois, com o processo de industrialização da agricultura transcorrido nas últimas duas décadas, o espaço rural se urbanizou e cada vez mais apresenta características de sociedade pós-industrial (como a necessidade de delimitar as áreas industriais e residenciais, assim como as áreas de preservação ambiental) (Blackely & Bradshaw, apud SILVA, 1997).

Em uma perspectiva que assume a dimensão econômica das atividades como caracterizadora da noção de rural, o autor ressalta que no centro dessa nova configuração do mundo rural dos países desenvolvidos, na base social da agricultura moderna, está o *part-time farmer*, traduzido como agricultor em tempo parcial. Esse sujeito surge com a transformação sofrida na relação do agricultor com o trabalho exclusivamente agrícola, isto é, quando o seu sustento e de sua família deixa de estar diretamente associado ao uso da terra, a partir da adoção de outras fontes de recursos como alternativa de ampliar seus rendimentos. O traço marcante, portanto, é a combinação de atividades de dentro e de fora do estabelecimento familiar, atividades agrícolas e não-agrícolas, em organismos públicos, empresas, residências ou mesmo em atividades mais recentemente exploradas no espaço rural relacionadas ao turismo e ao lazer.

O *part-time farmer*, no Brasil, corresponderia ao agricultor familiar no sentido mais abrangente do termo, embora guarde considerável distinção entre as razões que levaram o agricultor tradicional a dividir sua força de trabalho e de sua família com outras atividades. Na Europa ou nos Estados Unidos, o processo de especialização (o advento da terceirização), a mecanização do campo e o desenvolvimento de tecnologias aplicadas aos produtos e serviços rurais dispensaram a dedicação em tempo integral da família, assim como o aumento do poder de atração de novos profissionais especializados - resultando no surgimento de ocupações antes comuns nos espaços urbanos – e, finalmente, as possibilidades geradas pelos sistemas de comunicação e transporte modernos que proporcionaram melhorias também para o lazer (SILVA, 1997). No Brasil, por outro lado, estudos

recentes²¹ também evidenciam esse processo de combinação de múltiplas atividades nos últimos anos. Porém, demonstram que as razões dessas mudanças diferem daquelas descritas na sentença anterior para os países mais ricos, embora possam ser verificadas em maior ou menor grau no que se refere ao ambiente externo à unidade produtiva. Observa-se que, do ponto de vista da unidade familiar, as razões destas mudanças no caso brasileiro diferem daquelas descritas para os países mais ricos, pois, dentre outras:

- 1) a estrutura agrária de produção foi assentada sobre empresas de agro-negócio, com acesso a tecnologias, financiamentos públicos e direito ao socorro dos governos, quando prejudicados pelas intempéries climáticas ou cambiais;
- 2) as políticas públicas estiveram voltadas para o desenvolvimento urbano-industrial;
- 3) os piores indicadores sociais são referentes à população rural, evidenciando as condições desiguais de vida e o enorme déficit de oferta e qualidade dos serviços públicos. Condições agravadas, se levadas em conta as diferenças entre as regiões do país.

Mais empobrecidas, porém, devido à depreciação das *commodities* nacionais, a pluriatividade (complementação da renda com atividades não agrícolas) tornou-se, portanto, a estratégia de sobrevivência das famílias agrícolas, conclui Silva (2001). Apesar de não serem suas produtoras, as *commodities* acabam por contagiar o mercado agrícola ao qual os agricultores estão totalmente atrelados através dos salários praticados no setor. Isso marca a grande diferença da causa da pluriatividade no Brasil em relação aos países desenvolvidos onde essa ocorre como resultado do crescimento (SILVA, 2001)²². Outra constatação, à parte as *commodities*, é o baixo peso econômico da atividade agrícola própria da família, observado, sobretudo entre aquelas de condições mais elevadas (MALUF, 2003).

²¹ Como os coordenados por José Graziano da Silva no âmbito do projeto Urbano.

²² Segundo AZEVEDO (1997, apud UECKER et al. sem data), para que uma mercadoria seja *commodity*, precisa atender a pelo menos três requisitos mínimos: a) padronização em um contexto de comércio internacional, b) possibilidade de entrega nas datas acordadas entre comprador e vendedor e c) possibilidade de armazenagem ou de venda em unidades padronizadas. Isso significa que o pequeno produtor rural brasileiro, nesse caso concorre em pé de igualdade com os grandes produtores brasileiros e norte-americanos, que ditam o preço e padrões de concorrência no mercado internacional, pois são os detentores da tecnologia.

Nos últimos anos, essa tendência ao empobrecimento como reflexo do mercado do agronegócio só não se intensificou no espaço rural devido ao aumento do volume das transferências governamentais (aposentadorias, pensões rurais e, no final desta década, se poderia acrescentar, ainda, o Bolsa Família). Constata-se, com isso, uma relativa estabilidade da pobreza nas áreas rurais do país (IPEA, apud SILVA, 2001).

Importa destacar, contudo, no marco das transformações em questão, a emergência da noção de pluriatividade, que passa a orientar as linhas gerais das políticas de desenvolvimento rural nos países do hemisfério norte e a determinar os estudos agrários no Brasil. Tanto Silva (2001) quanto Wanderley (2000) explicitam que as combinações de atividades sempre constituíram uma estratégia de reprodução, manutenção ou desenvolvimento da unidade produtiva, mesmo se para os autores clássicos a estratégia fosse um indicador de proletarização, com todo o poder desagregador da família e do grupo social associado. No entanto, ao contrário de Wanderley (2000), é em nome dessa pluriatividade que Silva vai reforçar a tendência ao fim do rural via renda não-agrícola.

É preciso recordar que os camponeses não eram produtores agrícolas especializados: combinavam atividades não-agrícolas de bases artesanais dentro do estabelecimento, envolvendo praticamente todos os membros da família na produção de doces e conservas, fabricação de tecidos rústicos, móveis e utensílios diversos, reparos e ampliação das construções e benfeitorias, etc. O sinal visível de que não podiam mais garantir a sua reprodução era o assalariamento temporário fora, que ocorria fundamentalmente em unidades de produção vizinhas por ocasião da colheita (SILVA, 1997, p. 46).

A produção acadêmica dos anos 90 contribuiu para a disseminação do termo agricultura familiar, muito embora os movimentos sindical e social o tenham colocado no debate público ainda no final dos anos 80 (Neves, 1995). Foi através das lutas por direitos sociais e de propriedade visando ao fortalecimento dessas famílias em reação à modernização conservadora – designação dada ao modelo que preconiza o latifúndio, trabalho assalariado, utilização de insumos químicos - que os trabalhadores do campo se consolidaram como categoria socioeconômica. A sua legitimação foi coroada com a definição de políticas públicas federais, particularmente do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf, em 1996.

No entanto, como salientado anteriormente, constata-se condições e trajetórias heterogêneas das famílias agricultoras, assim como de tipologias que ajudem a evidenciar essas diferenças. Baiardi (2007) identifica cinco tipos de agricultura familiar, levando em conta características predominantes (econômicas, tecnológicas e relação com o mercado), local e gênese das famílias agricultoras, tamanho da propriedade e a relação com projetos de desenvolvimento local sustentável (DLS) que foram sistematizados como segue:

Tipo	Características	Local e gênese	Propriedade	Projetos DLS
A	"Farmerizada" alto grau técnico e de inserção no mercado; utiliza insumos modernos; mecanização intensiva; ciclo longo produtividade animal (mais diversificada); preocupação com solo	Cerrado. Migração pequenos produtores das regiões de colonização européia	> 100 ha	Organiza-se em cooperativas e associações; vem se tornando sensível às questões relacionadas ao DLS
B	Integrada verticalmente; conhecidos como complexo integrador camponês-agroindústria;	Incorpora assentados (trabalhadores que não são de famílias tradicionalmente rurais); participam das inovações da agroindústria; variante: donos ou sócios de negócio agroindustrial Implementação de agroindústria em regiões de colonização européia; menor autonomia;	< 50 ha	Propensão à agroecologia e diversificação e cooperação, porém limitadas às condicionantes do agronegócio global (exigências da indústria e padrões de consumo);
C	Tipicamente colonial; tradição rural e camponesa; nichos de mercado; produção in natura ou produtos regionais; processamento em escala familiar artesanal ou semi-industrial; comercialização individual ou coletiva;	Valores dos imigrantes; Planalto Gaúcho, Sul de Minas Gerais, Região Serrana do Espírito Santo, áreas do Paraná e Santa Catarina. Permanência na área de ocupação colonial com tradição rural e camponesa;	< 50 ha;	Horti, fruti e floricultura comerciais em pequena escala. Produção de cereais e pequenos animais para consumo familiar Ecologicamente corretos; propensão à colaboração em projetos DLS; eventualmente associa-se para tratamento da pós-colheita
D	Semimercantil	Descendentes de nativos marginalizados na sociedade patriarcal e patrimonialista ou de escravos com ambição de se tornarem produtores rurais;	< 50 ha	Associativismo forjado a partir da diferenciação resultante da intervenção estatal; nem sempre sensível a adoção de práticas agroecológicas e de DLS
E	Completamente carente; renda complementada através de políticas compensatórias, aposentadorias e de parentes que deixaram a atividade rural;	Semelhante ao tipo D, porém, estabelecida em área com variação dos recursos naturais ou com carência de infraestrutura; ficou à margem dos processos de diferenciação; se tornou mais descrente e fatalista quanto às possibilidades de transformação das próprias condições de vida;	< 50 ha	Mais refratários a ações de cooperação local; aqueles que já participaram de projetos de Ongs se mostram mais propensos à cooperação; bem como as comunidades de fundo de pasto.

Quadro 1 - Tipologia da agricultura familiar no Brasil

Fonte: Baiardi, 2007

Se, para efeito de política pública, consagrou-se a terminologia agricultura familiar para designar as famílias que vivem do trabalho agrícola, mesmo se parcialmente, na prática ainda se verifica resistência e forte identidade camponesa. Sem a pretensão de incorrer em uma análise profunda da distinção entre agricultura camponesa e familiar, mas com o intuito de marcar as características mais relevantes para proceder à interpretação dos dados levantados na pesquisa empírica e responder ao objetivo geral da presente dissertação-projeto, serão apresentadas, sucintamente, as propostas analíticas de Hugues Lamarche e Ricardo Abramovay. Esses autores contribuíram para compreensão da noção de agricultura familiar como uma categoria socioeconômica presente nos vários países (desenvolvidos ou da periferia do capitalismo) onde há produção agrária.

Lamarche (apud HELLER, 1999), em um relevante trabalho de comparação internacional das unidades de produção familiares, estabelece uma tipologia com dois modelos extremos de organização dessas unidades, evidenciando o papel desempenhado na agricultura nas sociedades modernas a fim de compreender a diversidade identificada. O primeiro recorre ao modelo *original* de organização camponesa, caracterizada pelo trabalho familiar voltado para o consumo. O segundo, o modelo *idealizado*, caracteriza-se pela integração total à economia de mercado. Na hipótese do autor, quanto mais próxima de um ou de outro extremo, a agricultura familiar nas economias de mercado encontrará maior dificuldade de reprodução. Lamarche observa que o agricultor familiar moderno não surge a partir de uma ruptura com as formas tradicionais, mas traz consigo uma característica camponesa que o torna capaz de adaptar-se às mudanças e novas exigências da sociedade moderna. Além da adaptabilidade, outro aspecto evidenciado por sua pesquisa foi a existência de uma diversidade de tipos de agricultura familiar e a combinação de diferentes modalidades de organização das unidades familiares. Segundo Lamarche, essas diferenças são decorrentes de situações de bloqueio (como ocorre em regimes socialistas) ou ruptura (vivenciadas nas sociedades industrializadas) sofridas pela agricultura familiar.

O grande mérito da pesquisa é demonstrar a importância do rural e do agricultor familiar nessas sociedades, apesar do pensamento que decretava (e ainda decreta) seu declínio (pensadores liberais e marxistas que vislumbravam o fim da agricultura familiar na modernidade, erigida como representação do atraso, do

obsoleto). Assumindo como referência o processo de integração ao mercado, observaram-se, como resume Heller, algumas tendências como: “da autarquia para a economia de mercado, da tradição para a modernidade” (HELLER, 1999, p. 162).

Sobre a distinção entre produção camponesa e familiar, Heller pondera que:

Se é verdade que a produção camponesa é familiar, nem toda produção familiar é camponesa. O sistema produtivo camponês tem um funcionamento bastante particularizado, equilibrando numa delicada relação produção e consumo, onde não há lugar para categorias econômicas tradicionais como lucro ou salário, pois o objetivo perseguido é o valor de uso e não o valor de troca (HELLER, 1999, p. 162).

No cerne desta distinção está o não tão sutil processo de absorção da economia de mercado que desperta desejos de consumo, produzindo novas necessidades para os indivíduos e para as famílias. Com isso, elas passam gradativamente a optar pela especialização de algumas lavouras em detrimento do sistema diversificado que as sustentavam autonomamente. “(...) aquilo que era antes de tudo um modo de vida transformou-se numa profissão, camponeses tornaram-se agricultores familiares” (GRISA, 2007, p. 162). Embora para muitos autores da visão agrícola-produtivista a especialização estabeleça uma vantagem comparativa, os efeitos sobre a agricultura familiar podem ser inversos, pois, transformam-se as relações com o mundo, com o mercado e também com a natureza e com o tempo, pois “para maximizar sua produção, o agricultor conta com novos meios de produção: trator, sementes melhoradas, adubos químicos e vários outros instrumentos, cujo objetivo é extrair o máximo do tempo e da natureza” (GRISA, 2007, p. 39).

Importa, destaca Heller (1999), a constatação da rica heterogeneidade da agricultura familiar. Tal diversificação representa as diferentes faces de um mesmo objeto, forjadas, justamente, pela grande capacidade de se adaptar a diferentes ambientes e conjunturas. Cabe, de modo complementar, reproduzir a ponderação feita por ele sobre a imposição de adaptação da agricultura familiar frente às condições de vida e trabalho no mundo globalizado: sendo essa a situação recorrente, quando, ao invés, as condições de vida e trabalho poderiam ser adaptadas à agricultura familiar? Essa provocação está subjacente aos princípios apresentados no capítulo metodológico desta dissertação-projeto, a partir dos quais

serão elaboradas críticas e propostas de parâmetros de sustentabilidade de modo que o ambiente institucional gerado em torno do PNPB favoreça as famílias agricultoras.

Abramovay (1998) advoga que o debate da distinção de agricultura familiar e camponesa é muito mais teórico do que empírico. Ele compreende o trabalho parcial como uma característica central da estruturação da forma como os camponeses se relacionam com o mercado, que segundo ele, desempenham certa autonomia na gestão da força de trabalho em relação ao mercado. A sobrevivência da família camponesa vem do uso da terra e recorrer ao mercado constitui um recurso complementar. Existe, portanto, uma flexibilidade da estratégia utilizada pelo camponês que se alterna entre consumo e venda, isto é, autonomia ou integração parcial ao mercado.

O autor reconhece, portanto, que a pluratividade cumpre um papel decisivo como estratégia de sobrevivência da unidade familiar, mas é insuficiente para consolidar uma rota de desenvolvimento rural (noção utilizada pelo autor), que também não se viabiliza somente com a expansão das atividades agropecuárias: “ela será resolvida não pelo abandono prematuro das atividades agrícolas, mas por uma mudança decisiva em suas formas de organização: é na **construção de novos mercados** [grifo do autor] [...] que se concentra o mais importante desafio do desenvolvimento rural” (ABRAMOVAY, 1998, p. 60).

A tendência que se verifica é o processo de diferenciação na demanda (por produtos exclusivos ou de qualidades específicas), o que vem constituindo desde os anos 90 o maior potencial dos produtores agrícolas. Ocorre que, com a diferenciação de seus produtos, outras qualidades se tornam necessárias para o produtor rural e suas organizações, não mais limitadas à porteira da unidade produtiva, mas sua inserção econômica exige conhecimentos técnicos que subsidiem a relação com o novo mercado, como, por exemplo, a capacidade de lidar diretamente com o cliente ou a gestão do estabelecimento. Finalmente, o autor acrescenta, ainda, que é a partir da organização dos produtores, apoiados pelos movimentos sociais e poder público, que se poderá deslançar esse processo, isto é, com o estabelecimento de um ambiente institucional que traduza os esforços coletivos em uma estratégia de desenvolvimento.

Em decorrência do caráter complexo e multifacetado da agricultura familiar, a noção de pluriatividade é útil para explicar um modo de funcionamento da atividade produtiva - realidade circunscrita ao âmbito privado da família. Recentemente, a academia e os movimentos sociais vêm reconhecendo que o segmento social é responsável por outras funções que não estão restritas mais à reprodução da unidade familiar ou oferta de produtos ao mercado, mas atende a demandas contemporâneas por preservação e valorização do ambiente natural, das paisagens, de depuração do ar, afirmação da identidade rural, saberes tradicionais, ocupação e dinamização dos espaços rurais etc, isto é, de bens imateriais e elementares em um novo processo de desenvolvimento. Essa percepção, elaborada inicialmente na França, que amplia a noção de pluriatividade para a de multifuncionalidade, chega recentemente ao Brasil trazendo à tona outras dimensões que consubstanciam a complexa relação da família agricultora com a natureza e a sociedade (WANDERLEY, 2003), sem perder a peculiaridade da trajetória daquela no país. Em síntese, são quatro as funções da agricultura familiar contemporânea evidenciada pelos estudos franco-brasileiros, segundo Wanderley e Maluf (2003):

1. Reprodução socioeconômica das famílias rurais;
2. Promoção da segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade;
3. Manutenção do tecido social e cultural;
4. Preservação dos recursos naturais e da paisagem rural.

Trata-se, portanto, de um enfoque que analisa a família rural em sua integralidade, em interação com o território e com o local como referência de trocas, de laços solidários, de conflitos e disputas e de construção identitária. Incorpora nessa perspectiva, a geração de bens comuns onde, de unidade produtiva, a família agricultora passa a unidade social. As políticas de fomento para esse público, sob o enfoque da multifuncionalidade, pressupõem uma abordagem multifacetada e instrumentos diferenciados, como uma significativa mudança às políticas de crédito que vêm sendo aplicadas (MALUF, 2003). Ressalta-se que, por vezes, não se trata de uma questão de multiplicar políticas, mas de qualificar o sentido que se embute nas atuais.

A essa abordagem, centrada na família, se contrapõe uma outra, cujo foco é a própria atividade agrícola. A agricultura familiar é, neste caso, considerada como um setor econômico ou uma forma de produção que se insere – ou deveria se inserir – nas regras gerais de funcionamento do mercado, tal qual se apresentam nas sociedades modernas capitalistas ou, mais particularmente, na sociedade brasileira. Ela é assim percebida, por uns, como uma “classe de bárbaros” na medida em que se revela incapaz de atender às exigências deste mercado e, por outros, como um setor portador de um grande potencial, que pode ser incorporado ao mercado através das políticas públicas (WANDERLEY, 2003, p 10)

Como apontado anteriormente, os autores que partilham da compreensão da existência de uma nova ruralidade consideram a capacidade de reformulação da dinâmica local, capaz de, por exemplo, atrair novas atividades econômicas para o espaço rural um aspecto central para promover ali condições para o desenvolvimento. A oferta de serviços e o beneficiamento de produtos agrícolas exemplificam as atividades que promovem a geração de renda nos espaços rurais. O crescimento de serviços como turismo rural e trilhas ecológicas em algumas localidades se deve àquilo que o espaço rural oferece de mais peculiar: disponibilidade de amenidades naturais (MCGRANAHAN, 1999, *apud* FAVARETTO, 2006). A outra face dessa nova condição, objeto de investigação nos países europeus, é a desestruturação social causadora de pobreza e degradação, em decorrência dos novos valores e padrões de consumo inerentes ao fenômeno da nova ruralidade, ao que Kayser (1990, *apud* FAVARETTO, 2006) considera fruto de um processo de descampezinização.

Wanderley (2000), examinando as tendências do mundo rural em países de capitalismo avançado, reconhece que são vários os fatores que determinam a dinâmica social no meio rural, mas afirma que a descentralização econômica é a primeira a conformá-la. Isso porque o desenvolvimento industrial, comercial e de serviços tende a não mais se instalar nos centros urbanos, rompendo com ‘a já antiga vinculação entre industrialização e urbanização’ (WANDERLEY, 2000) e já são experimentadas condições e eventuais vantagens tributárias para a instalação de plantas industriais e centros comerciais em espaços marcadamente rurais.

Nesta seção foram evidenciadas as transformações ocorridas no espaço rural e no âmbito da pequena produção agrária a partir da consolidação da economia capitalista ao introduzir novas formas de vida e trabalho nas comunidades camponesas. Permanecem especificidades do mundo rural e, uma delas é a

pluriatividade. A agricultura familiar é heterogênea, assim como sua dinâmica interna. Em virtude da especialização dos serviços ofertados (em países europeus) ou pelo processo de pauperização no espaço rural (como aquele vivenciado nos países da América Latina), depende-se cada vez mais das políticas de transferência de renda para garantir condições mínimas de sobrevivência da família agricultora.

Esse novo sujeito - cujos valores, categorias, modos de produção e reprodução foram transformados – conta com menos condições de vivência de seu trabalho na terra, mas ainda carrega em si a capacidade de se adaptar às situações que lhe são impostas social e economicamente. Destacou-se que na nova visão de ruralidade se encontra uma agricultura familiar multifuncional, que além de pluriativa, produtora de alimento, matérias-primas para diversos segmentos industriais, incorpora também funções de preservação dos recursos ambientais e das tradições das culturas locais, e com o PNPB, ainda, produtora de energia. Testemunha-se um processo de revalorização do rural, inclusive num movimento de pessoas (os neo-rurais) – novos empresários, turistas, aposentados - que vai do urbano para o rural.

Ao se superar a hegemonia da visão do rural como sinônimo de agrário, passando a reconhecer como um sistema social heterogêneo, referente a uma localidade e, portanto, a um construto social, abrem-se novas possibilidades simbólicas e práticas, isto é, de articulação da vida social, cultural, ambiental e das atividades econômicas. Se aceita, com isso, que a nova dinâmica reforça as identidades territoriais, pois perpassa o sentimento de pertencimento a uma localidade. O território, então, emerge como base de elaboração, interação e representação tanto do rural quanto do urbano (CARNEIRO, 2000)

O rural como complexo, relacional e relativo (pois também depende de como o indivíduo se coloca em relação a ele) reúne atributos que agrega novos valores às atividades agrárias, aspecto fundamental para possibilitar a construção de novos mercados (ABRAMOVAY, 1998; SANTOS, 1987; WANDERLEY, 2000), como recurso de descentralização econômica e espacial do desenvolvimento.

3.2. AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL E NA BAHIA

O termo agricultura familiar abrange qualquer empresa agrícola de propriedade, gestão direta e mão de obra de uma família ou um conjunto de famílias. Por tratar-se de um conceito com muitas tipologias na literatura acadêmica, se faz necessário esclarecer que a categoria agricultura familiar que interessa nesta investigação refere-se a agricultores da pequena propriedade (< 50 ha), com mão de obra quase exclusivamente familiar, baixo nível de mecanização e de utilização de insumos industriais (ARMANI, 1998). Salienta-se ainda, que a propriedade rural e o trabalho são ligados à família e, em geral, da própria unidade produtiva provem a produção para o consumo próprio e para comercialização. Os produtores rurais dessa classe são detentores, em média, de renda inferior a 20 salários mínimos anuais.

Relegada às áreas não-ocupadas pelas grandes culturas de exportação e fazendas de gado, a maior parte da agricultura familiar no Brasil encontra-se nas áreas de maiores dificuldades naturais (mais declivosas, menos férteis, mais sujeitas a secas, distantes dos mercados, etc); conta com uma inserção no mercado subordinada a regimes de preços sempre desfavoráveis aos agricultores; emprega sistemas produtivos tradicionais que comprometem a produtividade por hectare (queimadas, por exemplo); sofre a tendência de diminuição da área média das propriedades resultante da fragmentação devido às sucessões entre gerações; representa o maior contingente populacional excluído dos investimentos públicos (água potável, habitação, saneamento, saúde, educação, etc), o que, inclusive resultou nos intensos fluxos de migrações nos anos 60 e 70, e ainda nos dias de hoje (WEID, 2001; MALUF, 2003).

Embora a literatura acadêmica abrigue uma diversidade de tipologias que caracterizam a agricultura familiar, como mencionado anteriormente, para efeito de implementação de políticas, o Estado Brasileiro torna precisa a identificação deste sujeito de direitos na legislação em que estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A Lei Nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (ANEXO E) considera agricultor familiar e

empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural que reúne os critérios transcritos estabelecidos nos incisos do artigo 3º:

- i - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- ii - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- iii - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- iv - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo o *Censo Agropecuário (2006)*, no Brasil, 84% das propriedades rurais são de agricultura familiar e ocupam 24% da área total dos estabelecimentos rurais. No Estado da Bahia, os estabelecimentos rurais da agricultura familiar correspondem a 87% do total das propriedades agrícolas, com mais de 600 mil estabelecimentos, distribuídos em 34% da área agrícola do Estado – esse dado revela uma diminuição de 10% da área utilizada pela agricultura familiar em relação ao censo anterior. A agricultura familiar do Estado possui um peso relativo no contexto nacional, pois corresponde a 13% do total de estabelecimentos do país (Quadro 2).

Agricultura Familiar no Brasil e na Bahia

Brasil:

- ✓ Corresponde a 84% das propriedades rurais. Esse total abrange 24% da área total dos estabelecimentos rurais.

Estado da Bahia:

- ✓ Conta com 665.831 estabelecimentos de agricultura familiar, o que corresponde a 87% das propriedades rurais, distribuídas em 34% da área agrícola do Estado
- ✓ 44% da população ocupada está na zona rural
- ✓ Concentra 13% dos estabelecimentos de agricultores familiares do país

Quadro 2 - Agricultura Familiar no Brasil e na Bahia

Fonte: Censo Agropecuário, 2006

Não obstante os números que informam a abrangência territorial e o peso econômico da agricultura familiar, historicamente, os investimentos das políticas públicas estiveram voltados para o agronegócio e a monocultura intensiva, mostrando pouco entrosamento entre as políticas públicas do setor e a agricultura familiar que tem a capacidade de assentar o homem na terra de forma mais persistente e estável.

O combate à pobreza e miséria no campo parte do reconhecimento das transformações do mundo rural para além do agrário e também das formas de organização e inserção das famílias agricultoras no mercado, uma vez que grande parte da força de trabalho da família rural atualmente é comprometida com atividades de natureza não agrícolas (SILVA, 2001). Isso inclui as políticas sociais (como as aposentadorias), o trabalho em serviços públicos e, ainda, a renda enviada por familiares que migram para centros urbanos. Para Andrew Shepherd (1998, p. 94), poucas sociedades reduziram a pobreza no meio rural exclusivamente a partir da agricultura e serviços: “rural wealth, even agricultural wealth, is often connected in one way or another with non-agricultural economic development. Urban migrants remit a proportion of their salaries”²³.

Com os dados e informações descritos, identifica-se o público principal que o PNPB afirma pretender beneficiar: famílias com pequenas propriedades cuja renda é complementada através de políticas compensatórias, aposentadorias e ajuda de parentes que deixam a atividade rural. Diante desse cenário, entretanto, questiona-se *como é possível transformar essa situação real e integrar a comunidade rural a uma política econômica voltada para a questão energética*, nas condições postas. O problema que emerge com a proposta governamental é o desafio de implementar uma economia de biodiesel em um ambiente rural altamente deficitário e heterogêneo pelo Brasil afora.

A hipótese é que, uma vez que o desenvolvimento da área rural está subordinado às novas demandas de produtos para o mercado globalizado de consumo energético, há um forte risco de que a pequena propriedade seja absorvida pelo agronegócio, ocasionando a desestruturação econômica, familiar e social das regiões onde predomina esse tipo de organização da produção rural. De fato, como explicitado no início do capítulo, o receio de que tal situação se concretize é a mola propulsora da reflexão desenvolvida nesta dissertação, que *busca propor ações capazes de imprimir, no processo que decorre do movimento mundial de produção de matrizes energéticas alternativas ao petróleo, uma orientação para o desenvolvimento territorial que mantenha a organização familiar e a pequena propriedade como núcleos centrais*.

²³ “Riqueza rural, mesmo a riqueza agrícola, está freqüentemente conectada de um jeito ou de outro ao desenvolvimento econômico não-agrícola. Migrantes urbanos enviam uma parcela de seus salários”. (Tradução livre)

3.3 TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO

A perspectiva do MDA, conforme explicitado no Capítulo 1, restringe a participação dos trabalhadores da agricultura familiar à etapa de produção de grãos, reeditando a experiência da produção de cana-de-açúcar para o mercado de etanol²⁴ ou mesmo dos Complexos Agroindustriais²⁵. Ou seja, trata-se de uma perspectiva conservadora que, mantendo o modelo primário-exportador, atribui à produção de oleaginosas o papel de promoção da inclusão social de agricultores historicamente alijados de direitos e da divisão de riquezas deste país.

O modelo vigente de participação da agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel pressupõe uma lógica de integração totalmente subordinada ao mercado. Como afirma Pamponet (2008) “Essa alternativa conserva a lógica econômica perversa presente há séculos, reduz a remuneração dos plantadores e os mantém (sic) dependentes, impedindo o salutar desenvolvimento de uma cultura cooperativa e, por natureza, emancipatória” (PAMPONET, 2008, P. 274). Tome-se o exemplo do reflexo da crise econômica americana, no segundo semestre de 2008, que impactou o mercado financeiro mundial, afetando as empresas exportadoras brasileiras. Na Bahia, a queda na venda dos vinhos do vale do São Francisco levou os produtores a dispensarem grande parte da mão de obra assalariada no primeiro semestre de 2009, deixando-os totalmente sem possibilidades de subsistência.

Muito embora a criação do Selo Combustível Social e as regras estabelecidas para a participação de empresas contempladas com o Selo nos leilões

²⁴ Inicialmente, um dos grandes argumentos do Proálcool foi a possibilidade de inclusão da agricultura familiar, supressa pela correlação de forças com os usineiros. Aos pequenos agricultores faltaram os meios para competição.

²⁵ Definido como “conjunto de todas as operações que englobam a produção e distribuição dos insumos rurais, as operações em nível de exploração rural; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e de seus subprodutos” (GONÇALVES, s/ data).

de compra do biodiesel sejam mecanismos de inclusão da categoria, a situação de intensa pobreza assim como a herança colonial-escravista que caracteriza as relações agrícolas no Brasil exige investimentos em políticas públicas que viabilizem a mobilidade social no espaço rural e estejam associadas a estratégias de desenvolvimento territoriais. Um desses meios consiste na possibilidade de organização coletiva dos agricultores familiares para o ingresso verticalizado na cadeia produtiva em questão: “o modelo mais moderno e socialmente inclusivo baseia-se em atividades associativas e na cooperação, integrando os agricultores familiares ao beneficiamento e ampliando a participação nos lucros” (PAMPONET, 2008, p. 272).

A abordagem de desenvolvimento territorial nas últimas duas décadas vem se firmando como um recurso analítico central no campo das ciências sociais aplicadas para a compreensão das relações entre elementos existentes (culturais, econômicos, sociais, políticos, ambientais) em um dado território (físico ou virtual), cuja característica mais relevante em sua definição, do ponto de vista aqui adotado, passa pela construção identitária. Trata-se, portanto, de uma construção social imbuída de sentido e significados objetivos ou subjetivos. Mas, trata-se, sobretudo, de um movimento de valorização do local, do regional, do lugar e das diferenças frente às forças homogeneizadoras que se impõem a partir dos processos inerentes à globalização econômica.

Nada mais pós-moderno do que a superação das fronteiras geográficas, o estabelecimento de novas relações tempo-espaço e da assunção de especificidades em espaços até então homogeneizados. A pós-modernidade aqui se traduz - em sua característica mais acentuada - na noção de reflexividade, com a aproximação das experiências locais e globais, onde há o reflexo de decisões particulares (grupos ou nações) na ordem mundial (através da economia, das decisões acerca do meio ambiente, etc).

Ao mesmo tempo, a abordagem é bastante prática, operacional e mobilizadora quando se trata de definir planos e estratégias para um dado território; sua relevância tem sido crescente no campo de políticas públicas de desenvolvimento. Primeiro, por pressupor a participação dos diferentes atores a ele pertencentes; depois, mas não menos importante, por assumir os recursos (naturais, adquiridos, construídos, tangíveis ou intangíveis) próprios do território como

elementos fundamentais para a construção de um projeto autêntico de desenvolvimento.

Abramovay (2000) observa que “o território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico” (ABRAMOVAY, 2000). Portanto, a visão territorial do desenvolvimento valoriza o aumento da integração e articulação dos atores locais, no caso das famílias agricultoras, voltadas para a busca de alternativas econômicas e políticas que superem os fatores naturais (ex. baixos níveis de pluviosidade), garantindo a permanência no campo, ao contrário de se acreditar que a superação da pobreza será conquistada com a migração à cidade.

Do ponto de vista normativo, desenvolvimento territorial é assumido neste trabalho como proposta alternativa à visão de desenvolvimento setorial (ou rural). Trata-se de “a necessidade de integração aos processos gerais do desenvolvimento nacional e macrorregional, dos espaços e das populações, marginalizados ou excluídos”, como afirma Wanderley (WANDERLEY, 2000, p. 20), trazendo, no entanto, para o centro deste desenvolvimento os recursos naturais, sociais e culturais de cada território, valorizando-os, sejam eles associados ou não às atividades agrícolas. Evidencia-se na elaboração dessa abordagem a reafirmação de uma identidade local voltada para a construção de um projeto local de vida social. No entanto, a autora citada adverte que “o desenvolvimento rural é a base das políticas de desenvolvimento local/territorial, sempre que a ‘trama espacial’ é rural”. Nesse sentido faz-se necessária a adequação do setor agrícola às novas exigências do desenvolvimento rural, de modo que sejam assegurados níveis satisfatórios de ocupação à população rural, segurança alimentar e garantia da qualidade dos produtos, levando em conta o zelo ambiental.

Aprofundando essa reflexão, Lacerda (2005) propõe que, ao diluir a importância das fronteiras entre rural e urbano, a noção de território evidencia os fluxos econômicos e sociais, tornando-os mais relevantes do que as polarizadas diferenças clássicas concebidas. Para a autora, se consideradas as noções de multifuncionalidade e de diversificação das estratégias de modos de vida, novas possibilidades são construídas nos territórios, enquanto espaços locais, refletindo na

ampliação de oportunidades de ocupações e fontes de renda ou na interação de instituições e atores sociais.

Com a mesma perspectiva de integração, Milton Santos, preconiza a necessidade de uma organização político-territorial, pois organização política e a organização territorial são inter-relacionadas. Para o autor, trata-se de empenhar esforços para a construção de um modelo cívico que “orienta a ação política e alicerce a solidariedade social”, porém não subordinado ao modelo econômico, mas que a ele se subordinem todos os demais modelos (Milton Santos, 1981). Em outra passagem de seu livro, o autor explica que não se trata de um “mero ajuntamento de municípios” (...) “mas de uma rede de solidariedade e conflitos, surgidos em função do mesmo movimento da história naquilo em que é abrangente, isto é, concernente ao conjunto” (Milton Santos, 1981, p. 120).

Mas, não é só de consenso que se forma um território. Implica também em um ambiente, isto é arena, onde emergem os conflitos de idéias, prioridades, interesses, assimetria de poderes, informações e conhecimentos, configurando problemas específicos, lembra Brandão (2008). As ações coletivas pelo desenvolvimento requerem iniciativas em variadas dimensões, envolvendo diferentes níveis de governo e instituições, em torno da operacionalização de estratégias pactuadas, contratualizadas.

Sob o arcabouço teórico do desenvolvimento territorial, a discussão da inserção da agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel propicia múltiplas análises. Conforme a caracterização construída nas seções precedentes, a questão da agricultura familiar por si só reúne aspectos econômicos, sociais, ambientais e culturais e está intimamente atrelada ao desenvolvimento territorial, de maneira que a unidade familiar agricultora é colocada como sujeito estratégico nas políticas públicas de desenvolvimento voltadas para o processo de transformação das condições de vida no espaço rural, que atualmente se encontram, majoritariamente, em níveis acentuados de pobreza. Ressalta-se que a condição contemporânea do agricultor familiar, com a pluriatividade e diversificação de estratégias de reprodução de vida e trabalho, acomoda a ampliação das funções da agricultura (LACERDA, 2007) e a verticalização de suas atividades produtivas. A participação dessas na construção de projetos de desenvolvimento é ponto de partida para qualquer ação, pois como afirma Santos, “as populações locais devem ter direito à palavra, não

apenas como parcela viva da nação ou de um Estado, mas como membros ativos de uma realidade regional que lhes diz diretamente respeito (...)” (MILTON SANTOS, 1987, 119).

3.3.1 Considerações para um Arranjo Inclusivo-Sustentável

As experiências de produção de biocombustíveis pela agricultura familiar são recentes. Para a presente análise, foram selecionados três casos de cooperativas de pequenos e médios agricultores formadas a partir de 2005 com essa finalidade²⁶, e que serviram de inspiração para as recomendações esboçadas ao final do Capítulo 4. São elas:

- Cooperativa Mista de Produção, Industrialização e Comercialização de Biocombustíveis do Brasil (Cooperbio), localizada no município de Palmeira das Missões no Estado do Rio Grande do Sul (RS);
- Cooperativa Central Agroindustrial Noroeste (Coceagro), com sede em Horizontina e atuante em vários municípios do RS.
- Assentamento Fazenda Pirituba, em Itapeva, município do Estado de São Paulo.

A Cooperbio é gerida pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e conta com cerca de 30 mil pequenos e médios agricultores, em 63 municípios da região Noroeste do RS. Foi criada em 2005 com a finalidade de conciliar a produção de energia e alimento, garantindo a participação do agricultor em todas as etapas da cadeia produtiva e da comercialização. Em maio de 2007, inaugurou a primeira microdestilaria de produção de álcool no município de Redentora, em parceria com a Petrobras. Foram investidos cerca de R\$ 2,3 milhões, pela empresa estatal. A

²⁶ A sessão conta com fragmentos do artigo apresentado no Encontro Latino Americano de Economia da Energia, realizado em Santiago do Chile, Março de 2009 (TIRYAKI, OLIVEIRA E ARAÚJO, 2009).

capacidade de produção no primeiro momento era de quinhentos litros de álcool/dia. Em seguida, foram inauguradas outras oito microdestilarias e uma unidade central de retificação, em Frederico Westphalen, com a capacidade de processar cinco mil litros/dia de álcool. Ressalta-se que a cooperativa produz, de maneira sustentável, a energia elétrica necessária para produção do álcool. As matérias-primas utilizadas são a cana-de-açúcar e a mandioca²⁷. São usados, no máximo, dois hectares por família para produção destinada ao etanol.

Em 2008, estava planejada a implantação de quatro estruturas menores de esmagamento nos municípios de Frederico Westphalen, Novo Barreiro, Sarandi e Coronel Bicaco, o que geraria mais R\$ 3 milhões de investimento para cada esmagadora. O girassol, mamona, canola e especialmente a soja, entre outras, são utilizadas como matéria-prima²⁸. Em 2010, firmou contrato com Petrobras para fornecimento de 500 mil sacas de grãos de soja. O contrato possibilitou a estruturação das cooperativas e da manutenção das equipes administrativa e técnica. A produção é realizada em parceria com outras empresas (armazenamento e secagem) e cooperativas. Entretanto, observa-se que a ausência de políticas de incentivo à diversificação dos grãos e à segurança alimentar fazem com que a comece a predominar a cultura da soja na região.

A Coceagro, por sua vez, foi fundada em 2001 no município de Três de Maio, surgiu a partir da união de outras três cooperativas: a Cotrimaio²⁹, do município de Três de Maio, fundada em 1968; a Coopermil³⁰, de Santa Rosa, fundada em 1955; e, a Comtul³¹, de Tucunduva, cujo início das atividades foi em 1957. Reunidas, somam 18.792 pequenos agricultores associados, em 40 municípios do Estado. O objetivo era operar na industrialização, na aquisição de

²⁷ A produção agrícola atinge cerca de 70 toneladas de cana-de-açúcar por hectare e a industrial, 70 litros de etanol por tonelada. A produtividade agrícola da mandioca é de 19 toneladas por hectare e uma produtividade industrial de 160 litros de etanol por tonelada.

²⁸ A produção agrícola de 12 mil famílias agricultoras conta com 53 milhões de sacas de soja e sete toneladas de sementes de pinhão manso por hectare.

²⁹ Cotrimaio - Cooperativa Agro-pecuária Alto Uruguai Ltda - Em 2002, teve início uma nova etapa na cooperativa; com base num projeto de Recursos Humanos avaliou-se a gestão de pessoas e assuntos que tratavam da administração da organização, e passou-se à Gestão por Negócios, sendo esta positiva e cumpridora de metas, tornando a COTRIMAIO mais competitiva. Os objetivos foram ampliados para: foco no desenvolvimento das pessoas, pela própria gestão; foco na organização como um todo e suas atividades; foco nos resultados; foco no mercado; e ampliação da visão dos processos existentes. Informações disponíveis em <http://www.cotrimaio.com.br/>, consultadas em 5 de Janeiro de 2009.

³⁰ Coopermil - Cooperativa Mista São Luiz Ltda.

³¹ Comtul - Cooperativa Mista Tucunduva Ltda.

insumos e fornecimento de produtos para seus associados no segmento de cereais. Contava, então, com uma estrutura de moinho de trigo e milho com capacidade de 1,5 mil toneladas por mês de moagem, além do moinho da cerealista com capacidade de 200 toneladas por mês.

Em 2006, com a aquisição do patrimônio da fábrica da Empresa Coinbra, produtora de óleo vegetal estabelecida em Cruz Alta, a cooperativa passou a operar também nesse segmento, com o esmagamento de soja e a produção de óleo de soja bruto degomado e farelo de soja. Em 2009, processava mil toneladas de soja *in natura* por dia, oferecendo um rendimento de 76% de farelo de soja e 18% de óleo de soja. A introdução da nova atividade levou a Coceagro a modificar seu processo de tomada de decisões. Antes organizada por segmentos de atuação, passou a contar com apenas um corpo diretivo para os diversos segmentos. (GUARIENTI, 2009)

O caso do Assentamento Fazenda Pirituba, em Itapeva (SP), resultado das lutas organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, é emblemático na tentativa de conquistar o que os agricultores assentados designam por autonomia energética. A avaliação feita após vinte anos de existência do assentamento era de que o acesso à terra, garantido pelo processo de reforma agrária, não assegurava o acesso às tecnologias e serviços essenciais. Em 2007, em busca de alternativas, em parceria com a Universidade da Cataluña (Espanha), um grupo de cinquenta pessoas foi capacitado para a produção de combustível vegetal a partir da semente de girassol e obtenção de gás de cozinha com a construção de biodigestores (utilizando dejetos de suínos), formando pequenas vilas agroecológicas, chamadas de 'agrovilas'. A experiência, designada pelo grupo por auto-desenvolvimento, contempla diversas dimensões de sustentabilidade (como econômica, ambiental, social, tecnológica, institucional), evidenciadas com a geração de energia para 400 famílias.

A oleaginosa adotada para extração do óleo, o girassol, é particularmente importante para essa estratégia:

- seu óleo também serve para cozinhar;
- a semente pode ser utilizada na alimentação das pessoas e dos animais;
- as flores favorecem a apicultura

- a torta, além de servir de adubo, alimenta o gado e os suínos que, por sua vez, produzem leite e gás.

Sucintamente, dentre outros elementos, pretende-se ressaltar que a realização desse projeto exigiu organização, capacitação, investimento de custo relativamente baixo, apoio de uma organização não-governamental (ligada à Universidade de Cataluña). Nessa experiência, buscou-se valorizar os recursos e capacidades locais do homem e da mulher agricultores.

Os casos mencionados ilustram o que se compreende nesta investigação por auto-desenvolvimento e autonomia energética de comunidades no espaço rural, conforme mencionado no Capítulo 1, articulando à produção de biodiesel. O aspecto marcante das cooperativas estudadas é a gestão dos pequenos agricultores desde a produção de matéria-prima à etapa industrial, precedida por estudos de viabilidade, inúmeros seminários e oficinas para debate e formação de seus associados, ao longo de alguns anos, e capacitação para gestão. Além disso, embora estejam atuando há pouco tempo no segmento de biocombustíveis, nos três casos observa-se a existência de um histórico de cooperação e sucesso em relação à mobilização de agricultores e prestação dos serviços propostos em seus objetivos. Algumas chegam a contar com cerca de 30 mil cooperados, como é o caso da Cooperbio, que gerencia nove micro-destilarias e uma refinaria central. Sobre essa trajetória, ligada aos movimentos sociais, Leal (2007), afirma que

A questão da cooperação tem nos mostrado que os grupos se formam por necessidades reais. Podemos citar a formação de núcleos pela conquista da terra, do crédito e outros. Supridas tais necessidades, os grupos se dissolvem e isto é um fato. Nossos Movimentos possuem como estratégia política a formação de grupos de base e este é o cerne da organicidade e da participação das massas nos debates e tomadas de decisões (LEAL, 2007).

A citação chama a atenção para o processo de organização política, identitária e cooperativada que precede à produção econômica nesses contextos, evidenciando uma trajetória de construção de laços de confiança e solidariedade, de investimentos sociais, públicos e privados. Embora o tema do cooperativismo não seja aprofundado nesta dissertação, serão discutidos alguns desses aspectos elementares de ações coletivas de comunidades da agricultura familiar.

A produção de biocombustível emerge como possibilidade de agregar valor ao papel elementar da agricultura familiar, qual seja, da produção de matéria-prima, mas, também estabelece condições de produzir seus próprios insumos a partir dos co-produtos gerados no processo de esmagamento das oleaginosas ou da cana-de-açúcar, destinados à alimentação animal e adubação. Todos esses fatores - propulsores das experiências analisadas - revelam existência de um projeto designado, pelos movimentos sociais do campo, por auto-suficiência energética ou auto-desenvolvimento de comunidades da agricultura familiar, seja auto-suficiência dos cooperados, da própria comunidade ou região, o que demonstra uma profunda consonância com as buscas de soluções que contribuam para a mitigação do aquecimento global - um dos maiores desafios do século XXI - e com o fomento do desenvolvimento local.

O capítulo procurou evidenciar que os agricultores familiares não são marginais ao processo de globalização, mas, ao contrário, estão no centro das transformações no espaço rural (e urbano). Além disso, constata-se que o ingresso desse segmento em cadeias produtivas no mercado contemporâneo segue uma tendência já experimentada pelos países ricos, com destaque às transformações provocadas pela intensificação das trocas entre os espaços rural e urbano, sem, no entanto, descaracterizá-los. Assumiu-se o rural como um sistema social heterogêneo (CARNEIRO, 2000), assim como o urbano, cada um com contribuições específicas para a dinâmica social, cultural, política, ambiental e econômica e, com essa perspectiva, vincular os investimentos ali realizados, e em especial na unidade familiar agrícola, a estratégias de desenvolvimento territorial. O capítulo apresentou, ainda, o território como *trama de relações* (ABRAMOVAY, 2000), portanto, como uma construção social imbuída de sentido e significados, que ganha relevância no contexto valorização do local, do regional, do lugar e das diferenças diante do processo homogeneizador inerente à globalização econômica. Foi proposta uma visão territorial do desenvolvimento, por considerá-la uma abordagem operacional e mobilizadora, propiciando a definição de planos e estratégias mais pertinentes a um dado território, pois pressupõe a participação dos diferentes atores a ele pertencentes e valoriza os recursos tangíveis ou intangíveis intrínsecos ao território como fundamentos para um modelo cívico (MILTON SANTOS, 1987) capaz de alicerçar a solidariedade social e nortear a ação política.

4 METODOLOGIA

4.1. PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS PARA O TRABALHO DE CAMPO

Os pressupostos metodológicos adotados nesta dissertação emergem de uma reflexão sobre as duas posições antagônicas sobre o como a participação da agricultura familiar deve ocorrer quando integrada à política de produção do biodiesel. A primeira, de caráter desenvolvimentista, restringe o papel da agricultura familiar à produção da matéria-prima. Trata-se do modelo argumentado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, pela Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - CONTAG, e alguns expoentes do mundo acadêmico. Esse modelo abre caminho para aprofundar as contradições próprias do sistema econômico, pois reproduz os valores da agroindústria que, geralmente, além de promotora de grandes prejuízos ambientais, é uma grande concentradora de renda.

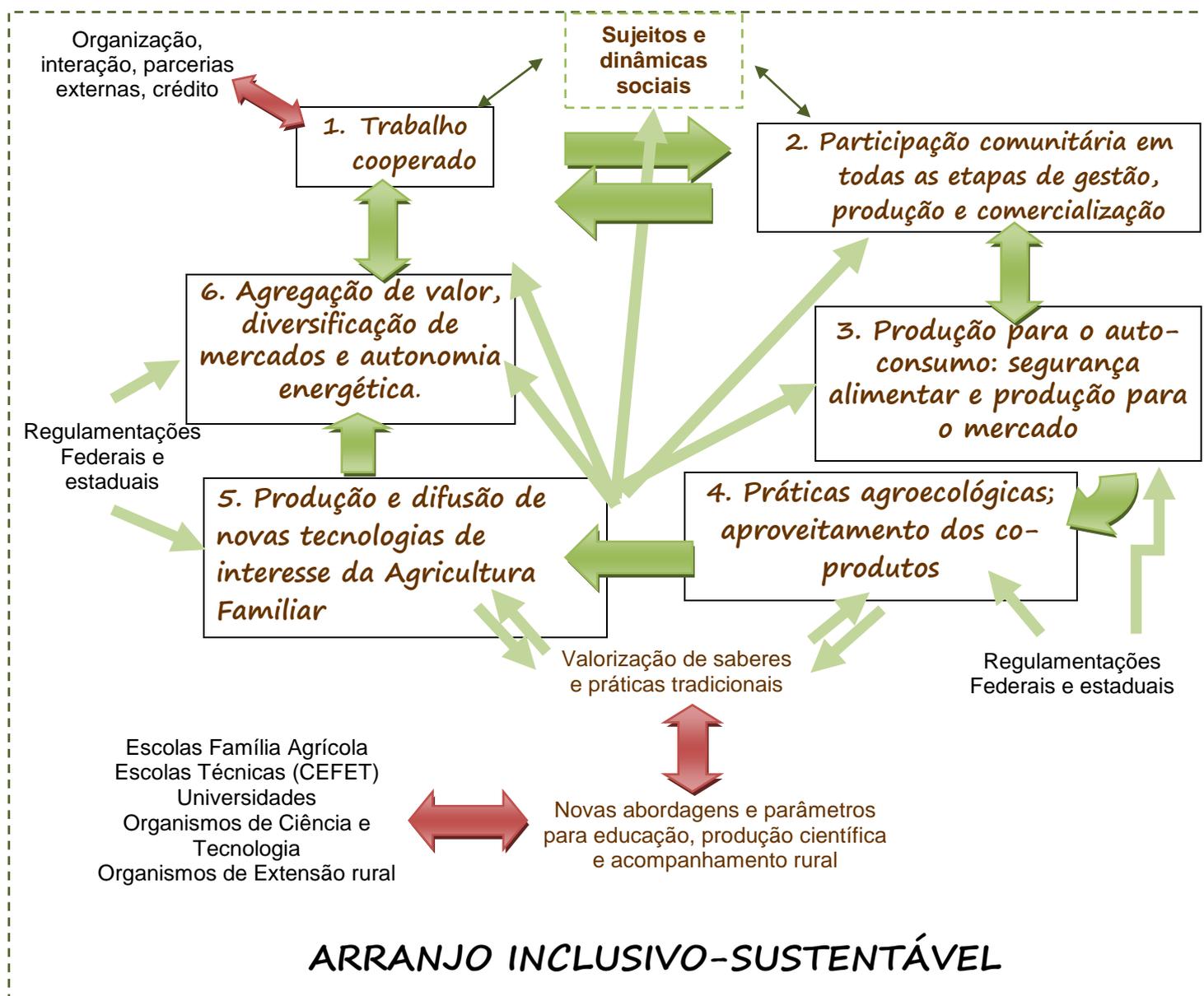
A segunda, que inspira a reflexão central desta dissertação, tem como matriz a visão humanista e vislumbra um processo de desenvolvimento territorial rural sustentável e de auto-desenvolvimento das comunidades de famílias agricultoras e assentados, argumentando que as famílias agricultoras têm condições de se auto-organizarem para agregar valor ao seu trabalho com a extração, transformação e venda do óleo bruto e processado diretamente às empresas. Essa é uma perspectiva de ação para o desenvolvimento da dinâmica rural baseada na pequena propriedade familiar, pois valoriza o sujeito em questão, compreendendo-o multifuncional³² e situado no centro de uma nova noção de rural, ou de ruralidades

³² A noção foi aprofundada no capítulo anterior.

que, ao incorporar demandas antigas e contemporâneas, o torna “sobredeterminado por construções sociais que simbolizam alternativas objetivas e subjetivas às insatisfações e aspirações mobilizadas pela experiência de intensa urbanidade globalizada, imprevisível, virtual” (ALENCAR, 2003, p. 113).

As oleaginosas, nesse modelo, exercem o papel de complemento da renda familiar e, além disso, através dos seus beneficiamentos, como a extração do óleo, abrem-se novas oportunidades de geração de renda nas comunidades rurais. Tal perspectiva emerge das organizações e movimentos sociais do campo, compreendendo a produção de informação qualificada e maior interação com as famílias agricultoras e é incorporada por alguns agentes de governos estaduais e alguns setores da Petrobras (considerando que esta última recentemente expandiu suas atividades para produção de energias renováveis). Essa perspectiva caracteriza-se, ainda, pela conjunção de múltiplas dimensões de sustentabilidade (social, ambiental, cultural, político-institucional, geográfica e econômica).

O quadro conceitual abaixo esquematiza uma concepção de desenvolvimento territorial que adota como estratégia o incentivo ao auto-desenvolvimento das comunidades rurais, integrando famílias agricultoras. Leva em conta a necessidade de ampliar oportunidades de atividades não-agrícolas no espaço rural, agregando valor à atividade agrícola, conforme mencionado anteriormente.



Esquema 1 - Pressupostos para a sustentabilidade da agricultura familiar em relação à proposta governamental de produção de biodiesel

Fonte: Produção da autora

Essa estratégia delineada no esquema acima pressupõe:

- 1) trabalho cooperado a fim de fortalecer a agricultura familiar através da organização coletiva e otimização de recursos; desenvolvimento da capacidade de gestão de cooperativas e associações de produção, fomentando iniciativas de auto-organização.

- 2) participação comunitária integral e comprometimento de jovens e mulheres nas tomadas de decisões e implementação de todas as etapas da produção (capacitação, planejamento, negociações, gestão, produção, comercialização), valorizando sujeitos historicamente preteridos pelas políticas públicas e pelas iniciativas locais.
- 3) segurança alimentar, através da produção para o auto-consumo: diretriz imprescindível para viabilizar o projeto econômico, combinando produção para o mercado e auto-desenvolvimento;
- 4) concepção agroecológica³³ e cuidados que garantam a boa qualidade dos produtos: solo, água e atmosfera em consonância com os princípios do desenvolvimento sustentável que prevê a utilização dos recursos ambientais para o desenvolvimento econômico sem comprometer a existência desses recursos para as gerações futuras; propõe-se a inclusão de práticas agroecológicas, como a adoção de insumos e pesticidas orgânicos³⁴, sementes naturais (crioulas, pé duro) a fim de assegurar o cultivo de alimentos, a qualidade dos recursos ambientais (solo, mananciais, atmosfera) e a própria integridade física.
- 5) introdução e compartilhamento de novas tecnologias (cultivo de oleaginosa e extração do óleo): refere-se a uma expectativa de mudança de padrão tecnológico de cultivos. Segundo Sachs (2009) há mais ganhos sociais em disseminar pequenas usinas de produção de biocombustíveis, mesmo se menos eficientes do ponto de vista econômico, mas atendendo a uma demanda por trabalho de uma população de pequenos agricultores, do que otimizar o aspecto econômico recorrendo a grandes áreas de monocultura.

Novas tecnologias aqui se relacionam, portanto, às tecnologias para inclusão social (TS), presentes nas agendas dos movimentos sociais. No entanto, aumentar o peso desta na agenda pública, para Dagnino & Bagattolli (2009),

³³ “A agroecologia constitui-se numa abordagem alternativa da agricultura, cujos princípios, técnicas e procedimentos são orientados por idéias, concepções ou conceitos de respeito, preservação e valorização da vida e da natureza” (AGRECO, 1996 apud SCHIMIDT, 2003)

³⁴ “Entende-se por agricultura orgânica, o método de produção agrícola que busca conciliar a produção com a manutenção dos recursos naturais, excluindo os pesticidas e outros meios artificiais de manejo das lavouras e criações” (AGRECO, 1996 apud SCHIMIDT, 2003)

(...) implica em fortalecer a argumentação que tem sido usada em favor da TS de modo a convencer a comunidade de pesquisa (nas universidades e demais instituições) da conveniência em alterar suas agendas de docência, pesquisa e extensão afastando-se dos cânones até agora vigentes, plasmados em expressões como excelência, *Science Citation Index*, pesquisa de fronteira, *main stream*, empresas de base tecnológica etc. e reorientar o potencial de pesquisa e ensino existente em instituições públicas (DAGNINO & BAGATTOLLI, 2009, p. 157).

Obviamente, esse aspecto trata de priorização de interesses não-hegemônicos e que, portanto, passará pelo crivo de uma agenda decisória que não está livre de conflitos, ao contrário, é resultado desses. Nesse sentido, os autores relacionam três tipos de conflitos: abertos (demandas explícitas de atores com poderes semelhantes), encobertos (demandas percebidas pelos atores sem poder de pautar as agendas públicas) e latentes (demandas que não conseguem sequer serem formuladas por força do controle dos atores mais poderosos).

A passagem da tecnologia social para política pública é o movimento crucial para que a política social efetive uma estratégia de inclusão social. Como estratégia, os autores apontam a interlocução com os dois principais atores envolvidos na Política de Ciência e Tecnologia e Inovação: a comunidade de pesquisa (professores-pesquisadores e técnicos das agências de fomento, planejamento e gestão de ciência e tecnologia) e os responsáveis pela elaboração das políticas sociais, propondo uma mudança no modelo cognitivo vigente, pois não parece lógico que o desenvolvimento social resulte de tecnologias cujas matrizes são forjadas com capital e interesses privados (calcula-se que 70% da produção científica ocorram nessas condições) e voltadas para a acumulação, portanto, produção de exclusão social (p. 172). Cabe, portanto, fomentar o aumento da capacidade para atender à demanda de inclusão social, pois

para aproveitar a capacidade de C&T existente para o desenvolvimento social é necessário a formulação e implementação de medidas de política específicas e distintas das que hoje se pratica. Elas terão um papel similar àquele que desempenham as que já fazem parte da PCT, orientadas para a competitividade empresarial, e que buscam sinergia com as políticas industrial e agrícola, de crédito, de comércio exterior, etc (DAGNINO & BAGATTOLLI, 2009, p. 174).

Portanto, a formulação de Políticas de Ciência e Tecnologia, assim como a construção de tecnologia social parte necessariamente da produção de

conhecimento experimentado pelos sujeitos sociais. No que diz respeito à relação com as questões rurais, Alencar (2003) afirma que

Parece-me imprescindível que a contribuição do conhecimento científico para essa perspectiva performativa incorpore como saber legítimo as experiências de ruralidade e de urbanidade que têm se constituído em recursos contrarrestantes aos problemas decorrentes da metropolização do modo de vida. (...) Se as experiências vivenciadas constroem alternativas para os modelos científicos, mal sucedidos, quando aplicados à realidade, é porque a atitude crítica não é prerrogativa metodológica da ciência e os sujeitos que implementam aqueles modelos são reais, estão fora dos modelos. (ALENCAR, 2003, p. 166)

- 6) agregação de valor e auto-suficiência energética: superação da etapa agrícola e convergência dos projetos global (mercado do biodiesel) e local (comunidade, espaço rural e território)

A proposta Inclusivo–Sustentável apresentada no esquema 5 – que, em síntese, preconiza a participação da agricultura de pequeno porte na etapa de beneficiamento ou transformação (produção de óleo vegetal), através da organização da gestão coletiva do trabalho cooperado para produção e comercialização - orienta metodologicamente a verificação da validade desse arranjo para o espaço rural. Utilizando essas lentes, em referência à metáfora relativa ao ferramental metodológico de um trabalho de investigação, a pesquisa empírica foi crucial para compreender de que modo todo o volume de informações e as propostas governamentais em tela estão sendo recebidos pelos agricultores em questão. Nas sessões subseqüentes serão caracterizados o campo empírico e os grupos de agricultores familiares pesquisados, assim como apresentadas as abordagens e os recursos utilizados.

4.2. CAMPO EMPÍRICO

A pesquisa de campo com dois grupos de agricultores familiares foi realizada no município de Mutuípe, localizado no território do Vale do Jiquiriçá³⁵.

4.2.1 Caracterização do município de Mutuípe (Bahia)

Da fazenda Mutum, em homenagem à ave Mutum, abundante na região, foi fundado o município de Mutuípe, em 1926, localizado na micro-região de Jequié, Território do Vale do Jiquiriçá (sudoeste do Estado), a 245 km da capital baiana, precisamente entre o Recôncavo Baiano e a Chapada Diamantina. Conta com uma área de 274,4 km² e uma população de 20.861 habitantes, com 60% concentrada na zona rural.

Embora esteja próximo a uma faixa de transição para o semi-árido, seu bioma é a Mata Atlântica (IBGE, 2006), apresentando o clima quente e úmido, relevo montanhoso e solo rico. Por ser banhado pelos rios Jiquiriçá, Jiquiriçá-mirim, Bom Jesus, Rio do Braço, Cariri e afluentes, vem atraindo muitos turistas nos últimos anos para visitar suas inúmeras cachoeiras que compõem a paisagem rural do município. O rio que deu o nome ao Vale desempenha relevante papel no desenvolvimento econômico e cultural no Território.

A urbanização irregular, falta de tratamento de água e o emprego inadequados de práticas agropecuárias (formas de eliminação de agrotóxicos e fertilizantes) têm sido as principais causas da degradação ambiental na região.

A população do Território do Vale do Jiquiriçá soma 467.000 habitantes, com uma densidade demográfica de 27,1hab/Km² e distribuição equilibrada entre zonas rural e urbana.

³⁵ Como Região Econômica, na divisão político-administrativa anterior à formação de Territórios de Identidades configurados pelos governos Wagner e Lula, o município pertencia à Região de Amargosa. Atualmente consta como o município-sede do Território do Vale do Jiquiriçá, que compreende os municípios de Amargosa, Brejões, Cravolândia, Elísio Medrado, Irajuba, Iramaia, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Lagedo do Tabocal, Laje, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra.

Com a instalação do Centro de Pesquisas do Cacau - CEPLAC, na década de 1970, em resposta à política federal de promoção dessa cultura na região, o município reagiu aos prejuízos sofridos com a queda da exportação do café (na década de 1960) e com a desativação da ferrovia que havia sido elemento fundamental para o desenvolvimento local até então.

Atualmente, o município é produtor de alguns cultivos encontrados também na região amazônica como o guaraná e a seringueira. Cravo e uma grande variedade de frutas, legumes e hortaliças também são encontrados em abundância na região. O desenvolvimento econômico é fortemente impulsionado pela produção agrícola, especialmente pelas culturas da banana e do cacau.

De acordo com o Censo Agropecuário (2006), o município conta com 3.361 estabelecimentos agropecuários que abrangem uma área de 19.468 hectares e ocupam 9.249 pessoas (Tabela 1). Desse total, 766 não têm laços de parentesco com o produtor. Esses dados revelam a existência predominante da agricultura familiar com pequenas unidades de produção (2 hectares em média), fenômeno diverso de outros municípios da região, como é o caso de Santa Inês, onde existe um grande proprietário de terras. Esses dados e outros estão sistematizados no Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 - Caracterização do Município de Mutuípe

	<i>Mutuípe</i>
<i>Tamanho (Área territorial)</i>	<i>273 Km²</i>
<i>IDH – M</i>	<i>0,657</i>
<i>Posição no ranking do IDHM-Renda em relação ao Território</i>	<i>1º</i>
<i>Posição no ranking do IDHM-Longevidade em relação ao Território</i>	<i>17º</i>
<i>Posição no ranking do IDHM-Educação em relação ao Território</i>	<i>11º</i>
<i>Número de estabelecimentos agropecuários</i>	<i>3.361</i>
<i>Área dos estabelecimentos agropecuários</i>	<i>19.468 ha</i>
<i>Média (área /Nº de estabelecimentos)</i>	<i>5,8 ha</i>
<i>Total de pessoal ocupado com laço de parentesco com o produtor</i>	<i>8.483</i>
<i>Total de pessoal ocupado sem laço de parentesco com o produtor</i>	<i>766</i>
<i>PIB – Valor adicionado na agropecuária (2005)</i>	<i>6.850 mil reais</i>

Fontes: IBGE - Censo Agropecuário, 2006; IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Dados organizados pela autora.

Quanto às posições ocupadas por Mutuípe em relação ao conjunto de municípios do território nos resultados do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), comparando-as em 1991 e 2000, nota-se uma considerável mudança no indicador-síntese municipal. Esse indicador salta da 12ª posição para a 3ª, impulsionada pelos indicadores de longevidade (da 19ª para 17ª) e renda, (da 10ª para a 1ª). No dado que mede o nível educacional, ao contrário, apresenta uma queda de cinco posições, pois se desloca da 6ª posição, em 1991, para 11ª, em 2000.

Contextualizando esses dados no território, Mutuípe foi o município que mais modificou seus indicadores, incrementando-os, sobretudo o índice de renda. Diferentemente dos demais municípios que tiveram pequenas variações, exceto em educação, onde houve uma elevação em bloco deste indicador (ANEXO F).

A prefeitura local³⁶ demonstra grande capacidade de iniciativa e articulação. Integra desde 2005 o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS), do Banco do Brasil, que tem por objetivo proporcionar empréstimo financeiro às prefeituras para aplicação em projetos de geração de emprego e renda que possam estimular o desenvolvimento regional. O DRS preconiza que a construção de agenda de prioridades para as comunidades seja elaborada em conjunto com a população interessada e garante recursos para tanto.

Essa estratégia tornou-se grande facilitadora da ação governamental, equivalendo a uma metodologia de orçamento participativo³⁷, promovendo reuniões nas comunidades e seminários municipais anuais sobre desenvolvimento regional sustentável, voltados para os agricultores familiares. Foi constituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Regional Sustentável, com representação das comunidades rurais, a quem compete a definição de políticas públicas e o acompanhamento da execução dos serviços de infra-estrutura. Os encontros freqüentes fomentam intensa sinergia entre as comunidades rurais, organizações sociais e governamentais locais e atuantes no âmbito estadual, a exemplo de: Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), Universidade Federal

³⁶ O prefeito Luis Carlos da Silva, do Partido dos Trabalhadores, foi reeleito em 2003 e elegeu seu sucessor no último pleito.

³⁷ Denominação dada a metodologias que promovem a participação popular adotadas por algumas prefeituras brasileiras (e fora do país) para a tomada decisão sobre alocação de uma parte dos recursos municipais para investimentos.

da Bahia (UFBA), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI).

Atribui-se, ainda, a construção ou revitalização de estradas, pontes, escolas, postos de saúde realizadas nos últimos anos à capacidade da prefeitura atual de atrair financiamentos de fontes diversas.

Outro indicador da convergência de esforços e recursos assegurados para promover melhores condições de vida para a população local, especialmente à população de baixa renda, é a cobertura total do município pelo Programa Saúde da Família, com recursos do orçamento do governo federal, realidade bastante divergente da grande maioria dos municípios baianos.

Segundo informações oficiais da prefeitura, as vendas no comércio local foram aquecidas em 2008 com aumento de 40% das vendas e a abertura de 20% de novas lojas, o que foi avaliado como fruto do incremento de renda gerado no orçamento das famílias rurais.

Pelos resultados obtidos, Mutuípe se destacou nacionalmente como o melhor programa Desenvolvimento Regional Sustentável do país, recebendo indicação para prêmio em Londres.

4.2.2 A escolha do lugar

Em relação às oleaginosas cotadas para o biodiesel, Mutuípe encontra-se zoneado para a produção de amendoim (em 2006 produziu cerca de 25 toneladas, em 25 hectares, segundo o IBGE) e girassol, cultivo desconhecido para o agricultor local.

A proposta de acompanhar os agricultores de Mutuípe, a fim de examinar como vem ocorrendo a implementação do PNPB no plano municipal/territorial, surgiu a partir do diálogo com a Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – Fetraf, após a realização do Plano de Qualificação dos trabalhadores da agricultura familiar para a produção de oleaginosas para biodiesel, financiado pelo Ministério do

Trabalho e Emprego (PlanSeQ Biodiesel/Elo-MTE)³⁸, em 2007. Uma vez que a informação ao agricultor familiar na Bahia, até o período do trabalho de campo para esta pesquisa, foi transmitida apenas através de seminários pontuais promovidos pelo governo do Estado nos 26 territórios de identidade ou através das insistentes propagandas do Governo Federal, avaliou-se a necessidade de realizar o trabalho de campo junto às comunidades que tivessem acesso a um processo mais aprofundado de debate e capacitação. Desse modo, dentre os municípios que receberam a qualificação do Elo-MTE no Estado da Bahia, Mutuípe foi escolhido pelas razões que serão descritas no texto que segue.

Primeiramente, o trabalho nesse município foi considerado viável e pertinente em decorrência da participação de um grupo de quinze agricultores³⁹ no referido processo de qualificação, que supostamente atuariam como multiplicadores da discussão no município, promovendo, dessa forma, uma reflexão coletiva acerca do tema. O grupo estava, portanto, a par do PNPB e, sete agricultores haviam firmado contrato com a Petrobras para a venda dos grãos produzidos. As razões para adesão e não adesão dos agricultores em Mutuípe serão esclarecidas na seção dedicada à descrição do trabalho de campo. Ressalta-se que a adesão para a safra 2008/2009 foi de caráter experimental, conseqüentemente, parcial, com o plantio limitado a 1 hectare. No Território do Jiquiriçá, cerca de quarenta famílias se dispuseram a conhecer o plantio de girassol (oleaginosa proposta pela Petrobras como alternativa à carência de semente de amendoim). Nesse contexto, Mutuípe se destacou, ainda, pelas seguintes razões:

³⁸ Dirigido a agricultores familiares dos Estados da Bahia, Ceará e Minas Gerais, o plano integrou as ações de qualificação para o trabalho, do Ministério do Trabalho e Emprego, desenvolvido com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Foi executado pela ong Elo – Ligação e Organização, em 2007, pela qual a autora integrou a equipe pedagógica nacional, em parcerias com a Fetraf e Via Campesina (articulação internacional de movimentos de agricultores camponeses e familiares. Para o referido projeto, estiveram envolvidos: o Movimento dos Sem-Terra, Movimento dos Pequenos Agricultores e Movimento dos Atingidos por Barragens).

O processo de qualificação contou com a capacitação de agentes multiplicadores, preparados ao longo de três módulos de aprendizagem (Sensibilização, Plano Agrícola e de Beneficiamento e Plano de Gestão), além do módulo de monitoramento e avaliação. Recorrendo à metodologia da alternância, os módulos estavam organizados em duas etapas (de 30 horas cada), de modo que, no intervalo de 30 a 45 dias, os multiplicadores regressassem às suas comunidades e assentamentos, a fim de refletir com seus pares os temas propostos. Quando retornavam para os módulos de aprendizagem, os agentes contribuíam qualitativamente para o delineamento da proposta que vinha, então, sendo gestada pelos parceiros envolvidos, pois eram portadores das impressões, reações, frustrações, dúvidas e expectativas dos principais atores interessados: os agricultores familiares.

³⁹ São moradores de três diferentes comunidades rurais, do universo das 19 existentes no município.

- pela organização existente dos trabalhadores rurais (cooperativas de beneficiamento, sindicalismo);
- pela intensa participação feminina e de jovens;
- pela opção pelo cultivo do girassol para o mercado do biodiesel e,
- pela proposta existente entre os atores locais para, futuramente, implementarem ações voltadas para o beneficiamento dos grãos.

Os tópicos acima serão apresentados com mais detalhes ao longo desta dissertação, com exceção da explicação sobre a importância subjacente ao cultivo escolhido. O interesse particular pela experiência com o girassol deve-se ao fato de se optar por uma oleaginosa que se integrasse bem à agricultura familiar. Na perspectiva desta dissertação, a integração da agricultura familiar no segmento do biodiesel pode ocorrer a partir de cultivares com significativa utilidade para a unidade produtiva familiar⁴⁰. No caso do girassol, além de alimento humano e para animais, contribui para a apicultura e para a adubação das hortaliças, através do caule e das folhas. O seu óleo serve à alimentação, à produção de biodiesel e, ainda, à indústria química. Dos co-produtos da extração do óleo obtém-se um farelo rico em proteínas (EBDA, 2007).

A conjuntura do PNPB parece favorecer o incentivo à introdução da cultura do girassol no Estado, uma vez que a produção é praticamente inexistente, embora grande parte do Estado da Bahia esteja zoneada para o plantio dessa oleaginosa, especialmente Regiões Oeste e da Mata Atlântica. A produção está concentrada apenas em alguns municípios na Região de Irecê como pode ser notado na Figura 4. Como se pode observar, cinco municípios produziram menos de 100 toneladas, em 2007, e apenas um teve produção entre 100 e 200 toneladas de girassol.

Outras características identificadas também foram consideradas, como o tamanho da unidade produtiva (média de 5 hectares por família), o baixo grau de endividamento dos agricultores na região e a inexistência de assentamentos. Desconsiderar esses dados poderia levar à produção de resultados muito

⁴⁰ Desde que as condições endofoclimáticas assim favoreçam. Em muitos municípios do Semi-Árido, por exemplo, não é possível consorciar oleaginosas com alimentos.

específicos ou mesmo enviesados por estabelecer uma amostra com um perfil bastante heterogêneo.

O dinamismo da agricultura familiar local do ponto de vista da produção (diversificada: cacau, fruticultura, seringa, cravo e guaraná), da introdução de novas tecnologias (beneficiamento de seus produtos) e emprego de práticas agroecológicas foi um indicador relevante da organização do trabalho no município. A partir desta relação se tornaria possível avaliar o interesse dos agricultores locais em ampliar sua produção convencional da agricultura familiar, combinando-a com a produção de grãos e óleo vegetal voltados a outras indústrias de ponta (energia, ricinoquímica, etc).

Quanto às dificuldades enfrentadas, a maior delas identificada pelos agricultores no município, há décadas, foi a comercialização de seus produtos e a intensa ação de atravessadores – problema freqüente na agricultura familiar, de maneira geral na Bahia.

Finalmente, observou-se que a proximidade das comunidades (com uma média de 15 famílias) em relação aos demais municípios também favoreceria o deslocamento para a realização das entrevistas.

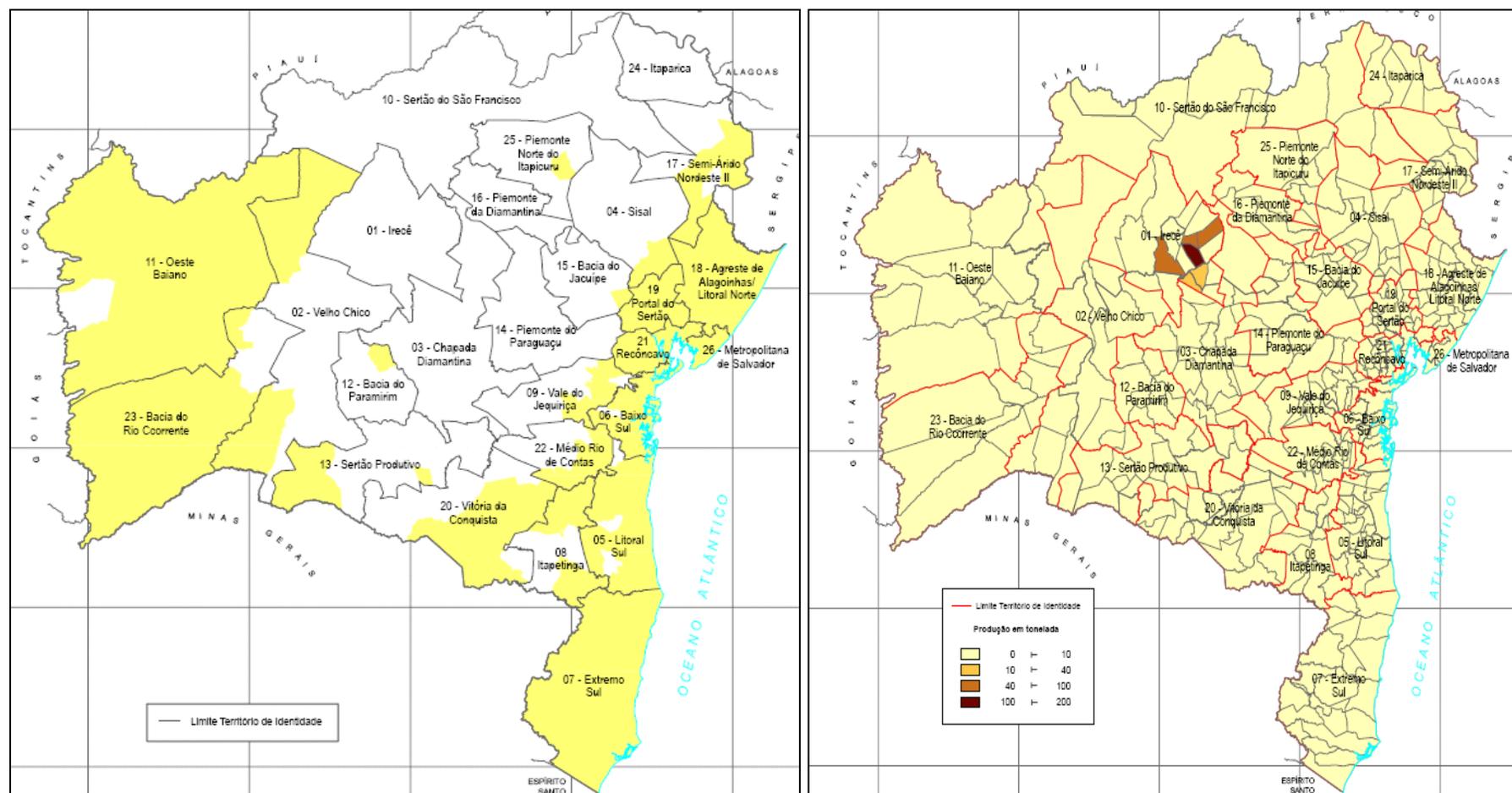


Figura 4 - Zoneamento e produção de Girassol na Bahia

Fonte: Sei, 2007

4.3 - ABORDAGENS UTILIZADAS

4.3.1 Um estudo de caso e análise qualitativa

Em busca de um entendimento em maior profundidade dos aspectos de integração do homem com mudanças em seu habitat, optou-se por uma maior interação com a comunidade local e pelo estudo do processo de inserção das famílias agricultoras na cadeia produtiva do biodiesel em Mutuípe. O recurso a um estudo de caso foi realizado a partir da observação participante e de um programa de entrevistas semi-estruturadas com dois grupos familiares (um grupo de famílias contratadas e outro de não contratadas pela Petrobras) e com dirigentes do sindicato local. Essa escolha se mostrou estrategicamente adequada à presente investigação por tratar de um fenômeno com grande impacto sobre a população.

Como afirma Becker (1997), o estudo de caso dá acesso a uma ampla gama de dados, inclusive os tipos de dados cuja existência o investigador pode não ter previsto no momento em que começou a estudar. Nesse sentido, esse autor atribui um duplo objetivo à técnica: a da possibilidade de uma compreensão do grupo em estudo (quem são seus membros, quais são suas atividades, como se relaciona com o mundo, etc) e de elaborar e desenvolver análises teóricas mais gerais sobre possíveis regularidades de fenômenos semelhantes e seus impactos sobre as estruturas sociais.

O estudo de caso comporta, com isso, as diferentes proposições existentes, ao contemplar o caráter multifacetado da realidade acerca dos fenômenos sociais e leva o investigador a considerar suas múltiplas inter-relações. O pesquisador deve lidar, portanto, com um amplo leque de problemas e eventos, incorporando-os ao estudo e atribuindo diferentes pesos quando da análise teórica. Diante da consistência que se espera alcançar na compreensão do fenômeno em foco, são extraídas conclusões que, ainda que específicas para o caso investigado, em alguns tipos de estudos de caso (como estudos multi-casos) podem se somar a pretensões de estudo mais generalizáveis.

Trata-se, portanto, de estudo compreensivo, e não estatístico, pautado em descrições e observações da realidade que proporcionam uma análise relativa a comportamentos e acontecimentos. Os achados da pesquisa dessa natureza ajudam a compreender aspectos específicos do contexto em que se desenrola e, no presente caso, não servem para explicações gerais. Procurou-se, no entanto, buscar variadas fontes de evidências, entre dados primários, secundários, teorias, etc, que ajudassem a triangular os dados como recurso para comprovar seus achados. Nesse sentido, a observação participante especialmente em três reuniões voltadas para questões relativas à agricultura familiar no município e na região (realizadas pelo Pólo Sindical, pela prefeitura de Mutuípe sobre o projeto local de beneficiamento, e outra pela Petrobras para monitoramento do plantio de oleaginosas no Território do Vale do Jiquiriçá), além das conversas informais com técnicos da Ceplac, da EBDA e gestores públicos, tiveram a função tanto de coletar quanto de confrontar dados e informações. Buscando sintetizar visualmente as técnicas utilizadas, a figura 5 recorre à imagem do triângulo, metáfora usada para a recomendação de confrontação dos dados coletados em estudos de caso (YIN, 2001).



Figura 5 – Triangulação dos dados: síntese das técnicas utilizadas na pesquisa.

Fonte: Produção da autora

Ao fornecer fatos que guiam a construção das pressuposições, o estudo de caso torna-se bastante apropriado para as pesquisas em ciências humanas, onde o fator da ação humana, de entendimento dos processos das experiências vividas e das mudanças de diversos tipos (econômicas, tecnológicas, ambientais) são muito relevantes. Enfim, para lograr êxito nos objetivos de um estudo de caso, faz-se necessário lançar mão de técnicas específicas de coleta e análise de dados, como a observação participante, as fontes secundárias e o trabalho de campo propriamente dito. Recorreu-se ao levantamento de dados secundários de órgãos governamentais nacionais, internacionais e não governamentais para a construção do problema da pesquisa e suas implicações sociais na comunidade em foco. A caracterização do objeto de estudo foi possível através dos dados produzidos no âmbito estatal e, muito particularmente, pelo banco de dados,

relatório final e documentos do PlanSeq Biodiesel - Elo/MTE (2007), por reunir informações sobre o grupo das famílias agricultoras aqui pesquisado.

Os dados primários foram produzidos a partir das entrevistas semi-estruturadas e da observação participante, realizadas pela pesquisadora, como se verá mais adiante no texto. A tabela a seguir sintetiza as fontes de produção e consulta de dados e as técnicas utilizadas no presente trabalho:

Tabela 4 - Técnicas de coleta de dados e fontes de pesquisa

Técnica	Tema/atores envolvidos	Abrangência regional	Fonte
Levantamento de dados secundários (1)	Dados sobre o município, produção agropecuária, projetos governamentais, etc		<ul style="list-style-type: none"> • Org. internac.: CEPAL, FAO, PNUD • Governamentais: IBGE, SEI, MDA, MDS, MTE, SEAGRI/Ba • Org. não-gover.: FASE, ACTION AID, ASPTA, ELO • Núcleos de Estudo/Univ.: NEAD
Dados secundários (2): Pesquisa documental	Depoimentos de 1830 famílias agricultoras e camponesas	CE, BA, MG	Relatórios do PlanSeq Biodiesel – ELO/MTE
Dados secundários (3): Pesquisa documental	Depoimentos de 150 agentes formadores	CE, BA, MG	Relatórios do PlanSeq Biodiesel – ELO/MTE
Dados primários (1): Entrevistas semi-estruturadas	<ul style="list-style-type: none"> - 7 famílias contratadas pela Petrobras - 5 famílias não contratadas - 2 dirigentes do sindicato dos trabalhadores rurais 	Mutuípe (Ba)	Registros da autora
Dados primários (2): Observação participante	Organizações locais voltadas para a agricultura familiar (reuniões com a Prefeitura, Sebrae, Petrobras, Pólo Sindical e representantes das associações rurais)	Mutuípe (Ba)	Registros da autora do trabalho de campo: anotações dos problemas, soluções, percepções, estratégias informadas pelas famílias agricultoras, poder público e organizações sociais na região

Fonte: Produção da autora

4.3.2 Categorias de análise

O acompanhamento das comunidades, as entrevistas e a observação participante compuseram as formas de pesquisar os valores, o nível de organização e as condições que possam favorecer o empenho dos atores locais em promover desenvolvimento territorial. As referências metodológicas de avaliação de iniciativas desta natureza utilizadas versam sobre projetos que visam ao desenvolvimento endógeno e ao desenvolvimento sustentável como avaliado por autores como Haddad (2004) e Tenório e Lopes (2006), respectivamente.

Esses autores partem do princípio de que “um processo de desenvolvimento endógeno é concebido e implementado a partir da capacidade que dispõe uma determinada comunidade para a mobilização social e política de recursos humanos, materiais e institucionais, em uma determinada localidade ou região” (HADDAD, 2004) e, ainda, ampliam o conceito de sustentabilidade para além do triângulo financeiro-social-ambiental, a fim de abrigar as dimensões educacional e ética. Cada comunidade ou organização, porém, as traduz em valores e princípios específicos e necessários naquele contexto (TENÓRIO E LOPES, 2006)

As categorias de análise consideradas para esta pesquisa inspiraram, ao longo da investigação, a elaboração do roteiro de entrevistas e a análise do material documental; elas estão relacionadas na tabela 5, abaixo:

Tabela 5 - Categorias de análise e indicadores

Categorias	Indicadores
Organização institucional (organizações existentes na localidade)	Número, clima de relações interinstitucionais (cooperação, conflito), presença de elementos/conteúdos modernos e pós-modernos (identidade, ruralidade, etc);
Condições educacionais e tradicionais existentes	Conhecimentos e habilidades dos indivíduos e capacidade de exercê-los;
Práticas na comunidade	Práticas políticas democráticas, de confiança nas instituições, de envolvimento com assuntos comunitários, capacidade de associação;
Coesão social	Nível de confiança existente nos pares, capacidade de realização de ações coletivas pontuais ou permanentes em conjunto;
Sinergia/articulação	Capacidade real ou latente da comunidade em articular democraticamente as condições acima verificadas, quando existentes.

Fonte: Adaptado de S. Boisier: *Conversaciones Sociales y Desarrollo Regional*. Editora de la Universidad de Talca, 2000, *apud* Paulo Haddad, 2004. Re-sistematizado pela pesquisadora.

Por se tratar de uma pesquisa social de caráter qualitativo, é inevitável o envolvimento, ainda que parcial, do investigador com os sujeitos da pesquisa. No entanto, cabe ao pesquisador a compreensão do outro, em suas dimensões subjetiva e objetiva, superando a dicotomia tradicionalmente imposta pela ciência (MERLLIÉ et al,1996). As categorias de análise selecionadas auxiliam nessa compreensão na medida em que estabelecem uma ponte entre a representação da realidade, as dimensões aferidas na pesquisa e a conseqüente produção da reflexão teórica.

4.3.3 Dados primários

Durante as visitas de campo, realizadas em outubro e novembro de 2008, procurou-se uma aproximação/integração às atividades da agricultura familiar (no tocante à organização cooperativada, beneficiamento de produtos e plantio de oleaginosas), recorrendo à técnica da observação participante. Na ocasião, foi possível participar de três reuniões⁴¹ promovidas pelos diferentes setores (para utilizar um termo recorrente no campo da gestão social): sociedade civil organizada, poder público e empresa. Foram eles:

- 1) Reunião territorial de monitoramento da produção de oleaginosas, organizada pela Petrobras, com técnicos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola - EBDA e representante dos sindicatos dos municípios;
- 2) Reunião para discussão sobre a viabilidade de reativação da Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Amargosa – APARA, promovida pelo Pólo Sindical⁴²;
- 3) Reunião para o início da implementação do projeto de beneficiamento dos produtos da agricultura familiar, segurança alimentar e geração de renda, promovida pela prefeitura, envolvendo

⁴¹ Reuniões agendadas independentemente da visita da pesquisadora. Elas foram aqui consideradas um importante indicador da dinâmica local e da sinergia entre os atores locais.

⁴² Instituição que agrega os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios do Vale do Jiquiriçá.

o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, sindicato e associações de moradores rurais.

O método de observação participante admite diferentes graus de intervenção no grupo investigado, podendo o pesquisador agir apenas como um observador, ou engajar-se de tal modo a se transpor temporariamente para o lugar em questão, permitindo um envolvimento integral, como ocorre nos estudos etnográficos realizados por antropólogos. Na presença em campo, todas as informações sobre os indivíduos e grupos, as relações sociais observadas, os assuntos abordados, os conflitos e as demandas existentes adquirem relevância para a compreensão do problema estudado (BECKER, 1997). O produto de um trabalho de observação participante é, em última instância, um mapeamento de informações e dados (WHYTE, 1990), assim como as transcrições das falas dos sujeitos da pesquisa.

Concomitantemente à observação participante, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas (ANEXO G) junto às famílias, organizadas em dois grupos, e dirigentes do sindicato dos trabalhadores rurais local. As análises dos dados desta pesquisa apoiaram-se também em conversas informais que subsidiaram a elucidação de questões relativas ao contexto local e da política implementada:

- 1) o grupo dos produtores que aderiram ao PNPB, firmando contrato com a Petrobras para a entrega de grãos de girassol para fins de produção de biodiesel, totalizando sete famílias agricultoras,
- 2) sete famílias qualificadas pelo PlanSeq Biodiesel – convênio Elo/MTE (2007), (de um total de quinze, mas que não celebraram contrato com a Petrobras por diversas razões).
- 3) entrevista com dois dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Mutuípe;
- 4) conversas informais com representantes da Petrobras, representantes da prefeitura, técnicos da EBDA, funcionários do

Centro de Pesquisas do Cacau – CEPLAC, do STR de Mutuípe e assessores estaduais da Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar – FETRAF.

À medida do possível, as unidades produtivas foram visitadas, observando as plantações de girassol, as condições e modo de vida e de produção das famílias.

As entrevistas realizadas com os agricultores familiares que aderiram ao plantio de girassol, em caráter experimental, buscaram aferir as expectativas deles no que tange à inserção da agricultura familiar na cadeia de produção do biodiesel, conforme estabelecido pelo PNPB, além de conferir os primeiros resultados do plantio. As primeiras três entrevistas ocorreram durante a primeira visita ao município e serviram como um teste para o roteiro elaborado. As demais foram colhidas no mês subsequente, com o roteiro apresentando pequenas adequações.

Um segundo propósito foi examinar como os princípios de sustentabilidade e autonomia são percebidos pelos agricultores, assumindo que esses princípios demandam a capacidade de entendimento dos envolvidos em dois níveis: a da produção do biodiesel e a da contra-proposta (ou proposta complementar) da sociedade civil organizada, isto é, que recomenda a comercialização dos grãos e o esmagamento, geridos coletivamente pelos próprios agricultores. A pesquisa buscou, finalmente, compreender as dificuldades enfrentadas pelas famílias e as possibilidades de ações voltadas para o desenvolvimento do território do Vale do Jiquiriçá a partir da produção de oleaginosas.

Atendendo aos objetivos específicos da dissertação, foi adotado um roteiro mais simplificado para as entrevistas com as famílias que participaram do PlanSeQ Biodiesel, mas que não assinaram contrato em 2008. Essas entrevistas foram especialmente elucidativas sobre a razão da baixa adesão ao PNPB. O roteiro foi organizado em três partes:

- 1) Perfil da família
- 2) Questões relativas à família
- 3) Questões relativas à comunidade

Na primeira parte, buscou-se caracterizar a família quanto às condições de vida e modo de produção, levantando informações sobre a divisão de trabalho e o papel das atividades não-agrícolas na renda familiar. A segunda inquiriu o agricultor acerca da sua participação no programa federal de produção de oleaginosas destinadas a produção de biodiesel; sua avaliação sobre a participação da agricultura familiar; de que maneira as informações chegaram ao agricultor, suas motivações para adesão ou não adesão ao programa, assim como o grau de identidade com as questões contemporâneas colocadas (agroecologia, beneficiamento, gestão cooperativada, assunção de responsabilidades para as mulheres e jovens).

Uma vez que um dos pilares da proposta analisada nesta dissertação versa sobre a gestão coletiva através do trabalho cooperativado para produção e comercialização dos grãos de oleaginosas, inicialmente, e para produção e comercialização do óleo vegetal, na medida que se mostrar viável, a última parte do roteiro contemplou a relação do agricultor e/ou sua família com a comunidade (na relação com vizinhos ou mesmo com seus pares no âmbito municipal). O intuito foi inferir em que medida os agricultores desta localidade apresentam condições de (ou se dispõem a) organizarem-se em iniciativas produtivas, a partir dos relatos de iniciativas de ações solidárias e outras. As duas últimas questões aferiram as expectativas de melhoria de vida ao ingressar no projeto de produção de biodiesel e a percepção quanto à relevância do projeto para a agricultura familiar.

Objetivo específico	Parâmetros	Variáveis
1. Identificar como se configuram as expectativas da família agricultora em relação ao PNPB	Nível e matriz de informação sobre o PNPB	a. Abordagem ao agricultor b. Argumentos que convenceram o agricultor c. Avaliação do agricultor
2. Identificar os problemas enfrentados pelas famílias no primeiro momento de produção para o PNPB	Condições de vida e modo de produção	a. Viabilidade para a agricultura familiar b. Dificuldades
3. Identificar se a família incorpora ou pretende incorporar em sua prática princípios de sustentabilidade	Sustentabilidade – produção para o consumo; diversificação da produção; uso de técnicas agroecológicas	a. Gestão da unidade produtiva; b. Consorciamento e diversificação; c. Segurança alimentar d. Papel da oleaginosa na renda familiar e. Uso da terra e grau de auto-suficiência
4. Verificar a percepção de lideranças locais sobre a proposta de esmagamento dos grãos pela agricultura familiar;	Agregação de valor	a. Opinião e posição sobre o plantio de oleaginosas e sobre o esmagamento b. Dificuldades (edafoclimáticas, organizacional, políticas públicas, etc)
5. Verificar o estágio atual da comunidade em termos de organização para a produção	Organização coletiva e auto-gestão	a. Relação com a comunidade b. Relação com as lideranças c. Grau de institucionalização da proposta

Quadro 3 - Relação das variáveis, segundo os objetivos específicos e os parâmetros utilizados

Fonte: Produção da autora

Para a realização das entrevistas foram percorridos cerca de 200 km entre as comunidades rurais, durante as duas visitas. Três agricultores foram entrevistados em suas casas na zona rural e outros dois na sede do município. O Quadro 4, a seguir, reúne algumas características das famílias entrevistadas: local de moradia, situação sobre a celebração ou não de contrato com a Petrobras, realização da qualificação e qual (is) membro (s) da família concedeu (ram) entrevista.

Nº da entrevista	Comunidade	Contrato Petrobras	Participaram da entrevista	Foi qualificado pelo PlanSeq Biodiesel?
1	Cachoeira Alta	Sim	Marido, esposa e filha	Sim
2	Rio do Braço	Sim	Esposa	Sim
3	Parafuso	Sim	Marido	Não
4	Duas Barras do Fojo	Sim	Esposa	Sim
5	Rio do Braço	Não	Esposa	Sim
6	Rio do Braço	Não	Marido	Sim
7	Água Branca	Não	Marido e esposa	Sim
8	Água Branca	Não	Esposa	Sim
9	Rio do Braço/Sede	Não	Esposa	Sim
10	Duas Barras do Fojo	Sim	Esposa	Sim
11	Baeta/Sede	Sim	Filho/produtor	Não
12	Baeta/Sede	Sim	Filho/produtor	Não

Quadro 4 - Características das famílias entrevistadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Obs: 1. Em virtude das distâncias e da dificuldade de localizar as pessoas, foram realizadas, em média, 3 entrevistas diárias. Não foi possível realizar as duas últimas entrevistas previstas com famílias que não celebraram contrato com a Petrobras. 2. Os dois últimos entrevistados são produtores independentes, embora utilizem parte do terreno cedido pela mãe.

4.3.4 Dados secundários

O banco de dados do PlanSeq Biodiesel/Elo-MTE (2007), juntamente com o acervo de documentos, avaliações e os depoimentos registrados no relatório final constituíram importantes subsídios para a análise qualitativa da situação dos agricultores, em condições semelhantes em outras regiões do Brasil, de distintas realidades, em diversos municípios do Ceará, da Bahia e de Minas Gerais, revelando as principais preocupações, dificuldades e contribuições de experiências com a agricultura familiar⁴³. Os dados foram colhidos durante o processo de capacitação realizada por agentes multiplicadores (50 em cada estado), selecionados de maneira a revelar como os agricultores apreendem e re-

⁴³ O relatório Planseq/ELO/MTE 2007 refere-se a uma pesquisa com 1830 agricultores. Esses dados fazem parte do trabalho realizado pela autora na organização (ONG) onde atuou como profissional em 2007: ELO – Ligação e Organização.

significam o conjunto de questões políticas, sociais e técnicas trazidas no bojo da discussão da participação dos agricultores familiares no PNPB, além de indicar o seu grau de adesão. Evidenciaram, portanto, a reflexão dos atores sobre a autonomia da agricultura familiar (em relação aos mercados, à gestão de sua produção e à geração de energia), especialmente, mediante as propostas do PNPB.

Foram selecionados, especialmente, os dados da avaliação levada a cabo pelo Elo/MTE ao final do processo de qualificação para o plantio de oleaginosas (PlanSeQ Biodiesel) referentes ao município de Mutuípe, no ano de 2007, no universo dos agricultores capacitados naquela região (ANEXO H); os dados foram cotejados de maneira a dialogar com os resultados encontrados a partir das doze entrevistas semi-estruturadas realizadas especificamente para esta dissertação.

Finalmente, a pesquisa para a dissertação recorreu a fontes documentais e sítios da web de diversos tipos, tais como: legislação, projeto da Petrobras, do MDA, diagnósticos de organismos internacionais, ong e universidades.

5 RESULTADOS

O presente capítulo desenvolve uma análise das informações coletadas no trabalho de campo realizado em Mutuípe, nos meses de outubro e novembro de 2008. Uma vez que o objeto da pesquisa trata de um fenômeno contemporâneo, isto é, de um programa governamental cuja implementação está em andamento, o estudo de caso permitiu aprofundar o *como* está se dando o fenômeno (YIN, 2001). Com o propósito de visitar outros contextos que ajudassem a ampliar o universo de análise em complementação aos dados apreendidos em Mutuípe, tanto depoimentos de agricultores quanto relatos dos agentes formadores do PlanSeq Biodiesel Elo/MTE foram utilizados para ilustrar as similaridades de determinados fatos em outros municípios baianos, cearenses e mineiros, ajudando a compreender se o aspecto analisado está circunscrito aos agentes, sujeitos e processos referentes ao caso estudado ou se permite inferências em um plano mais abrangente.

O Capítulo está estruturado em três partes. Resultado das questões sobre o perfil da família constante no roteiro semi-estruturado, a primeira parte apresenta uma caracterização das famílias entrevistadas, evidenciando os aspectos comuns entre os dois grupos selecionados (contratados e não contratados) e os contrastes que surgiram nas respostas. As outras duas partes tratam distintamente as respostas de cada grupo entrevistado, buscando aferir as circunstâncias e as razões para a adesão ou não ao plantio de oleaginosas.

Conforme descrito no capítulo anterior, as variáveis avaliadas durante as entrevistas foram: nível e matriz de informação sobre o PNPB; condições de

vida e modo de organização da produção; sustentabilidade (produção para o consumo, diversificação, uso de técnicas agroecológicas); agregação de valor; organização coletiva e auto-gestão.

5.1 PERFIL DAS FAMÍLIAS ENTREVISTADAS

Para delinear o perfil das famílias entrevistadas, as questões aferiram brevemente a organização interna da unidade produtiva, a relação com o mercado, as estratégias de reprodução (produção para o autoconsumo, para comercialização, pluriatividade), condições econômicas, nível de mecanização da unidade produtiva e o histórico da relação com o lugar (Mutuípe) através da migração de pais, irmãos e filhos.

Como salientado no Capítulo 3, as entrevistas semi-estruturadas estiveram dirigidas a dois grupos distintos:

1. sete famílias agricultoras que se dispuseram a produzir grãos de girassol para fornecer para Petrobras.
2. cinco famílias agricultoras, selecionadas dentre as quinze capacitadas para produção de oleaginosas no âmbito do projeto Elo/MTE, mas que não constavam entre as famílias produtoras da oleaginosa⁴⁴. Dentre os agricultores capacitados, observou-se que apenas quatro foram envolvidos na produção e venda da matéria-prima, número bastante aquém do suposto, conforme se verifica na figura 6 abaixo.

⁴⁴ Outras duas famílias não puderam ser localizadas em função das dificuldades de comunicação, das longas distâncias percorridas e, ainda, devido a ausência do município nos períodos de trabalho de campo.



Figura 6 - Famílias entrevistadas capacitadas e contratadas

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

Embora se trate de um estudo de caso e, portanto, não-representativo para uma generalização (YIN, 2001), o dado sobre a participação ou não na referida capacitação é significativo na realidade de Mutuípe por considerar o esforço e recursos despendidos para preparação dos agricultores, mas que não se traduziram em contratos de produção e venda de oleaginosas. As entrevistas com os dois grupos de agricultores e com o sindicato foram fundamentais para a compreensão das causas dessa falta de correspondência entre essas duas situações. Importa analisar, à luz desse dado, se as razões são derivadas de uma tomada de decisão por parte dos agricultores a partir de critérios elaborados durante o processo pedagógico-reflexivo ou se são resultados de falhas na gestão do Programa, ou razões de outras naturezas.

No total, participaram das entrevistas 6 homens e 7 mulheres (em uma das entrevistas, pai e filha responderam às perguntas). Os entrevistados responderam livremente às questões colocadas, totalizando, em média, 1 hora de entrevista para cada agricultor contratado e com os dirigentes do sindicato e em torno de 30 minutos com cada agricultor não contratado. Depois de transcritas, as respostas foram organizadas em categorias sociológicas, agrupadas por afinidade. Em geral, as respostas de cada informante apresentaram mais de uma categoria.

As 12 famílias entrevistadas agregam em torno de 62 pessoas, entre avós, pais, filhos e netos. A maior parte das entrevistas aconteceu nas casas dos agricultores e, quando possível, foi feita uma visita à unidade de produção da família, nem sempre no mesmo terreno da casa. Os aspectos a seguir foram abordados ou observados durante as entrevistas (ver Quadros 4 e 5):

Origem - No caso estudado, todos os entrevistados provêm de famílias agricultoras que se estabeleceram no município nos períodos de prosperidade, como na ascensão da lavoura do café ou do cacau. A maioria é oriunda de cidades próximas (Santo Antônio de Jesus, Venceslau Guimarães, Gandu, Jequiçá, Valença); apesar de um caso de pais que migraram de outro estado (Ceará). Os entrevistados declararam lidar com a terra herdada dos pais, já bastante reduzida em virtude da partilha entre os irmãos, porém reforçada nos casos em que os dois cônjuges foram beneficiados com herança. Em quatro casos, com pelo menos um dos pais vivo, os agricultores ainda não detêm o título de propriedade do terreno. Em relação ao uso da terra observou-se o aproveitamento dos terrenos ociosos vizinhos à unidade produtiva em alguns casos.

Migração - Foram identificados três casos em que os agricultores entrevistados buscaram novas opções de vida e trabalho em atividades não-rurais na sede do próprio município ou com a migração para Salvador e para Gandu. Em dois deles, os agricultores retornaram recentemente para trabalhar nas terras de seus pais, um com sua família (esposa e três filhos crianças), outro sem sua família (ex- esposa e dois filhos jovens).

O terceiro caso, de uma jovem que participou da capacitação desenvolvida pelo Elo/MTE, em 2008, ela e o marido se sentiram impelidos pelas circunstâncias em que se encontravam a buscar fontes de sobrevivência alternativas à produção agrícola. Por isso, começou a trabalhar como empregada doméstica na sede do município e seu marido, com serviços de serigrafia. Inquirida a respeito de suas expectativas relativas ao PNPB, afirmou que não se

viu em condições de aguardar a implementação do Programa, apesar de percebê-lo como uma grande possibilidade para a família agricultora.

Soube pelo sindicato. Achei o tema interessante, por isso fui para reunião, mas já estava com a vida planejada. Nem sempre o que tira da terra é suficiente para viver. Eu tava parada. (Entrevista 12)

Educação - Dos filhos adultos dos agricultores entrevistados, apenas uma teve possibilidade de concluir o Ensino Superior fora do município; outra, bastante atuante na comunidade e no sindicato, recorreu ao ensino a distância para dar continuidade aos seus estudos. Grande parte dos jovens demonstrou ter tido poucas condições de estudo e trabalho capazes de ajudar a construir uma trajetória de oportunidades, ao mesmo tempo em que pareceu ter pouco engajamento em iniciativas sociais ou políticas. A obrigação de ajudar no trabalho da lavoura, pouco freqüente entre os adolescentes (declarada apenas por três famílias), no caso de alguns jovens foi intensificada pela necessidade de sustentar seus filhos e esposas.

Unidade produtiva - Quanto ao tamanho, apenas cinco unidades produtivas oferecem uma margem indicada como segura pelo INCRA⁴⁵ (acima de 7 ha) para a agricultura familiar. Estima-se que a partir desta medida é possível garantir a produção para consumo da família e para comercialização⁴⁶. As outras sete unidades produtivas, além de não atingirem uma média de 3,5 hectares, situam-se em terrenos com muitos declives, dificultando a utilização de trator para a aragem da terra, exigindo, portanto, mais mão-de-obra.

⁴⁵ Refere-se ao módulo fiscal: "Área explorável que em determinada posição do país, direta ou pessoalmente explorada por um conjunto familiar, equivalente a 4 pessoas adultas, correspondendo a 1000 jornadas anuais, lhes absorva toda a força de trabalho em face ao nível tecnológico adotado naquela posição geográfica, conforme o tipo de exploração considerado, proporcione um rendimento capaz de assegurar-lhe a subsistência e o progresso social e econômico" (Estatuto da Terra, 1964). O módulo rural não possui uma dimensão única, mas é fixado de acordo com a região e o tipo de exploração. (...) No Estado da Bahia, a área de um módulo fiscal varia de 5 hectares (Salvador) a 70 hectares (Gongogí, Paulo Afonso, Coronel João Sá, Glória, Jeremoabo, P. Alexandre, Santa Brígida e Sítio do Quinto) (VIANA, 1998).

⁴⁶ O Incra avalia a situação da família agricultora pela quantidade de módulos fiscais que compõe seu terreno. Esses variam de tamanho conforme as condições hídricas e capacidade de produção da terra. Para a região investigada, o tamanho do módulo fiscal corresponde a 7 hectares.

Uso da terra - A produção agrícola é favorecida pelas condições endofoclimáticas do município, indicada pela diversidade de cultivares produzidos pelos entrevistados: mandioca, cacau, variados tipos de banana, feijão, milho, hortaliças e frutas. Como mencionado no capítulo 3, o cacau e o cravo são as principais fontes de renda agrícola, de natureza extrativista. A seringueira, no entanto, foi introduzida na região nos últimos anos como alternativa futura à lavoura do cacau, como explica o 1º entrevistado (contratado):

(...) E no caso hoje da seringa, a situação na região vai ficar melhor, porque, quando ela começar a sangrar, ela vai dar direto. Num tem parada. Mesmo com o cacau, que é a melhor das agriculturas, apesar de hoje, com a queda do preço, apesar das pragas que têm, tem quatro meses de paradeiro, entendeu? Fica janeiro, fevereiro, março, abril. Aí em maio já tem cacau, fica oito meses colhendo. No caso da seringa, se der certo, vai pra metade da cultura. A seringa é usada em tudo, né? É usada em várias coisas. (...) No caso eu não vou ter muito proveito porque eu tô plantando com mais de 50 anos, o negócio só vamos colher daqui a seis, oito anos... a gente nunca sabe quanto tempo vai durar, né? Meu pai viveu 90 anos, minha mãe, tá com 92 anos, tá aí andando... (Entrevista 1)

Alguns agricultores da região estão experimentando a produção de eucalipto. Conversando com o único entrevistado que declarou ter iniciado esta experiência, observou-se que não houve nenhum tipo de orientação sobre as características desta árvore. Apenas lhe foi ressaltado o potencial de comercialização para a indústria de papel e celulose.

Comercialização - Apesar da diversidade de cultivos, a capacidade de comercialização é baixa, considerada crítica para todos os entrevistados. Concentra-se mais na produção de banana (terra ou prata) e cravo, comercializados através de intermediários a preços extremamente defasados em relação ao que chega para o consumidor final. Nada foi comentado sobre a comercialização da produção animal, a não ser o caráter de complementação de renda.

Mecanização – Os entrevistados demonstraram empregar baixo nível de mecanização. O uso de equipamentos e maquinários na produção agrícola foi declarado por somente dois agricultores para a dispersão de agrotóxicos. Além

desses, dois entrevistados, vizinhos, indicaram a existência de uma casa de farinha para uso coletivo. Durante as entrevistas, reiteradamente os agricultores aproveitavam para pedir que o prefeito, ou a quem coubesse, que enviassem trator para ajudar a preparar a terra.

Os quadros 5 e 6 sintetizam os dados que caracterizam os dois grupos entrevistados.

Questão Entrevista	Nº de membros da família	Tamanho da unidade produtiva	Produção para o consumo	Produção para comercialização	Maquinários/equipamentos	Outras Fontes de renda
1ª Entrevista	4	10 ha	Cacau, maracujá, banana (prata e terra)	Cacau, maracujá, banana (prata e terra), cravo, seringueira	Nenhum	A esposa é professora do município e a filha funcionária do STR.
2ª Entrevista	4	15 ha (1 tarefa para girassol)	Cacau, mandioca, banana prata, hortaliça, jaca, caju, acerola, mamão, abacate, laranja, feijão, milho, amendoim	Cacau, bananas prata e terra, abacate, milho, amendoim		Esposa: trabalha com o ATER AMAS; como auxiliar de técnico agrícola; é professora do MOVA Brasil ¹ . Marido: trabalha na roça.
3ª Entrevista	3	14 ha (2 tarefas para girassol)	Cacau, mandioca, banana, hortaliça, caju, acerola, abacate, feijão, milho, galinha	Cacau, mandioca, banana, feijão, milho	Casa de farinha	Aposentadoria da esposa (não trabalha mais na roça)
4ª Entrevista	5	2,5 ha (1 ha para girassol na roça comunitária)	Cacau, mandioca, banana, frutas, piscicultura (tilápia e tambacu)	Cacau, banana		Alguns projetos e cargo eletivo no período 2004-2008
5ª Entrevista	7	4,3 há	Cacau, mandioca, banana, feijão e milho	Cacau, banana		Bolsa Família
6ª Entrevista	3	2,6 ha ² (1 tarefa para girassol)	Cacau, mandioca, banana, milho (raramente), feijão	Cacau, banana, seringueira, eucalipto	Bomba para inseticida manual e costal (motor) BHC/Malation	Esposa: professora de matemática em Laje (5ª a 8ª).
7ª Entrevista	3	1,3 há ² (1 tarefa para girassol)	Cacau, cravo	Cacau, cravo	Motor de bater agrotóxico	Não

Quadro 5 - Perfil dos agricultores familiares CONTRATADOS

Fonte: Pesquisa de campo, 2008

1. Projeto do sindicato em parceria com a Petrobras

2. Fragmento de uma herança ainda não partilhada

Questão Entrevista	Membros que trabalham na UP	Eletrodomésticos	Há quanto tempo mora em Mutuípe?	Parentes e jovens da família que foram para cidade. Enviaram dinheiro? Retornaram?	Produção de oleaginosas
1ª Entrevista	Marido e filha (às vezes)	TV, DVD, som, geladeira, fogão			A filha, participante do sindicato, convenceu o pai a plantar girassol
2ª Entrevista	Marido e ela (às vezes)	TV, DVD, fogão, liquidificador, moto			Já havia plantado girassol para alimentação do papagaio
3ª Entrevista	Marido e o filho de 15 anos, aos sábados e domingos	TV, DVD, fogão, liquidificador, geladeira		Filha mais velha foi para outra cidade estudar. Concluiu o Ensino Superior, casou e atualmente trabalha em Salvador. Irmãos do agricultor foram para SP. Não enviaram dinheiro. Não retornaram.	Planeja plantar 10 tarefas para o BD no próximo ano
4ª Entrevista	O casal	TV, sofá, cama, fogão, geladeira, tanquinho	Há 22 anos. É de Venceslau Guimarães.	Irmãos foram para Brasília, Ituberá, Salvador (trabalhar e estudar). Não. Não.	As sementes chegaram atrasadas. Os girassóis não se desenvolveram na roça comunitária.
5ª Entrevista	Todos fazem tudo	fogão			Girassol: “Plantei há 3 meses, ficou pequeno, não prestou (cerca de 1m x 1m). Tô esperando o tempo certo. Ele não dá no tempo quente. Feijão não deu muito bom não. Não deu para pagar amendoim, não plantei ainda.”
6ª Entrevista	Marido e pessoas contratadas para empreatadas	Casa bem montada	Nascido em Mutuípe. Pai de Santo Antº de Jesus	De 11 irmãos, 6 foram para SP, SSA, RJ, em busca de trabalho e vida melhor. O irmão que foi para Salvador retornou recentemente, depois de 15 anos.	Girassol: “deu pequeno, choveu pouco!” Família mora na sede
7ª Entrevista	O próprio e pessoas contratadas para empreatadas	Casa bem montada, moto, máquina fotográfica	Nascido em Mutuípe. Pai de Santo Antº de Jesus	De 11 irmãos, 6 foram para SP, SSA, RJ, em busca de trabalho e vida melhor. Ele mesmo foi para Salvador e retornou, recentemente, depois de 15 anos. Filhos em Salvador e Santo Antônio de Jesus (cursando o Ensino Superior)	Girassol: “uma parte nasceu, outra não!” Tb houve perda no feijão e no milho (colheu 36 kg, só 18 kg prestaram). Não teve chuva. Não houve visita do técnico da EBDA (que ele tenha recebido) Mora na sede.

Quadro 5 - Perfil dos agricultores familiares CONTRATADOS (continuação)

Fonte: Pesquisa de campo, 2008

Questão Entrevista	Nº de membros da família	Tamanho da unidade produtiva	Produção para o consumo	Produção para comercialização	Maquinários/equipamentos	Fontes de renda	Membros que trabalham na UP	Eletrodomésticos (dos mais caros)	Há quanto tempo mora em Mutuípe?
8ª Entrevista	5	3,5 ha	Mandioca, cacau, caju, abacate, café, cravo, flor, cebola	Mandioca, cacau, caju, café, cravo, flor, cebola	-	Marido trabalha como diarista em outras roças	Só a mulher. Filhos dão pequenas ajudas	TV, rádio, antena parabólica	Há 2 anos. Nasceu em Gandu. Voltaram para terra do pai do marido
9ª Entrevista	8	8 ha (4 do marido, 4 da esposa)	Capim, Mandioca, cacau, caju, cravo, feijão e milho, amendoim, capim para pasto 2 burros e 21 cabeças de gado	Cacau, caju, cravo, feijão e milho, gado	-	O agricultor é Agente Comunitário de Saúde e aposentado, filhos trabalham em outras roças e sogro é aposentado	A esposa e um dos filhos	-	Há mais de 20 anos. Nasceu em Valença.
10ª Entrevista	13	8 há	Mandioca, cacau, banana, cravo	Mandioca, cacau, banana, cravo	-	Os filhos trabalham nas roças dos outros (<i>"Se minha terra fosse mais plana..."</i>)	Só o agricultor e um dos filhos	TV, rádio, geladeira, fogão, máquina de lavar roupa	Desde que nasceu. Pai veio do Ceará.
11ª Entrevista	5	4,3 ha, do esposo	Mandioca, cacau, banana, cravo, feijão e milho	Mandioca, cacau, banana, cravo	Casa de farinha comunitária, mas fica no terreno	Só da roça	Todos (filhos estudam, capinam, colhem cacau, cravo)	TV ¹	-
12ª Entrevista	+/- 3 ha (Da mãe do marido)	Mandioca, banana, cacau, porco, bezerro	Mandioca, banana, cacau, porco, bezerro	-	Ela: doméstica; ele: serigrafista.	-	TV, fogão, DVD	19 anos. Nasceu em Jequiçá.	

Quadro 6 - Perfil dos agricultores familiares NÃO-CONTRATADOS

Fonte: Pesquisa de campo, 2008

1. A pesquisadora não visitou a casa toda.

Condições econômicas e estratégias de reprodução - As famílias entrevistadas apresentam condições bastante diferenciadas, visivelmente observadas, nos casos mais prósperos, pela construção de casas de alvenaria, com vários cômodos de funções bem definidas, varanda, garagem; são razoavelmente bem equipadas (geralmente com geladeira, fogão, sofá, eletrodomésticos, TV, DVD, lava-roupas, antena parabólica, celular e moto). As casas mais simples, feitas de alvenaria ou barro, apresentam poucos cômodos e, em geral, apenas um ou outro eletrodoméstico (apenas fogão, ou TV, rádio, antena parabólica e, quando muito, lava-roupas). Outros atributos também indicam a condição sócio-econômica da família, como o vestuário, maneira de se arrumar e conversar (maior ou menor desenvoltura, articulação das idéias, reflexão crítica).

Fontes de renda - Essas características citadas acima coincidem com as estratégias de criação de oportunidades de complemento ou diversificação da fonte de renda da família e marcam a principal diferença entre os dois grupos entrevistados. Observa-se que aquelas que se encontram em situação mais precária se sustentam somente da atividade agrícola na própria unidade produtiva ou trabalhando na lavoura para terceiros como diarista, quando muito, contam com aposentadoria ou benefícios governamentais como o Bolsa Família⁴⁷. Essas famílias não celebraram contrato com a Petrobras, à exceção de uma família que vive em condições bastante precárias, é numerosa e a única fonte de renda extra-unidade produtiva declarada foi o Bolsa Família.

As famílias que apresentaram melhor qualidade de vida foram aquelas que encontraram formas de combinar a atividade rural com outras atividades ditas urbana, como o trabalho com ensino, no sindicato, no Poder Legislativo, em projetos governamentais temporários, desempenhando o papel de Agente Comunitário de Saúde⁴⁸ e, em alguns casos, com o beneficiamento de frutas para produção de geléias, doces ou polpas ou da mandioca, para produção de massas (iniciativa apoiada pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae).

⁴⁷ Programa de transferência de renda às famílias que vivem com menos de 1 salário mínimo por mês.

⁴⁸ Programa federal implementado pelas secretarias municipal de saúde, os Agentes Comunitários de Saúde atuam nas unidades básicas de saúde, nas residências e na mobilização da comunidade com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde da comunidade.

Embora embrionária, outra perspectiva observada, com característica mais sofisticada e contemporânea, identificada com o ideário do *novo rural* aprofundado no capítulo anterior, refere-se à organização das famílias para promoção do turismo rural, que será aprofundado mais adiante, uma vez que o patrimônio natural do município favorece esse tipo de iniciativa.

Ao analisar o perfil dos agricultores contrastando as diferenças entre os grupos entrevistados, observa-se que as famílias contratadas contam com poucos membros (entre 1 e 3 filhos), com exceção da quarta entrevistada (4 filhos). Os pais de uma jovem casada e sem filhos foram contados como membros, uma vez que o terreno que ela e o marido utilizam pertence a eles.

No caso do grupo de famílias não contratadas, observa-se realidade inversa: as famílias são mais numerosas, apresentando entre 5 e 13 membros. Novamente, a exceção que se observa é sobre o jovem casal já mencionado, sem filhos, e que deixou a roça para tentar a vida na sede do município como empregada doméstica e com serviços de serigrafia. Sobre essa mudança de vida e sobre sua identidade, a jovem entrevistada declara: “Me considero agricultora. Meu marido queria trabalhar na roça, mas não tem oportunidade” (Entrevista 12).

Apenas três famílias possuem acima de 7 hectares de terra. Essas famílias recorrem à diversificação da produção como estratégia de uso da terra (além da produção do cacau, mandioca, feijão, milho e banana, produzem ainda, capim para pasto, cravo, seringueira e hortaliças, frutas, que ajudam a garantir a segurança alimentar e nutricional da família). Os demais terrenos variam entre 1,3 e 4,3 hectares. Nesses, predomina a produção do cacau e banana, para a comercialização, e mandioca, feijão, milho para o consumo familiar.

Quanto à renda, as famílias que apresentam maior combinação entre atividades rurais e urbanas e, conseqüentemente, melhor acesso a informação e condições financeiras ampliadas, foram aquelas que aderiram à experiência do PNPB. Por outro lado, as famílias não-contratadas são aquelas com menores condições de investirem na unidade produtiva. Em todos os casos, a maioria dos membros da família busca complementar renda com trabalho externo à própria unidade produtiva. Entretanto, ao contrário do grupo anterior, cujas atividades são de cunho não-agrário ou urbano, essas famílias mais empobrecidas trabalham como diaristas em outras roças.

Antes de proceder à análise das entrevistas, resta, ainda, informar alguns dados relativos à avaliação e expectativa dos agricultores capacitados pelo ELO/MTE, em Mutuípe, através do PlanSeq Biodiesel à respeito do PNPB. No final de 2007, verificou-se que os agricultores estavam dispostos a integrar a produção de oleaginosas às culturas e criações da agricultura familiar. Ao lado disso, manifestaram a intenção em recorrer ao manejo agroecológico, o que também implica a utilização de insumos naturais. A maioria, no entanto, afirmou a necessidade de obter sementes fornecidas pela Petrobras, combinando com a opção de compra no mercado local ou com a utilização de bancos de sementes. A participação em contratos coletivos através da associação ou cooperativa para a venda dos grãos foi considerada positivamente por esses agricultores.

Sem a intenção de substituir a produção atual, o grupo compreendia a produção das oleaginosas como oportunidade de complemento de renda. Finalmente, à respeito da proposta de esmagamento dos grãos para comercialização do óleo, avaliavam como uma possibilidade remota. Os resultados verificados pelo Elo/MTE foram observados em alguma medida também no trabalho de campo desta dissertação.

5.2. ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES CONTRATADOS

No tocante à produção, cerca de 40 famílias de oito municípios do Território do Jiquiriçá se propuseram a experimentar o cultivo de oleaginosas (amendoim, girassol e mamona) para comercialização com a Petrobras. Em Mutuípe, como os agricultores foram, supostamente, preparados para o PNPB⁴⁹ em 2007, gerou-se uma expectativa de grande receptividade ao programa, em virtude do que se observava nos eventos realizados naquela ocasião. Das dezenas de famílias interessadas, porém, apenas sete efetivaram o contrato com a empresa. Segundo os dirigentes locais do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a baixa adesão foi decorrente de dois importantes fatores, a saber:

⁴⁹ Através do processo de sensibilização e capacitação PlanSeQ Biodiesel/Elo-MTE, conforme detalhado no Capítulo 3.

- 1) Operacional: Durante as negociações com a Petrobras em 2008, vinha sendo trabalhada a proposta do plantio de amendoim (cultura já dominada pelos agricultores). No entanto, com a solicitação tardia para licitação da compra de sementes, a empresa não encontrou sementes de qualidade para compra e, como alternativa, foi oferecida a de girassol. Esta última, porém, chegou pouco após o período adequado para o plantio (período das chuvas), segundo os técnicos agrícolas. Pelo que pôde ser constatado, o atraso ocorreu em consequência de impasses entre a Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária do Estado da Bahia (SEAGRI/Governo do Estado) e a Petrobras acerca do fornecimento das sementes na região.
- 2) Incertezas x qualificação: A mudança de oleaginosa levou à desistência da grande parte dos agricultores mobilizados, por tratar-se de uma cultura desconhecida na região.

O primeiro fator evidencia os problemas existentes no âmbito da gestão estadual do programa: alegando a desvantagem na relação *contrapartidas vs abatimento dos impostos* - respectivamente, obrigação e benefício definidos pela legislação que institui o Selo Combustível Social-, nos anos de 2007 e 2008, as empresas resistiram em fornecer assistência técnica e insumos. Na Bahia, a Petrobras contou com a parceria com o Governo do Estado para distribuição de sementes de milho e feijão para alimentos e do amendoim, girassol e mamona como oleaginosa na região estudada. Em outras regiões do Estado, foram utilizadas também a soja, o algodão e o dendê.

O segundo fator evidencia o distanciamento dos agricultores familiares da tomada de decisão naquilo que lhes diz respeito. Diante de tantas incertezas, como se verificará mais adiante, a porta de entrada para o PNPB é aquela através da qual os agricultores vislumbram alguma segurança. No caso do plantio, trata-se daquela cultura para qual se sentem qualificados, seja através dos processos de capacitação implementados, seja pelo acompanhamento intensivo de técnicos agrícolas de empresas ou organizações sociais, seja, ainda, pela familiaridade com o cultivar, adquirida ao longo da vida. A constatação é reveladora quanto ao despreparo ou desorganização do Estado brasileiro, que não privilegiou estratégias para o

envolvimento dos agricultores de baixa renda em tempo hábil para cumprimento das metas do PNPB, tampouco fomentou políticas que favorecessem a produção de tecnologias sociais. No âmbito da Gestão Social, como área de conhecimento multi e interdisciplinar, esse aspecto é fundamental para o sucesso de uma política pública, onde se preconiza o envolvimento pleno dos sujeitos interessados, isto é, desde as tomadas de decisão ao monitoramento, avaliação e prestação de contas, partilhando, assim, responsabilidades, sucessos e frustrações que venham a ocorrer.

Sobre produção de tecnologia (para inclusão) social, Dagnino & Bagattolli (2009) ressaltam que são os sujeitos ou atores (entendido como “pessoa, grupo ou organização que possui um projeto político ou recurso relevante”) que formulam o enunciado de suas demandas, mas que dificilmente detêm o poder para sustentar a opinião pública no sentido de garantir que essas se consubstanciem em políticas sociais. A definição de uma agenda pública decisória, nesse sentido, contempla um tipo de conflito que ora é encoberto ora é latente (conforme apresentado no Capítulo 3), pois, a força e a organização desses atores variam muito no âmbito local, conforme os aspectos culturais, políticos e históricos, oscilando entre a capacidade de empreendimentos bem estruturados, de médio ou grande porte e incapacidade de promover soluções para a transformação de uma realidade de pobreza e estagnação.

Em relação ao contrato de fornecimento de grãos, em 2008, a despeito do que havia sido reiteradamente anunciado durante o ano de 2007, os agricultores foram contratados individualmente pela Petrobras para a safra de inverno de 2008. Anunciava-se, na época, que, em 2009, o contrato seria coletivo, isto é, a relação seria via cooperativa para compra dos grãos ou do óleo vegetal. Com isso, o contrato compreenderia um período de cinco anos, renegociado a cada ano. A empresa exigia explicitamente maior organização da comercialização e logística por parte da agricultura familiar, com padrão de qualidade comparado ao serviço prestado pelas organizações empresariais. A logística de escoamento da produção em 2008 seria realizada pela empresa BioÓleo, com sede em Feira de Santana, contratada pela Petrobras. A pesagem e o fornecimento de recibo seriam feitos na própria unidade produtiva. Na safra seguinte, esse trabalho supostamente seria feito pela cooperativa dos agricultores. Ressalta-se que a organização em associações e

cooperativas de agricultura familiar parece ser um dos pilares do PNPB. Consta também entre as demandas dos movimentos sociais e como um dos pressupostos do Modelo Inclusivo-Sustentável aqui estruturado.

O preço fixado para a comercialização do quilo do girassol foi de R\$ 0,64 e da mamona R\$ 0,92 (pela valorização do óleo de mamona frente à indústria da ricinoquímica), naquele momento. Os valores praticados são referentes à média do preço dos 36 meses anteriores ao período da entrega dos grãos. Entretanto, constatou-se que os agricultores não se encontravam satisfeitos com o preço definido no contrato e atribuem à empresa o papel de fornecedora de adubos e insumos. Em alguns momentos, interagindo com os representantes dos agricultores, a Petrobras alegou que os produtores deveriam recorrer a outras fontes de crédito, assim como ao Estado, pois esse não seria o papel da Empresa. Contrariando a propaganda governamental e os próprios argumentos utilizados em momentos de mobilização dos agricultores para o plantio de oleaginosas, a Petrobras passou a adotar o discurso do caráter de complementação de renda do programa de produção de biodiesel, até então preconizado pelas organizações sociais. Ou seja, uma vez contratados, o PNPB já não seria mais a “salvação da lavoura” ou a grande saída para a agricultura familiar no país, conforme faz crer as dezenas de entrevistas cedidas a programas televisivos, rádio e jornais pelo Governo Federal, por agentes governamentais, representantes dos bancos e das empresas.

Quanto à produção, mesmo a título de experiência, a Petrobras declarou contar com os grãos produzidos pelas famílias que foram contempladas com as sementes. Em caso de perda, a EBDA (Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola) deveria emitir um laudo individualizado, atestando os problemas constatados junto às famílias.

Feita essa contextualização, o procedimento seguinte será uma análise das entrevistas realizadas com as famílias contratadas em Mutuípe, organizada segundo os parâmetros e categorias utilizados no roteiro semi-estruturado.

5.2.1 Formas de envolvimento do agricultor familiar

Os agricultores contratados em Mutuípe tomaram conhecimento da iniciativa federal através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais - STR durante as reuniões realizadas pelo Elo/MTE, específicas para a discussão do programa, ou através dos membros do Sindicato em conversas informais (declarado em dois casos) e das campanhas publicitárias em rádio e TV do Governo Federal. Uma agricultora, delegada do Conselho do Meio Ambiente, por sua vez, declarou ter recebido informações em estandes em encontro que participou em Brasília. Esse grupo de agricultores demonstrou grande receptividade ao PNPB e, em geral, avaliou positivamente o estímulo à participação da agricultura familiar, ressaltando o potencial de complementação de renda como principal atribuição do programa.

Sou delegada do Meio Ambiente. Visitei estandes em Brasília, peguei informações. Meu marido participou das reuniões do STR. (Entrevista número 4)

TV e Márcia* do sindicato (prima). Ela que passa toda informação para gente, quando tem curso. (Entrevista número 7)

*Nome fictício

A análise da abordagem ao agricultor é significativa para entender a forma (no sentido de instrumentos e veículos de comunicação, mas também metodologia, princípios e conteúdos) que tem sido privilegiada para promover a participação dos agricultores familiares. A resposta dada pela quarta entrevistada, no que se refere à viagem à Brasília, pode ser considerada uma exceção, uma vez que são poucos os agricultores que podem participar de eventos fora de seus municípios. Por outro lado, o sétimo depoimento é representativo para o caso estudado, pois a capacitação realizada pelo Elo/MTE ocorreu em parceria com os sindicatos ligados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Fetraf e com movimentos sociais de trabalhadores rurais ligados à Via Campesina (MST, MAB, MPA e outros).

No desenho do Programa de biodiesel, os STR são os principais elos entre os agricultores familiares e os governos federal e estadual (ABRAMOVAY, 2007). Através deles são organizados cursos, palestras, discussões sobre programas governamentais que fazem interface com o PNPB, além dos serviços

oferecidos incorporados à prática sindical, especialmente, os de inscrição na previdência social. Naqueles sindicatos que contam com atores dinâmicos e com uma capacidade de articulação, organização e realização, observa-se que esses atributos são materializados em projetos produtivos, de beneficiamento, de comercialização, entre outros que beneficiam a agricultura familiar local. Em Mutuípe, constatou-se um grande dinamismo das instituições que apóiam a agricultura familiar (sindicato, pólo sindical, prefeitura e câmara legislativa), como será pontuado ao longo do capítulo.

Ilustrando essa realidade, os depoimentos de agricultores, assentados e agentes formadores de várias localidades, transcritos a seguir, foram extraídos do relatório do PlanSeq Biodiesel/Elo-MTE (2007). As falas explicitam a necessidade dos agricultores familiares de participarem de processos formativos e as mudanças causadas a partir da capacitação:

É muito gratificante termos alguém para nos orientar, pois nenhuma outra organização nos prestou essas informações. Além de conhecermos mais sobre oleaginosas, aproveitamos informações precisas que para nós são tão poucas. (Depoimento de agricultor de Tabocas do Brejo Velho, Bahia)

Vejo que sim (que a capacitação trouxe mudanças), pois fundaram uma cooperativa na nossa região onde o grupo do qual eu faço parte, mesmo estando pré-assentados, somos 50% dos membros filiados. Então, o grupo se organizou querendo agregar valor nos produtos ali produzidos. (Agente formador, Ibiá, Minas Gerais)

A minha atuação nas comunidades rurais do município levou grupos de pessoas a discutir a necessidade de organizar para a formação da cooperativa da agricultura familiar. Vários agricultores entenderam melhor o processo de consórcio da produção de alimentos bem como das oleaginosas. (Agente formador, Padre Paraíso, Minas Gerais)

Consegui implantar na comunidade (com a capacitação) uma forma de fortalecer o coletivo, a valorização do cooperativismo e do associativismo, fazendo com que todos se sintam atores de sua própria história. (Agente formador, Bela Cruz, Ceará)

Consegui (com a capacitação) que se interessassem mais pela vida no campo, pois às vezes não tinham mais interesse de trabalhar para aumentar a renda, pois o que faziam não tinha onde vender. Agora em diante tenho certeza de que iremos melhorar de vida na nossa comunidade. (Agente formadora, Medina, Minas Gerais)

No caso de Mutuípe, a abordagem ocorreu através do STR a partir do processo de capacitação realizado. Foi uma forma participativa e reflexiva de envolvimento, mas não dialógica, pois, observou-se um descompasso de *timing* entre as questões colocadas pelos agricultores, como se tratará no item de Avaliação e Sugestões para o PNPB, e a formulação/reformulação de propostas pelos agentes governamentais e empresas (especialmente a Petrobras). Em virtude desse hiato, as informações imprescindíveis para uma tomada de decisão por parte dos agricultores, transmitidas aos agricultores em 2007 e 2008, não foram precisas o suficiente para garantir uma mobilização e adesão mais massiva ao Programa.

As reuniões de Acompanhamento e Monitoramento iniciada pela Petrobras constituiu, como se verá mais adiante, num canal de articulação e comunicação fundamental entre Pólo Sindical, sindicatos municipais, EBDA e agricultores, mas essa estratégia foi estabelecida em um segundo momento, qual seja, o da produção, portanto com aqueles agricultores já contratados.

5.2.2 Opinião/percepção do agricultor em relação ao PNPB

Duas declarações, transcritas abaixo, chamam a atenção. Na primeira, o agricultor estabelece uma forte vinculação do programa à pessoa do presidente Lula, o que leva a reforçar sua popularidade junto às camadas mais pobres. A segunda traduz um sentimento de valorização da categoria, já que se aposta nela para uma produção que irá atender a uma prioridade colocada no cenário internacional.

É ótimo. Excelente, principalmente porque nunca teve um governo que fizesse isso que o Presidente Lula está fazendo. Produzir biodiesel do óleo do dendê, do amendoim, da soja, do milho, da agricultura. (Entrevista número 1)

O sentimento que a gente tem é de vaidade, (já que produz para Petrobras), é assim... chique, né? Mostra que a agricultura familiar é capaz de produzir para a agroindústria sim! (Entrevista número 1)

Me senti honrada, lisonjeada. Saber que somos capazes de contribuir para o meio ambiente. É a valorização do pequeno. (Entrevista número 4)

Sobre os argumentos que convenceram os agricultores a aderirem ao PNPB, a perspectiva de aumento de renda e a garantia de comercialização (ênfatisada em um segundo momento da entrevista) foram os mais relevantes, na opinião dos entrevistados. O fato de se tratar de um teste também pesou na decisão de um deles. O aumento de renda associado à contribuição ambiental – um dos pressupostos do Programa – foi mencionado pela delegada do conselho citado anteriormente. Finalmente, a agregação de valor ao produto, vislumbrada com a proposta de beneficiamento e esmagamento dos grãos no próprio Território, também foi lembrada:

É bom porque a gente tá atrás de renda (...) É bom porque é uma renda a mais. Tô plantando para ajudar no desenvolvimento (Biodiesel-Brasil) e ganhar uma renda extra. (Entrevista número 3)

Garantiram que tem endereço certo. Se não tivesse, quem ia se meter a plantar? (Entrevista número 6)

Me interessei porque o Sindicato falou que a intenção era a gente vender o óleo: agregar valor. Não ganhar só pela semente. É uma idéia boa para valorizar... um ganho a mais pro pequeno, se muitas pessoas fossem plantar o girassol. (Entrevista número 6)

A tabela 6 relaciona os aspectos positivos atribuídos ao PNPB pelos agricultores que serviram de argumentos para esses se disporem a realizar a experiência de plantio do girassol. Os argumentos foram classificados segundo as duas concepções consideradas na presente dissertação, representadas nos modelos/arranjos de Modernização Conservadora e Inclusivo-Sustentável.

Tabela 6 - Argumentos favoráveis mencionados pelos agricultores contratados

Argumentos favoráveis citados*	Modelo
Aumento/complemento de renda	Modernização conservadora Inclusivo-sustentável
Comercialização garantida	Modernização conservadora Inclusivo-sustentável
Plantio para teste da agricultura familiar	Inclusivo-sustentável
Beneficiamento/Agregação de valor	Inclusivo-sustentável
Contribuição ambiental (na fase do plantio)	Inclusivo-sustentável
Participação social	Inclusivo-sustentável

*Os entrevistados respondiam livremente às questões.

Constata-se que, afora a questão da renda e da comercialização, os argumentos utilizados para avaliar a pertinência da proposta governamental para a agricultura familiar refletem os princípios da agroecologia, da participação social e da agregação de valor preconizados pelo Modelo Inclusivo-Sustentável (assim estruturado nesta dissertação) e difundidos por organizações sociais ligadas à agricultura familiar, dentre essas, o sindicato local. Esse conjunto de critérios não está disponível na grande mídia ou na publicidade governamental, e sim no debate proposto por uma parte dos atores sociais do campo, dentre eles aqueles envolvidos no processo de capacitação referido neste trabalho. Infere-se, com essa análise, que o PNPB, para esses agricultores, consiste em uma política pública com todas as características do Modelo Inclusivo-Sustentável, ou seja, eles não distinguem as fronteiras de um modelo ou de outro.

Inspirada em exemplos de experiências inclusivo-sustentáveis de cooperativas de agricultores familiares para produção de biocombustíveis - como o da Fazenda Pirituba, em Itapeva (São Paulo), relatada no Capítulo 2-, a integração da agricultura familiar à cadeia produtiva do biodiesel foi apresentada como uma importante contribuição tanto no cenário brasileiro (auto-suficiência energética) quanto mundial (estabelecimento de novas matrizes de energia para contribuir com a diminuição da emissão de gases poluentes), inserida em uma proposta cuja agregação de valor ao produto primário através de ação coletiva e da verticalização da produção constitui um importante desafio a ser assumido pela agricultura familiar, conforme aprofundado no Capítulo 2.

Esse conjunto de propostas e expectativas, embora resultado de experiências de cunho socialistas dos movimentos sociais, traduz de modo prático um caminho de transformação do espaço rural, incorporando os elementos evidenciados nas teorias da nova ruralidade, como a criação de atividades não-rurais, também aprofundado no Capítulo 2, e delineando um Modelo Inclusivo-Sustentável de inserção da agricultura familiar em cadeias produtivas voltadas para mercados regionais e globais.

Os depoimentos anteriormente citados são bastante significativos para a presente investigação, uma vez que ajudam a revelar a maneira como as informações sobre o PNPB chegaram para o agricultor em Mutuípe nos anos de

2007 e 2008. Em outras localidades também se observa o peso dos argumentos destacados, como descrevem os agentes formadores do Elo/MTE:

(Com a capacitação) O povo ficou mais conscientizado sobre como plantar oleaginosas... ficou mais animado, pois as famílias agricultoras terão mais um complemento de renda na família. E isso nos deixou mais esperançosos em um futuro melhor e digno para o nosso povo e para nossas comunidades. (Agente formador, Aracati, Ceará)

Os assentados têm esse projeto como uma forma de reanimar os trabalhadores a acreditarem numa política agrícola que venha beneficiar de verdade os trabalhadores. (Agente formador, Mombaça, Ceará)

Para concretizar a adesão ao PNPB, porém, a garantia de comercialização torna-se determinante para minimizar os riscos aos quais os agricultores estão sujeitos. Observou-se, entretanto, que eles demonstraram muitas dúvidas elementares para possibilitar planejamento e avaliação adequados:

Tem que ver como vai ser a comercialização disso aí. Ver o preço, se é viável investir, porque se for muito barato, não vale a pena... (Entrevista 1)

(...) A compra: garantiram que tem endereço certo. Se não tivesse, quem ia se meter a plantar? (Entrevista número 6)

Peguei para ver se era viável, o quanto rendia. Vale a pena? Quando souber o preço... (...) O que falta? Conhecer o rendimento e o preço: R\$ 320... é lavoura rápida. (...) Tem a época do cacau, depois fica seis meses sem cacau, aí se tem uma coisa para agregar. Cacau: junho, julho... novembro. A depender da roça, dá um total de mais de 200 arrobas x R\$ 75,00. Na roça grande a gente colhe mais 8 arrobas de "bonga" (fora do tempo). Como eu vi na sua foto [que a pesquisadora mostrou] que o girassol cresce, então, eu acredito mais. (Entrevista número 7)

Em outros contextos, fora de Mutuípe, a situação era análoga:

Por mais que eu explique, os assentados continuam com medo, porque já aconteceu muita coisa com pessoas que querem tirar proveito dos assentados, principalmente os atravessadores que estão deixando os assentados confusos. (Agente formador, Itaetê, Bahia)

Antes a gente plantava desorganizados e não sabia para quem vender a produção. Hoje é diferente, podemos ter mais vantagens. Conhecemos as vantagens e desvantagens do Plano Nacional de Biodiesel. (Depoimento de agricultor de Tamboril, Ceará)

Uma grande mudança (que a capacitação trouxe) na minha comunidade foi a organização dos agricultores na venda de seus produtos - que é a castanha de caju – diretamente para a fábrica, não tendo mais atravessador. Outra mudança é que todos se organizaram e estão pensando em formar uma cooperativa de aproveitamento do caju. (Agente formador, Santana do Acarau, Ceará)

Ao mesmo tempo, os agricultores de Mutuípe possuem a expectativa de que produtos, serviços e auxílios sejam fornecidos pelo poder público para subsidiar a introdução da nova cultura na região, aos moldes do que ocorreu quando do incentivo à lavoura cacauzeira:

Vou ter recursos para o adubo (fosfato – Super Simples)? Qual o crédito/financiamento disponível? (Entrevista número 1)

(...) Depende de ajuda da prefeitura para revirar as terras, depende dos técnicos [assistência]. (...) A gente nunca plantou girassol. (Entrevista número 3)

A operacionalização do contrato com a Petrobras na Bahia para safra de inverno (2008), conforme já mencionado, prevê responsabilidades partilhadas com o governo baiano, onde esse último fornece as sementes de alimentos para o consórcio com as oleaginosas, garantidas, por sua vez, pela empresa, juntamente com a assistência técnica (condições que a habilitam para ser contemplada com o Selo Combustível Social). Supostamente esse acordo representa um avanço na estruturação do PNPB no Estado, pois, segundo o relatório geral do PlanSeq Biodiesel (Elo/MTE), em setembro de 2007 ainda não havia clareza por parte da Superintendência de Agricultura Familiar – Suaf, do Governo do Estado, sobre a parceria entre o programa Semeando⁵⁰ e o PNPB.

Uma representante da Suaf esteve presente no encontro trazendo informações sobre o projeto de distribuição de sementes. Mas a proposta sobre a produção de oleaginosas, a questão da assistência técnica, não foram apresentadas. As dúvidas que tínhamos permaneceram: já tem as sementes garantidas? Qual quantidade? Como serão distribuídas? (Fragmento extraído do Relatório Geral Elo/MTE, 2007)

⁵⁰ O programa Semeando tem como objetivo aumentar a produtividade e diversificar as culturas dos pequenos agricultores baianos. Além das sementes de feijão, vinga, milho, mamona e hortaliças, supõem-se que os produtores recebam assistência e capacitação técnica, por meio da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola. O programa será desenvolvido em 241 municípios baianos. A produção deverá ser absorvida pela Ebal, Cesta do Povo e Conab. Para a aquisição das sementes o Governo do Estado disponibilizou, por meio de licitação cerca de R\$ 10 milhões. (Fonte: Seagri, 2007)

Outra dificuldade para adesão ao Programa identificada refere-se à falta de incentivos e garantias. Em comparação com os Estados do Ceará e Rio Grande do Norte, entretanto, o incentivo na Bahia está bastante aquém. No Ceará, há cerca de 4 anos, o Estado vem oferecendo R\$ 150,00 (menos da metade de um salário mínimo) por hectare à agricultura familiar para produção de mamona (ANEXO I). No Rio Grande do Norte, o Estado complementa em torno de R\$ 0,25 o valor pago pelo quilo das sementes de mamona, garantindo o preço de R\$ 0,89⁵¹ o quilo. Segundo os técnicos da EBDA presentes na reunião de monitoramento da Petrobras, o momento exige maior investimento por parte dos governos e da empresa para estabelecer a cultura de oleaginosa no Estado, o que será possível somente quando o agricultor se sentir estimulado a plantar.

Ou o produtor se estimula a plantar ou não vai ter quem o convença (...). A Petrobras vai ganhar dinheiro quando o plantio do girassol estiver consolidado no Estado. [Agora, a empresa] tinha que 'tá' pagando ágio! (...) Teria que existir uma política de preço para esse momento, o momento de adesão! (Técnico 1 da EBDA)

O depoimento de um agricultor entrevistado também ressalta essa necessidade:

(Tem que ser um) valor que crie ambição do povo para plantar. Quando algo não desperta a ambição, o povo fica meio lento. (Entrevistado número 6)

O receio de sair prejudicado por força do contrato firmado pode, inclusive, levar o agricultor a optar pela comercialização com quem oferecer melhor preço na ocasião da venda, como ressalta outro técnico:

Estamos tratando de uma coisa nova para o produtor. Precisamos de uma 'luz no fim do túnel'. Não podemos 'enfiar goela abaixo' as sementes e o preço [que é oferecido]. Se o atravessador chegar, oferecendo mais pela mamona, como fica o contrato? (Técnico 2 da EBDA)

Essa preocupação é procedente, tanto por parte do técnico quanto por parte do agricultor. Entre 2005 e 2007, grande parte dos agricultores Brasil afora amargou a experiência de firmar contratos de fornecimento de oleaginosas com empresas que sequer retornam para recolher a produção, deixando milhares de agricultores com o prejuízo dos investimentos feitos, seja de tempo e recursos ou

⁵¹ Informação aferida em outubro de 2008.

por aquilo que se deixou de plantar para privilegiar a oleaginosa. Os fragmentos a seguir foram retirados do relatório final do plano de qualificação realizado pelo Elo/MTE (2007):

Vemos pessoas com vontade de entrar e realizar experiências com oleaginosas. Outras ainda demonstram receio por motivos de desconfiança devido às experiências negativas. (Agente formador de Itatira, Minas Gerais)

Quando comecei a apresentar o projeto, de início houve uma certa rejeição por algumas pessoas pelo motivo que eles dizem que esses projetos nunca dão certo e que eles iriam investir e depois não veriam retorno. (Agente formadora, Lage, Bahia)

Alguns trabalhadores se mostram desestimulados com o programa de biocombustíveis. Isso se dá porque foram cadastrados pela Emater e BrasilEcodiesel que não vêm cumprindo seus acordos, além de atrasos de entrega de semente no tempo correto e do não pagamento do subsídio aos agricultores da região. (Agente formador de Ipaumirim, Minas Gerais)

Em outro momento o agente é mais explícito e diz:

Uma empresa fez os cadastros das famílias, mas não retornou para buscar a produção. Isso dificultou muito o nosso trabalho na região. (Agente formador de Ipaumirim, Minas Gerais)

A referida empresa, BrasilEcodiesel comprometeu-se em entregar 496 milhões de litros do combustível à Petrobras em 2007. Para adquirir o Selo Social, a empresa firmou contratos individuais com milhares de agricultores, mesmo aqueles com terrenos muito pequenos e não obstante o despreparo desses. Ressalta-se que, embora fosse a maior fornecedora da Petrobras, a empresa não chegou a produzir 50% do acordado naquele ano (ANEXO J).

O tratamento conferido aos agricultores familiares após a instituição do Selo (2005 e 2006), seja na abordagem, seja no cumprimento do contrato, gerou um clima de incerteza e desconfiança em comunidades inteiras de agricultores familiares nos três Estados visitados, conforme observado nos anos seguintes. Infere-se que, na ausência de estratégias sociais na gestão do programa, a mobilização foi atribuída ao mercado, através da ação das empresas, distante de integrar um plano de desenvolvimento local ou territorial sustentável. Uma estratégia de gestão social combinaria macro aspectos das políticas econômicas e a realidade mais concreta das relações entre sujeitos e instituições, tendo em vista a capacidade dos agentes de propor soluções dirigidas para os problemas locais. Ressente-se a

ausência de uma ação regulatória do Estado na celebração e realização dos contratos das empresas privadas com os agricultores familiares. Essa constituiria em um mecanismo de segurança para o agricultor familiar e assentados da reforma agrária. Paralelamente, uma ação de capacitação para o plantio de oleaginosas e organização das famílias agricultoras e assentadas para comercialização dos grãos, fomentada pelo Estado teria sido uma estratégia fundamental num momento anterior à abordagem das empresas.

Contrariando as demais opiniões, um agricultor desenvolve uma análise da aplicabilidade do Programa no caso de Mutuípe.

Não vi como algo bom para região. A região é muito acidentada. Tem que trabalhar na base manual, com isso, o custo fica muito alto. Porque você planta manualmente, colhe manualmente, limpa... Por exemplo, o feijão: aqui na região quase não compensa, não sei em Irecê... O girassol aqui é só uma vez ao ano. Apesar de ser todo manualmente, o cacau tem uma vantagem que é uma lavoura que fica o tempo todo, permanente, a bananeira também. E tem vantagens, além da semente. Os pequenos não têm como usar o resto da planta (como ração, adubo). O resto fica como cobertura de solo. (...) Mas, tudo o que chega a somar um pouco pra família, se você tá com terra vazia, é útil, sim! Mas, tudo o que você produz com muita mão de obra, o custo fica alto. Não vai ter impacto na renda (na região). (Entrevista número 6)

O agricultor não considera que a participação dos produtores daquele município no programa de biodiesel seja adequada para eles, contrariando os demais entrevistados, pois a produção de oleaginosas consiste em lavouras temporárias, exigindo trabalho intensivo. A vocação da região, segundo ele, é a lavoura extrativista, como a do cacau, em virtude das dificuldades apresentadas pelo tipo de terreno ali predominante.

5.2.3 Avaliações e sugestões para o PNPB

Os entrevistados observam que existem muitos problemas na operacionalização do programa, em aspectos diversos: cumprimento de prazos, informações, contrato, financiamento, etc. Esses aspectos serão aprofundados nos tópicos a seguir.

i. Período de entrega as sementes

Todos reclamaram, por exemplo, da entrega das sementes fora do período adequado para o plantio e da pouca assistência técnica oferecida:

As sementes era pra ter vindo na safra de inverno, mas houve alguma confusão e puseram a gente na safra de verão. Aí as sementes só chegaram para gente agora nesse período de Junho. Como nós já estávamos no cadastro, nós aceitamos fazer parte do grupo piloto. Eu gostei, meu pai que não ficou totalmente satisfeito com a produção, mas ele não ficou triste. Ele quer apostar de novo no girassol. Também porque nós não temos a cultura do girassol, a gente nunca cultivou para produção. Agora a gente já tá mais familiarizado com a cultura. (Entrevista número 1)

Se a semente tivesse chegado antes (uns 15 dias) teria pegado uma safra bem melhor (quase setembro) (Entrevista número 6)

Aqui foi muito lento. As sementes chegaram atrasadas – Não desenvolveram na roça comunitária. (Entrevista número 4)

Plantei girassol, 3 meses, ficou pequeno, não prestou (cerca de 1mx1m). Tô esperando o tempo certo. Ele não dá no tempo quente. Feijão não deu muito bom não. Não deu para pagar amendoim, não plantei ainda. (Entrevista número 5)

O que falta? Primeiro passo: A semente chegar na época certa. Petrobras e agricultura familiar: um depende do outro. Girassol quer chuva. (Diretoria do Sindicato)

Conforme registrado nos depoimentos, a semeadura ocorreu tardiamente e sofreu com a estiagem, com isso, a plantação se desenvolveu de maneira irregular (verificar os registros fotográficos feitos quando da visita às lavouras dos agricultores entrevistados no ANEXO J). Uma agricultora afirmou que, como tinha algum conhecimento sobre a cultura do girassol, sabia que o período de estiagem era inadequado para iniciar o plantio. O técnico que a acompanhava, porém, insistiu que era obrigatório semear imediatamente.

A terra é mais apropriada para o amendoim, fomos mais acostumados. Agora o girassol... o clima do período não deu certo. O técnico da EBDÁ falou que tem que plantar. Eu tinha semente para 2 hectares e meio, plantei só uma tarefa. (Entrevista número 2)

ii. Informações sobre comercialização e plantio

Como sugestão para viabilizar a participação da família agricultora, os entrevistados indicam a necessidade de mais informações sobre a comercialização e o plantio, onde reside a questão-chave para o convencimento da adesão das famílias. Mas, a informação não é suficiente; demandam a previsão de incentivos e incrementos de forma a garantir um ganho para o agricultor.

Dá pra agricultura familiar (participar da cadeia produtiva do biodiesel), mas tem que tá preparada para produção. Porque a gente tá acostumado assim: chega, colheu, secou, vai no armazém e vende e pega o dinheiro na hora. E isso não vai ser assim... todo fim de semana vendendo na feira. Falta passar segurança. Eles (os agricultores) perguntam: Eu vou fazer o que se eu não receber? E cooperativa aqui na região que a COPATAN (convênio com a Odebretch) teve um período que disse que ia vender o cravo para exportação e pegou o cravo desse pessoal todo e colocou lá no estoque e depois não liberou e pagou um preço muito inferior ao que os atravessadores estavam pagando. Aí, quando você fala em cooperativa, muitas pessoas já ficam com esse choque, com esse medo de passar por essa mesma situação. (Entrevista número 1)

Falta dar mais incentivo, passar mais segurança. Tá muito vago. Passar para o agricultor que ele não vai ter nenhum problema. Porque muita gente fica com medo na parte de comercialização. E também: Muitas pessoas não têm condições de plantar, porque geralmente planta pouquinho e não tem recursos para fazer o plantio. Então, seria bom ter a semente, os insumos como forma de incentivo e também uma forma desses agricultores conseguirem ter uma conduta melhor, pois vão poder ta adotando uma técnica adequada. (Entrevista número 1)

Precisa de terra mais apropriada, pronta. Esse eu plantei 2 tarefas. No próximo, plantarei 10 tarefas para ver se traz mais renda. (Entrevista número 3)

É bom, dá conta de plantar. Seria bom dar o adubo. A gente não tinha dinheiro. Porque ajuda a gente (a criar) os filhos. Tem hora que a gente não tem dinheiro para comprar remédio, nem comida. (Entrevista número 5)

iii. Condições de crédito e financiamento

O sindicato aposta na participação da agricultura familiar, pois, constituindo uma maioria, acredita que se pode atingir uma escala significativa de produção. Reconhecem, porém, os limites desta participação nas dificuldades de

acesso a crédito. Outro agravante é a dependência do clima, que vem sofrendo mudanças nos últimos anos:

A agricultura familiar foi envolvida há cerca de um ano. Ela depende muito do clima, semente... Os grandes não dependem do clima, eles têm sistema de irrigação. Esse ano, em setembro, não tivemos a trovada de São Miguel, a trovada de Todos os Santos.... o clima tá mudado por causa da ação do homem na natureza... Além das facilidades que os grandes têm para acessar o crédito no banco, tem menos exigência. Para os pequenos é muita dificuldade acessar o PRONAF. (Diretores do sindicato)

Constata-se pelos depoimentos acima que os agricultores têm muita clareza das suas necessidades, assim como das falhas do Programa, pela falta de informações técnicas sobre o plantio e sobre a concretização da venda do produto. Os depoimentos enunciam a ausência de condições para o auto-financiamento nesse investimento. Uma análise comparativa com outras regiões, próximas aos Pólos de Biodiesel (Irecê), por exemplo, poderia esclarecer se existem outras condições sendo oferecidas aos agricultores, além das sementes e do acompanhamento técnico. De qualquer forma, porém, infere-se, através dos resultados insignificantes da oferta de óleo vegetal oriundo da agricultura familiar na safra de 2008, que Mutuípe não é um caso isolado no que se refere ao tratamento dispensado à agricultura familiar no âmbito das ações do PNPB.

Constata-se que não houve efetivamente um processo de integração. Supõe-se que a integração à cadeia produtiva do biodiesel deverá ocorrer em duas vias: na oferta do produto e no retorno econômico-financeiro proporcionado pelos lucros obtidos com o biodiesel.

5.2.4 Princípios de sustentabilidade e autonomia da agricultura familiar

Esta questão buscou identificar se o agricultor incorpora ou pretendia incorporar em sua prática agrícola e de comercialização princípios aqui compreendidos como fundamentais para garantir a sustentabilidade da unidade produtiva e da família (como segurança alimentar, técnicas agroecológicas, diversificação da produção)

Gestão e uso da terra

A questão foi colocada para auxiliar a verificação do grau de compreensão acerca dos princípios de sustentabilidade ambiental e familiar. Para atender a esses princípios, a produção baseada em técnicas agroecológicas e na diversificação/consorciamento de cultivos foi assumida no âmbito dos movimentos sociais, de onde se originam os pressupostos para o modelo Inclusivo-Sustentável, sistematizado nessa dissertação, como uma estratégia de conservação da terra, do ar, da água; de proteção à saúde da família; de segurança alimentar e de produção de energia em padrões limpos. Sobre o rótulo de energia limpa, a Rede Brasileira pela Integração dos Povos – REBRIP afirma:

Para merecer tais qualificações, eles (os biocombustíveis) não poderiam ser produzidos a partir de desmatamentos, de uso intensivo de agrotóxicos e adubos químicos, de consumo irresponsável de água, de expressiva utilização de energia poluente de origem fóssil e da expulsão dos agricultores e trabalhadoras rurais de suas terras para dar lugar a monoculturas em grandes propriedades (REBRIP/FASE, 2008).

Portanto, para produção de biocombustíveis, não se pode perder de vista gestão e uso da terra responsáveis com os recursos ambientais. Deve-se considerar que o momento é de adoção de novos parâmetros de desenvolvimento, não apenas pelas famílias, mas também pelas instituições que formam uma rede de apoio e acompanhamento técnico e, sobretudo, para as três instâncias de governo, que contemplem além dos resultados econômicos, as dimensões ambiental e social (TIRYAKI & OLIVEIRA, 2008).

Outro aspecto verificado foi se a participação no PNPB afetaria, de alguma forma, a divisão de trabalho entre os membros da família ou a contratação de mão de obra. A forma de organização do trabalho e a relação com a produção são as peculiaridades da agricultura familiar. Nas unidades familiares, o trabalho (como atividade na terra e produção de alimentos) é um elemento central, configurando as relações internas, a sucessão da posse da terra, estabelecendo normas de partilha (HEREDIA, 1979). Diferentemente de uma organização patronal de produção agrícola, cujo elemento central é a relação com o mercado e onde o trabalho é fragmentado, especializado, sem exigir conhecimentos variados por parte do trabalhador, o trabalho na unidade familiar estabelece uma perspectiva holística e

integradora à comunidade, o entorno e, por conseqüência, o mercado, o que torna o agricultor familiar um sujeito social específico.

Essa característica, mais predominante no período anterior aos anos 80, vêm sucumbindo à lógica predominante nos programas governamentais e da cooperação internacional, que visa integrar as unidades produtivas cada vez mais ao mercado, introduzindo categorias econômicas, como lucro, remuneração e estranhas – até então – a esses agricultores. Embora passem a utilizar as mesmas categorias de uma empresa rural, a capacidade tecnológica, a escala de produção, a estratégia de comercialização e a competitividade de preço, contudo, não se equiparam.

As respostas dos agricultores para a questão da gestão e uso da terra foram divergentes: dos sete entrevistados, cinco responderam que não mudariam a forma de lidar com a produção, três fizeram referência ao fato de já terem adotado práticas agroecológicas de cultivo em suas unidades produtivas (poderia ser interessante aprofundar uma reflexão acerca do fato das três serem mulheres, porém isso se afastaria muito da proposta desta dissertação). Dois dos agricultores que não foram capacitados, por outro lado, não cogitam abrir mão dos adubos químicos e pesticidas que usam.

Uma pessoa respondeu que serão mantidos os papéis desempenhados por cada membro e, finalmente, uma entrevistada que, vive em condições bastante precárias, fez referência ao incremento à alimentação da família:

Muda. Multiplica mais. O amendoim porque serve para gente se alimentar, para filho da gente se alimentar. O girassol, a gente vende e dá pra comprar um remédio; feijão a gente come. Dá pra fazer canjica, mungunzá...

Antes do projeto não tinha. Comprava 1,2 kg de feijão por semana. Quando tinha o dinheiro do adubo, não tinha do feijão e vice-versa. (Entrevista número 5)

Pelos cálculos da entrevistada, um saco de adubo que dura em torno de um mês custava, em novembro de 2008, R\$ 55,00, enquanto uma viagem à sede do município para receber adubo fornecido por eventuais programas governamentais lhe custava R\$ 8,00. Embora ainda represente uma despesa alta, diante do grau de pobreza em que vive, ela insistiu em recomendar que os gestores públicos incluíssem o adubo entre os insumos fornecidos para o plantio das oleaginosas. Dentre os contratados, a entrevistada corresponde à senhora que, segundo a

avaliação da presente análise, não reúne condições suficientes para integrar o PNPB, sobretudo neste período em que são muito poucos os incentivos ou subsídios oferecidos.

Observa-se que o critério adotado pela Petrobras de não contratar produtores com menos de duas tarefas parece insuficiente, no caso estudado, para garantir uma margem de segurança para a família⁵². Ressalte-se, ainda, que a normatização legal do PNPB é omissa quanto à definição de quais famílias seriam mais adequadas a ingressar no Programa.

Diversificação x monocultura

A questão procurou mapear as expectativas quanto à geração de renda a partir do PNPB, além de sondar qual será sua estratégia para o plantio de oleaginosas: se abrirá mão dos outros ingressos e da produção para o consumo familiar ou apostará toda sua produção na atenção a esse mercado. Além do aspecto ambiental e econômico, o que importa é não perder de vista a produção de alimentos para a família e a venda do excedente no mercado local.

Como explanado no primeiro capítulo, a preocupação com a produção de alimentos é o aspecto mais sensível na discussão travada entre organismos internacionais e os defensores da energia renovável, por embutir um componente ético a respeito da destinação de terras para combustíveis em detrimento da segurança alimentar de milhares de pessoas no planeta. Essa discussão está especialmente representada na relação *família agricultora x produção para o autoconsumo*. Nesse sentido, vários autores afirmam que a diversidade permite a complexidade, necessária para a sustentabilidade de um sistema agrário. O grau de complexidade de sua rede de relações define a estabilidade de um sistema (Nolasco, 1999, apud DEPONTI & ALMEIDA, 2002). Em entrevista, os representantes do sindicato sintetizam:

É para ser diversificado, para que não seja uma monocultura, e para que o agricultor tenha ali o seu alimento, sustento tirado ali daquela terra. Acho que é uma forma correta e uma oportunidade pro agricultor. Além de tudo é uma cultura rápida e a proposta é que ele

⁵² Não foi identificada documentação escrita que explicita esse critério. A informação foi colhida em pronunciamentos de representantes da empresa em reuniões realizadas com os agricultores familiares.

já vai ter o mercado para comercializar esse produto. (Diretores do Sindicato)

Como principal indicador de sustentabilidade (GOMES, 2004), a experiência da diversificação revelou-se a principal estratégia das famílias entrevistadas em Mutuípe, pois as respostas apontaram para a mesma direção e foram dadas de maneira conclusiva, determinada. A grande dúvida, naturalmente, é se realmente esse negócio será capaz de gerar renda.

O receio que tenho é de que os agricultores passem só a plantar oleaginosa, deixem de lado o consumo. Tem que plantar consorciada. (Entrevista 1)

Vai ser bom para ter uma renda extra. (Entrevista 3)

Vai trazer renda (a longo prazo). É uma cultura nova e que serve para diversas coisas: alimentação animal e humana, biodiesel... Não substituiria. É legal consorciar. Pode priorizar, mas nunca abandonar! (Entrevista 4)

O que for dando a gente vai plantando e vai vendendo. Planta tudo. (Entrevista 5)

Não (substituiria). Ninguém faria. (Entrevista 6)

Não (substituiria). Aqui na região, tudo é na base do cacau. É a monocultura do cacau. Quando o cacau acaba, todo mundo fica parado, sem produzir. Não circula o dinheiro, o comércio fica parado, fica com as prestações atrasadas... fica aquela vida de sufoco. (Entrevista 7)

Todos afirmaram, em seguida que manteriam a oleaginosa com complemento de renda, como detalha a entrevistada abaixo:

Manteria como complemento da renda. Porque, por exemplo, já tenho o cravo, já tenho o cacau. Isso eu ia deixar, até porque também tem muita terra vazia. O que já tá plantado eu deixava. Isso aí eu deixava para área que não tá plantada. Na região aqui tem muita terra vazia. (Entrevista 1)

Às vezes, quando o preço da banana tá embaixo, o girassol vai suprir a vaga da banana que tá com o preço lá embaixo. Aí o preço do girassol dá pra melhorar. Quando os produtos da agricultura familiar estão em baixa, compensa com o girassol. É sempre uma ajuda. Só o girassol não dá. Só a agricultura familiar, também não dá. O girassol é uma coisa diferente e pode ajudar também. (...) Para sobrevivência da agricultura familiar é uma coisa que não é muito viável, porque o custo é muito pouco, o trabalho é muito barato. Vende de R\$ 0,89, é muito barato. Não dá para sustentar a família. Não dá pra trabalhar só o girassol. Pra plantar, tem que plantar o girassol e (a produção tradicional da) a agricultura familiar. Só ele

não dá pra trabalhar. Isso aí eu tenho certeza! Não dá pra sustentar uma família, se não tiver a (produção da) agricultura familiar (Entrevista 2)

É viável pela diversidade. Ter condições de diversificar a lavoura. Mutuípe é só cacau e banana, cacau e banana... (Entrevista 4)

(...) Maior desafio no município é a monocultura, convencer que (a oleaginosa) é o meio viável para “sair do vermelho”. (Diretoria do Sindicato)

Agricultores e assentados em outros Estados, também foram receptivos à preocupação introduzida durante a capacitação para o plantio de oleaginosas:

O que mais discutimos nos assentamentos foi como não entrar no monocultivo e como produzir tudo com alimento junto para garantir primeiro o que comer. Isso faz também com que gente respeite o meio ambiente, já que para nós que trabalhamos, a terra é a fonte de vida. (Depoimento de agricultor de Tamboril, Ceará)

Perguntei a um agricultor se não achava que a cultura das oleaginosas poderia se tornar uma monocultura. Ele respondeu: ‘Depende de quem entender o que é melhor entre ‘plantar o que comer’ e ‘o que plantar para vender’. Não podemos plantar só “biofome” (produtos para o biodiesel). (Agente formador, Antonina do Norte, Ceará)

Eu, Maria Batista, trabalho há muito tempo na agricultura, mas não tinha a experiência que tenho hoje, após ter participado de um treinamento aqui no assentamento. Antes eu queimava o mato no solo. Hoje eu não queimo mais, pois ele serve de adubo para o solo ficar forte e as plantas se desenvolverem melhor. Hoje eu aproveito melhor a terra, se planto mamona, planto junto o amendoim, se planto milho, planto junto o feijão, melancia, abóbora, batata doce e até o aipim. Aprendi, desta maneira, a tirar mais sustento da terra para alimento da própria família. (Depoimento de agricultora de Itaetê, Bahia)

Gomes (2004) ressalta que a unidade produtiva familiar é o *locus* privilegiado para desenvolver uma agricultura sustentável, uma vez que tem como característica principal uma tendência a diversificar culturas e integrar a criação de animais em escalas menores (CARMO, 1998, apud GOMES, 2004, p. 9). Ilustrando essa observação, Lopes (1994, apud GOMES, 2004, p. 10) define a diversificação como um dos três pré-requisitos para uma agricultura sustentável (além da redução dos subsídios das políticas públicas para a agricultura convencional, canalizando-os para os modelos que preservam o meio ambiente e da sobre-tributação para os insumos de ação predatória).

ConSORCIAMENTO

A estratégia de consorciamento entre cultivares alimentares e oleaginosos é outro pressuposto de sustentabilidade ambiental e familiar, a fim de evitar que as unidades produtivas se transformem em monoculturas para o mercado de biodiesel, em detrimento da produção de alimentos. O benefício do consorciamento é considerado, ainda, sob o aspecto do controle de pragas, alcançado com o equilíbrio da cadeia alimentar da localidade onde se emprega a técnica.

Parte-se da constatação de que o rendimento de uma monocultura em geral é inferior ao rendimento de cultivos consorciados, pois estes últimos resultam numa interação positiva, ou seja, uma sinergia, onde um dos cultivos favorece o outro, ou ambos se favorecem (ALTIERI, 1987). Nesse sentido, Ikerd (2003, apud BECKER, 1997) afirma que a “sinergia é o elemento crucial na agricultura sustentável” e ela pode ser aferida a partir dos rendimentos resultados dos diferentes consorciamentos (especialmente entre algodão, com mamona, amendoim, girassol e o sisal). Acerca de uma avaliação de sustentabilidade de um sistema agrário, Becker (1997) destaca:

To be used for sustainability assessment, however, synergy must be converted into measurable factors. These factors often are approximated by measures of the complexity of the system, which is considered a stabilizing quality. Although there is no immediate correlation between complexity and stability, the contribution of complexity and its synergetic and stabilizing effects on system performance need to be included in sustainability assessment (DALSGAARD et al. 1995; PIEPHO 1996, apud BECKER, 1997).

Para os autores citados, a estabilidade de um sistema – fator relevante para que esse perdure no tempo - dependerá da sua complexidade, mesmo se apenas através de seus efeitos, e isso deve ser levado em conta em uma avaliação de sustentabilidade.

A partir da variável consorciamento buscou-se aferir o entendimento do agricultor sobre esse recurso e sua disposição em seguir essa orientação. Nesse sentido, as respostas dadas pelos agricultores que participaram da capacitação foram bastante coerentes, afirmando que a estratégia diversifica a produção, aumenta sua produtividade e traz maior segurança para a agricultura familiar por garantir receita durante todo o ano:

É uma coisa perto da outra. Como pode ver, o cacau plantando junto com a banana, agora junto com a seringa. Antes era o caju com o craveiro (pé de cravo). (Entrevista número 1)

E no caso hoje da seringa, a situação na região vai ficar melhor, porque, quando ela começar a sangrar, ela vai dar direto, num tem parada, mesmo com o cacau, que é a melhor das agriculturas, apesar de hoje, com a queda do preço, apesar das pragas que têm, tem quatro meses de paradeiro, entendeu? (Entrevista número 1)

Achei importante plantar tudo na mesma terra. (Entrevista número 5)

Na entrevista com os diretores do STR, a possibilidade de introduzir novas culturas para diversificar a produção de cacau, representa uma alternativa para os problemas sérios de pragas e depreciação que a lavoura vem enfrentando nos últimos anos. A produção de oleaginosas se configura como alternativa para o pequeno agricultor habituado à monocultura do cacau. Segundo os entrevistados, com a intensa utilização de adubo e defensivos químicos, a produção anual tem se restringido a uma colheita, o que não garante o sustento da família:

É uma alternativa para o pequeno produtor. Porque aqui na região o que predomina é o cacau. Até aquelas pessoas que têm um pedacinho de chão pequeno, manda ver no cacau, na banana. Ou seja, monocultura. Antigamente ele botava safra e entre-safra. Hoje em dia é uma vez no ano, acho que reduziu uns 70%, por conta da adubação química, falta de sombramento e diversificação na sombra. Quando botam a sombra ou é só a elitrina ou é só o mulungu, agora que tão plantando a seringa. Tem poucas frutíferas nas roças de cacau... que atrai os animais (pássaros que eliminam os insetos)... É uma alternativa para sair do vermelho. Porque, hoje em dia, quem só tem um pauzinho de cacau tá passando fome. Quem antes era produtor, não vendia dia, hoje tá vendendo dia, é diarista porque o cacau não produz como antes. Além de tudo a qualidade do cacau na região tá péssima, porque é a vassoura-de-bruxa, a podridão... (Diretores do STR)

Por outro lado, dois dos agricultores que não tiveram a oportunidade de participar da capacitação apresentaram uma opinião menos favorável ou indiferente ao consorciamento. O último entrevistado sequer tinha conhecimento do que se tratava.

O entrevistado número 3 realizou uma experiência plantando o milho e o feijão consorciados e não alcançou um bom resultado. Plantando solteiro, segundo o agricultor, houve um desenvolvimento melhor da lavoura. Por conta disso, não aceita consorciar o girassol. Ocorre que, sem a visita do técnico, o produtor não

compreendeu que o principal problema que afetou o rendimento da lavoura foi a falta de chuva/plantio fora de época.

Plantei girassol consorciado com feijão, girassol com mandioca e girassol sozinho. Agora só planto girassol sozinho. (Entrevista número 3)

O outro agricultor não tem nenhuma experiência com consorciamento e acredita que a estratégia é boa quando a combinação oferece sombreamento para a lavoura do cacau:

É uma boa, quando você aprova área para duas coisas. Tá plantando a mesma quantidade, a não ser que seja necessário (sombreamento). Talvez dê no mesmo. (Entrevista número 6)

Reiterando o que já foi mencionado em oportunidade anterior, o PNPB incentiva que a agricultura familiar faça o plantio consorciado. Para tanto, na safra de 2008/2009, estabeleceu-se uma parceria entre Petrobras e a Superintendência de Agricultura Familiar do Governo do Estado (SUAF/SEAGRI) para o fornecimento de sementes oleaginosas e alimentícias, respectivamente, o que foi determinante para o envolvimento dos agricultores de Mutuípe. Embora a falta de garantia e de pontualidade na entrega das sementes, ocorrida no município no período investigado, não tenha comprometido o interesse dos agricultores contratados mesmo diante do comprometimento da qualidade da colheita em virtude do plantio fora de época, a situação foi motivo de grande desmobilização dos agricultores em geral em relação ao programa governamental, conforme já ressaltado, especialmente porque esteve vinculado à mudança da oleaginosa (de amendoim para girassol). Esse fato, por um lado, evidencia a necessidade de uma programação adequada para distribuição das sementes, tanto por parte do governo do Estado quanto da Petrobras, inclusive em termos de priorização de regiões que apresentem maior organização e disposição para a produção de oleaginosas.

Por outro lado, chama a atenção para a necessidade de uma organização local no sentido de se investir em bancos de sementes a fim de que se criem mecanismos de autonomia – muito embora a própria qualidade das sementes atualmente esteja comprometida, em termos de capacidade de reprodução, em função das melhorias genéticas e da disseminação de sementes transgênicas. Essa proposta será aprofundada no tópico seguinte.

Outras práticas ecológicas

A diversificação constitui um dos requisitos de um sistema agroecológico. Pela sua complexidade e especificidade, o Modelo Inclusivo-Sustentável aqui preconizado aponta para necessidades de uma revisão do emprego de insumos químicos, pesticidas e da monocultura, propondo a adoção de práticas agroecológicas que ajudem a revitalizar/proteger o patrimônio natural e a saúde de agricultores e consumidores. Leva-se em conta que, nos últimos anos, a agroecologia vem se consolidando como um importante meio de agregação de valor para os pequenos e médios agricultores, circunscrito, inclusive, nos marcos da nova ruralidade.

Embora existam inúmeras experiências de emprego dessa prática, no universo entrevistado, as iniciativas desta natureza provêm, geralmente, do empenho das mulheres agricultoras que têm acesso a discussões e capacitações no sindicato ou em projetos de ONG e universidades. Dos sete contratados, quatro declararam utilizar o adubo Super Simples (adubo químico) e três admitiram lançar mão da prática de queimadas para a limpeza do terreno. Apenas duas mulheres narraram suas experiências de migrarem da técnica tradicional difundida sob a égide da revolução verde para de matriz agroecológica.

Usava (químico e desmatamento) antes do Biodiesel. Passei a usar o adubo orgânico, a compostagem e o reflorestamento. (Entrevista 2)

(...) Juntando material para fazer orgânico. O olhar é diferente: Não vê a roça como via antigamente. Sensibilidade do olhar, saber que a natureza é uma mãe, se você respeitar e cuidar, ela vai te ajudar mesmo. Do contrário, vai pagar o preço: aquecimento global é a ação do homem. O eucalipto e seringueira são invasores. (Entrevista 4)

Os entrevistados declararam usar o adubo químico sem, no entanto, ter conhecimento de que se tratava de insumo químico:

Uso o Super Simples. A gente fazia queimada. Tem 3 anos que parou, mas se passar um fogueiro na terra mais grossa é melhor. (Entrevista 5)

Ressalta-se que essas respostas devem ser consideradas com muita cautela, pois as práticas agroecológicas configuram ações alternativas ao sistema convencional de cultivo, ou agricultura moderna, adotado pelo Estado e pelo mercado brasileiros. Esse modelo, como já comentado em outras oportunidades,

torna a unidade produtiva mais dependente de insumos externos e sujeita a pragas em decorrência da falta de equilíbrio do bioma local (ALTIERI, 1987). A informação sobre o emprego de práticas agroecológicas foi incluída no roteiro de entrevista por ter sido aprofundada ao longo da capacitação feita pelo Elo/MTE e constar como um dos pilares da proposta desenvolvida nesta dissertação. Sabe-se, contudo, que a capacitação contribuiu para uma reflexão e, possivelmente, uma sensibilização desses agricultores ao tema, mas certamente não é suficiente para promover uma mudança no sistema adotado.

Reconhece-se, com isso, que a mudança de base (agroecológica ou convencional) dos sistemas agrícolas pressupõe uma mudança cultural do agricultor, dos agentes públicos e uma reorientação política no âmbito estatal. Sabe-se que a consolidação do modelo convencional contou com muitos incentivos, estratégias, pacotes tecnológicos para a agricultura oferecidos/impostos pelos programas de governo, empresas produtoras dos insumos químicos, organismos internacionais (BID, Banco Mundial, USAID, FAO). O emprego desse pacote tornou-se, inclusive, um critério para a concessão do crédito rural e estruturou o modelo de assistência técnica rural vigente no país. Portanto, a cultura hoje existente foi forjada em um dado momento, obviamente com o respaldo da preocupação com a suposta limitação da produção de alimentos que pautou a concepção de crescimento anterior aos anos 70.

Conhecida como Segunda Revolução Agrícola, o modelo inclui produtos agroquímicos, agrotóxicos e pesticidas. Mais recentemente, maquinários a combustão e a biotecnologia, com a manipulação genética de sementes. O modelo se estrutura a partir de critérios de especialização, produtividade e tempo (alcançar a maior produtividade em áreas de monocultivo a fim de extrair o maior retorno financeiro num menor espaço de tempo) (RUSSO & PÁDUA, 2001).

Existem pesquisas atuais que comprovam os danos causados ao meio ambiente em decorrência do emprego desses produtos, assim como o declínio da produtividade dos terrenos (ALTIERI, 1997), inclusive observado pelos próprios agricultores. No entanto, esse dado permanece alijado da agenda pública governamental pela incapacidade de seus autores e defensores incidirem nas políticas públicas, confrontando os interesses das grandes empresas privadas de insumos químicos e pesquisas genéticas. Segue-se, portanto, com os pacotes de

políticas públicas que respaldam a cultura agrícola hegemônica. Durante a presente investigação, observou-se que a utilização de práticas agroecológicas não foi admitida, por exemplo, por uma empresa produtora de óleo vegetal, subsidiada da Comanche, como se verifica no discurso do proprietário a agricultores familiares:

Eu não posso garantir a compra do agricultor que semeia e fica rezando para Deus e Nossa Senhora para que a produção pegue...
(Visita a uma esmagadora de grãos, registros da autora, 2007)

O fragmento indica que, para celebrar contrato com as empresas, o plantio de oleaginosas deverá ser baseado no modelo convencional de agricultura. Por buscar aproximação dos movimentos sociais no processo de plantio de oleaginosas, a Petrobras, ao contrário, fixou cláusula de responsabilidade ambiental no contrato de compra de grãos celebrado com os agricultores para a safra 2008/2009 (ANEXO 12). Tal dispositivo prevê a proteção ambiental, afastando agressões, perigos e riscos de danos ao meio ambiente, inclusive recomendando a observação de “técnicas agro-ecológicas aplicáveis”.

Os efeitos do modelo convencional-produtivista são notados pelos agricultores. Eles reconhecem que a produtividade da terra atualmente não é a mesma de 20 anos atrás, devido ao uso constante de agentes químicos como adubo e como recurso para afastar pragas e doenças. O produtor também é obrigado a adquirir sementes com mais frequência, pois, como são melhoradas geneticamente, essas não mantêm a capacidade de reprodução da semente natural, conhecida como crioula ou pé duro. Com a constatação desses fatos, aos poucos esses agricultores se dispõem a resgatar formas sustentáveis de plantio, armazenamento de sementes, valorizando o saber tradicional de seus pais e avós. Os depoimentos abaixo ilustram esses questionamentos e práticas:

Tivemos exemplos de pessoas que plantam com sementes transgênicas e elas mesmas se perguntam por que no primeiro ano dá muito bem, já no segundo não dá mais como deu no primeiro plantio. (Agente formadora, Boa Vista do Tupim, Bahia)

Na pesquisa sobre as sementes, descobri que a maioria dos agricultores (99%) produz a partir das sementes tradicionais (crioulas) e o mais interessante é que estas vêm sendo guardadas há vários anos. Algumas há 25, 30 anos. Outros produzem das sementes que foram guardadas pela avó, há mais de 70 anos. (Agente formadora, Rafael Jambeiro, Bahia)

As famílias acompanhadas utilizam muitas práticas agroecológicas em suas unidades produtivas. Trabalham com a produção orgânica, não utilizam insumos químicos, utilizam muito esterco de animais e restos de cultura. As sementes utilizadas por elas são da própria propriedade e são armazenadas em garrafas pet, tambores, cinza, tonéis, barro, areia e paióis. Elas produzem diversas culturas. (Agente formador, Caculé, Bahia)

Se todos nós sabemos que o Programa de Biodiesel é para ajudar o meio ambiente, se todos plantarem somente oleaginosas usando defensivos químicos, será que ele realmente vai ajudar? (Agente formadora, Boa Vista do Tupim, Bahia)

Embora não seja o propósito dissertar sobre a questão agroecológica, cabe esclarecer dois pontos. O primeiro refere-se ao fato de que um dos atributos da sustentabilidade de um sistema de produção é sua capacidade de reprodução em nível e qualidade permanentes, e que não comprometa a capacidade de produção das gerações vindouras (ALTIERI, 1997).

Entende-se por sustentabilidade a manutenção de um sistema ao longo do tempo, sendo que essa durabilidade depende de quanto maior for a adaptabilidade, a diversidade, a resiliência, a equidade do sistema e a interação entre as diferentes dimensões: econômica, ambiental, social e cultural. (DEPONTI & ALMEIDA, 2002)

O segundo ponto recorda que a sustentabilidade é medida com o tempo (Bossel apud BELLEN, 2006). Como indicado nos depoimentos, atualmente os agricultores verificam a insustentabilidade do sistema baseado na modernização conservadora (com todos os predicados da revolução verde). Portanto, dada a abrangência e complexidade de um sistema agroecológico e mapeando as práticas agrícolas sustentáveis que vêm empregando em suas lavouras, caberia dizer que nesse momento há indícios de se viver uma *transição agroecológica* (CAPORAL, 2005) em muitas comunidades da agricultura familiar (SACHS, 1993). Isto é, a agroecologia, mais do que um método de plantio, é um modo de vida e produção que coloca em questão o modelo de sociedade, consumo e convivência com o patrimônio natural. Por isso, as práticas agroecológicas tangenciam essa compreensão, mas não a assume na íntegra e é mais adequado falar em transição ou coexistência dos dois modelos.

Para concluir esse tópico, Gliessman (2000, apud GOMES, 2004, p. 9) afirma que a produção sustentável é detentora de base ecológica, mas que é impossível afirmar com segurança se uma determinada prática isoladamente é

realmente sustentável ou se a sustentabilidade advém de um conjunto de práticas. A comprovação será feita, portanto, no futuro, mas já no presente é possível avaliar se a prática se aproxima ou se afasta da sustentabilidade. Nesse sentido, cabe apontar a necessidade da multiplicação de experimentos de agricultura sob bases agroecológicas, que favoreça a diversificação da base produtiva. Assume-se que para construir um novo arcabouço de conhecimento agrícola é imperativo ter como ponto de partida agentes (técnicos e profissionais) que incorporem essa nova perspectiva de relação homem-ambiente. O estabelecimento de políticas e planos estaduais de produção agroecológica consistiria em um importante avanço, do ponto de vista institucional, para viabilizar políticas públicas de crédito, de produção e acompanhamento técnico.

5.2.5 Proposta de esmagamento

O esmagamento é a proposta central de agregação de valor ao trabalho da agricultura familiar no contexto de verticalização da cadeia produtiva de biodiesel, além de oferecer a possibilidade de comercialização com outros mercados como a indústria da ricinoquímica ou mesmo de alimentos, a partir da produção de óleo vegetal. Conforme evidenciado nos capítulos anteriores, para muitos estudiosos e organizações de trabalhadores rurais o avanço na cadeia produtiva por essa modalidade de agricultores é que possibilitará a esses uma real integração ao mercado de biodiesel. Favaretto (2006) lembra que, na nova ruralidade, a importância econômica do agricultor tende a declinar, sendo necessárias outras qualidades que vão além do trabalho na terra. Reconhecer essa condição do agricultor contemporâneo é fundamental para estruturar as políticas públicas voltadas para esse segmento social.

Supõe-se que a realização desse tipo de beneficiamento cria variadas possibilidades para uma comunidade de agricultores, como:

- 1) o aproveitamento dos co-produtos (farelo e torta) na unidade produtiva para fins de adubação, alimentação dos animais ou mesmo venda no mercado de insumos. A prática desse tipo de aproveitamento

representaria uma maior autonomia frente a esse mercado e incidiria nas despesas da unidade da família, representando uma economia.

- 2) a utilização do óleo vegetal na alimentação da família, a depender do tipo de oleaginosa da qual deriva (amendoim, gergelim, girassol). Embora represente um contra-senso a destinação dessas para o mercado de biocombustíveis, deveria ser indicada para os agricultores familiares, uma vez que se integram bem às demais produções deste segmento, como alimentação da família, de animais e há incentivos em forma de créditos para as oleaginosas. A experiência relatada no Capítulo 2, por exemplo, mostra o consorciamento do cultivo de girassol com a apicultura.
- 3) abastecimento do ponto de vista energético (combustível, geradores, desfibriladores, no caso dos produtores de sisal, etc) da comunidade local. Essa destinação, contudo, ainda carece de estudos de longo prazo. Não há um consenso na comunidade científica sobre o uso do óleo vegetal como combustível de caminhões, carros e motos, pois, por um lado acredita-se que podem consistir em agentes tão poluentes ou mais que os combustíveis fósseis. Por outro lado, algumas experiências sugerem que são necessárias apenas adaptações em algumas peças do veículo para torná-lo apto a funcionar com o óleo bruto.

As experiências de esmagamento realizadas por cooperativas da agricultura familiar em parceria com universidades ou empresas, como as aqui citadas vêm ganhando aos poucos respaldo institucional, através de dispositivos institucionais criados visando ao fortalecimento deste mercado, assim como desses agricultores. O primeiro a ser destacado foi a liberação de utilização e comercialização de biocombustível, até então restritas à Petrobras, pelas cooperativas da agricultura familiar. O segundo, a instituição do Programa Estadual Agroenergia Familiar (Lei nº 11.052), pelo Governo do Estado da Bahia, em junho de 2008. Como objetivo, espera-se promover o acesso a financiamentos voltados para cadeia produtiva de biodiesel através de cooperativas, associações e iniciativas de economia solidária. O programa põe em relevo o incentivo à inserção da agricultura familiar, fomentando a produção de oleaginosas e a instalação de unidades coletivas

de produção de óleo vegetal. O incentivo à integração verticalizada da agricultura familiar foi um mecanismo do governo estadual para incentivar e garantir a produção regular de matérias-primas.

Levando em conta todo esse contexto de fomento à organização e produção e beneficiamento dos grãos, o roteiro contemplou o exame de como essa questão vinha sendo incorporada em uma comunidade formada em sua maioria por agricultores familiares. Buscou verificar, para tanto, o tipo de relação que o agricultor possui com o sindicato e qual a disposição em realizar um trabalho de tal magnitude e desafio junto à coletividade.

Do universo de entrevistados nesta pesquisa, apenas dois agricultores não possuem relação com o sindicato. Pela história de vida desses, observa-se que não há uma identidade com a agricultura familiar enquanto camponeses – há muito se urbanizaram e vivem na sede do município – ou enquanto categoria – afinal, empregam mão de obra externa à própria família, característica explicitada no Capítulo 2. Ressalta-se com isso, que o PNPB em Mutuípe envolveu diferentes níveis de agricultores familiares, pressupondo condições iguais de subsídios, preço e prazo.

Sobre o esmagamento, a proposta foi vista como uma oportunidade da agricultura familiar desempenhar um papel de maior valor no mercado, embora isso lhe exija desenvolver outras habilidades não comuns à gestão de uma unidade produtiva. Um entrevistado destaca que embora interessante, caberá ao sindicato um grande esforço de mobilização por tratar-se de uma cultura estranha ao costume local, que está baseado sobre uma lavoura extrativista cacaueteira. Uma entrevistada valorizou, ainda, a propriedade alimentícia do óleo de girassol e seu uso doméstico:

(O agricultor) Não tá preparado, habituado: chega, colhe, seca, vai na venda, pega o dinheiro todo fim de semana. Vai à feira, vende e pega seu dinheiro. Mas, é uma oportunidade da agricultura familiar mostrar seu potencial, é uma forma rentável. Desenvolvimento de trabalho diferenciado (não só consumo). Confio nesse projeto. A agricultura familiar pode deslanchar. (Entrevista número 1)

Achei importante, (o óleo) vai servir para mais de uma coisa. Pra comer, pra vender. (Entrevista número 5)

Sindicato falou que a intenção era a gente vender o óleo pra agregar valor. Não ganhar só pela semente. É uma idéia boa para valorizar... um ganho a mais pro pequeno, se muitas pessoas fossem plantar o

girassol. Seria bom um a fábrica que processasse aqui, uma Cooperativa. Não sei se dá certo.... Acho que o girassol não vai conseguir produzir na região. Porque a cultura do povo era o cacau. O girassol... se houver incentivo... é um grande incremento, mas precisa de uma insistência maior do sindicato (quem tá incentivando). Pro amendoim é a mesma coisa. (Entrevista número 6)

Vai ganhar mais. Fazendo o óleo, fica com o que sobra. Acho que é bem melhor do que da forma que ta aí. O processado se vende mais caro. Sei que nem todo mundo está adaptado, mas vendo, aprende... Acredito que funciona, sim. A agricultura familiar consegue fazer o esmagamento. A única coisa que pode atrapalhar é o tempo (clima). (Entrevista número 7)

Avaliou-se, no entanto, que esse consiste em um projeto futuro e que existem obstáculos referentes ao plantio que ainda precisam ser superados. Esse primeiro momento deve ser de avaliação do processo de produção e venda dos grãos.

Tá muito cedo para falar em esmagamento. A proposta de esmagamento é imatura. Primeiro tem que pensar na produção (do grão) e na comercialização. (Entrevista número 1)

A proposta para esmagamento em Feira de Santana é para pensar em longo prazo. Primeiro plantar, depois pensar no beneficiamento. O que fazer com o "lixo orgânico". Qual o destino? É lixo? Girassol: Falta de cultura. Mas, tem que tá sensibilizando, colocar o novo. (Entrevista número 4)

Um aspecto muito ressaltado foi a falta de informação, estudos, garantias de implementação para a viabilização desse projeto, inclusive a demora da entrega do contrato assinado.

É uma proposta "voando", viu? A gente não tem papel que comprove; fala de mercado garantido "de boca"; fala de esmagamento garantido "de boca" (Entrevista número 2)

Queria conhecer melhor... qual o quantitativo? Acho fundamental que venha para a região. Quanto mais distante, menos valor agrega. (Entrevista número 4)

O que falta? Conhecer o rendimento e o preço. (Entrevista número 7)

Esse contrato ainda não chegou na mão da gente, não. E só assino se não parar com a agricultura familiar. Só o biodiesel não quero. Se for para fazer uma cultura diversificada, eu aceito. Só quero contrato se tiver comprovado que tem mercado garantido de verdade. Não quero essas propostas de boca. Já tô cheia dessas propostas do governo. E um preço melhor também. Dá um trabalho fazer a terra, cuidar e pra vender por mixaria? E a mão de obra? Sai de graça? Eu só quero se o preço for bom. O adubo não veio... tudo deu trabalho.

Só assino se o mercado for garantido de fato e preço garantido. Fazer esse trabalho todo e vender barato? Ou vem um bom preço ou vem recurso para fazer isso. (Entrevista 2)

O último entrevistado foi o único quem chamou a atenção também para o aproveitamento dos co-produtos pelos agricultores, assim como para o uso da energia produzida:

As pessoas precisam começar a produzir o girassol e consumir o subproduto... (Além disso) Não existe energia no Baeta (comunidade): tem umas dez casas sem energia. (Entrevista número 7)

A tabela 7 sintetiza aspectos favoráveis ao esmagamento na opinião do grupo de agricultores contratados, co-relacionando aos pressupostos estruturantes do Modelo Inclusivo-Sustentável.

Tabela 7 - Aspectos favoráveis ao esmagamento e sua relação com os pressupostos do Modelo Inclusivo-Sustentável.

Falas dos agricultores	Pressupostos do Modelo Inclusivo-Sustentável
Desenvolvimento de trabalho diferenciado	Trabalho cooperado
	Participação comunitária
	Introdução de novas tecnologias
Vai servir para mais de uma coisa. Pra comer, pra vender.	Segurança alimentar e produção para o auto-consumo
Agregar valor O processado se vende mais caro Vai ganhar mais	Introdução de novas tecnologias
Fazendo o óleo, fica com o que sobra (co-produtos: torta, farelo)	Concepção agroecológica

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Os entrevistados responderam livremente às questões.

Ao relacionarem os aspectos que consideram desfavoráveis ao projeto de esmagamento, os agricultores contratados não discutem as dificuldades do ponto de vista tecnológico ou associativo, por exemplo, específicos para esse fim. Acabam reincidindo nas dificuldades que estavam vivenciando naquele momento a respeito do plantio e da celebração do contrato.

O sucesso de um projeto desta proporção depende diretamente da capacidade de organização coletiva e auto-gestão. Considerando essa dimensão, uma entrevistada alerta para o clima de incerteza entre os agricultores, provocado pela experiência negativa junto à Cooperativa de Comercialização dos Agricultores Familiares – COPATAN. Com sede em Tancredo Neves e que atendia ao Baixo Sul, a iniciativa contou com o apoio e gestão da Odebretch e não atendeu ao princípio da gestão democrática, que preconiza que os membros devem participar ativamente da formulação de políticas e tomadas de decisões e da escolha dos seus representantes, tampouco ao princípio de autonomia, pois uma cooperativa deve funcionar sem a interferência de qualquer natureza, segundo a Aliança Cooperativa Internacional – ACI (CRUZIO, 2000). A partir de então, tornou-se bastante difícil mobilizar os agricultores da região para o trabalho cooperado.

(...) A cooperativa que tinha antes sacaneou. (Entrevista número 1)

Em síntese, nos anos de 2007 e 2008 havia muitos aspectos ainda obscuros a respeito do plantio de oleaginosas na relação entre agricultores-empresa-governo. A proposta de esmagamento, embora portadora de atributos e predicados relevantes para transformar a realidade de pobreza dos agricultores locais, tornava-se etérea e abstrata, agravada pela necessidade de contar com um tipo de organização social (cooperativa) cuja experiência pregressa estabeleceu um clima de incerteza e desconfiança. Todos esses fatores levam os agricultores entrevistados a avaliar o esmagamento como preocupação secundária naquele momento.

Cabe salientar, no entanto, que os agricultores não se afastaram da proposta de esmagamento. O sindicato dos trabalhadores rurais, por exemplo, extremamente receptivo ao trabalho realizado pela presente investigação, solicitou reiteradamente a colaboração em estudos que ajudassem a estruturar o planejamento para tal.

A aposta no esmagamento por cooperativas de agricultores familiares pode ser constatada na modificação feita pelo Projeto de Lei 3336/08, proposto por um deputado do Rio Grande do Sul, sobre a comercialização de óleo vegetal e biodiesel. O projeto aprova a desoneração de biodiesel para consumo próprio, “dispensando as cooperativas rurais produtoras de registro especial na Receita

Federal do biodiesel produzido em propriedades ou em cooperativas rurais para uso próprio e a não-incidência de PIS/Pasep e Cofins sobre o combustível”⁵³. Trata-se de uma conquista significativa baseada nas experiências das cooperativas de agricultura familiar do Rio Grande do Sul.

Passo anterior precisa ser dado nas localidades onde se planeja a produção de grãos e esmagamento referente à realização de estudos de viabilidade. Tais estudos serão capazes de dimensionar o tamanho adequado para uma unidade esmagadora para atender à região - preferencialmente multi-grãos para que permita o aproveitamento de variadas oleaginosas produzidas na região (amendoim, mamona, girassol) -, considerando a potencialidade de produção de grãos, o teor de óleo, a adesão de produtores locais, capacidade de organização, os custos de comercialização, etc. O ideal é que esses estudos sejam realizados por equipes multidisciplinares, de universidades e empresas estatais, a fim de que as diferentes dimensões de sustentabilidade (social, econômica, ambiental, geográfica, institucional, cultural) venham a ser avaliadas e construídos os respectivos indicadores (TIRYAKI & OLIVEIRA, 2009).

5.2.6 Relação do agricultor com a sua comunidade

Para examinar o ambiente comunitário do ponto de vista da capacidade de articulação, auto-organização, resolução de problemas e conflitos, assim como mobilizar recursos para agregar valor à produção/espço da agricultura familiar, observou-se, na perspectiva do agricultor, o seu relacionamento com a comunidade.

A razão dessa preocupação se deve ao fato de que a proposta norteadora da presente dissertação – que se supõe uma estratégia de agregação de valor ao trabalho da agricultura familiar articulada ao desenvolvimento territorial - requer habilidades e atributos relacionados à capacidade de auto-organização e compromisso coletivo, isto é, da existência de um *capital sinérgico* (Boisier, 2004). Ao lado das condições objetivas e materiais que estruturam o desenvolvimento

⁵³Comissão de Minas e Energias da Câmara dos Deputados. 04 de abril de 2009. <http://agencia-camara.justica.inf.br/noticia/2009/4/comissao-aprova-desoneracao-biodiesel-consumo-proprio>, acesso em: 7 abr. 2009.

territorial, Boisier admite que existe também um caráter intangível, com fatores igualmente intangíveis e subjetivos, tais como: capital cognitivo, simbólico, cultural, social, cívico, institucional, psicossocial, humano e midiático (BOISIER, 1999, apud BOISIER, 2004). Esses atributos, se articulados e direcionados, compõem um capital sinérgico, capaz de conferir complexidade a um dado sistema que, segundo o autor, consiste em um pré-requisito para o desenvolvimento. Em outras palavras, Favaretto (2006) também vincula esses fatores, associados à característica econômica, à capacidade das sociedades se organizarem em torno de um projeto de vida e futuro. A descentralização e diversificação de atores sociais, atividades, iniciativas são elementos-chave para favorecer a dinamização de um dado território, ao contrário da lógica que predomina entre os pensadores econômicos defensores da produção em escala:

As características do tecido social e econômico de um território importam na configuração do campo de possibilidades em que se inscreve seu futuro. As regiões que têm em sua base estruturas sociais mais diversificadas e desconcentradas – como é o caso de vários espaços de domínio da agricultura familiar, ou de pequenas e médias empresas – apresentam melhores possibilidades de criar instituições e articulações capazes de trazer a dinamização econômica acompanhada da melhoria das condições de vida da maior parte da população, em vez de um crescimento concentrado nas mãos de poucos, como é típico dos territórios baseados em grande e especializadas empresas. Uma idéia que contraria tanto o senso comum, maravilhado com os êxitos recentes da exportação brasileira de grãos, por exemplo, como muitas vertentes explicativas da ciência econômica, para quem economias de escala são muitas vezes o único critério de eficiência. (FAVARETTO, 2007)

Trata-se, nesse sentido, da formulação de um projeto político coletivo de desenvolvimento, análogo à proposta de transformação da matéria-prima se considerados os parâmetros aqui analisados. Portanto, em caso de estruturação de uma unidade de esmagamento ou de qualquer outra modalidade de beneficiamento (limpeza, por exemplo) ou transformação na região, esses fatores subjetivos e intangíveis lhes serão requeridos em maiores proporções. Com a questão sobre a relação com a comunidade, vieram à tona informações que revelam pistas significativas sobre o universo das cinco comunidades onde vivem os entrevistados:

- i. As ações coletivas desenvolvidas nessas comunidades
- ii. O olhar do entrevistado sobre a comunidade

iii. As dificuldades enfrentadas em termos de organização coletiva

Como se observa na tabela 8, a única ação coletiva identificada nas cinco comunidades foi a realização de mutirão para o trabalho na roça. Muito recorrente entre os agricultores familiares, neste estudo de caso revelaram-se diferentes graus de interesse nessa prática seja pelo agricultor, seja pela comunidade. Dos entrevistados, apenas duas famílias declararam participar do ato. Uma entrevistada avalia que a adesão à prática ajudou a melhorar sua produção e inclusive possibilitou a diversificação de cultivos, em comparação com os resultados alcançados por seus pais que a precederam no uso da terra.

Na comunidade do Baêta, o mutirão para roça foi a única ação coletiva mencionada, no entanto, na opinião de um agricultor desta comunidade transcrita na tabela (Entrevista 6), não se pode contar com a disposição das pessoas da comunidade.

Para a compreensão desta informação, dois dados devem ser levados em consideração. O primeiro refere-se aos dois entrevistados moradores desta comunidade. Durante as entrevistas, foi verificado que eles não estabeleceram um vínculo com seus pais. As suas unidades de produção constituem apenas um local de trabalho e não de vida, pois eles e suas famílias vivem na sede do município (o que não caracteriza, de fato, um rompimento com a vida rural, mas, sim, os valores e a perspectiva que vêm sendo construídos fora da unidade produtiva, inclusive aqueles que assumem a vida rural como atraso, retrocesso). O segundo aspecto chama a atenção para as condições de vida na referida comunidade: consta como uma das últimas comunidades sem eletricidade no município (no período das visitas de campo), e não fortuitamente foi constatado um movimento de êxodo do local. Restam, atualmente, poucas famílias (em torno de 10).

Tabela 8 - Ações coletivas existentes na comunidade.

Ações coletivas existentes na comunidade	Número de Comunidades	Comentários dos entrevistados
Mutirão para roça	5	Famílias com 4 ou 5 homens trabalhando juntas, cada semana na roça de uma família. "Quando eu e meu marido assumimos a produção, melhorou muito. Antes era fraquinha. Meus pais não trabalhavam com mutirão e nós trabalhamos. E trabalhavam só com a mandioca. A mandioca é 'arrancou, acabou'." (Entrevista 2) "Não dá pra contar (com a comunidade)." (Entrevista 6)
Ajuda Mútua	2	Festival cultural (comida típica, churrasco) feito com material arrecadado para ficar à disposição em casos de emergência ou necessidades da paróquia (para combustível para ajudar um doente, cesta básica, medicamento para família necessitada, construção da capela); Ação/mutirão para levantar parede, bazar (comunidade já construiu 6 casas com a ajuda da Prefeitura e da associação)
Organização institucionalizada	2	Associação de moradores; de serviços e culturais; grupos ligados a igrejas
Beneficiamento de produtos da agricultura familiar	2	Curso SEBRAE em parceria com a prefeitura para beneficiamento dos produtos regionais (chocolate, doce de banana, derivados do leite – iogurte, requeijão). "Traz renda para as mães de família." (Entrevista 4)
Atenção às tradições	1	Apresentação cultura, samba de rolo, quebra pote, corrida de saco, piadas, caça de graça (tamanduá, tatu, raposa, guará)
Turismo Sustentável	1	Associação de Turismo Sustentável (reúne vários municípios: Jequiçá, Vale, Tancredo Neves, Mutuípe); os turistas almoçam nas casas"; Cavalgada das Cachoeiras, ABCC – Associação Baiana dos Criados de Cavalo; "Se quiséssemos fazer um turismo de exploração, já teríamos deslanchado. Mas, o turista vem aqui, fica no hotel, traz sua comida, deixa seu lixo... queremos organizar pra eles ficarem nas casas, fazerem as refeições nas casas. Turismo sustentável." (Entrevista 1)
Horta comunitária Orgânica	1	
Não realiza	1	"No Baeta não tem ninguém, não. Me associei com Márcia*, do Andaiá. Marca, mas não aparece. Vai na base da chicotada, mas tá funcionando... Vai vendo que dá certo..." (Entrevista 7)

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

* Nome fictício

Em duas comunidades, foram mencionadas as ações para ajuda mútua, isto é, de promoção de eventos para angariar fundos para o auxílio às pessoas mais carentes ou para alguma necessidade da comunidade. Nas mesmas comunidades, foram relatadas ações coletivas institucionalizadas na forma de associações de moradores, de serviços ou culturais, assim como atividades ligadas aos costumes

locais (culturais). Em ambas, verificou-se, ainda, a realização de cursos do SEBRAE, em parceria com a prefeitura, para beneficiamento dos produtos regionais e geração de renda para as mulheres, embora também haja homens que participam das capacitações.

A existência de uma associação voltada para o turismo sustentável – embora em fase de estruturação – é um dado relevante no contexto atual de compreensão da relação rural-urbano, pois reúne vários atributos que caracterizam o aspecto de novidade no espaço rural contemporâneo, como a abertura a novas perspectivas de exploração e uso das unidades produtivas. Revela-se, inclusive uma capacidade dos sujeitos locais de reconhecerem as especificidades da agricultura familiar, isto é, de valorizar seus hábitos, costumes e identidade. A iniciativa contribui para o crescimento do setor de serviços no espaço rural, realçando as vantagens comparativas do rural para atração de recursos de origem do espaço urbano. Nesse contexto, como destaca Favareto (2006), estabelece-se uma nova regulação do uso social dos recursos naturais (como a gestão de bacias hidrográficas, valorização da paisagem e conservação de florestas e rios), configurando um novo ambiente institucional e novas formas de dominação (de comando e controle para compromissos institucionais) (FAVARETO, 2006; WANDERLEY, 2000).

Analisando o conjunto de ações desenvolvidas pelas comunidades, mencionadas pelos entrevistados (Tabela 8), observa-se que há diferentes estágios de interação e expectativas de organização coletiva. As interações vão de ações muito tradicionais no espaço rural a iniciativas mais elaboradas, com certo grau de institucionalização e carregadas de elementos de pós-modernidade (como a interação rural-urbano sob a ótica do turismo e o recorte da questão de gênero), embora pontuais. As conquistas, em sua maioria, respondem a demandas de ordem social e cultural, mas não configuram um projeto de transformação da realidade local, com exceção, talvez, da atividade de beneficiamento dos produtos regionais.

A estratégia do Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável do Banco do Brasil em Mutuípe, descrita no Capítulo 3, foi mencionada apenas indiretamente por alguns entrevistados, quando se falou dos incentivos para lavoura do cacau e da banana e beneficiamento dos produtos. Evidencia-se que esse programa, no entanto, ajudou a conferir à agricultura familiar naquele município certo dinamismo voltado para criação de oportunidades de geração de renda, inclusive

pela instituição de espaços de participação – reuniões na comunidade, seminários municipais, uma instância municipal para definição de prioridades de políticas públicas e acompanhamento da execução dos serviços de infra-estrutura.

Essa informação colocada ao lado das observações feitas ao longo das reuniões na sede do sindicato leva a inferir que a motivação à adesão à proposta coletiva de produção de oleaginosas e esmagamento não ocorre a partir de uma escala micro, isto é, da interação entre vizinhos, como acontece no caso estudado da Fazenda Pirituba (SP), mas, de uma referência estabelecida em âmbito municipal e regional com o sindicato e o Pólo Sindical.

De fato, em Mutuípe, a idéia de estruturação de uma unidade esmagadora, no final do ano de 2008, vinha sendo gestada em um ambiente multi-institucional que extrapolava os limites municipais e ganhava, aos poucos, um contorno regional. Contava, por exemplo, com o apoio da federação baiana ao qual o sindicato está filiado ideologicamente e com o Pólo Sindical – espaço de articulação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos municípios daquele Território de Identidade (Jiquiriçá).

A título de evidência, em uma das reuniões do Pólo Sindical que integrou as atividades do trabalho de campo para a presente investigação foi discutida a reativação da Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Amargosa – APARA, uma cooperativa dos agricultores que funcionou na década de 90, iniciada com o apoio da Igreja Católica Belga para atender aos projetos de transformação e comercialização dos agricultores do Território. Segundo os agricultores reunidos, a Associação desempenhou um importante papel no desenvolvimento social da região ao organizar a produção e a comercialização da agricultura familiar. Reunia cerca de 100 agricultores, quando em atividade. Foi responsável pela construção de casas de farinhas e pela elevação do preço da laranja. O patrimônio da associação atualmente conta com armazéns, como o de Santo Antônio de Jesus, e 1 (um) caminhão. Em termos jurídicos, encontra-se totalmente regularizada (INSS, FGTS, Certidões, etc).

Os participantes da reunião recordaram que, antes da APARA, o preço do cacau era determinado pelo dono do armazém, pois o produtor não sabia como estabelecê-lo. Os problemas surgiram, segundo os agricultores, com os recorrentes endividamentos ocasionados com as fraudes, por parte dos compradores, na

pesagem dos produtos. Outro fator que levou à desarticulação da associação foi a falta de identidade dos agricultores com o projeto. A organização era atribuída a um padre que liderou a mobilização dos agricultores na ocasião e não a um projeto coletivo. Diante disso, não contribuíam com sua cota-parte.

A história da APARA indica uma baixa capacidade de realização coletiva, quando se trata de uma participação efetiva (inclusive com contribuição financeira ou econômica) em larga escala, agravada pela ausência de apoios externos de organismos não-governamentais (para manutenção da organização). Não obstante, a sua reativação no contexto atual pode contribuir para fortalecer a agricultura familiar, particularmente no que diz respeito à comercialização da sua produção. Mas, para tanto, faz-se necessário aprofundar as raízes da organização social e da articulação entre os atores locais, como se verá mais adiante no exemplo analisado por Teixeira (2001).

Em termos institucionais, na reunião foi aventada a possibilidade de se alterar a natureza jurídica, de associação para cooperativa, com o propósito de adequar às necessidades atuais da agricultura familiar na região. Também o quadro funcional e o de gestão podem vir a ser modificados a fim de incluir jovens, sem perder de vista as pessoas mais experientes.

Sob o aspecto do gerenciamento, há um consenso em torno da necessidade de se “trabalhar como empresa”, no que se refere ao profissionalismo do gestor. Na avaliação dos agricultores presentes, esse gestor não pode ser o dirigente sindical, pois além de não acumular as competências gerenciais necessárias, em geral encontra-se com excesso de responsabilidades. Para tanto, terão que buscar formas de capacitar e desenvolver, nas pessoas disponíveis e indicadas, as habilidades pertinentes.

Cabe ressaltar que há referências acadêmicas, especialmente ligadas a experiências do Banco do Nordeste, relativas a ‘cooperativismo de nova geração’⁵⁴. Esse conceito tem por base a necessidade de qualificar os gestores dos empreendimentos, diferenciando-os dos cooperados em geral, militantes dos sindicatos e movimentos sociais, de maneira a profissionalizar e dinamizar o

⁵⁴ “O discurso dos adeptos do ‘Cooperativismo Nova Geração’ é de que a cooperativa deve tornar-se altamente eficiente. Para tanto, deve ser assumida nova postura a partir de uma ótica de empresa capitalista, residindo a saída na racionalidade e eficiência empresarial”. (ALVES, sem data)

processo de tomada de decisões. No caso, os membros dos sindicatos em questão parecem partilhar desse conceito, apesar de a estratégia, do ponto de vista ideológico, afastá-los de um modelo tradicional de agricultura familiar.

Durante as entrevistas e nas reuniões do projeto de beneficiamento dos produtos da agricultura familiar e da Associação dos Pequenos Agricultores da Região de Amargosa – APARA (as fotografias podem ser conferidas no ANEXO L), também foram feitas menções sobre a existência da COPATAN, comentada no tópico anterior. Com sede em Tancredo Neves, e atendendo ao Baixo Sul, a cooperativa contou com o apoio e a gestão da Fundação Odebrecht. Porém, pôde-se verificar que a relação com a empresa descaracterizou o sentido de cooperativismo na região por desrespeitar o princípio da horizontalidade de uma gestão cooperativada, uma vez as decisões não eram coletivas, tampouco voltadas para os interesses dos agricultores membros da cooperativa. Como consequência, atualmente, é bastante difícil mobilizar os agricultores para o trabalho cooperado. A falta de organização dos agricultores foi exemplificada por um dos técnicos presentes no encontro de monitoramento da Petrobras. Ele avalia que o grupo que acessa o PRONAF B⁵⁵ (cujo crédito é de valor inferior e o pagamento em menor prazo em relação às demais linhas do PRONAF) poderia se articular para compra de insumos a preços mais baixos, no entanto, prefere realizar a compra de maneira individual.

Em estudo de caso sobre a atuação da Associação dos Pequenos Produtores da Bahia – APAEB, em Valente, sobre a organização da produção,

⁵⁵ Os beneficiários do PRONAF B podem cultivar a terra na condição de proprietários, posseiros, arrendatários ou parceiros, ao contrário da modalidade A, destinada aos assentados da reforma agrária. PRONAF – linha de crédito para financiar as atividades agropecuárias e não-agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, entendendo-se por atividades não-agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviço no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão-de-obra familiar. (BNB, 2008). Os agricultores do PRONAF B não devem possuir renda (agropecuária e /ou não-agropecuária) superior a 2.000 reais (excluídos os benefícios sociais e previdenciários), sendo, no mínimo, 30% provenientes do estabelecimento. Além disso, devem ter o trabalho familiar como base da força de trabalho viva do estabelecimento. O limite de crédito destinado a esse grupo de agricultores é de 1.000 reais, não podendo o agricultor realizar mais de três operações e devendo amortizar cada uma delas no prazo máximo de dois anos. (BASTOS, Fernando, disponível em <http://www.alasru.org/cdalasru2006/21%20GT%20Fernando%20Bastos.pdf>. Acessado em 06/11/2008. Nas modalidades C e D, exige-se que a **renda bruta anual familiar seja entre R\$ 1.500,00 e até R\$ 10.000,00 e entre R\$ 10.000,00 e até R\$ 30.000,00, respectivamente. Disponível em <http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp#1>. Acessado em 06/11/2008.**

beneficiamento e comercialização do sisal, Teixeira (2001) conclui que esse tipo de empreendimento por parte da sociedade civil requer “um mínimo de forças sociais organizadas, articuladas entre si e com um sistema de apoio em outros níveis (do regional ao internacional) e certo suporte técnico e financeiro” (TEIXEIRA, 2001, p. 200). Além disso, a iniciativa não surgiu de um momento para outro, mas após um trabalho em cada comunidade do município por mais 15 anos, com muitas dificuldades e contando com o apoio de organizações internacionais de cooperação, através de uma ONG atuante no Território, o que permitiu, na análise do autor, a constituição de um tecido associativo abrangendo todo o município. O passo seguinte foi estruturar unidades de produção, que incluiu indústria, cooperativa de crédito e postos de vendas, e a capacitação técnica dos agricultores. A comercialização alcançou o mercado internacional e o efeito do empoderamento econômico foi verificado em segmentos de mulheres e jovens, tradicionalmente marginalizados. A iniciativa entrou em crise, porém, com a falta de clareza do papel político que a Organização poderia exercer frente ao poder público local, ao optar por participar da disputa eleitoral.

Pretende-se destacar com essa análise que há implicações sociais diversas, subjetivas ou não, que estruturam a integração de um empreendimento produtivo gerido por grupos sociais, como é o caso dos agricultores familiares. As experiências relatadas no Capítulo 2, do assentamento da Fazenda Pirituba e da Coceagro – também evidenciam uma trajetória de lutas de resistência, sobrevivência e trabalhos associativos por muitos anos antes de engendram uma ação produtiva mais complexa.

5.2.7 Ascensão econômica-social

Conforme mencionado no capítulo introdutório, os argumentos governamentais que legitimam o PNPB são: a possibilidade de se produzir energia a partir de uma matriz renovável e com menor emissão de gases poluentes; a inclusão social de pequenos agricultores familiares e, finalmente, o incremento na renda das famílias supostamente incluídas.

Como a produção de oleaginosas ainda é recente, não seria viável proceder a uma análise de um possível incremento da renda a partir deste Programa. O exercício proposto aqui foi do exame das expectativas verbalizadas pelas famílias entrevistadas para a questão: *o que o Sr. espera conquistar em termos de melhoria de qualidade de vida ao participar deste projeto? Qual é o seu sonho?*

Os entrevistados expuseram livremente suas expectativas e planos para o futuro, apontando conquistas em diversos níveis de relações. As respostas revelaram perspectivas muito diferentes entre si e foram organizadas em quatro grupos de abrangência:

1. Desenvolvimento pessoal e familiar
2. Desenvolvimento comunitário
3. Desenvolvimento regional
4. Nenhuma contribuição significativa

A perspectiva de desenvolvimento emergiu espontaneamente nas respostas dos entrevistados. É oportuno reiterar que, como o PNPB explicita compromisso com o desenvolvimento no espaço rural, essa discussão esteve presente especialmente no primeiro módulo da capacitação ministrada pelo Elo/MTE, pois estava atrelada também à agregação de valor ao trabalho primário e, por conseqüência à geração de novos postos de trabalho e emprego. Nota-se, com isso, que aqueles agricultores que não passaram pela formação, não vislumbram o PNPB como um facilitador de desenvolvimento regional ou comunitário.

A expectativa mais freqüente foi relativa à viabilização de pequenos projetos domésticos como proporcionar melhorias na moradia ou suprir pequenas necessidades da família, mas que não estão ao alcance daquelas atualmente. Uma entrevistada declara que priorizaria os estudos dos filhos, enquanto que, para a entrevistada 1, uma jovem, a renda representaria a possibilidade de sair da casa dos pais:

Quero ter meu emprego, minha casa agradável, aconchegante, independente, liberdade, ficar em Mutuípe. (Entrevista 1)

Casa arrumadinha de tudo. (Entrevista 2)

Investiria na educação dos meus filhos: educação das crianças tem que ser plural. (Entrevista 4)

Trabalhando, lutando para produzir. Mas, sem dinheiro a gente não faz nada. Com dinheiro tem mais coragem para lutar... Comprava uma roupa, sandália, remédio, cama. Tem que comprar uma coisa para dá, pra ajudar os filhos. Dá um prato, uma xícara... Estuda, tem que dar um caderno. (Entrevista 5)

Se isso funcionar, vai ser aquela somatória. Ai vai ser bem melhor. Dá pra planejar, se quiser comprar um sofá. (Entrevista 7)

Ainda no âmbito pessoal, duas respostas revelam expectativas de se conseguir trabalho de caráter não-agrícola, que represente uma fonte de renda segura. Situação diversa daquela verificada por Heredia (1979), quando o conhecimento adquirido através do trabalho na unidade produtiva, transmitido pelos mais velhos era razão de valorização no âmbito da família e de reconhecimento social:

Se tiver como desenvolver o meu trabalho com a zona rural, tudo bem. Mas que seja com uma renda maior, mensal. A roça não traz muita coisa para gente. (Entrevista 1)

Queria ter um trabalho fixo, renda própria. (Entrevista 2)

Importa evidenciar o componente de integração do espaço rural com o espaço urbano que a contraproposta (plantio + beneficiamento) ao projeto de integração à cadeia produtiva do biodiesel vigente (MDA) representa para esses agricultores.

O segundo grupo de repostas aponta para a perspectiva de desenvolvimento comunitário:

Sonho em ver a comunidade melhor de vida. Tem gente que mora em casinha de taipa... (Entrevista 2)

Melhorar a qualidade de vida da minha comunidade, trazer projetos de inclusão digital. Crescer só, não é crescimento. Tem que ser da comunidade. (Entrevista 4)

A dimensão comunitária foi examinada com mais detalhes no tópico anterior. Especialmente no caso das mulheres, as respostas sempre eram iniciadas com um comentário sobre a impossibilidade de falar em melhoria de vida apenas do

ponto de vista pessoal, mas que a expectativa conciliava também a melhoria da comunidade, de grupos sociais desfavorecidos, ou da região.

A menção ao desenvolvimento regional (terceiro grupo de respostas) associada à valorização ambiental sinaliza que aos poucos o tema relativo ao ambiente natural está voltando a conviver com a família agricultora. Preterida por quase duas gerações por força de um modelo insustentável de desenvolvimento, o rompimento com a natureza, com o seu tempo e seu espaço, foi uma exigência do modelo de modernização conservadora, já referido no Capítulo 2, que dispõe de artifícios para o uso máximo dos recursos naturais em reduzido espaço de tempo. Ao lado disso, a promoção do potencial turístico da região representa a abertura a novas tendências do mundo rural (ver Capítulo 2).

Sonho ver a região desenvolvida; potencial turístico, curtindo a natureza; que as pessoas se conscientizem sobre o meio ambiente, reflorestamento das margens do Vale do Jequiriçá... (Entrevista 1)

O quarto tipo de resposta corresponde, na verdade, à opinião emitida por um dos agricultores que não participaram da capacitação. Ele declarou reiteradamente não acreditar que o girassol proporcionará renda para os produtores rurais.

As expectativas declaradas atribuem ao PNPB uma capacidade de geração de renda elevada para a família agricultora e para o município. Expectativas possivelmente motivadas pela comparação com os rendimentos dos agricultores nos últimos anos, relativos à lavoura do cacau e da banana. Uma breve leitura das cláusulas de formação do preço do girassol no contrato celebrado com a Petrobras (que no momento das entrevistas ainda não havia sido entregue aos agricultores) teria ajudado a compatibilizar os planos aos prováveis rendimentos calculados. As tabelas abaixo discriminam os itens, valores e preço para a colheita de 500 quilos de girassol em 0,5 hectare de terreno, extraídos do contrato da Petrobras com os agricultores de Mutuípe para a safra 2008/2009.

Tabela 9 – Referência para a definição do preço do girassol para a safra 2008/2009 – Contrato Petrobras – agricultores familiares de Mutuípe.

Item	Referência
Preço	Média do preço da soja dos 36 meses anteriores mês da entrega do produto na praça Luís Eduardo Magalhães (LEM) – Ba
Garantia de preço mínimo	Preço do grão da mamona fixado pela Portaria da CONAB
Estimativa descrita no contrato para o período de 15 de maio de 2008*	Preço médio da soja = R\$ 0,51 (LEM) Preço mamona = R\$ 0,56 (CONAB)
Contribuição previdenciária	2,3%

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. * momento da negociação com os agricultores

Tabela 10 – Cálculo do preço do girassol para a safra 2008/2009 – Contrato Petrobras – agricultores familiares de Mutuípe.

Item	Referência	Total
500 quilos	R\$ 0,56	R\$ 280
Contribuição previdenciária	2,3%	R\$ 6,44
Preço final*		R\$ 273,56

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. * Falta, entretanto, todo o cálculo das despesas realizadas na unidade produtiva: adubo, limpeza do terreno, aragem, equipamentos, eventual serviços de terceiros, etc.

As tabelas indicam que:

- 1) A referência para a definição do preço foi a média do preço da soja na praça Luís Eduardo Magalhães – Ba (prioritariamente, ou Barreiras – Ba, em caso de indisponibilidade da primeira) dos 36 meses anteriores mês da entrega do produto.
- 2) A Petrobras, naquele momento, se dispunha a garantir preço mínimo. Prevaleceria o preço fixado para o grão da mamona pela Portaria da CONAB, se esse fosse superior ao da soja, nas condições explicadas no item 1.
- 3) A estimativa de preço médio da soja descrita no contrato para o período de 15 de maio de 2008, momento da negociação com os agricultores, era de R\$ 0,51.
- 4) O preço para o grão da mamona no período era de R\$ 0,56 (CONAB)

5) A contribuição previdenciária corresponde a 2,3% do valor a ser pago pela empresa compradora

Portanto, se o produtor tivesse alcançado a produção de 500 quilos, o cálculo, naquele momento, seria: $500 \times 0,56 = 280$ reais, dos quais seriam subtraídos R\$ 6,44 (referente à contribuição de 2,3% para a previdência). O produtor receberia, finalmente, R\$ 273,56 para os 500 quilos de girassol.

Um cálculo mais preciso para subsidiar uma tomada de decisão e um planejamento adequado detalharia, ainda, as despesas para o plantio e os cenários de perda da produção, como houve no caso dos agricultores de Mutuípe. O sindicato e os técnicos agrícolas poderiam auxiliar essa avaliação.

5.2.8 Relevância do programa para o desenvolvimento da agricultura familiar

Para identificar a relevância do programa na ótica do produtor contratado, questionou-se aos entrevistados sobre qual recado ou sugestão eles mandariam para os agricultores de outras regiões, considerando as informações que portavam no momento e a experiência recém-iniciada com oleaginosas. As respostas foram categorizadas como demonstra o quadro 7.

Recado dos agricultores sobre o plantio de oleaginosas a seus pares

- ✓ Diversificar a fonte de renda
- ✓ Organização coletiva
- ✓ Atenção ao meio ambiente
- ✓ Aos governantes: fornecimento de adubo
- ✓ O preço não compensa

Quadro 7 - Recado dos agricultores sobre o plantio de oleaginosas

Fonte: Pesquisa de campo, 2008

Questão aberta, dando possibilidade de mais de uma sugestão

A introdução de oleaginosas para diversificar a cultura da unidade produtiva e estratégia para garantir diferentes fontes de renda foi o recado mais recorrente, com três menções. O componente de geração de renda corresponde à dimensão econômica preconizada pelo PNPB, como foi detalhado oportunamente.

Plantar outras coisas para não depender só de uma cultura.
(Entrevista 1)

Se eu fosse aconselhar: que experimentasse! Valeria fazer o teste. Não tem nada a perder! Vale a pena experimentar. Se 'vem' a renda de um canto, de outro, é bem melhor, pode fazer uma programação para comprar o que precisa ou o que quer. Com a monocultura não... chegou sábado, cada o dinheiro da feira? Quando você tem uma renda a mais, você tem até como programar a vida. Quer comprar um sofá novo?(...) (Entrevista 7)

Uma característica da agricultura familiar que não pode ser afetada é justamente o da diversidade. Esse é um indicador de sustentabilidade da unidade produtiva, do ponto de vista ambiental (RUSSO & PÁDUA, 2001), da sua manutenção e reprodução, e da família, do ponto de vista de segurança alimentar e nutricional. Embora importante para essa modalidade de produtores, as respostas apontam, contudo, para o aspecto da viabilidade econômica enquanto projeto territorial, isto é, torna-se inviável e dispendioso o acompanhamento técnico e o recolhimento dos grãos em inúmeras famílias com baixíssimo volume de colheita, se comparada à escala necessária para atender às metas de produção de biodiesel ou qualquer outro mercado de óleo vegetal. Reitera-se, neste ponto, a importância em estabelecer parâmetros que garantam a inserção de famílias agricultoras com margens adequadas à sua segurança e produtividade mínima para atender ao mercado das oleaginosas.

Uma entrevistada articula sua resposta dando ênfase às outras dimensões sugeridas pelo PNPB, quais sejam, social e ambiental (organização coletiva e atenção ao meio ambiente, respectivamente). As duas dimensões compõem o chamado 'triângulo da sustentabilidade' por teóricos do desenvolvimento sustentável e foram aprofundadas durante a capacitação ministrada pelo Elo/MTE.

Se organizar, se unir. Pensar em ser coletivo. O desenvolvimento de uma região só vem com ações conjuntas. Não pensar só em você (...). Trabalhar de forma ecologicamente correta! Preservar sempre!
(Entrevista 4)

Representando uma oportunidade única de ter direito a opinar e, mais remotamente, ser atendida, a entrevistada que apresenta condições muito precárias de vida, optou por enviar um recado para os governantes, ao invés dos agricultores:

Falar para o presidente, para as pessoas que mandam esse benefício para gente que tem reforçar também o adubo! E vir avisar sempre a gente, que a gente vai buscar a semente. (Entrevista 5)

O último recado trata-se de uma avaliação mais pragmática, considerando a característica acentuada do relevo de muitos terrenos em Mutuípe, e menos deslumbrada com tantos argumentos despejados nas publicidades sobre o PNPB:

Para o pequeno, em termos de ganho, não vejo... A não ser que o preço compensasse, mas o preço que é, não compensa, porque tudo é feito manualmente. (...) Em outro tipo de terra (mais plana), com certeza tem ganho. Quem planta mandioca não ganha dinheiro, porque o preço não cobre. Mas, não vou dizer que o feijão não dá dinheiro. (Entrevista 6)

Adaptado a uma cultura extrativista e sob forte estratégia de assistência técnica, o entrevistado nega a imagem de “salvação da lavoura” que se construiu em torno do PNPB. No contexto investigado, a oleaginosa não consta como uma grande saída para a agricultura familiar no país, conforme faz crer as dezenas de entrevistas cedidas a programas televisivos, rádio e jornais pelo presidente Lula, por agentes governamentais, representantes dos bancos e das empresas.

Uma estratégia de gestão social combinaria macro aspectos das políticas econômicas e a realidade mais concreta das relações entre sujeitos e instituições, tendo em vista a capacidade dos agentes de propor soluções dirigidas para os problemas locais.

A tabela a seguir faz uma síntese das respostas freqüentes dos agricultores entrevistados num esforço de visualizar de maneira mais objetiva as informações coletadas a partir das variáveis e parâmetros escolhidos para atender aos objetivos específicos da presente dissertação.

Tabela 11 - Síntese das respostas dos agricultores contratados, segundo as categorias de análise.

Variáveis	Respostas freqüentes
1. Identificar como se configuram as expectativas da família agricultora em relação ao PNPB	
Parâmetro: Nível e matriz de informação sobre o PNPB	
a. Opinião/percepção do PNPB	A agricultura familiar é capaz de produzir para a agroindústria Não serve para a região
b. Abordagem ao agricultor	Capacitação Elo/MTE Membros do STR Campanha Publicitária do Governo Federal
c. Argumentos que convenceram o agricultor a aderir ao PNPB	Aumento de renda Garantia de comercialização; garantia de preço Agregação de valor ao produto Proposta de beneficiamento e esmagamento
d. Avaliação do agricultor sobre o PNPB	A vocação da região é a lavoura extrativista, devido ao tipo de terreno ali predominante Há muitos problemas na operacionalização do Programa (entrega de sementes fora do período adequado e pouco acompanhamento técnico)
2. Identificar os problemas enfrentados pelas famílias no primeiro momento de produção para o PNPB. Parâmetro: Condições de vida e modo de produção	
e. Avaliação da viabilidade para a agricultura familiar/Dificuldades	Faltam informações precisas sobre o contrato Faltam incentivos Falta preparação da agricultura familiar Necessidade de mais informações sobre a comercialização e o plantio Faltam incentivos e incrementos de forma a garantir um ganho Necessidade de fornecimento de insumos por parte dos governos Precisa de terra mais apropriada (com menos declives) Depende de acompanhamento técnico e oferta de crédito
3. Identificar se a família incorpora ou pretende incorporar em sua prática princípios de sustentabilidade. Parâmetro: Sustentabilidade	
f. Gestão da unidade produtiva e uso da terra;	Nada mudará com o plantio das oleaginosas (resposta freqüente entre os homens agricultores capacitados) Adoção de práticas agroecológicas de cultivo (resposta freqüente entre as mulheres agricultoras capacitadas) Seguirão utilizando insumos químicos (resposta dos homens não capacitados)
g. Consorciamento e diversificação;	Já constam como estratégia para o autoconsumo; mas nem sempre para comercialização
4. Verificar a percepção de lideranças locais sobre a proposta de esmagamento dos grãos pela agricultura familiar. Parâmetro: Agregação de valor	
h. Papel da oleaginosa na renda familiar	Complementar
5. Verificar o estágio atual da comunidade em termos de organização para a produção.	
Parâmetro: Organização coletiva e auto-gestão	
i. Relação com a comunidade	Os homens não se demonstraram muito ativos ou envolvidos nas atividades de suas comunidades. As mulheres apresentaram maior envolvimento e dinamismo.
j. Grau de institucionalização da proposta de esmagamento	Não está institucionalizada. Debate muito preliminar, sem indicações práticas e levantamentos de viabilidade. Existência de um grupo de trabalho voltado para a reativação da cooperativa local, visando ao beneficiamento e comercialização de produtos da agricultura familiar e, possivelmente, oleaginosas.

Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

5.3. ENTREVISTAS COM OS AGRICULTORES FAMILIARES NÃO CONTRATADOS

As razões da não-contratação já foram examinadas no início do Capítulo, mas torna-se pertinente resumi-las nesta seção que analisa as entrevistas com este grupo. Uma vez capacitados e conhecedores da proposta, muitos agricultores foram motivados a produzir amendoim para comercializá-lo com a Petrobras. Surpreendidos com a mudança de oleaginosa (de amendoim para girassol), frustrados com o atraso no fornecimento das sementes e sem condições econômicas de investirem em culturas experimentais, instalou-se um clima de insegurança entre os agricultores de Mutuípe que massivamente deixaram de aderir ao Programa naquele ano. Uma última razão foi verificada ao longo das entrevistas. Um grupo menor que permaneceu interessado em experimentar a cultura do girassol aparentemente não foi priorizado no momento da distribuição das sementes, situação que denota uma lacuna na operacionalização local do PNPB.

Reitera-se que os agricultores não-contratados entrevistados foram identificados através do cadastro das famílias participantes da capacitação realizada pelo Elo/MTE. O critério de seleção foi definido com base no pressuposto de que o percurso pedagógico-reflexivo, de caráter propositivo e articulador, realizado pelo grupo em questão teria possibilitado a construção de parâmetros mínimos suficientes para o planejamento e decisão por parte dos agricultores quanto à adesão ou não ao PNPB. Supunha-se, portanto, que os depoimentos desses agricultores poderiam revelar possíveis lacunas do Programa, evidenciando o ponto de vista dos sujeitos mais afetados por ele.

5.3.1 Formas de envolvimento do agricultor familiar

A abordagem e o acesso às informações sobre o PNPB para este grupo de entrevistados ocorreu da mesma forma que com o grupo anterior: através de reuniões promovidas pelo sindicato e pelo contato com seus membros. A avaliação

da iniciativa do programa federal de produção de biocombustível envolvendo a agricultura familiar foi positiva por parte de todos os respondentes. A tabela 12 lista os argumentos favoráveis colocados por este grupo de agricultores, identificando o modelo (dentre os dois considerados no presente estudo) ao qual está filiado.

Tabela 12 - Argumentos favoráveis mencionados pelos agricultores não contratados.

Argumentos favoráveis citados	Modelo
Aumento/complemento de renda	Modernização conservadora Inclusivo-sustentável
Comercialização garantida	Modernização conservadora Inclusivo-sustentável
Beneficiamento	Inclusivo-sustentável
Cultivos comuns para AF	Inclusivo-sustentável
Geração de emprego para os jovens	Inclusivo-sustentável
Diversificação da lavoura	Inclusivo-sustentável

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Os entrevistados respondiam livremente às questões.

Observa-se que, similarmente ao que se constatou nas entrevistas com os agricultores contratados, foram utilizados outros argumentos para avaliar o PNPB, não relativos à renda e à comercialização, mas, vinculados aos parâmetros propostos pelo Modelo Inclusivo-Sustentável (beneficiamento, segurança alimentar, inclusão de jovens). Da mesma forma que no grupo anterior, também esses agricultores não reconhecem a existência de dois modelos, pois assumem a proposta do Modelo Inclusivo-Sustentável (por ser mais abrangente) como governamental. Com isso, para os agricultores entrevistados em Mutuípe, especialmente aqueles que foram qualificados para o plantio de oleaginosas pelo Elo/TEM, em 2007, o PNPB consiste em uma política pública com todas as características do Modelo Inclusivo-Sustentável. A fala a seguir é reveladora nesse sentido:

[O PNPB] É bom porque explica o modo de trabalho, ensina o modo de plantio, muita técnica [agroecológica] que a agente não tinha. (Entrevista 10)

Da mesma forma, em relação às críticas formuladas sobre o PNPB, as falas demonstram que os parâmetros utilizados para a avaliação de como está se dando o processo de inclusão da agricultura familiar são igualmente derivados dos pressupostos do Modelo Inclusivo-Sustentável. A tabela 13 destaca a relação dessas críticas com os pressupostos:

Tabela 13 - Relação das críticas dos agricultores não contratados com os pressupostos do Modelo Inclusivo-Sustentável

Críticas dos agricultores não contratados	Pressupostos do Modelo Inclusivo-Sustentável
Necessidade de culturas que recuperem/protejam o solo	Concepção agroecológica
Falta adesão em massa dos agricultores	Trabalho cooperado: fortalecer a agricultura familiar para ser sustentável em relação à agroindústria
Inexistência de experimentos realizados com ou pela agricultura familiar (incentivos para experimentos)	Produção para o auto-consumo: combinar produção para o mercado e auto-desenvolvimento Introdução de novas tecnologias
Faltam dados para avaliar	Participação comunitária em todas as etapas de gestão, produção e comercialização
Oleaginosas inadequadas para a região (consorciar com o cacau)	Concepção agroecológica

Fonte: Pesquisa de campo, 2008. Os entrevistados respondiam livremente às questões.

Uma última crítica muito recorrente foi a respeito da falta de maquinário para arar a terra. O comentário chama a atenção para a questão da falta de suporte e subsídios, freqüentemente pontuada pelos agricultores contratados em Mutuípe e nos depoimentos colhidos pelos agentes formadores do Elo/MTE. Os agricultores, especialmente os mais fragilizados do ponto de vista da renda, ressentem-se da ausência de uma política governamental que auxilie a estruturação da agricultura familiar, considerando todas as etapas da produção – do financiamento à comercialização.

Perguntamos quais eram as dificuldades encontradas para o cultivo de sementes oleaginosas. Todos (os agricultores) responderam que as principais 'desmotivações' são a falta de financiamento, a burocracia nos bancos, a falta de distribuição de sementes por parte do governo, a assistência técnica, a comercialização no mercado comprador, que em grande maioria termina nas mãos dos atravessadores. (Agente Formador, Milagres, Ceará)

Quanto à adesão ao plantio em Mutuípe, dos cinco entrevistados, apenas dois declararam não estar dispostos a experimentar o cultivo da oleaginosa. As razões possuem naturezas distintas – a premência de obtenção de renda (a jovem que buscou emprego na cidade) e uma decisão com base nas informações acessadas ao longo da capacitação (um agricultor que argumentou que a cultura é inadequada para a região). Em sua opinião, a produção mais pertinente ao município seria aquela que pudesse favorecer o cultivo do cacau.

Não soube da distribuição de sementes de girassol. Mas, também não pegaria. Pegaria algo que ensombrasse mais a terra. (...) Já plantei amendoim pro consumo... Ajuda, mas o amendoim tá devagar. O dendê seria melhor porque ensombra a terra, não destrói. É lavoura. O amendoim só faz destruir a terra. A mamona ensombra mais a terra, é melhor que o amendoim. O melhor mesmo seria o dendê. (Entrevista 9)

Os demais argumentaram que no período da distribuição das sementes, por algum motivo particular não compareceram à reunião do sindicato e vieram a tomar conhecimento do contrato com a Petrobras e da distribuição das sementes oleaginosas tardiamente:

Não tô plantando porque não fui às reuniões. Não dava para participar de tudo. (Entrevista 8)

Perdi mais de três semanas participando de reunião. A semente não chegou, não veio trator... Investi R\$ 150 + pessoal que paguei para ajudar... Não tô plantando porque não fui às reuniões de distribuição das sementes. Disseram que se quisesse ir buscar, tinha de amendoim. (Entrevista 10)

As dificuldades de operacionalização do programa, tanto por parte da Petrobras e Governo do Estado, quanto do Sindicato ficam evidentes nas entrevistas, especialmente na declaração acima, que denuncia que, apesar de terem participado do processo, no último momento eles não foram contemplados. O sindicato informou que eles demoraram a comparecer e quando o fizeram já não havia mais sementes. Durante as conversas com os agricultores, verificou-se que muitas sementes de girassol foram distribuídas para outros produtores que não aqueles que fizeram o percurso de formação e reflexão coletiva e nem mesmo se dispuseram a fornecer os grãos para a empresa, como expresso na fala de uma agricultora, que compõe a diretoria do sindicato e não participou do processo de qualificação:

Eu também peguei e plantei um pouco das sementes e deu muito bom (SIC). Além de embelezar o espaço, é rápida, 3 meses. Cresceu. Foi praticamente um consórcio com a horta. (Diretora do sindicato)

Sobre as oleaginosas, a declaração transcrita a seguir foi a única que faz menção ao girassol e, ao contrário do outro agricultor, não se interessa pela mamona. A preferência pelo amendoim se deve à vantagem, segundo ele, de ser também um alimento:

Já trabalhei com girassol na garapa, mas nunca vendi. Faz 15 anos. Interessa plantar o amendoim que já tamo tudo acostumado, mais ou menos uns 30 Kg. Não soube do girassol. Não vou mexer com mamona: é muito “lagartenta”. (...) Vantagem é feijão e amendoim. “Tá trabalhando e tá comendo”. (Entrevista 10)

Em 2008, a definição da oleaginosa para a agricultura familiar estava imersa em uma grande polêmica. Havia uma recomendação governamental voltada para a mamona e o presidente Lula resistiu em declinar desta opinião, não obstante as inúmeras dificuldades de aceitação por parte de pesquisadores e dos próprios agricultores. Planta de propriedades destinadas para fins mais nobres, seu óleo é muito valorizado no mercado ricinoquímico, ao mesmo tempo em que ainda não havia sido encontrada uma solução que diminuísse a quantidade de resíduos no motor, quando utilizada no mercado de combustível. Além disso, esta planta inspira grandes cuidados no consorciamento com animais: contém alto teor de toxina.

Em relação a esse aspecto, os agentes formadores da capacitação (Elo/MTE) chamaram a atenção para a experiência pregressa das famílias relativas à mamona e à falta de subsídios:

Tem alguns agricultores que os pais já produziram oleaginosas como a mamona no passado, mas, por falta de incentivo e de venda, não plantaram mais e acabaram perdendo as sementes (...) A aceitação das famílias foi boa, mas ainda têm muitas dúvidas sobre o projeto, já que eles comentam que alguns projetos não deram certo para eles. (Agente formador, Massapé, Ceará)

Todos os agricultores avaliam que o Programa é viável à agricultura familiar, pois oferece condições para diversificar a lavoura e não depender apenas do cacau e da banana.

Cria mais valor na região. Porque aqui só lavra com cacau, com mandioca, cravo... Precisa de outras coisas para lavar (Entrevista 8)

Lutar com uma lavoura só não dá...
É bom? Se todo mundo pegar! (Entrevista 10)

Dois produtores valorizaram o PNPB pela proposta de beneficiamento realizado pelos próprios agricultores, destacando, especialmente a perspectiva de geração de emprego para os jovens da região.

Beneficiamento: vai ter mais emprego pros jovens. Seria bom para região. Pra plantar o amendoim, vender a saca... nunca sai o preço bom pro agricultor. (Entrevista 8)

Beneficiamento: é mais pra frente. Seria bom para região. (Entrevista 9)

A introdução de cultivos capazes de proteger o solo foi considerada por um dos respondentes, com base na observação em um indicador de sustentabilidade ambiental: as terras estão mais secas (BELLEN, 2006). Ainda sobre a viabilidade de inserção da agricultura familiar no Programa, foi ressaltado que a grande dificuldade é conseguir maquinário para arar a terra, pois as terras são muito acidentadas. Essa característica também foi ressaltada na entrevista com os diretores do sindicato, ponderando que o girassol não é ideal para região, sob esse aspecto. Um agricultor adverte que falta adesão em massa para alcançarem uma escala significativa, o que viabilizaria a otimização de uma logística de escoamento da produção.

Infere-se que a falta de experimentos realizados pela e com a agricultura familiar, sobretudo daqueles capazes de valorizar as concepções e práticas dos próprios agricultores, constitui um dos grandes obstáculos para o ingresso das famílias de Mutuípe no programa de produção de biodiesel.

Para efeito de comparação, observa-se que para os agricultores de Mutuípe, não se verifica grandes dificuldades relativas à propriedade da terra e, sim, de disponibilidade de investimento. Essa realidade diverge de outros milhares de agricultores, como é o caso, especialmente, dos assentados. Os depoimentos dos agentes formadores pontuam com frequência essa questão:

As pessoas da comunidade só lamentam de não terem terra para plantar e obterem mais um complemento para a renda familiar, que só sobrevive de programas governamentais e das sobras de terras que só dão para plantar seus alimentos para sobreviver. (Agente formadora, Aracoiaba, Ceará)

As dificuldades encontradas pelo grupo são sobre o terreno para plantar as oleaginosas, pois, quase todos plantam em terreno dos outros e eles não querem deixar plantar mamona. Também há uma preocupação sobre o financiamento da produção. (Agente formador, Massapé, Ceará)

Embora os agricultores assentados não sejam o foco deste trabalho, é fundamental lembrar que grande parte dos pequenos agricultores é oriunda de programas da reforma agrária e também esses formam o público-alvo de fornecedores do PNPB. Para incorporá-los com poder de sustentabilidade, portanto, são necessárias políticas mais específicas.

5.4 ASPECTOS MAIS RELEVANTES DA PESQUISA DE CAMPO

O capítulo desenvolveu uma análise das entrevistas realizadas em Mutuípe, com os agricultores envolvidos no PNPB, na contratação para o fornecimento de grãos ou capacitados para, mas que não celebraram contrato com a Petrobras. Comparando os dois grupos (contratados e não-contratados), a primeira constatação refere-se à diferença dos perfis traçados: tamanho e capacidade de trabalho da família, terra disponível e, especialmente, realidade sócio-econômica configurada com desempenho de atividades não-agrícolas como fonte de renda. O grupo contratado apresentou maior poder de decisão e maior disponibilidade para o experimento, ao contrário do grupo não contratado que, na maioria dos casos, depende da renda oriunda de programas governamentais e de diárias de trabalhos realizados em lavouras de terceiros. Além disso, o tamanho de suas unidades produtivas é impróprio para produção para outros mercados que não o de horti-fruti-granjeiro para comercialização, quando a produção excede a capacidade de consumo da família.

A seleção, porém, não foi arbitrada pela força de nenhum marco regulatório do PNPB. Todos os não-contratados entrevistados afirmaram não terem tido acesso às sementes de oleaginosas, mesmo aqueles que declaram na entrevista não terem interesse no plantio. A informação não chegou a esse grupo, o que evidencia que, embora tenha sido qualificado, esse não foi o critério de distribuição das sementes. Concomitante a isso, segundo os diretores e a pessoa do

sindicato responsável pelo programa, a mudança de oleaginosa (de amendoim para girassol) foi o fator crucial de desmobilização dos agricultores no município, por contrariar as expectativas e planejamentos supostamente realizados quando da capacitação. Ao contrário do que se supunha no início da investigação, esse fato revela que o plantio do girassol não foi uma estratégia formulada coletivamente de se conhecer uma oleaginosa dotada de múltiplas propriedades e capaz de se integrar à produção da agricultura familiar (alimento para animais, apicultura, adubo, extração do óleo para cozinhar, etc), ampliando suas possibilidades de autonomia do mercado. Contudo, os critérios aferidos de adesão às oleaginosas foram segurança alimentar e domínio técnico (experiência dos agricultores).

Constatou-se que há percepções e entendimentos bastante distintos entre aqueles que integraram a capacitação realizada pelo Elo/MTE e os demais, visto que às suas avaliações foram incorporados parâmetros cuja matriz foi construída no seio das organizações sociais e constituem uma base multi-dimensional (que inclui as dimensões Tecnológica e Institucional) mais ampla que o tripé de sustentabilidade Econômico-Social-Ambiental, supostamente almejado pelo PNPB. Novamente, portanto, a adesão ao PNPB parece ter ocorrido em função da associação do programa ao modelo Inclusivo-Sustentável, que o vincula a uma proposta de desenvolvimento territorial.

Pelo que pôde ser aferido, em 2007 e 2008 ainda não havia um acordo sobre os papéis do governo baiano e empresas para a operacionalização do programa no que tange à participação da agricultura familiar (insumos e assistência técnica). Ao que tudo indica, essa situação comprometeu a safra 2008/2009 no município tanto pelo atraso do fornecimento, quanto pela qualidade das sementes.

Do ponto de vista estritamente da implementação do Programa de Biodiesel, aferiu-se que as falhas na gestão do programa, a falta de incentivos concretos e substanciais que ajudassem a minimizar os riscos do agricultor e a idealização de uma contraproposta de participação da cadeia produtiva do biodiesel foram as principais causas que levaram a uma baixa adesão ao PNPB em Mutuípe. Salienta-se que os contratos foram realizados individualmente para fornecimento de grãos, apesar de a Petrobras ter anunciado que em 2008 adotaria a modalidade de contratos coletivos para a compra de óleo vegetal (PETROBRAS, 2007, p.15), o que

não ocorreu. De fato, a participação da agricultura familiar em âmbito nacional foi praticamente nula, conforme explicitado ao longo da dissertação.

No plano local, observou-se um contexto muito rico e dinâmico de organização desses agricultores, com a implantação do DRS e outras tantas iniciativas das associações, do Sindicato, da Prefeitura, mas carece, no entanto, de uma reflexão mais aprofundada sobre as possibilidades geradas pelo PNPB junto a essas instituições. Verificou-se que o Poder Público poderia estar mais munido de informações sobre o programa.

Esse dinamismo pôde ser verificado também pela sobrecarregada agenda dos agricultores, pois são realizados encontros periódicos de discussão de prioridades para o orçamento municipal, planejamento e cursos de capacitação tanto nas comunidades rurais quanto na sede do município. A localização do município em área de Mata Atlântica favorece condições de produção de múltiplas lavouras, diversificando as possibilidades de segurança alimentar e comercialização, muito embora a crítica feita não só por grande parte dos entrevistados, mas por vários atores sociais aos quais a pesquisadora teve acesso, a produção local está fortemente baseada nas lavouras do cacau e da banana.

Como contribuição para essa reflexão, seguem dois cenários vislumbrados: no primeiro, verifica-se que a comunidade está motivada e envolvida com os processos de aprendizagem, de beneficiamento, de incremento à economia local e que a adesão ao PNPB, nesse momento, não representa novas oportunidades de vida e trabalho. Presume-se que os agricultores mais ativos se disporem a atuar na linha de frente de uma estratégia de beneficiamento de oleaginosas, contudo, estão altamente envolvidos em diversas iniciativas locais, que lhe são mais familiares, como é o caso da transformação de produtos regionais.

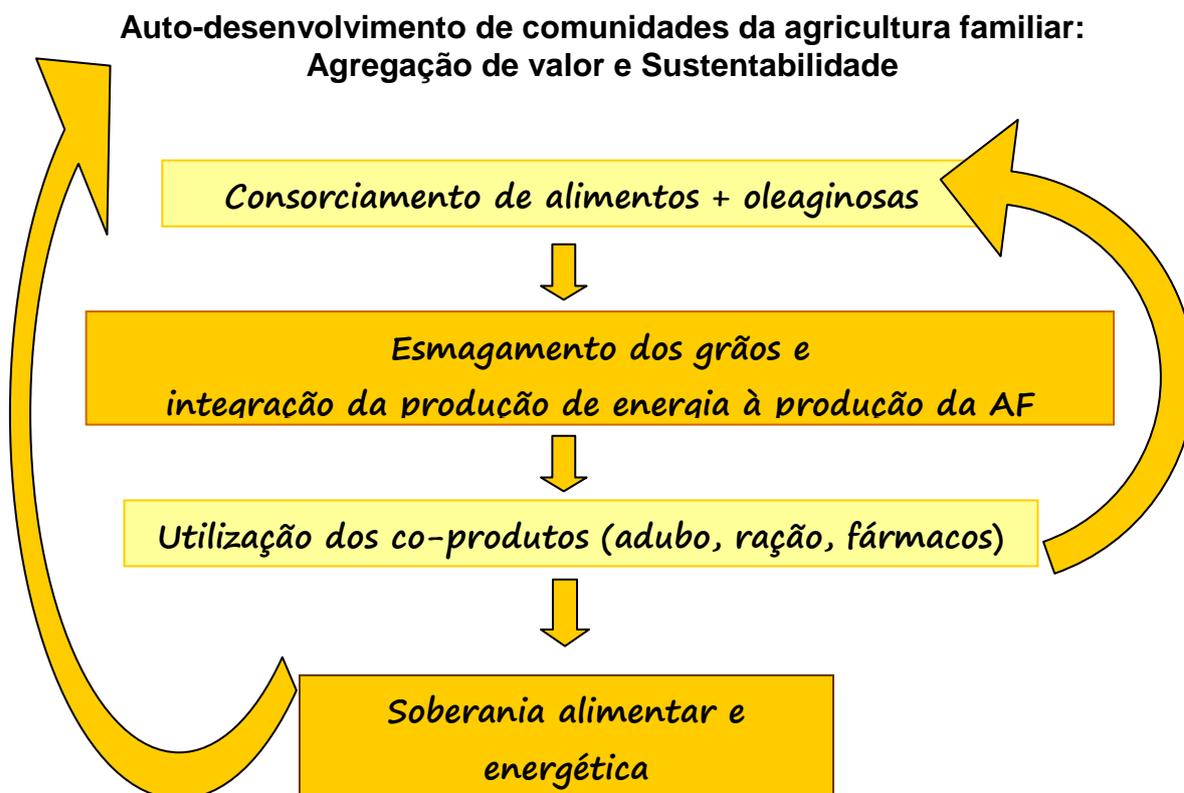
Por outro lado, constituindo um segundo cenário, essa mesma motivação, organização e capacidade existentes são favoráveis para que essa inserção ocorra de modo bem estruturado e capaz de verticalizar a produção, isto é, não apenas produzir grãos para o biodiesel, mas comercializar o óleo bruto a partir do processo de esmagamento realizado na própria região. O projeto possível de ser implementado não consistiria apenas em proporcionar cultivares alternativos e geração de renda complementar, mas em agregar maior valor ao produto e,

sobretudo, caminhar rumo à autonomia energética (pois, existem recursos para adaptação de motores para utilização do óleo *in natura*).

Esses cenários, embora pareçam excludentes, podem cumprir papéis complementares em uma estratégia de integração à cadeia produtiva do biodiesel, mas isso só será possível com maior envolvimento das instituições públicas locais e com a realização de um estudo de viabilidade de uma unidade de esmagamento na região. Afora, obviamente, os ajustes necessários à operacionalização e condições de contrato no Estado.

5.5 COMO TORNAR O PNPB MAIS EFETIVO

Considerando insuficiente o incentivo voltado para o fortalecimento da agricultura familiar no país, há que se empreender esforços para que os recursos orientados para a inserção da agricultura familiar no PNPB gerem condições de desenvolvimento das comunidades de agricultura familiar e dos territórios dos quais fazem parte. Isso ocorrerá a partir da ampliação da participação das comunidades e assentamentos, isto é, para além do plantio (etapa mais onerosa da cadeia produtiva, onde há mais riscos e menos retorno financeiro), a organização para o beneficiamento e extração do óleo dos grãos (PAMPONET, 2008; REBRIP, 2007; OLIVEIRA & SILVA, 2008). Concretamente, o primeiro ganho é a agregação de valor à produção agrícola na etapa da comercialização e a posse dos co-produtos (tortas e farelos) que servem de adubo e alimento para os animais e que os agricultores não têm direito quando da venda dos grãos. Uma vez produzindo o óleo bruto para o mercado, esse óleo pode servir para garantir energia para a própria comunidade, em equipamentos de calefação, eletricidade e com o retorno do biodiesel para o uso na comunidade (ver esquema a seguir).



Esquema 2 - Auto-desenvolvimento: Agregação de valor e Sustentabilidade

Fonte: Sistematização e produção da autora

Apresenta-se, a seguir, um conjunto de recomendações - selecionadas a partir da reflexão sobre as respostas dadas nas entrevistas-, de curto e médio prazo voltadas para a organização da implementação de um Modelo Inclusivo-Sustentável para o PNPB em Mutuípe. Cabe, antes de tudo, ressaltar a necessidade de uma melhor integração do poder público municipal ao PNPB, o que pode ocorrer buscando uma maior articulação com as organizações da agricultura familiar e outras instâncias de gestão do Programa, aos moldes de como vem ocorrendo para os demais programas governamentais ali desenvolvidos. Portanto, as recomendações são dirigidas especialmente ao STR, Pólo Sindical e Prefeitura, agrupadas segundo o grau de esforço que supostamente demandam e assumindo que o município venha a optar em se empenhar para atrair recursos para a produção e beneficiamento de grãos oleaginosos.

A) Esforço local e de operacionalização em curto prazo: contratualização, formalizar arranjos institucionais, plano e estratégias

1. Estruturar uma equipe inter-institucional e interdisciplinar, consonante com os pressupostos inclusivo-sustentáveis, para gestão e assessoria técnica do Programa no município;
2. Promover um diálogo entre as famílias que integraram o projeto piloto de plantio de girassol, a fim de valorizar a experiência, compartilhar dúvidas e expectativas. Um encontro, aberto a outros agricultores, serviria para dar visibilidade à oportunidade gerada pelo PNPB na região.
3. Definir critérios de participação que contemplem a disponibilidade de terra e condições econômicas das famílias agricultoras;
4. Estimular o plantio de oleaginosas diversas e a abertura a novos conhecimentos; tecnologias e práticas de produção;
5. Elaborar Plano Agrícola, obedecendo ao calendário de semeadura e colheita de cada oleaginosa e monitorar o fornecimento das sementes pelas empresas, garantindo pontualidade e qualidade (contemplando questões como sazonalidade, produtividade, risco da cultura, emprego de mão de obra, armazenamento, escoamento e capacidade de integração com cultura local; considerar oleaginosas e modalidades de extração do óleo para os diferentes tipos de usinas indicadas (com pequena, média ou grande capacidade de processamento de grãos);
6. Desenvolver plano de aproveitamento dos co-produtos, integrado à unidade produtiva familiar e outras utilizações.

B) Esforço de atração de parcerias, com operacionalização em médio prazo: estudos, pesquisas, avaliações, tecnologias, plano de esmagamento, qualificação técnica

1. Organizar campos de experimentos coletivos, como as Unidades de Teste e Demonstração (metodologia FAO/Embrapa);
2. Realizar estudos de viabilidade de instalação de unidade esmagadora na região;
3. Investir em capacitação para produção de oleaginosas e gestão coletiva para produção de óleo vegetal;
4. Elaborar Plano de Esmagamento;

5. Estimular, através de bolsas de estudos, a qualificação técnica em biodiesel de jovens (a exemplo do curso recentemente implantado nas unidades do antigo CEFET em Porto Seguro)
6. Intensificar e disponibilizar técnicos locais para o acompanhamento das famílias;
7. Realizar ações articuladas (envolvendo sindicato, Prefeitura, a Petrobras, EBDA, Governo do Estado, Universidades) para melhor estruturação do PNPB no município.
8. Atrair projetos e investimentos para a instalação de unidade esmagadora no município ou região, a depende do resultado da análise de viabilidade.

Uma recomendação especial e transversal aos agentes governamentais e institutos de pesquisa versa em priorizar a produção de tecnologia adequada aos insumos locais e eficiência da extração de óleo que esteja ao alcance da agricultura familiar. Que sejam ampliadas, ainda, investigações nos campos das ciências sociais, ciências sociais aplicadas e gestão social que possibilitem o monitoramento dos efeitos sociais de programas de bioenergia, que ajudem a analisar e registrar experiências de auto-desenvolvimento e na construção de formas alternativas de integrar natureza-sociedade-consumo.

Espera-se que, com esses procedimentos, sejam partilhadas, distribuídas, forjadas condições materiais e simbólicas que contemplem os agricultores locais, de modo que suas escolhas de vida sejam expressão concreta de um processo de desenvolvimento territorial.

ELEMENTOS PARA CONCLUSÃO

O tema da produção de biocombustíveis consta como uma das principais questões na agenda de organismos internacionais, governos, movimentos sociais e empresas nesse início de século. A confirmação das mudanças climáticas em decorrência do aquecimento global - até então preteridas nas esferas de formulação de políticas públicas, especialmente por agentes de áreas mais pragmáticas como economia, planejamento, administração- imprime urgência na busca de alternativas que ajudem a arrefecer a pressão da ação humana sobre o ambiente.

A despeito do padrão de consumo dos países de economia sólida ou em desenvolvimento, o problema central enunciado é a produção de energia. O Brasil se volta, com isso, para as matrizes renováveis e limpas, perseguindo a autonomia energética. Por acumular *know-how* tecnológico nesse tipo de combustível, com a experiência do Pro-Álcool, pela disponibilidade de terra e condições edafoclimáticas que apresenta, o país reúne os critérios necessários para investir em auto-suficiência e, possivelmente, fornecer biocombustível para o mercado internacional. Com o PNPB, instituído em 2004, e regulamentado em 2005, arquiteta-se uma conciliação das demandas por produção de biomassa e por geração de renda de pequenos e médios agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O principal mecanismo utilizado é o abatimento nas contribuições de cunho patronal a quem for conferido o Selo Combustível Social, obtido em decorrência da comercialização com a agricultura familiar. Essas questões foram apresentadas na Introdução e no Capítulo 1.

A contemporaneidade do tema confere grande dinamismo ao debate público e institucional e recoloca, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, a relação rural-urbano. O Capítulo 2 discutiu as características da nova ruralidade, vislumbradas diferentemente por muitos autores, dentre eles Silva, Wanderley,

Abramovay, Favaretto. O capítulo ressaltou o espaço rural como um sistema heterogêneo e complexo de universos sociais, culturais e de identidades, reforçado também pelo papel desempenhado pelos “neo-rurais”, o que coloca em evidência a análise sobre os atores sociais e a configuração interesses em jogo (CARNEIRO, 2000), desconstruindo a estreita caracterização do rural como simplório, tradicional, agrário.

Nesse sentido, foi proposta a abordagem territorial do desenvolvimento - em uma tentativa de superação de uma visão setorial rural - para a orientação das políticas voltadas para inserção da família agricultora na cadeia produtiva de biodiesel. De caráter interdisciplinar, mobilizador e operacional, a abordagem valoriza os recursos existentes e potenciais, colocando em primeiro plano os sujeitos locais, em especial a família agricultora. Evidenciou-se que, no campo do discurso político, já é possível identificar o delineamento de modelos de produção de oleaginosas erigidos sobre alguns aspectos fundamentais, como a questão do comprometimento da produção para o auto-consumo e consorciamento de alimentos e oleaginosas. Nesses modelos são preconizadas a organização coletiva dos agricultores para comercialização dos grãos e, em alguns casos, algum grau de tratamento da produção, a título de agregação de valor. Contudo, no campo da prática, observa-se que há grande resistência em efetivar as demandas sociais. O PNPB, nesse sentido, com as condições apresentadas atualmente, dificilmente trará as contribuições ambientais e sociais as quais se dispõe. O Ministério do Desenvolvimento Agrário restringe a participação da agricultura familiar à atividade primária, sabidamente etapa de maior risco de perdas da produção em uma cadeia produtiva que envolva o setor agrário, sobretudo nas condições existentes de vida e trabalho de grande parte dos agricultores familiares brasileiros. Coube ao Capítulo 4, apresentar o *framework* metodológico aqui utilizado e sistematizar uma proposta de Arranjo Inclusivo-Sustentável, como resposta concebida no interior da sociedade civil organizada, que sirva de parâmetro para a integração da agricultura familiar na cadeia produtiva do biodiesel.

Sob tais condições, o objetivo geral da presente dissertação foi avaliar o processo de integração da agricultura familiar à cadeia produtiva do biodiesel, a partir do estudo de caso do município de Mutuípe (Vale do Jiquiriçá-Bahia), nos anos de 2007 e 2008, período em que se iniciou o envolvimento dessas famílias. O

município fez parte de um processo de qualificação para a produção de oleaginosas, onde foram discutidos parâmetros para referida integração. O Capítulo 5 desenvolveu uma análise das entrevistas realizadas com agricultores que efetivaram contrato de entrega de grãos com a Petrobras e outros não contratados. Para efeito de ilustração e ponderação das reflexões trazidas ao longo da investigação, recorreu-se à percepção de agricultores em outros contextos e regiões, coletadas a partir dos depoimentos dos agentes formadores e de algumas famílias envolvidas na qualificação nos Estados onde essa ocorreu (Bahia, Ceará e Minas Gerais), que estão registrados no relatório citado no quadro dos dados secundários utilizados na pesquisa.

O contexto investigado apresenta uma dinâmica rica de agricultura familiar: possibilidade de diversificação de produção, pela abundância de água e clima tropical; múltiplos atores e instituições mobilizados para atrair recursos para o incremento de geração de renda, sobretudo em resposta à depreciação da lavoura tradicional, etc. Apesar disso, a economia local em Mutuípe está baseada na cultura do cacau e da banana, com recentes experimentos com a seringueira e o eucalipto, parecendo haver pouca valorização de produtos diferenciados como o guaraná e o cravo. Predominam as pequenas unidades produtivas no município, muitas localizadas em terrenos irregulares e íngremes, o que intensifica o uso de mão-de-obra. Finalmente, uma última característica que vale ressaltar é a constatação, segundo os agricultores, da perda da qualidade da terra, em função do emprego de insumos e defensivos químicos. Esses fatores levam as famílias a recorrerem a variadas estratégias de reprodução familiar (produção para o auto-consumo, pluriatividade, educação de filhos, migração para centros urbanos, beneficiamento). Nesse sentido, constatou-se que as famílias pluriativas apresentam mais condições de experimentar novas lavouras e consórcios, como é o caso das oleaginosas, mas, que grande parte das unidades produtivas conta apenas com o que nela se produz, geralmente para o próprio sustento, e com a venda de trabalho em roças da localidade, por isso, não reúne recursos financeiros, tampouco tecnológicos, que garantam um complemento de renda com o PNPB.

Constatou-se que, em Mutuípe, o PNPB foi apresentado a partir dos parâmetros de um arranjo Inclusivo-Sustentável, o que resultou na adesão a um projeto sócio-ambiental idealizado e não àquilo que vem sendo implementado. O

estudo de caso levou a concluir que, no município, o Programa incorpora o componente social apenas ao promover a demanda pela produção desse segmento, mas não estrutura condições atraentes para o agricultor familiar testar novas lavouras (especialmente se desconhecidas para o produtor), isto é, a assistência técnica e as sementes fornecidas como contrapartida das empresas para o plantio de oleaginosas estão aquém das expectativas desse público - e do pactuado na legislação do Selo Combustível Social-, tanto quanto, do estabelecimento de um novo mercado para os produtos agrícolas. A integração da agricultura familiar naquele Território foi tardiamente planejada por empresas e governo, possivelmente em privilégio de outros grupos mais organizados e expressivos, como o caso dos assentados dos Territórios de Irecê e Chapada Diamantina. A ausência de um planejamento adequado é evidenciada pela falta de prioridades, logística e qualidade das sementes distribuídas, ou seja, em negligenciar o sujeito central deste processo, resultando na geração de expectativas e incertezas no espaço rural. Conclusão, ainda, que a política carece do cabedal de conteúdos e práticas maturados no campo da Gestão Social do desenvolvimento.

Num plano geral, o estudo permitiu inferir que a integração da agricultura familiar (que para muitos parece consistir em reserva de mão-de-obra para o mercado, ou, para o universo urbano, paradoxalmente, parece consistir apenas numa abstração) requer um planejamento baseado no diálogo profundo com os sujeitos concretos, levando em conta necessidades reais e direitos historicamente negados. Nesse caso, uma política para agricultura familiar compreende também uma política de desenvolvimento territorial que fomente oportunidades voltadas para o empoderamento e autonomia desses sujeitos - não cabe, portanto, ao PNPB forjá-las, mas fazer interface a elas.

Seria interessante em oportunidade futura, examinar as iniciativas dessa natureza – governamentais e sociais - nos diferentes Estados. Por ora, o que se pode apreender das constantes entrevistas televisivas ou em jornais e revistas sobre o tema, os atores governamentais reproduzem o repertório de um suposto modelo sustentável, mas não contemplam todos os pressupostos do Arranjo Inclusivo-Sustentável sistematizado nesta dissertação⁵⁶. São relegados, sobretudo, a gestão

⁵⁶ O Estado do Paraná, por exemplo, está organizando a produção de óleo vegetal em uma experiência denominada por “auto-sustentabilidade”. Utiliza recursos do BNDES para implantação

coletiva para produção de óleo vegetal pela agricultura familiar e o emprego de manejos ecológicos que garantam uma produção limpa. O modelo em uso, portanto, filia-se à modernização conservadora e não contempla a desconcentração de renda e oportunidades, assim como não admite, a emergência de uma nova relação rural-urbano. Favaretto (2006) lembra que a visão agrária predominante resulta de séculos de “sedimentação de conteúdos empíricos e cognitivos”, ao contrário da recente abordagem territorial. Mas essa já faz parte dos discursos dos agentes públicos e acadêmico, sem, no entanto, conferir a superação da visão agrária do desenvolvimento rural. O autor infere que a opção dessas instituições não é fortuita, mas enraizadas em estruturas sociais nas quais se sustentam. Suas práticas e valores são “expressão de interesses ancorados na situação anterior e que bloqueiam inovações mais profundas”, seja na manutenção de especializações disciplinares que não encontram correspondência com a realidade, seja na forma como se distribuem as competências relativas ao rural entre esferas de governo (FAVARETTO, 2006, p. 192).

Para que o PNPB constitua uma proposta sustentável e inclusiva, deve-se concebê-lo não como um programa econômico e voltado para auto-suficiência energética nacional, mas, devem ser incorporados dispositivos políticos, gerenciais e produtivos que estabeleçam uma base social propícia que possibilite deslançar processos de desenvolvimentos territoriais. O aspecto orientador para tanto, seria o fomento a linhas de créditos e de desenvolvimento de tecnologias sociais de produção de biodiesel, compatível com a realidade de cooperativas de agricultura familiar, colocadas a serviço de comunidades e territórios onde se inserem. Recomenda-se que sejam agregadas estratégias que promovam, em relação aos agricultores, incentivo à produção livre de insumos e defensivos químicos, cooperativismo e desenvolvimento de habilidades de gestão coletiva, além de incentivos financeiros, que justifiquem o experimento do pequeno produtor.

O forte caráter multidisciplinar do tema abordado na presente dissertação, sua contemporaneidade e teor político conferiu enorme complexidade à tarefa de analisar implicações sociais e o desempenho de agentes governamentais, econômicos e sociais envolvidos no contexto investigado. Isso significou a

das usinas (a primeira será instalada no Oeste do Estado). Estimula-se a organização de 2000 famílias agricultoras em cooperativa. Todavia, a participação dessas será através do fornecimento de grãos e utilização da torta e do biodiesel. Fonte: TV BRASIL, 13/09/2009.

necessidade de um acompanhamento intenso dos diferentes âmbitos de elaboração da proposta e contra-proposta da política de biodiesel para a agricultura familiar, nem sempre possível pela diversidade e dinamismo com que as decisões são mudadas. Recomendam-se novos estudos, preferencialmente com equipes multidisciplinares, para a realização de análises longitudinais da implementação do PNPB, de iniciativas de produção de óleo vegetal e biodiesel pela agricultura familiar, ou ainda, de experiências de produção de energia para o auto-consumo e auto-sustentabilidade de territórios de identidade a fim de qualificar, cada vez mais, a proposta de desenvolvimento sustentável no mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. [1998]. Versão revisada de texto escrito no quadro do projeto IICA 940/98 para o Núcleo de Estudos Agrários para o Desenvolvimento do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários. Não paginado.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-387, abr./jun., 2000.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec; Campinas, SP., Ed. da Unicamp, 1998.

_____. (Org.). **Biocombustíveis: a energia da controvérsia**. São Paulo: Senac São Paulo, 2009.

_____.; MAGALHÃES, Reginaldo. **O acesso dos agricultores familiares aos mercados de biodiesel: parceria entre grandes empresas e movimentos sociais**. [S.l. : s.n.], 2007.

ALENCAR, Cristina Maria Macêdo de. **Campo e rural na metrópole: sinais de um padrão civilizatório**. 2003. Tese (Doutorado) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2003.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecology: the scientific basis of alternative agriculture**. Boulder, Colo: Westview Press, 1987.

ALVES, Maria Odete; SANTOS, Carlos Eduardo S. **Eficiência empresarial das cooperativas: o dilema entre gestão participativa e economia de mercado**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, [1999]. (Rede da Irrigação. Documento n. 01; Especialidade: Associativismo/Cooperativismo). Disponível em: <http://www.academia.edu/3040393/Efici%C3%Aancia_empresa_ri_alves_o_dilema_entre_gest%C3%A3o_participativa_e_economia_de_mercado>. Acesso em: 15 dez. 2008.

ARMANI, Domingos (Org.). **Agricultura e pobreza: construindo elos da sustentabilidade no Nordeste do Brasil**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1998.

BAHIA. **Lei nº 11.052, de 6 de junho de 2008**. Institui o Programa Estadual Agroenergia Familiar e dá outras providências.

BAIARDI, Amílcar. **Natureza e formas da agricultura familiar no Brasil e sua propensão a cooperar com projetos de desenvolvimento rural sustentáveis**. [S.l.: s.n.], 2007. Manuscrito.

BECKER, Barbara. **Sustainability assessment: a review of values, concepts, and methodological approaches**. Washington, D.C.: CGIAR & World Bank, 1997. (Issues in Agriculture, 10).

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciência sociais**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BELLEN, Hans Michael van. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2006.

BERGAMASCO, Sônia M. P. Pereira; NORDER, Luiz Antônio Cabello. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, Leonilde Servolo de; LEITE, Sérgio (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil**: processos sociais e políticas. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS; Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ 1999. p. 69-116.

BOISIER, Sergio. Desarrollo territorial y descentralización: el desarrollo en el lugar y en las manos de la gente. **Eure**, Santiago, Chile, v. 30, n. 90, p. 27-40, sept. 2004.

BRANDÃO, Carlos. Pactos em territórios: escalas de abordagem e ação pelo desenvolvimento. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 45, p. 145-157, abr./jun. 2008.

BRASIL. **Lei n. 11.097, de janeiro de 2005**. Dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira; altera as Leis nos 9.478, de 6 de agosto de 1997, 9.847, de 26 de outubro de 1999 e 10.636, de 30 de dezembro de 2002; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Lei/L11097.htm>. Acesso em: 18 mar. 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 23 jul. 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Plano Nacional de Agroenergia 2006-2011**. 2. ed. rev. Brasília, DF, 2005. 118p.

_____. Secretaria da Agricultura Familiar. **Política nacional de assistência técnica e extensão Rural**. Brasília, DF: Embrapa Informação, 2004.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Instrução Normativa nº 1, de 5 de julho de 2005**. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão de uso do selo combustível social. Disponível em: <[http://www.udop.com.br/download/legislacao/tributario/institucional_juridico_tributario_s/in_01_\(2005\)_biodiesel_procedimento.pdf](http://www.udop.com.br/download/legislacao/tributario/institucional_juridico_tributario_s/in_01_(2005)_biodiesel_procedimento.pdf)>. Acesso em: 30 mar. 2009.

_____. **Instrução Normativa nº 1, de 19 de fevereiro de 2009**. Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do selo combustível social. Disponível em: <<https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=78149>>. Acesso em: 22 maio 2009.

_____. **Proposta de cartilha para o selo combustível social**. [2007]. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/0705910308.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2009.

_____. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, DF, 2001. (Textos para discussão, n. 2)

CAMPOS, Arnaldo; CARMELO, Edna de Cassia. Biodiesel e agricultura familiar no Brasil: resultados socioeconômicos e expectativa futura. In: INSTITUTO EUVALDO LODI. **O futuro da indústria: biodiesel: coletânea de artigos**. Brasília, DF: MDIC/STI, 2006. (Política Industrial, Tecnológica e Comércio Exterior, 14). p. 49-65.

CAPORAL, Francisco Roberto. **Política nacional de ATER: primeiros passos de sua implementação e alguns obstáculos e desafios a serem enfrentados**. Brasília, DF: [s.n.], 2005. Disponível em: <<https://www.socla.co/wp-content/uploads/2014/Pnater-+primeiros+passos+....+Caporal.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

CAPUTO, Luis. Entre modelos antigos, o mercado e a busca de cidadania. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 38, p. 45-50, mar. de 2008.

CARNEIRO, Maria José. **Ruralidade na sociedade contemporânea: uma reflexão teórico-metodológica**. [S.l.]: CLACSO, 2000. Mimeografado.

_____; MALUF, Renato Sérgio (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO, Benedito Carlos Lemos; OLIVEIRA, Edson Alva Souza; LIMA, Franklin José. **Girassol: recomendações técnicas para o cultivo e utilização do girassol no Estado da Bahia**. Salvador: EBDA, 2007.

CASTELLANELLI, Carlo Alessandro. **Estudo da viabilidade de produção do biodiesel, obtido através do óleo de fritura usado, na cidade de Santa Maria – RS**. 2008. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Maria, RS, 2008,

CENSO AGROPECUÁRIO: Brasil, 1995-1996, Rio de Janeiro: IBGE, 1998.

CENSO AGROPECUÁRIO, IBGE, 2006, Rio de Janeiro, 2009.

CHAMPAGNE, Patrick. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA AMÉRICA LATINA; ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **Oportunidades e riscos do uso da bioenergia para a segurança alimentar para a América Latina e o Caribe**. 2007. Disponível em: <<http://www.rlc.fao.org/es/prioridades/bioenergia/pdf/bioenergia.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

CRUZIO, Helnon de Oliveira. **Como organizar e administrar uma cooperativa**. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

DAGNINO, Renato; BAGATTOLLI, Carolina. Como transformar a tecnologia social em política pública? In: _____ (Org.). **Tecnologia social: ferramenta para construir outra sociedade**. Campinas, SP: IG/UNICAMP, 2009. p. 265-292.

DEPONTI, Cidonea M.; ALMEIDA, Jalcione. Indicadores para a avaliação da sustentabilidade em contextos de desenvolvimento rural local. In: CONGRESSO DA

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL (ALASRU), 6., 2002, Porto Alegre. **Anais...**, Porto Alegre, 2002.

DOMINGUES, José Maurício. **Interpretando a modernidade**: imaginário e Instituições. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

ELO LIGAÇÃO E ORGANIZAÇÃO. **Relatório de avaliação físico-financeiro**. [Salvador], 2008.

EMPRESA BAIANA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. **Incentiva cultivo de girassol para biodiesel, 2007**. Disponível em: <<http://www.paginarural.com.br/noticia/12174/ebda-incentiva-cultivo-de-girassol-para-biodiesel>>. Acesso em: 20 jul. 2008.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Paradigmas do desenvolvimento rural em questão**: do agrário ao territorial. 2006. Tese (Doutorado em Ciência Ambiental) - Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental, Universidade de São Paulo, 2006.

FIORI, José Luís. O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 40, p. 125-144, nov. 2004.

GIDDENS, Anthony. Confiança e modernidade. In: _____. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Ed. Unesp, 1991.

GLIESSMAN, Stephen R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

GOMES, Ivair. Sustentabilidade social e ambiental na agricultura familiar. **Revista de Biologia e Ciências a Terra**, Paraíba, v. 5, n. 1, p. 1-17, 2004.

GONÇALVES, Jackson Eduardo. **Contextualização do complexo agroindustrial brasileiro**. Trabalho apresentado durante o XLIII Congresso da Sober, Ribeirão Preto, SP, 2005. Disponível em: <http://www.sober.org.br/conteudo.php?item_menu_id=6&mostra_congresso_realiza_do=1&id_realizado=2>. Acesso em: 2 abr. 2009.

GRISA, Cátia. **A produção “pro gasto”**: um estudo comparativo do autoconsumo no Rio Grande do Sul. 2007. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GUARIENTI, Édio Patric. **O solvente hexano no processo de extração de óleo de soja**. 2009. Projeto de Estágio (Conclusão de curso) - Sociedade Educacional Três de Maio, Três de Maio, RS, 2009.

HADDAD, Paulo R. **Cultura local e associativismo**. Seminário do BNDES sobre arranjos produtivos locais, 2004. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/seminario/apl20.pdf. Acesso em: 12 nov. 2008.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia. **A morada da vida**: trabalho familiar de pequenos produtores do Nordeste do Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. (Série Estudos sobre o Nordeste; v. 7)

IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio**. 1997

INOJOSA, Rose Marie; JUNQUEIRA, Luciano A. Prates. Práticas e Saberes: Desafios e inovações em gestão social. **Organização & Sociedade**, Salvador, v.15, n. 45, p. 171-180, abr./jun. 2008.

INSTITUTO EUVALDO LODI. **O futuro da indústria: biodiesel: coletânea de artigos**. Brasília, DF: MDIC-STI/IEL, 2006. (Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, 14).

KHALIL, Carlos Nagib. As tecnologias de produção de biodiesel. In: INSTITUTO EUVALDO LODI. **O futuro da indústria: biodiesel: coletânea de artigos**. Brasília: MDIC-STIL, 2006. p. 83-90. (Política Industrial, Tecnológica e Comércio Exterior, 14).

KLIKSBURG, Bernard. **Capital social y cultura: claves olvidadas del desarrollo**. Buenos Aires: Banco Interamericano de Desarrollo Departamento de Integración y Programas Regionales Instituto para la Integración de América Latina y el Caribe, 2000. (Documento de divulgación, 7).

KRESCHMER, Regina. **Informe se situación tipo II: movimiento de jóvenes campesinos en Paraguay: las demandas de acceso a la tierra, educación, trabajo y recreación del Consejo Juvenil Regional de la Asociación de Agricultores del Alto Paraná**. BASE Investigaciones Sociales Asunción, 20 de setiembre de 2007. Asunción, Paraguai, 2007. Mimeografado.

LACERDA, Tatiana Ferreira Nobre de. **A unidade familiar e as novas funções atribuídas à agricultura: o caso dos agricultores ecológicos do Território da Encosta da Serra Geral**. 2005. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

LAMARCHE, Hughes. **Agricultura familiar: do mito à realidade**. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1998.

LEAL, Marcelo. Cooperbio: uma cooperativa do movimento dos pequenos agricultores. In: ORTIZ, Lúcia Schild. **Construindo a soberania energética e alimentar: experiências autônomas de produção de combustíveis renováveis na agricultura familiar e de enfrentamento do agronegócio da energia**. Porto Alegre: Núcleo Amigos da Terra/Brasil, 2007.

LIMA, Paulo César Ribeiro. **O biodiesel e a inclusão social**. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2004. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/areas-da-conle/tema16/H-Coord_Legislativa-Setex-Internet-2004_676.pdf>. Acesso em: 23 jul 2009.

MORAES, Reginaldo C. **Estado, desenvolvimento e globalização**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

MORET, Artur de Souza. Biodiesel e óleos vegetais como alternativa na geração de energia elétrica: o exemplo positivo de Rondônia. In: GREENPEACE (Coord.).

Dossiê positivo para o Brasil. Disponível em: <<http://www.greenpace.org.br>>. Acesso em: 2 set. 2007.

NAÇÕES UNIDAS. **Nosso destino comum:** relatório da Comissão Mundial para o Ambiente e o Desenvolvimento. Nova York, 1987.

_____. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **La pobreza rural na América Latina: lecciones para una reorientación de las políticas.** Santiago do Chile, 2003.

NEVES, Delma Pessanha. **Agricultura familiar:** quantos ancoradouros! [2007] Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. UNESP. Disponível em: <http://www4.fct.unesp.br/nera/usorestrito/Agricultura_Familiar.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2009.

NOBRE, Marcos; AMAZONAS, Maurício de Carvalho. **Desenvolvimento sustentável:** a institucionalização de um conceito. Brasília, DF: Edições Ibama, 2002.

NOVAES, José Roberto Pereira; CONDE, Flávio; RELIGARE; Roberta Maiane. **Pesquisa juventude e integração sul americana:** situações tipo e organizações sociais. [S.l.: s.n.], 2007.

OLIVEIRA, Júlia Taís Campos Ribeiro de; SILVA, Marco Aurélio Gondim (Org.). **Da semente ao óleo:** atividades do plano setorial de qualificação da agricultura familiar para participação na Cadeia do Biodiesel - PlanSeQ Biodiesel/Elo – ligação e organização. Salvador: [s.n.], 2008.

OLIVEIRA, Marcos de. Biodiesel em ascensão. **Pesquisa FAPESP**, São Paulo, n. 134, p. 63-67, abr. 2007.

PAMPONET, André. Semi-árido baiano: desafios e perspectivas. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 18, n. 2, p. 267-276, jul./set. 2008.

PARENTE, Expedito José de Sá. Biodiesel no plural. In: INSTITUTO EUVALDO LODI. **O futuro da indústria:** biodiesel: coletânea de artigos. Brasília, DF: MDIC-STIL, 2006. p. 91-104. (Política Industrial, Tecnológica e Comércio Exterior, 14).

PETROBRAS. **Biocombustíveis:** 50 perguntas e respostas sobre este novo mercado. [S.l.], 2007.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Índice de desenvolvimento humano:** municipal, 1991 e 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/idh-m%2091%2000%20ranking%20decrecente%20%28pelos%20dados%20de%202000%29.htm>>. Acesso em: 23 mar. 2009.

RAMOS, Pedro. Agricultura e (sub)desenvolvimento: aspectos teóricos e elementos para uma reinterpretação do caso brasileiro. **Reforma Agrária**, Campinas, SP, v. 28, n. 1, 2, 3, jan./dez. 1998. Não paginado.

RAMOS, Pedro. Propriedade, estrutura fundiária e desenvolvimento (rural). **Estudos avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 141-156, 2001.

REDE BRASILEIRA PELA INTEGRAÇÃO DOS POVOS. FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCACIONAL. **Agrocombustíveis e a agricultura familiar camponesa: subsídios ao debate**. Rio de Janeiro, 2008.

RUSSO, Ricardo; PÁDUA, Cláudio Valadares. Avaliação de aspectos da sustentabilidade ambiental de sistemas agroflorestais. **Brasil Florestal**, ano XX, n. 17, set. 2001.

SACHS, Ignacy. Os biocombustíveis estão chegando à maturidade. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 26-31, out./nov. 2005.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

_____. **Desenvolvimento incluyente, sustentável sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2004.

_____. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel; Fundap, 1993.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **Manual de geografia urbana**. São Paulo: Hucitec, 1981.

SCHIMIDT, Wilson. Conversão à agricultura orgânica e multifuncionalidade: o caso das encostas da Serra Geral (SC). In: CARNEIRO, Maria José; MALUF, Renato Sérgio et al. (Org.). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. p. 44-59.

SEPÚLVEDA, Sérgio. **Agroenergia e desenvolvimento de comunidades rurais isoladas**. Carlos Miranda, Breno Tibúrcio (Org.); Sérgio Sepúlveda. Brasília, DF: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v. 7).

SHEPHERD, Andrew. **Sustainable rural development**. Great Britain: MacMillan, 1998.

SILVA, José Graziano da. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, 1, p. 43-81, maio 1997.

_____. Quem precisa de uma estratégia de desenvolvimento? In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento**. Brasília, DF, 2001. p. 5-52.

SILVA, Osvaldo Heller da. Agricultura familiar: diversidade e adaptabilidade. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 12, p. 161-167, jun. 1999.

SILVA, Sylvio Bandeira de Mello; SILVA, Bárbara-Christine Nentwig. Organização sócio-territorial e dinâmica dos lugares e regiões. In: _____ **Estudos sobre globalização, território e Bahia**. Salvador: UFBA, 2003. p. 23-38

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Os “novos mundos rurais baianos”**. Salvador: SEI, 1999. (Série estudos e pesquisas, 42).

TEIXEIRA, Elenaldo. **O local e o global**: limites e desafios da participação cidadã. São Paulo: Cortez; Salvador: UFBA, 2001.

TENÓRIO, Robinson M; LOPES, Uaçai L. **Relatório do primeiro Seminário de Avaliação de Sustentabilidade Promovido pela ADRA**. 2006. Angola. Mimeografado.

TERRA, Roberto. **Biodiesel, combustível social**: a agricultura familiar participa. Trabalho apresentado durante o 4º. Congresso Internacional de Bioenergia e 1º. Congresso Brasileiro de Geração Distribuída e Energia Renováveis, em 2009. Disponível em: <<http://www.porthuseventos.com.br/site/eventos/2009/eventobioenergia.com.br/congresso/br/palestras.php>>. Acesso em: 23 out. 2009. Apresentação em Power-point.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica da modernidade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TIRYAKI, Gisele Ferreira; OLIVEIRA, Júlia Taís Campos Ribeiro. **Nota técnica sobre sustentabilidade em sistemas agrários de bioenergia**. Salvador: UNIFACS, 2008. Mimeografado.

_____; _____; ARAÚJO, Rommel Cavalcanti Silva. **O programa brasileiro de biodiesel e as estratégias de inserção da agricultura familiar**. Artigo apresentado do Encontro Latino Americano de Economia da Energia, Santiago do Chile, março de 2009.

UECKER, Gelson Luiz; UECKER, Adriane Diemer; BRAUN, Mirian Beatriz Schneider. A gestão dos pequenos empreendimentos rurais num ambiente competitivo global e de grandes estratégias. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL (SOBER), 43., 2005, Ribeirão Preto, SP. **Anais...** Ribeirão Preto, SP, 2005.

VAZ PUPO, Marcelo; HABIB, Mohamed; FAGUNDES, Giovanna. Abordagens metodológicas para avaliação de sustentabilidade: experiências práticas nos assentamentos rurais de Sumaré, SP. **Revista Brasileira de Agroecologia**, Cruz Alta, RS, v. 2, n. 2, p. 303-307, 2007. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/seeragroecologia/ojs/viewarticle.php?id=1707&layout=abstract>>. Acesso em: 5 mar. 2009.

VIANA, João Aurélio Soares. O crédito rural do PRONAF e os desequilíbrios regionais. **Revista Bahia Agrícola**, v. 2, n. 3, p. 19-30, nov. 1998. Disponível em: <http://www.seagri.ba.gov.br/revista/rev_1198/pronaf.htm>. Acesso em: 26 out. 2009.

VINATEA ARANA, Luis Alejandro. **Aqüicultura e desenvolvimento sustentável: subsídios para a formulação de políticas de desenvolvimento da aqüicultura brasileira.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 1999.

WANDERLEY, Maria Nazareth. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas: o rural como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 87-145, out. 2000.

WEID, Jean Marc Von der. Qual estratégia para o desenvolvimento rural? In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Núcleo de Estudos Agrários e de Desenvolvimento. **José Graziano, Jean Marc e Bianchini debatem o Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento.** Brasília, DF, 2001. p. 53-70. (Textos para discussão, n. 2)

WHYTE, William F. Treinando a observação participante. In: **Desvendando máscaras sociais.** 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos.** 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Filmografia

MUTUÍPE. Prefeitura Municipal. **Desenvolvimento regional sustentável.** Mutuípe, BA, 2008

Webgrafia

Legislação sobre Biodiesel. Disponível em <http://www.biodiesel.gov.br>

MUTUÍPE cresce economicamente através de linhas de créditos. Disponível em: http://www2.cidades.gov.br/images/stories/bancoexperiencias2006/Ficha_Conorcio_Jiquirica.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2008.

ANEXO A

Notícias

BIODIESEL: PROGRAMA DEVE CRIAR MAIS DE 300 MIL EMPREGOS NO BRASIL

O Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, um combustível renovável produzido a partir do óleo de plantas como a mamona, palma e milho, que foi aprovado nesta segunda-feira, complementando a MP 214/04, deverá estar comercializando o produto a partir de fevereiro em Belém, no Pará.

Em todo o País, a expectativa do Governo é gerar um mercado interno de 800 milhões de litros do combustível, além de criar de 153 mil a 382 mil empregos. A MP assinada na tarde desta segunda-feira beneficia sobretudo a região do semi-árido nordestino, ao prever descontos de 100% no PIS/Cofins e financiamento do BNDES para agricultores familiares que produzirem biodiesel a partir do óleo de mamona ou de palma, produtos típicos daquela região.

"Daqui a alguns anos, estaremos lembrando da participação nesta reunião dos presidentes da Câmara e do Senado, como aqueles que harmonizaram todos os parlamentares para que dessem mais essa chance ao Nordeste brasileiro", afirmou o presidente Lula.

(Safras & Mercado, 8/12/04)

BIODIESEL ALAVANCA SEMI-ÁRIDO

O governador da Bahia, Paulo Souto, participou, anteontem, em Brasília, do lançamento do Programa Nacional e Biodiesel, que permitirá a entrada do biocombustível no mercado nacional. Com o lançamento, feito pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Bahia passa a ser destaque no País em mais um setor, já que produz 90% da mamona nacional, uma das principais matérias-primas do biocombustível. O presidente assinou medidas que determinam as condições para a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira de combustíveis líquidos, que já utiliza a gasolina, o diesel, o gás natural e o álcool anidro e hidratado. Lula autorizou a introdução de 2% de biocombustível no diesel de petróleo. O biodiesel deve chegar aos postos em fevereiro de 2005.

(Fonte: Gazeta Mercantil)

Fonte: <http://www.biodieselbrasil.com.br/clip2004/dezembro/clipping-091204.htm>

AGRICULTURA FAMILIAR, EMPREGO E O LADO SOCIAL DO BIODIESEL

Matéria de 2004

As grandes motivações para a produção de biodiesel são os benefícios sociais e ambientais que esse novo combustível pode trazer. Contudo, em razão dos diferentes níveis de desenvolvimento econômico e social dos países, esses benefícios devem ser considerados diferentemente.

Benefícios sociais

O grande mercado energético brasileiro e mundial poderá dar sustentação a um imenso programa de geração de emprego e renda a partir da produção do biodiesel. Estudos desenvolvidos pelos Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Integração Nacional e Ministério das Cidades mostram que a cada 1% de substituição de óleo diesel por biodiesel produzido com a participação da agricultura familiar podem ser gerados cerca de 45 mil empregos no campo, com uma renda média anual de aproximadamente R\$4.900,00 por emprego. Admitindo-se que para 1 emprego no campo são gerados 3 empregos na cidade, seriam criados, então, 180 mil empregos. Numa hipótese otimista de 6% de participação da agricultura familiar no mercado de biodiesel, seriam gerados mais de 1 milhão de empregos. Faz-se, a seguir, uma comparação entre a criação de postos de trabalho na agricultura empresarial e na familiar. Na agricultura empresarial, em média, emprega-se 1 trabalhador para cada 100 hectares cultivados, enquanto que na familiar a relação é de apenas 10 hectares por trabalhador. A cada 1% de participação deste segmento no mercado de biodiesel, são necessários recursos da ordem de R\$ 220 milhões por ano, os quais proporcionam acréscimo de renda bruta anual ao redor de R\$ 470 milhões. Ou seja, cada R\$ 1,00 aplicado na agricultura familiar gera R\$ 2,13 adicionais na renda bruta anual, o que significa que a renda familiar dobraria com a participação no mercado de biodiesel. Os dados acima mostram claramente a importância de priorizar a agricultura familiar na produção de biodiesel.

A produção de oleaginosas em lavouras familiares faz com que o biodiesel seja uma alternativa importante para a erradicação da miséria no país, pela possibilidade de ocupação de enormes contingentes de pessoas. Na região semi-árida nordestina vivem mais de 2 milhões de famílias em péssimas condições de vida. A inclusão social e o desenvolvimento regional, especialmente via geração de emprego e renda, devem ser os princípios orientadores básicos das ações direcionadas ao biodiesel, o que implica dizer que sua produção e consumo devem ser promovidos de forma descentralizada e não-excludente em termos de rotas tecnológicas e matérias-primas utilizadas.

O Programa Fome Zero da Presidência da República criou o Bolsa Família, um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza. Os benefícios diretos concedidos pelo governo são de até R\$ 95,00 mensais por família. Se essas famílias forem incluídas no programa de biodiesel, pode haver uma economia de **US\$ 18,4 milhões** de subsídios diretos que deixarão de ser pagos através da geração de empregos.

Com isso, a substituição de 1% de diesel mineral por biodiesel, segundo o programa de inclusão social pelo uso do biocombustível do governo, gera uma externalidade positiva de quase US\$ 100 milhões em emprego e renda, que deve ser comparada à renúncia tributária subsidiada para dar competitividade ao produto.

Empregos e oleaginosas

O agronegócio da soja gera empregos diretos para 4,7 milhões de pessoas em diversos segmentos, de insumos, produção, transporte, processamento e distribuição, e nas cadeias produtivas de suínos e aves. Trata-se de uma produção de 52 milhões de toneladas em 20 milhões de hectares, no total, diretos e indiretos, quatro hectares por pessoa.

O dendê (palma) é muito pouco explorado no Brasil. Na Malásia viabilizou a reforma agrária. As áreas de maiores aptidões estão mapeadas pela Embrapa. Existe uma área de 69,9 milhões de ha com alta/média aptidão para o cultivo do dendê (áreas de floresta amazônica degradadas. Para o dendê e mamona, os números de empregos diretos, e somente na produção agrícola (sem envolver toda a cadeia produtiva), são os seguintes: um exemplo para dendê, com 33 mil hectares plantados e 25 mil em produção, utiliza 3 mil empregos diretos. Na agricultura familiar “assistida”, o dendê conta com uma família para 10 hectares. Já os assentamentos previstos para mamona consideram um trabalhador para cada 10-15 há (também apenas para a produção agrícola).

No Semi-Árido, por exemplo, a renda anual líquida de uma família a partir do cultivo de cinco hectares com mamona e uma produção média entre 700 e 1,2 mil quilos por hectare, pode variar entre R\$ 2,5 mil e R\$ 3,5 mil. Além disso, a área pode ser consorciada com outras culturas, como o feijão e o milho. Levantamentos indicam que, na safra 2004/05, 84 mil hectares serão cultivados com oleaginosas por agricultores familiares para a produção de biodiesel, dos quais 59 mil estão localizados no Nordeste. O cultivo da área total envolve 33 mil famílias, das quais 29 mil do Nordeste.

O Brasil possui 17 milhões de hectares de floresta nativa de babaçu, onde predomina o trabalho das mulheres (quebradeiras de coco) dentro de um sistema de exclusão social (renda de R\$ 3,00/ dia, além de doenças ocupacionais). Estas florestas têm sido objeto de devastação para uso da terra para outros fins, devido à baixa renda auferida pela coleta de coco.

Agricultura familiar

O Brasil possui cerca de 4,13 milhões de agricultores familiares e representam 85,2% dos estabelecimentos rurais do país. Destes, 49,6% situam-se na região Nordeste, sendo os mais pobres. Existem 475.779 assentados no país, em 6.067 assentamentos.

A agricultura familiar representa mais de 84% dos imóveis rurais do país. Ao redor de 4,1 milhões de estabelecimentos. Os agricultores familiares são responsáveis por aproximadamente 40% do valor bruto da produção agropecuária, 80% das ocupações produtivas agropecuárias e parcela significativa dos alimentos que

chegam a mesa dos brasileiros, como o feijão (70%); a mandioca (84%); a carne de suínos (58%); de leite (54%); de milho (49%); e de aves e ovos (40%).

Estes produtores têm sofrido ao longo dos anos um processo de redução nas suas rendas, chegando à exclusão de trabalhadores rurais de ao redor de 100.000 propriedades agrícolas por ano, de 1985 a 1995 (IBGE, Censo Agropecuário 1995/96). Boa parcela deste processo de empobrecimento pode ser explicada pela pouca oferta e pela baixa qualidade dos serviços públicos voltados para os mesmos, os quais poderiam viabilizar a inclusão sócioeconômica destes agricultores. Isso levou, no passado, a aceitar como uma realidade lamentável, que os agricultores familiares são construções sociais cujo alcance depende dos projetos em que se envolvem e das forças que são capazes de mobilizar para implementá-los.

Essa situação, derivada do seu incipiente nível organizacional, das limitações de suas bases produtivas e das formas de comercialização, entretanto, está sendo revertida pelo MDA – que tem como área de competência a Reforma Agrária e o PRONAF – buscando, na sua missão, criar oportunidades para que as populações rurais alcancem plena cidadania, e tendo em vista a visão de futuro de ser referência internacional de soluções de inclusão social.

Fonte: <http://www.biodieselbr.com/biodiesel/social/aspectos-sociais.htm>, acessado em 10 de outubro de 2009

ANEXO B

JOVENS MIGRANTES CANAVIEIROS: ENTRE A ENXADA E O FACÃO⁵⁷ Fragmento do relatório

Há uma percepção generalizada de que nos últimos anos a produção da agricultura familiar piorou: o desmatamento deixou as terras menos férteis, as pragas e as doenças das roças aumentaram, a produção do roçado diminuiu, os programas governamentais, ainda que melhoraram nestes últimos anos, continuam insuficientes e não chegam a reverter a precariedade da situação. Ou seja, não atingem as questões estruturais que resultem na ampliação do mercado de trabalho e absorção dos jovens em atividades nas regiões onde vivem suas famílias. Vale salientar também que estas famílias pobres, nos últimos anos, foram também prejudicadas pelos grandes projetos de pecuária e de exploração de lavouras de grande valor comercial (fruticultura, soja, por exemplo) que reduzem significativamente os postos de trabalho para a população local. E, ao mesmo tempo, resultam em aumento do preço e a maior especulação com a terra. Estas novas possibilidades reordenaram as relações de produção acarretando a expulsão de milhares de famílias do campo para as cidades da região. Na periferia das cidades estas famílias passaram a sobreviver graças a trabalhos pontuais, contanto sobretudo a rede de proteção social do governo federal (Bolsa Família), e a aposentadoria dos idosos. Reportagens jornalísticas ora dão ênfase a uma possível “acomodação” entre os beneficiários (que deixariam de procurar emprego), ora denunciam falhas no cadastro único que deveria identificar as famílias necessitadas. Por ora, o que se pode afirmar é que estes benefícios passam a integrar os cálculos e as estratégias familiares que definem quando um membro da família deve/pode ou não viajar. Ou seja, esta presença do Estado é vivenciada como novidade e deve ser considerada nas reflexões sobre os deslocamentos no interior do Brasil atual.

Contudo, de maneira geral, podemos dizer que a atual situação combina uma diminuição da renda proveniente desta agricultura no orçamento da família e um aumento da necessidade de suprimento através de compras nos supermercados e nas feiras. Assim, se é verdade que o produto do roçado e o trabalho na terra continuam sendo imprescindíveis, nas recentes circunstâncias, os jovens têm lançado mão de múltiplas combinações entre ocupações de diferentes tipos para se manter ou se estabelecer nos municípios. Mas também os pequenos ganhos monetários provenientes do trabalho na época da safra da cana em São Paulo contam muito para a sua sobrevivência, nas épocas de entressafra, em sua terra natal. Neste cenário de precariedade e incertezas é que chegam as notícias de oferta de trabalho nas usinas de São Paulo.

A partir do mês de março os agenciadores das usinas começam a percorrer as periferias destas cidades para o aliciamento destes jovens. Entre os jovens que decidem migrar, muitas vezes existe a convicção de que com esforço e empenho podem se tornar “campeões de produtividade” e assim ser (re)conhecido. Por que não? Elementos culturais que fazem da força física um sinônimo de masculinidade não estão ausentes destes cálculos. E funcionam, sobretudo entre os mais jovens.

⁵⁷ Pesquisa Juventude e Integração Sul Americana - Situações Tipo e Organizações Sociais (2007). Autores: José Roberto Pereira Novaes, economista, UFRJ; Flávio Conde, jornalista e pesquisador, RELIGARE; Roberta Maiane, graduanda de História, UFRJ; Tais Zeitune, graduanda em Geografia, UFRJ.

Alguns pais entrevistados dizem que não se sentem no direito de privar a ida dos filhos, pois não tem nada a lhes oferecer frente a promessas de trabalho com carteira de trabalho assinada e com pagamento dos direitos trabalhistas. Os arregimentadores anunciam ainda vantagens adicionais para os bons trabalhadores como prêmios por produtividade, cesta básica, alojamentos, participação nos lucros da empresa, alimentação, etc... Tal oferta se justifica porque, como já foi bastante sublinhado na primeira parte deste Relatório⁵⁸, nos dias de hoje, em um contexto de modernização da gestão da mão de obra e de ampliação do corte mecanizado, são trabalhadores temporários vindos do nordeste que preenchem as necessidades do trabalho no corte manual da cana. Este novo arranjo social – complementar e conflitivo - acarreta modificações na vida dos trabalhadores e de suas famílias. Isto, tanto em alguns municípios do Nordeste brasileiro quanto no próprio interior de São Paulo.

Do ponto de vista de quem migra, o trabalho no canavial apresenta-se como possibilidade de modificar uma situação de dificuldade de sobrevivência dentro de determinados padrões sociais e culturais. O trabalho no eito da cana pode representar um complemento viabilizador da pequena produção agrícola ou uma estratégia para viabilizar outras ocupações rurais ou urbanas. Os recursos para a passagem têm origens diversas: vêm de pequenas poupanças, de empréstimos, da venda de pertences, de adiantamentos dos empregadores e de doações e ajuda das autoridades locais (prefeitos, vereadores e dirigentes sindicais)⁵⁹. Ou seja, são diversas as situações vivenciadas pelos trabalhadores que se dispõem a viajar para os canaviais paulistas. Mas há um denominador comum entre eles: todos valorizam o trabalho no corte da cana onde o ganho é pela produção. Quanto mais se corta mais se ganha. Assim, os trabalhadores migrantes chegam na região com a disposição de acionar toda sua força física, toda sua habilidade e resistência para alcançar bons níveis de produtividade. O que, sem dúvida, não apenas os qualifica diante os gestores e empresários quanto os justifica frente aos familiares que ficam.

Durante a pesquisa, registramos casos de arregimentadores que vivem e operam nos bairros, nos municípios onde vivem os trabalhadores. Trabalhando para empregadores ou diretamente para os usineiros da cana eles selecionam 40 a 50 trabalhadores para compor uma turma.

A viagem do Nordeste para São Paulo é longa e cansativa, demora, em média, 3 dias. Na chegada, apresentam-se as opções de moradia. O que pode estar relacionado tanto com o que oferecem os empregadores, arregimentadores de mão de obra, quanto com relações prévias de parentesco e de amizade dos próprios jovens. Assim sendo, há jovens morando em alojamentos que são mais baratos porque abrigam turma de cerca de quarenta trabalhadores, outros moram em casas

⁵⁸ Lembramos que – como já foi dito - do início até o fim do contrato estes trabalhadores ficam totalmente disponíveis para a empresa que pode controlar todas as horas de suas vidas, inclusive aquelas em que eles se encontram fora do trabalho. Este expediente evita qualquer tipo de desconcentração que possa prejudicar a produtividade. Tal controle pode se iniciar no momento da arregimentação, no local de origem, ou na contratação em São Paulo.

⁵⁹ No caso dos migrantes cortadores de cana há empresas contratantes que se comprometem a perdoar os adiantamentos realizados para a viagem (passagens e diárias). Estes acordos são feitos no final da safra. Se houver rompimento do contrato de trabalho temporário, como safrista, por parte dos trabalhadores, as despesas de viagem serão descontadas no acerto de conta. Como os trabalhadores não têm disponibilidade financeira para assumirem estes ônus, ficam obrigados a cumprirem o contrato, perdem a liberdade, tornam-se cativos. O contratante poderá ser autuado por esta prática de trabalho análogo a escravo.

alugadas especificamente para abrigar entre 6 a 8 trabalhadores. Os trabalhadores que trazem as mulheres preferem esta última opção: viver em casa compartilhada com outro casal ou nos cômodos dos becos.

O controle sobre esta turma é feito pelo próprio arregimentador que acompanha a turma ou pelo turmeiro local que se encarregara do transporte diário desta turma para o campo. Como já foi dito, nos alojamentos os trabalhadores fazem a comida ou se alimentam em pensões que lhes são determinadas. Muitas vezes trabalhadores procedentes de uma mesma região a serviço de um mesmo empreiteiro, trazem as mulheres, estas também vivem nestas “comunidades” nos becos. Em todos os arranjos há compulsória convivência que contribui para a disciplina no trabalho evitando possíveis dispersões de energias. A rotina cotidiana começa pelo horário do ônibus que os transportam para o trabalho logo nas primeiras horas da manhã. O controle sobre a turma é rigoroso e se estende pelos momentos de lazer, nos bares, nos forrós e outros tipos festas, inibindo excessos de bebida.

Por outro lado, estas presenças também modificam o interior paulista. Em algumas cidades, a paisagem visivelmente se altera entre o tempo da safra e da entressafra da cana. Na época da entressafra da cana, as cidades dormitórias ficam esvaziadas. Muitas casas na periferia ficam trancadas, sem inquilinos. Mas este é um tempo de investimentos para a época da safra. Novas construções ocupam os terrenos antes destinados às “peladas de futebol”, ocupam também os quintais das casas, os puxadinhos formam os “becos”, antigos espaços de comércio são transformados em alojamentos para os trabalhadores que virão para o corte da cana.

O contrato de trabalho dos jovens trabalhadores que chegam é por tempo de safra, terminada a safra a empresa “dá baixa” na carteira de trabalho. Se alguém quiser ficar, na entressafra da cana, tem que trabalhar como avulso. A maioria, terminada a safra, volta para sua terra natal.

No alojamento, que tivemos a oportunidade de visitar em Guariba, predominavam jovens trabalhadores procedentes do Piauí e do Maranhão. O prédio era um antigo bar transformado em alojamento. O depósito do bar estava ocupado por beliches. No final do corredor havia mais um cômodo onde estava morando uma família. Os três espaços se comunicavam por uma área comum onde existiam 6 tanques e 2 banheiros. Estas áreas eram utilizadas pelas 45 pessoas que ali moravam.

Enquanto permanecíamos naquele local, os jovens trabalhadores chegavam do canavial. Neste alojamento, cerca 70% dos trabalhadores eram jovens, Suas idades variavam entre 18 e 26 anos. Corpos visivelmente exauridos. Uns depositavam a sacola no chão e lentamente tiravam as perneiras, as meias, o sapatão, a camisa enegrecida pela fuligem da cana. Outros se aproveitavam dos tanques vazios para lavarem as suas roupas. Os que chegaram antes já estavam no banho e outros já preparando o jantar da turma. Muitos trabalhadores já estavam deitados em suas camas. Em uma conversa que começou a fluir entre eles um trabalhador de 19 anos contava que seu filho tinha nascido no Maranhão. Tinha recém recebido a notícia da família, estava ansioso para voltar mas não podia sair antes de terminar a safra pois romperia com o contrato. Falou que amava muito a mulher e o filho e que deseja voltar com os dois para São Paulo no próximo ano. Um outro trabalhador, de 20

anos, comentou: “Eu quero voltar porque tenho saudades da família , mas também acho importante voltar para dar um arrocho nas meninas por lá.” A noite se aproximava, todos já tinham se banhado e começavam a jantar. No dia seguinte às 5 horas da manhã o ônibus apanharia estes jovens para levá-los ao canavial.

Assim, substituir a enxada pelo facão não é simplesmente trocar de instrumento de trabalho. O uso do facão implica na mudança na rotina, na disciplina, na perda da liberdade, em ausência de tempo livre e privação de certas formas de lazer. A produtividade é um desafio diário. Em outra ocasião, sobre a disciplina a que estão sujeito os trabalhadores nos canaviais, assim, se expressou Luiz, um trabalhador maranhense, 42 anos, também migrante:

“Para você ganhar a diária você tem que cortar, uma pela outra, nove mil quilos. Você tem que cortar no mínimo 9.000 Kg. Quer dizer, se você cortar menos disso, além de você ter uma diária fraca, você está tendo prejuízo. A partir de sessenta dias, se você não chegar a essa produção, tem um modo deles aí que chama-se “poda”. Quer dizer, “poda”: corta aquele funcionário que não está chegando a produção que ele quer. Então quer dizer, aí é um modo que, você tem que ser macho, macho e macho. Então, às vezes digamos assim, para qualquer trabalho, tem dia que você está de bom humor, tem dia que você não está de bom humor. No corte de cana é o seguinte: não tem bom humor, é um humor só, é pá e pá e pá. E se você dizer: ah, eu tomei ontem; o primeiro prejuízo que você toma é na baia que você leva, viu? Porque não recompensou ela. E a usina está de olho. Quando der aqueles sessenta dias, pá, não quer nem saber” (fonte: Documentário: “Migrantes”, 2007).

O corte da cana é um trabalho solitário. O ganho pelo trabalho é pela produção: pela metragem, pelo peso e pelo tipo da cana cortada. É um cálculo complexo difícil de ser entendido pelos trabalhadores que estão habituados à lógica econômica do roçado, do trabalho na terra. Na cana tudo é diferente. No ar sempre paira a suspeita de roubo nas medições, porém a reclamação pode implicar em demissões. Diante deste risco se calam.

O corte da cana implica em movimentos ritmos e sincronizados, é um trabalho duro. Um braço junta a cana, o outro manuseia o facão de corte. O primeiro corte é na base da cana, o segundo é na ponteira. Nos dois movimentos a lâmina do facão esta direcionada para o corpo do trabalhador: o primeiro para a perna, o segundo para a mão. Os movimentos requerem destreza e habilidade, os riscos de acidentes são grandes. O padrão de produtividade das usinas impõe a cada trabalhador o corte de 10 toneladas de cana por dia. Para cumprir esta meta, o corpo precisa de resistência física, daí a necessidade de trabalhadores jovens nos canaviais.

O ritmo de trabalho é alucinante, os trabalhadores ficam no limite da sua capacidade física, os problemas da saúde dos trabalhadores pelo excesso de trabalho se agravam. Com os movimentos repetitivos as mãos incham, as tendinites e as burzites incomodam. As dores são insuportáveis, mas com elas ou sem elas é preciso fazer a produção, caso contrário vem a “poda”, a demissão. Sobre câimbras e dores o relato abaixo, parte de um artigo já publicado (Novaes, 2006) é elucidativo:

“Eram 10 horas da manhã do dia 30 de novembro de 2005 quando cheguei à sede do Sindicato dos Empregados Rurais de Cosmópolis para entrevistar cortadores de cana.⁶⁰ Era final da safra da cana em São Paulo. Os trabalhadores se preparavam para regressar às suas regiões de origem. Antes de embarcar o sindicato fazia, para os trabalhadores filiados, a conferência do pagamento dos direitos trabalhistas e a homologação do encerramento do contrato de trabalho. O ritual de acerto de contas começaria às 14 horas.

Logo que cheguei, ainda pela manhã, encontrei três jovens trabalhadores da cana no sindicato. Eles eram de Cajazeiras, município localizado na região do semi-árido da Paraíba. Os três tinham chegado mais cedo ao sindicato para solicitar a intervenção da diretoria junto ao empregador que não queria pagar-lhes os direitos trabalhistas. Isto depois de trabalharem toda a safra da cana. Depois de sete meses de trabalho nos canaviais, se não recebessem o fundo de garantia, o proporcional de férias e décimo terceiro salário, eles não tinham como voltar para a casa, isto é não tinham dinheiro para comprar a passagem de volta para a Paraíba. Estavam visivelmente debilitados. Um deles estava tomando, por conta própria, um anti-inflamatório, para aliviar as dores do corpo. Demonstrava ter grande familiaridade com os comprimidos de Buscopan. O outro estava febril e dizia ter acostumado em conviver com a febre. No início da safra passada ele teve pneumonia, dizia ser difícil se acostumar com o frio que faz em São Paulo.

Enquanto a presidente do sindicato notificava o empregador, estes trabalhadores me contaram algumas dificuldades cotidianas enfrentadas nesta safra da cana. Durante a conversa, todos buscavam as causas das doenças a que estavam sujeitos em São Paulo. Falaram sobretudo da falta da família e da alimentação fraca.

Os três trabalhadores eram jovens, todos casados. Embora existam na região aqueles que trazem as mulheres para as temporadas paulistas, estes não trouxeram suas companheiras: com elas as despesas de passagens e de moradia aumentariam muito. Preferiam ficar morando no alojamento com mais dez trabalhadores, pagando R\$ 40,00/mês de aluguel. Com as mulheres teriam que alugar um cômodo no beco ou uma casa com outro casal, aí o valor do aluguel aumentaria para R\$ 80,00/mês. Estes trabalhadores mandavam mensalmente entre R\$70,00 a R\$ 100,00/mês para ajudar a família na Paraíba.

Para se alimentar pagavam R\$ 135,00/mês. Este preço seria mantido sob uma condição: deveriam entregar para a pensão a cesta básica a que têm, mensalmente, direito. Mas, se perdessem um dia de trabalho não recebiam a cesta básica. Neste caso, o valor da pensão passava para R\$ 200,00/mês. Mas, com ou sem cesta básica, eles se queixaram da alimentação fornecida pela pensão, geralmente vinculada aos empregadores. Segundo eles, a carne de frango – que comiam todos os dias, por ser a mais barata - é “pobre em substância”. Com ela, quem trabalha no pesado no corte da cana, não se repõem as energias que o corpo perde. Em

⁶⁰ Tais entrevistas foram realizadas no âmbito de uma pesquisa sobre migrações de trabalhadores do Nordeste – particularmente do Maranhão e Piauí - para o corte da cana das modernas usinas paulistas. A pesquisa envolve o Instituto de Economia, da UFRJ, ao qual estou vinculado, e pesquisadores das Universidades Federais São Carlos/SP, do Maranhão, Piauí, e conta com o apoio do Ministério da Educação, Secretaria de Ensino Superior. Um livro e um filme documentário, sobre as condições de vida e trabalho destes trabalhadores no Nordeste e em São Paulo, explicitando as causas e os efeitos destas migrações no interior do país, estão em fase de finalização.

resumo: alimentação fraca, somada às exigências impostas pelo fiscal da turma, se traduz em cansaço, dores no corpo e da coluna, das câimbras e das tendinites.

A conversa prosseguia e eu notava que o trabalhador febril estava cada vez mais prostrado. Às 14 horas o empreiteiro chegou para o acerto de conta. Às 14h30min horas fecharam um acordo. Imediatamente após a assinatura, o trabalhador febril teve uma crise convulsiva. O empreiteiro levantou-se, pegou os documentos e saiu. Acordo feito, já não se podia provar nada contra ele, ou contra a Usina, e nem se podia contar com ele. A presidente do sindicato disponibilizou um veículo para transportar o trabalhador ao hospital da cidade e eu resolvi acompanhá-los. O atendimento foi na emergência: soro e outros medicamentos. Posteriormente, foi aplicada uma injeção de Benzetacil, a febre cedeu e, depois de 3 horas de internação, o paciente voltou ao estado normal. Todos no hospital pareciam estar familiarizados com estas doenças de cortadores de cana.

Neste período de atendimento, pudemos presenciar o drama de um outro trabalhador, trazido diretamente do canavial, sangrando com um enorme talho na parte superior do pé. Foram dados vários pontos. Mesmo com o consentimento do trabalhador machucado, a enfermeira impediu-me de fotografá-lo no hospital. Uma foto foi, então, feita no pátio, com o pé do trabalhador já enfaixado. Ali mesmo na entrada do hospital, uma terceira vítima apareceu. Agora, um pai aflito amparava o seu filho trazido do canavial com câimbra. O braço retesado não movia, a dificuldade de locomoção era grande, o paciente reclamava de dores no estomago. Uma vez mais acompanhei o atendimento e fiquei sabendo que também as câimbras são muito comuns por ali.

Convulsão, cortes de facão, câimbras. O que têm em comum estes cortadores de cana? Por um lado, a vida destes três trabalhadores pode ser vista como uma perversa continuidade dos movimentos populacionais do Nordeste para o sul do país, historicamente motivadas pela dificuldade de trabalho e de acesso a terra na suas regiões origem⁶¹. A construção civil e as indústrias foram as principais responsáveis pela população nordestina que povoou São Paulo. Hoje, estes trabalhadores – sobretudo jovens- vêm do Nordeste com um destino certo. A saber: vêm especificamente em busca de trabalho nos canaviais das modernas usinas paulistas.”

⁶¹ Sobre migrações do Nordeste ver (Garcia, 1989), Moraes, M (1999), Carneiro (2007) Menezes (2002) Salles(1982), Moraes, D. (2007) , Rezende (2004).

ANEXO C

CARACTERÍSTICAS BENEFICIÁRIOS DO PRONAF

Grupos	Características
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária que não foram contemplados com operação de investimento sob à égide do PROCERA ou com crédito de investimento para estruturação no âmbito do PRONAF; e beneficiados por programas de crédito fundiário do Governo Federal.
A/C	Agricultores familiares egressos do Grupo A, que se enquadrem nas condições do Grupo C e que se habilitem ao primeiro crédito de custeio isolado.
B	Agricultores familiares, inclusive remanescentes de quilombos, trabalhadores rurais e indígenas que obtém renda bruta anual de até R\$ 2.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
C	Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do PROCERA e/ou Grupo A, que obtém renda bruta anual familiar acima de R\$ 2.000,00 e até R\$ 14.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
D	Agricultores familiares e trabalhadores rurais, inclusive os egressos do PROCERA e/ou Grupo A, que obtém renda bruta anual familiar acima de R\$ 14.000,00 e até R\$ 40.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes das atividades rurais.
E	Agricultores sociais e trabalhadores rurais egressos do PRONAF ou ainda beneficiários daquele programa, que obtém renda bruta anual familiar de até R\$ 60.000,00, excluídos os proventos vinculados a benefícios previdenciários decorrentes de atividades rurais.

Fonte: Ceplac < <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>>, acessado em 06/11/2008.

ANEXO D

Ministério do Desenvolvimento Agrário

Instrução Normativa n.º 1, de 19 de fevereiro de 2009

Dispõe sobre os critérios e procedimentos relativos à concessão, manutenção e uso do selo combustível social.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das competências que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, pelo art. 27, inciso VIII, da Lei n.º. 10.683, de 28 de maio de 2003 e pelo art. 5º do Decreto N.º. 5.297, de 6 de dezembro de 2004,

(...)

CAPÍTULO II

Dos critérios do Selo combustível social

Seção I

Das aquisições da agricultura familiar

Art. 2º O percentual mínimo de aquisições de matéria-prima do agricultor familiar, feitas pelo produtor de biodiesel para fins de concessão, manutenção e uso do selo combustível social, fica estabelecido em:

I - 10% (dez por cento) até a safra 2009/2010, e 15% (quinze por cento) a partir da safra 2010/2011 para as aquisições provenientes das regiões Norte e Centro-Oeste; e

II - 30% (trinta por cento) para as aquisições provenientes das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e o Semi-Árido a partir da data de publicação desta Instrução.

§ 1º O percentual mínimo de que trata este artigo é calculado sobre o custo de aquisição da matéria-prima adquirida do agricultor familiar ou de sua cooperativa agropecuária em relação ao custo de aquisições totais de matérias-primas utilizadas no período para a produção de biodiesel, conforme a Lei N.º. 11.116, de 18 de maio de 2005, regulamentada pelo Decreto N.º. 5.297, de 06 de dezembro de 2004, da seguinte forma:

$$\text{percentual de aquisições} = \frac{X}{Y} * 100$$

em que:

X representa o custo anual, em reais, de aquisição de matérias- primas da agricultura familiar, conforme estabelecido no art. 3º; e

Y representa a soma do valor, em reais, das aquisições anuais totais de matérias-primas utilizadas no período da produção de biodiesel.

§ 2º Para o cálculo dos percentuais mínimos de aquisição, a produção própria de matéria-prima deve ser valorada ao preço médio de aquisição de matéria-prima de terceiros no período de apuração.

§ 3º No caso de produção própria de matéria-prima pelo produtor de biodiesel, em que não tenha ocorrido aquisição desta matéria-prima de terceiros no período de apuração, para efeito de cálculo dos percentuais mínimos, deverá ser adotado o preço referência praticado na localidade, na região ou na praça-referência de formação de preço mais próximos do empreendimento agrícola do produtor de biodiesel.

§ 4º No caso de produção de matéria-prima própria obtida em regime de parceria rural, contrato de meeiro ou outro similar, esta parte da matéria-prima deverá ser valorada ao preço médio de aquisição de matéria-prima do meeiro ou parceiro rural.

§ 5º O percentual mínimo de que trata este artigo refere-se à região de aquisição da matéria-prima do agricultor familiar, independente da localização da unidade do produtor de biodiesel.

§ 6º No caso em que o produtor de biodiesel adquirir matéria-prima da agricultura familiar de regiões que ensejem alíquotas diferentes, será adotado o seguinte critério de avaliação do cumprimento do disposto no caput do Art 2º: o valor total das aquisições anuais da agricultura familiar das regiões Norte e Centro-Oeste dividido pelo percentual mínimo das aquisições nestas regiões (10% ou 15% conforme definido no art. 2º, inciso I) somado ao valor total das aquisições anuais da agricultura familiar das regiões Sul, Sudeste, Nordeste e Semi-Árido dividido pelo percentual mínimo das aquisições nestas regiões (30% conforme definido no art. 2º, inciso II) deverá ser maior ou igual ao valor das aquisições utilizadas para a produção de biodiesel no ano civil.

Art. 3º O custo de aquisição de matérias-primas da agricultura familiar, em regulamentação ao art. 4º, §3º, do Decreto N.º. 5.297, de 6 de dezembro de 2004, fica definido como o somatório dos seguintes itens de custo:

I - valor de aquisição da matéria-prima;

II - valor das despesas com análise de solos de propriedades familiares;

III - valores referentes à doação dos insumos de produção e serviços aos agricultores familiares, desde que não oriundos de recursos públicos, limitado aos seguintes itens:

a) sementes e/ou mudas;

b) adubos;

c) corretivo de solo; e

d) horas-máquina e/ou combustível.

IV - valor referente à assistência e capacitação técnica dos agricultores familiares, limitado aos seguintes itens:

a) salários e/ou honorários dos técnicos contratados diretamente pelas empresas produtoras de biodiesel, inclusos os encargos trabalhistas;

b) despesas de deslocamento, hospedagem, material didático e alimentação para a realização da assistência técnica e capacitação aos agricultores familiares e de sua capacitação, limitadas ao valor

máximo de 20% em relação ao valor do pagamento de salário e/ou honorários dos técnicos contratados diretamente pela empresa; e

c) pagamento a instituição prestadora deste serviço, quando terceirizado pelo produtor de biodiesel; limitado a salários e/ou honorários dos técnicos inclusos os encargos trabalhistas, e despesas de deslocamento, hospedagem, material didático e alimentação para a realização da assistência técnica e capacitação aos agricultores familiares, limitadas ao valor máximo de 20% em relação ao valor do pagamento de salário e/ou honorários dos técnicos.

§ 1º Os custos citados neste artigo, que sejam repassados aos agricultores familiares na forma de adiantamento a ser deduzido no momento da venda ou que estejam contemplados nas operações de crédito efetivadas pelo produtor ao amparo do Pronaf ou demais formas de financiamento da produção, não poderão ser incluídos no somatório de custos de aquisições da agricultura familiar.

§ 2º Os valores relativos às doações citadas no inciso III deverão ter a comprovação por meio de nota fiscal do fornecedor dos insumos e serviços e recibo emitido pelo agricultor familiar da doação correspondente.

§ 3º A soma dos valores citados nos incisos II, III e IV deste artigo ficam limitados em relação ao valor alcançado referente ao inciso I:

a) ao máximo de 50% (cinquenta por cento) para a região Centro-Sul; e

b) ao máximo de 100% para as regiões Nordeste, Norte e Semi-Árido.

§ 4º Para fins de cálculo do percentual mínimo de aquisições da agricultura familiar de que trata o art. 2º, o valor de aquisição de matéria-prima citado no inciso I deste artigo será multiplicado por 1,5 (um e meio) quando se tratar das matérias-primas definidas no inciso VIII do art. 1º, exceto soja, para fins de cálculo do percentual mínimo de aquisições da agricultura familiar de que trata o art. 2º.

Art. 4º O produtor de biodiesel manterá registro, com documentação comprobatória das aquisições da matéria-prima, citado no inciso I do art. 3º, feitas a cada ano civil por um período de 5 (cinco) anos, sem prejuízo dos prazos decadenciais previstos em lei.

§ 1º A documentação comprobatória das aquisições da matéria-prima feitas do agricultor familiar será aquela prevista na forma da legislação estadual vigente.

§ 2º A documentação comprobatória do valor das aquisições da matéria-prima feitas do agricultor familiar ou de sua cooperativa agropecuária deverá conter, no campo de informações complementares, o número da DAP do agricultor, quando da compra individual, ou da cooperativa agropecuária, quando da compra grupal ou coletiva.

Art. 5º Sem prejuízo dos prazos decadenciais previstos em Lei, a cooperativa agropecuária do agricultor familiar que vender ao produtor de biodiesel com concessão de uso de selo combustível social deverá manter, por um período de no mínimo cinco (5) anos, a documentação comprobatória das vendas totais anuais por produtor de biodiesel e das aquisições realizadas junto aos agricultores familiares.

Parágrafo único. A documentação comprobatória das aquisições realizadas pelas cooperativas junto aos agricultores familiares será a nota do produtor ou da cooperativa para o produtor, em

conformidade com a legislação estadual vigente, na qual deverão constar os preços recebidos pelos agricultores, as quantidades e o número da DAP do agricultor familiar.

Art. 6º Quando se tratar de culturas perenes, será suficiente, para fins de comprovação dos percentuais mínimos de que trata o art. 2º, o cálculo da produção esperada em função da área cultivada e contratada do agricultor familiar.

§ 1º Para fins de cálculo de expectativa de produção da cultura perene, usar-se-ão os coeficientes técnicos de produtividade na maturidade produtiva da cultura, por meio do emprego dos dados oficiais, segundo ordem decrescente de escolha, da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, da Embrapa ou outro órgão público de competência reconhecida para definir a expectativa de produtividade nos seguintes referenciais:

- a) na região de produção; e
- b) na área mais próxima, caso a região de produção não disponha dos dados necessários.

§ 2º A regra citada no caput aplica-se para a análise da concessão e para a avaliação de manutenção do Selo, limitada ao prazo da maturidade produtiva da cultura.

Seção II Dos contratos com a agricultura familiar

Art. 7º Para concessão, manutenção e uso do Selo combustível social, o produtor de biodiesel deverá celebrar previamente contratos com todos os agricultores familiares ou suas cooperativas agropecuárias.

§ 1º As negociações contratuais terão participação de pelo menos uma representação dos agricultores familiares, que poderão ser feitas por:

- a) Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou de Trabalhadores na Agricultura Familiar ou Federações filiadas à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag;
- b) Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou de Trabalhadores na Agricultura Familiar filiados à Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - Fetraf;
- c) Sindicatos de Trabalhadores Rurais ou de Agricultores Familiares ligados à Associação Nacional dos Pequenos Agricultores - ANPA; e
- d) Outras instituições credenciadas pelo MDA.

§ 2º Os contratos celebrados entre as partes deverão conter minimamente:

- a) a identificação das partes integrantes do contrato, inclusive o número de DAP do agricultor familiar ou da cooperativa agropecuária;
- b) a quantidade contratada por matéria-prima e a especificação da área equivalente, em hectares (ha);
- c) o prazo contratual;
- d) critério de formação de preço, referencial de preço ou valor de compra da matéria-prima;
- e) os critérios de reajustes do preço contratado;
- f) as condições de entrega da matéria-prima;

g) cláusula de responsabilidade do produtor de biodiesel pela prestação de assistência técnica ao agricultor familiar, em conformidade com o disposto no art. 2º, inciso III do Decreto N°. 5297, de 6 de dezembro de 2004;

h) cláusula de responsabilidade por inadimplemento contratual e sobre danos decorrentes de culpa ou dolo das partes;

i) as salvaguardas previstas para as partes, explicitando as condições para os casos de frustração de safra e caso de força maior; e

j) a identificação e concordância com os termos contratuais da representação do agricultor familiar que participou das negociações comerciais, com cláusula inserida antes da cláusula "FORO", com a seguinte redação:

"A entidade representativa da agricultura familiar, (identificação da entidade, Sindicato, Federação, Confederação, com nome, CNPJ, endereço), neste ato representada pelo Sr. (nome, qualificação, endereço), conforme previsto em seus estatutos, vem manifestar sua plena concordância com os termos do presente contrato"

Art. 8º A entidade representativa da agricultura familiar no respectivo Estado dará anuência por meio de carta com firma reconhecida em cartório aos seguintes itens:

I - os termos e condições dos contratos firmados; e

II - a lista com a relação dos agricultores familiares contratados pela empresa, conforme o art.14, inciso VI.

Art. 9º Serão admitidos contratos coletivos com os agricultores familiares nas seguintes condições cumulativas:

I - todos os agricultores assinam o contrato;

II - que contenham cláusula que não implique o ato em coresponsabilidade entre os agricultores na entrega da produção;

III - em que a prestação de assistência técnica aos agricultores seja preservada; e

IV - o MDA seja informado dos dados dos contratos coletivos feitos pelo produtor de biodiesel por meio da identificação do nome do agricultor familiar, seu CPF, seu número de DAP, o nome do produto objeto da contratação, a área cultivada por cada agricultor, a produção contratada, se for o caso, a data de início do contrato e sua validade.

Parágrafo único. A comprovação das aquisições provenientes dos contratos de que trata este artigo será feita por comprovantes individuais, conforme estabelecido no art. 4º.

Seção III

Da prestação de serviços de assistência técnica aos agricultores familiares e sua capacitação

Art. 10. Para concessão, manutenção e uso do selo combustível social, o produtor de biodiesel deverá assegurar assistência técnica e capacitação para a produção de oleaginosas a todos os agricultores familiares com os quais formalizar contrato.

Parágrafo único. A prestação dos serviços de assistência técnica aos agricultores familiares e de sua capacitação para a produção de oleaginosas poderá ser desenvolvida diretamente pela equipe técnica do produtor de biodiesel ou por instituições/cooperativas/empresas por ele contratadas ou conveniadas.

Art. 11. No planejamento e na implementação da assistência técnica e da capacitação, recomenda-se a observância dos seguintes princípios orientadores:

I - segurança e soberania alimentar: contribuir para a garantia da auto-suficiência alimentar da família e da soberania alimentar do país, estimulando a produção diversificada na propriedade e adotando práticas que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis;

II - sustentabilidade dos sistemas de produção: processos de produção que respeitem a cultura, os conhecimentos dos agricultores familiares e os recursos naturais existentes, facilitando a adoção de práticas de integração dos fatores de produção convencionais e agroecológicos (adubação química e orgânica, uso de agentes biológicos e naturais), o uso e manejo adequado do solo e da água, práticas de rotação de culturas, regimes de safra e safrinha, consórcio de culturas, dentre outras, visando estruturar um processo de produção sustentável;

III - geração de renda: incentivo ao estabelecimento de atividades agrícolas que incluam jovens e mulheres e que proporcionem retorno econômico satisfatório; e

IV - redução da pobreza rural: que a participação do agricultor na cadeia produtiva do biodiesel seja um fator de geração de renda complementar para a família.

§ 1º Nas ações de capacitação técnica: utilizar abordagens metodológicas participativas e técnicas vivenciais, que incentivem e facilitem a participação coletiva dos agricultores familiares nos processos de planejamento e execução de atividades, estimulando a organização associativa e cooperativa.

§ 2º As equipes de assistência técnica devem colaborar com os agricultores familiares para que possam acessar as políticas públicas necessárias para o bom desenvolvimento das atividades produtivas.

Art. 12. A assistência técnica para a produção da(s) oleaginosa(s), sob responsabilidade do produtor de biodiesel, deverá considerar os princípios constantes do art. 11, com aplicação efetiva na propriedade, respeitando as especificidades locais e regionais e será aplicada nas seguintes fases:

I - tomada de decisão e planejamento sobre o plantio;

II - elaboração e /ou acompanhamento do projeto técnico para a produção de oleaginosas, nos casos de pleito de financiamento agrícola da produção ou de adiantamento de insumos efetuados pelo produtor de biodiesel;

III - plantio;

IV - condução da lavoura;

V - colheita; e

VI - pagamento do financiamento, quando for o caso.

§ 1º Em se tratando de culturas perenes, a assistência técnica deve ser efetuada de forma permanente ao longo do ano, dentro da vigência do contrato de garantia de compra da matéria-prima, considerando os princípios e orientações constantes desta Instrução.

§ 2º O serviço técnico ofertado pelo produtor de biodiesel deverá buscar a integração aos serviços desenvolvidos pelas organizações prestadoras de assistência técnica e extensão rural na região e/ou comunidade.

§ 3º A assistência técnica para a produção de biodiesel deverá contemplar e incentivar a participação de toda a família, valorizando o trabalho e o papel das mulheres agricultoras e dos jovens no processo de planejamento, produção e comercialização da matéria-prima.

§ 4º Cada técnico poderá responsabilizar-se pelo atendimento máximo de 150 (cento e cinquenta) agricultores familiares.

§ 5º A assistência técnica para agricultores extrativistas de oleaginosas deverá ser realizada por profissional habilitado, que implemente plano de manejo aprovado pelo órgão ambiental responsável.

CAPÍTULO III

Dos procedimentos de solicitação, manutenção, renovação e cancelamento da concessão de uso do Selo combustível social.

Seção I

Da solicitação de concessão e/ou renovação de uso do Selo combustível social

Art. 13. A solicitação de concessão e/ou renovação de uso do Selo combustível social deve ser efetuada pelo produtor de biodiesel por meio de protocolização na Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário dos seguintes documentos:

I - carta de solicitação, endereçada ao Secretário de Agricultura Familiar, conforme modelo apresentado no Anexo II;

II - cópia do documento de autorização de produtor de biodiesel expedido pela ANP;

III - cópia do documento de Registro Especial expedido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil;

IV - cópia do comprovante de inscrição no SICAF válido;

V - cópia do documento de inscrição no CNPJ do Ministério da Fazenda;

VI - carta(as) de anuência da representação dos agricultores familiares no respectivo Estado, limitadas àquelas definidas no art. 8º Parágrafo I desta Instrução, aos termos e condições dos contratos firmados com relação de dados das contratações, com firma reconhecida em cartório, constando em lista anexa a identificação do agricultor familiar, seu CPF, seu número de DAP, o nome do produto objeto da contratação, a área, a quantidade de matéria-prima contratada, se estiver delimitada em contrato, a data de início do contrato e sua validade;

VII - cópia de cada modelo de contrato celebrado com os agricultores familiares ou suas cooperativas, de quem adquira matéria-prima, devidamente preenchidos e assinados pelo produtor de biodiesel, agricultor ou cooperativa e pela entidade representativa da agricultura familiar;

VIII - relação de agricultores familiares com os quais possua contrato, em meio eletrônico;

IX - declaração de Adimplência, conforme Anexo I;

X - plano de assistência técnica; e

XI - projeto social, conforme o modelo constante no Anexo III.

Art. 14. Para o cálculo do percentual mínimo de aquisições da agricultura familiar na análise da solicitação de concessão de uso do Selo combustível social serão consideradas as informações apresentadas em conformidade com o disposto na Seção I do Capítulo II.

§ 1º Para o caso de contratos de culturas de ciclo curto cuja produção não tenha sido colhida no momento da solicitação da concessão de uso do Selo combustível social, será considerada a produtividade média da cultura por meio do emprego dos dados oficiais, segundo ordem decrescente de escolha, da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou de outro órgão público de competência reconhecida para definir a expectativa de produtividade nos seguintes referenciais:

- a) na região de produção; e
- b) na área mais próxima, caso a região de produção não disponha dos dados necessários.

Art. 15. O plano de assistência técnica e capacitação deverá estar em conformidade com o disposto na Seção II do Capítulo II, contemplando, minimamente:

I - a descrição do quadro de profissionais da assistência técnica, com seus respectivos perfis, número de inscrição na entidade de classe e funções;

II - quando terceirizada ou conveniada, esta deverá apresentar também cópia autenticada dos contratos ou convênios com a instituição que prestará este serviço;

III - a identificação da área de atuação de cada técnico da assistência técnica, discriminando o(s) Estado(s), município(s), comunidades, vilas ou assentamentos, se for o caso, e o número de agricultores familiares assistidos;

IV - descrição da metodologia a ser empregada na assistência técnica e capacitação dos agricultores familiares ao longo do ano agrícola, com o plano de visitação às propriedades, incluindo assessorias técnicas individuais e grupais para as diferentes atividades; e

V - descrição das atividades de capacitação utilizadas e sua devida programação.

Art. 16. No caso de terceirização da prestação de serviços de assistência técnica aos agricultores familiares e de sua capacitação, o contrato ou convênio que estabelece as obrigações das partes deverá conter, além do previsto no art. 15, a obrigação de o contratado informar o produtor de biodiesel os dados referentes à realização da assistência técnica e da capacitação em conformidade com o plano estabelecido.

Art. 17. O MDA terá um prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data de protocolização da documentação completa, para avaliação do cumprimento dos critérios do Selo combustível social e para emissão de parecer conclusivo.

§ 1º A avaliação do cumprimento dos critérios do Selo combustível social para fins de concessão incluirá a análise documental e a auditoria de campo, caso julgado necessário.

§ 2º A concessão de uso do Selo combustível social será publicada, por extrato, no Diário Oficial da União, ficando dispensada a emissão posterior de quaisquer documentos que impliquem a repetição do ato, tais como certidões, declarações e outros.

Art. 18. A concessão de uso do Selo combustível social terá validade de cinco anos, contados do dia 1º de janeiro do ano subsequente à sua concessão, conforme estabelecido no art. 6º do Decreto 5.297, de 6 de dezembro de 2004.

Parágrafo único. Após a publicação da concessão de uso do Selo combustível social o produtor de biodiesel terá um prazo de 90 (noventa) dias para inserir as informações cadastrais e dos critérios do Selo por meio de ferramenta disponibilizada pelo MDA.

Art. 19. A renovação da concessão de uso do Selo combustível social deverá ser solicitada ao MDA, por meio de ofício endereçado ao Secretário da Agricultura Familiar, no período de 5 (cinco) meses antes do término da validade da concessão.

§ 1º A renovação será concedida mediante análise documental e emissão de parecer técnico sobre o cumprimento dos critérios do selo combustível social.

§ 2º Se a solicitação de renovação não for feita no prazo estabelecido neste artigo, o MDA procederá ao cancelamento da concessão e publicará a decisão no Diário Oficial da União.

Seção II

Da manutenção da concessão de uso do Selo combustível social

Art. 20. O produtor de biodiesel dotará o MDA das informações necessárias para a verificação do cumprimento dos critérios do selo combustível social em uma frequência:

I - trimestral, sendo informado até o décimo quinto dia do mês imediatamente subsequente ao de encerramento do trimestre civil para os critérios de aquisições e de contratos com a agricultura familiar; e

II - anual, sendo informado até o último dia útil do segundo mês imediatamente subsequente ao encerramento do ano civil para os critérios de assistência e capacitação técnica dos agricultores familiares que incluirá:

a) cadastro dos técnicos, com discriminação dos valores de salários com encargos pagos, para o caso de ser contratação pelo produtor de biodiesel;

b) cadastro dos técnicos, com discriminação dos valores pagos nos contratos, no caso de terceirização das atividades, conforme faculta o art. 10, parágrafo único; e

c) identificação e caracterização das atividades realizadas.

§ 1º O descumprimento do disposto neste artigo implicará notificação ao produtor de biodiesel, podendo ocorrer suspensão ou cancelamento da concessão de uso do Selo combustível social.

§ 2º O MDA disponibilizará ferramenta para a dotação das informações de que trata este artigo.

Art. 21. O MDA procederá avaliação do cumprimento dos critérios do selo combustível social e da regularidade documental, conforme o art. 13 nos seguintes casos:

I - ordinariamente em uma freqüência anual; e

II - a qualquer tempo, condicionada a ocorrência de denúncia formalizada ao MDA.

Parágrafo único. O produtor de biodiesel, sempre que requisitado pelo MDA, deverá disponibilizar a documentação completa, que ofereça comprovação do cumprimento dos critérios do selo combustível social, bem como as demonstrações contábeis relativas às transações realizadas.

Art. 22. No caso do cumprimento do critério de assistência técnica, o produtor de biodiesel deverá:

I - manter os registros e comprovações da assistência técnica realizada, em conformidade com o plano de assistência técnica;

II - manter os registros dos comprovantes dos valores gastos com a assistência técnica, conforme discriminado no art. 3º, inciso IV;

III - manter os registros da realização da capacitação, inclusive das equipes técnicas; e

IV - apresentar ao MDA, ao fim de cada safra, um relatório final, contendo a síntese de todas as atividades desenvolvidas junto aos agricultores familiares, as ocorrências de sinistros que resultarem em redução ou frustração de safras relacionadas à cultura, bem como a produção e produtividade alcançada em cada comunidade/vila/assentamento.

Seção III

Do cancelamento da concessão de uso do Selo combustível social

Art. 23. A concessão de uso do Selo combustível social poderá ser cancelada, a qualquer tempo, se ocorrer qualquer dos seguintes fatos:

I - desatendimento dos critérios que condicionaram a sua concessão;

II - cancelamento da autorização expedida pela ANP, instituída pelo inciso XVI do art. 8º da Lei Nº. 9.478, de 6 de agosto de 1997, modificada pelo art. 6º da Lei nº. 11.097, de 13 de janeiro de 2005; e

III - cancelamento do Registro Especial de Produtor de Biodiesel expedido pela Secretaria da Receita Federal, instituído pelo art. 1º da Lei Nº. 11.116, de 18 de maio de 2005.

Art. 24. O procedimento de cancelamento seguirá os seguintes passos:

a) o processo tramitará no MDA em autos apartados e em apenso aos autos principais;

b) a empresa será notificada, por meio de ofício, constando os fatos e fundamentos legais pertinentes, com a delimitação de um prazo de 30 dias para a apresentação das alegações e documentos comprobatórios, conforme dispõe o inciso III do art. 3º da Lei Nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, sendo que serão recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando consideradas ilícitas, impertinentes, desnecessárias e protelatórias;

c) decorrido o prazo estabelecido e mantida a situação de inconformidade, a empresa será notificada da decisão de cancelamento da concessão, conforme dispõe o art. 48 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e a qual será publicada no Diário Oficial da União; e

d) a empresa poderá apresentar recurso dirigido à autoridade que proferiu a decisão, conforme dispõe o art. 48 da Lei Nº. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, a qual, se não a reconsiderar, o encaminhará à autoridade superior.

CAPÍTULO IV
Das disposições finais

Art. 25. Devem ser comunicadas ao MDA as situações de mudança de endereço da unidade fabril, mudança de razão social, alterações no contrato social, incorporações, alteração na capacidade produtiva autorizada pela ANP e encerramento de atividades do produtor de biodiesel, com as respectivas documentações comprobatórias.

Parágrafo único. As situações que envolvam a transferência de titularidade da concessão de uso do Selo combustível social entre empresas deverão ser apresentadas ao MDA, com respectiva documentação, objetivando a avaliação e dotação dos procedimentos cabíveis.

Art. 26. O MDA poderá celebrar convênios, contratos ou outros ajustes para a realização dos procedimentos relativos ao monitoramento e avaliação do cumprimento dos critérios do selo combustível social, conforme estabelecido no parágrafo único, do art. 5º, do Decreto N°. 5.297, de 6 de dezembro de 2004.

Art. 27. Revoga-se a Instrução Normativa nº 01, publicada no Diário Oficial da União, em 5 de julho de 2005.

Art. 28. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME CASSEL

ANEXO E
LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006.

Presidência da República
Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos

Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei estabelece os conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais.

Art. 2º A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.

Art. 3º Para os efeitos desta Lei, considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

§ 1º O disposto no inciso I do caput deste artigo não se aplica quando se tratar de condomínio rural ou outras formas coletivas de propriedade, desde que a fração ideal por proprietário não ultrapasse 4 (quatro) módulos fiscais.

§ 2º São também beneficiários desta Lei:

- I - silvicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo, cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes;
- II - aqüicultores que atendam simultaneamente a todos os requisitos de que trata o caput deste artigo e explorem reservatórios hídricos com superfície total de até 2ha (dois hectares) ou ocupem até 500m³ (quinhentos metros cúbicos) de água, quando a exploração se efetivar em tanques-rede;
- III - extrativistas que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos II, III e IV do caput deste artigo e exerçam essa atividade artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscoadores;
- IV - pescadores que atendam simultaneamente aos requisitos previstos nos incisos I, II, III e IV do caput deste artigo e exerçam a atividade pesqueira artesanalmente.

§ 3º O Conselho Monetário Nacional - CMN pode estabelecer critérios e condições adicionais de enquadramento para fins de acesso às linhas de crédito destinadas aos agricultores familiares, de

forma a contemplar as especificidades dos seus diferentes segmentos. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

§ 4º Podem ser criadas linhas de crédito destinadas às cooperativas e associações que atendam a percentuais mínimos de agricultores familiares em seu quadro de cooperados ou associados e de matéria-prima beneficiada, processada ou comercializada oriunda desses agricultores, conforme disposto pelo CMN. (Incluído pela Lei nº 12.058, de 2009)

Art. 4º A Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais observará, dentre outros, os seguintes princípios:

- I - descentralização;
- II - sustentabilidade ambiental, social e econômica;
- III - equidade na aplicação das políticas, respeitando os aspectos de gênero, geração e etnia;
- IV - participação dos agricultores familiares na formulação e implementação da política nacional da agricultura familiar e empreendimentos familiares rurais.

Art. 5º Para atingir seus objetivos, a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais promoverá o planejamento e a execução das ações, de forma a compatibilizar as seguintes áreas:

- I - crédito e fundo de aval;
- II - infra-estrutura e serviços;
- III - assistência técnica e extensão rural;
- IV - pesquisa;
- V - comercialização;
- VI - seguro;
- VII - habitação;
- VIII - legislação sanitária, previdenciária, comercial e tributária;
- IX - cooperativismo e associativismo;
- X - educação, capacitação e profissionalização;
- XI - negócios e serviços rurais não agrícolas;
- XII - agroindustrialização.

Art. 6º O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que for necessário à sua aplicação.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 24 de julho de 2006; 185º da Independência e 118º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Guilherme Cassel

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 25.7.2006

ANEXO F

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO DOS MUNICÍPIOS DO TERRITÓRIO DO VALE DO JQUIRIÇÁ

Município	IDHM, 1991	IDHM, 2000	IDHM-Renda, 1991	IDHM-Renda, 2000	IDHM-Longevidade, 1991	IDHM-Longevidade, 2000	IDHM-Educação, 1991	IDHM-Educação, 2000
Maracás	0,498	0,609	0,462	0,49	0,541	0,577	0,49	0,759
Milagres	0,539	0,624	0,483	0,542	0,553	0,577	0,582	0,753
Elísio Medrado	0,564	0,655	0,469	0,545	0,655	0,686	0,569	0,734
Iramaia	0,495	0,63	0,412	0,477	0,605	0,68	0,467	0,734
Santa Inês	0,519	0,651	0,443	0,543	0,629	0,68	0,486	0,73
Cravolândia	0,493	0,636	0,411	0,499	0,605	0,68	0,464	0,73
S. Miguel das Matas	0,556	0,659	0,482	0,54	0,632	0,709	0,555	0,728
Itiruçu	0,54	0,654	0,463	0,559	0,615	0,68	0,542	0,722
Mutuípe	0,502	0,657	0,455	0,631	0,521	0,627	0,53	0,712
Brejões	0,533	0,643	0,454	0,542	0,632	0,68	0,514	0,706
Laje	0,524	0,654	0,495	0,539	0,632	0,721	0,446	0,701
Jaguaquara	0,545	0,647	0,496	0,564	0,627	0,679	0,513	0,698
Ubaíra	0,509	0,624	0,426	0,519	0,585	0,662	0,516	0,692
Jiquiriçá	0,515	0,633	0,455	0,527	0,593	0,68	0,496	0,691
Lafaiete Coutinho	0,493	0,607	0,393	0,506	0,605	0,635	0,482	0,68
Itaquara	0,458	0,586	0,433	0,51	0,507	0,577	0,433	0,671
Nova Itarana	0,425	0,568	0,415	0,489	0,468	0,547	0,391	0,668
Irajuba	0,496	0,593	0,424	0,49	0,571	0,627	0,494	0,662
Planaltino	0,488	0,577	0,43	0,491	0,617	0,635	0,416	0,606

Fonte: PNUD (1991e 2000)

ANEXO G
Roteiros das entrevistas

1. Roteiro da entrevista com as famílias contratadas para fornecimento de grãos (Mutuípe)

i PERFIL

1. Tamanho da unidade produtiva (UP)
2. O que produz para o consumo?
3. O que produz para a comercialização?
4. Quais maquinários/equipamentos possui?
5. Fontes de renda?
6. Todos trabalham na UP?
7. Eletrodomésticos (dos mais caros):
8. Há quanto tempo mora em Mutuípe?
9. Parentes e jovens da família que foram para cidade. Enviaram dinheiro? Retornaram?

ii QUESTÕES RELATIVAS À FAMÍLIA

Objetivos específicos relativos à família: valores da família, organização familiar, segurança alimentar e práticas agroecológicas.

0. ABORDAGEM AO AGRICULTOR: como o Sr.a se convenceu do programa? Quem lhe contou ou explicou a sua finalidade? Quem argumentou e o convenceu finalmente (vantagens, perspectivas, promessa)?

1. AVALIAÇÃO: O que o senhor está achando do programa do Biodiesel?
2. O senhor acha que é viável para a AF?
3. GESTÃO e PRINCÍPIOS: O senhor acha que vai ter mudar muita coisa naquilo que o senhor já faz?
4. CONSORCIAMENTO: E essa proposta de consorciamento, como o senhor vê?
5. Filiação e esmagamento: O Senhor faz parte da Fetraf também? 2. O senhor ouviu falar que estão querendo fazer também o esmagamento do grão, tirar o óleo da semente?
6. DIVERSIFICAÇÃO X MONOCULTURA: O senhor acha que vai ser uma renda principal para o senhor? Se der muito certo o senhor vai substituir o cultivo do senhor pelo girassol?
7. PAPEL DA OLEAGINOSA NA RENDA: Mas, sendo viável, o senhor teria planos de substituir toda a produção ou manteria como complemento da renda?
8. QUESTÃO SOBRE ECOLOGIA: Que adubo você utiliza? (outra: Faz queimadas?)

iii QUESTÕES RELATIVAS À COMUNIDADE

Objetivos específicos relativos à comunidade: soberania energética, trabalho cooperado, geração de renda.

9. SOBRE A RELAÇÃO COM A COMUNIDADE: Como é a sua relação com a sua comunidade?

10. ASCENÇÃO ECONÔMICA-SOCIAL/SONHO: O que o Sr. Espera conquistar em termos de melhoria de qualidade de vida ao participar deste projeto?

Questão 11. RELEVÂNCIA DO PROJETO PARA A AF: Que recado/conselho você daria para outros agricultores sobre a decisão de plantar para o BD?

2. Roteiro da entrevista com as famílias não contratadas para fornecimento de grãos

i PERFIL

1. Tamanho da unidade produtiva (UP)
2. O que produz para o consumo?
3. O que produz para a comercialização?
4. Quais maquinários/equipamentos possui?
5. Fontes de renda?
6. Todos trabalham na UP?
7. Eletrodomésticos (dos mais caros):
8. Há quanto tempo mora em Mutuípe?
9. Parentes e jovens da família que forma para cidade. Enviaram dinheiro? Retornaram?

ii QUESTÕES RELATIVAS AO PNPB

0. ABORDAGEM AO AGRICULTOR: como o Sr.a se convenceu do programa? Quem lhe contou ou explicou a sua finalidade? Quem argumentou e o convenceu finalmente (vantagens, perspectivas, promessa)?
1. AVALIAÇÃO: O que o senhor acha do programa do Biodiesel?
 2. O senhor acha que é viável para a AF? Como ele seria viável? O que falta?
3. RELEVÂNCIA DO PROJETO PARA A AF: Que recado/conselho você daria para outros agricultores sobre a decisão de plantar para o BD?

ANEXO H

Questionário de avaliação para os agricultores capacitados pelo PlanSeq Biodiesel /Elo-MTE

Avaliação com as famílias (somente daquelas que preencheram a ficha do SIGAE)

Município: _____ Estado: _____
 Comunidade/assentamento: _____ Data: _____
 Formador (a): _____
 Nome do entrevistado: _____

1. Com as visitas do agente formador de maio a novembro, vocês receberam informações sobre o Plano Nacional de Produção do Biodiesel, que trata do selo social, venda de grãos para Petrobrás e outras empresas, etc?

() sim () não () não sabe responder

2. você tem conhecimento da proposta do seu movimento sobre produção do Biodiesel?

() sim () não () não sabe responder

3. Você concorda com a proposta de produção de alimentos com a produção de oleaginosas?

() sim () não () não sabe responder

4. você recebeu informação sobre o plantio de oleaginosas (produção por hectare, rendimento, zoneamento, preparo do solo, custo de produção, etc)?

() sim () não () não sabe responder

5. você recebeu informação sobre os contratos de compra das oleaginosas que as empresas querem fazer com as famílias?

() sim () não () não sabe responder

6. você tem conhecimento de que a sua cooperativa pode fazer o contrato de compra e venda com a Petrobras?

() sim () não () não sabe responder

7. Como você está se planejando em relação à:

a. produção de oleaginosa:

() associada à produção de plantas para consumo da família e dos animais

() ou apenas a oleaginosa (solteira)

b. sistema de produção: () monocultivo () ou diversificado (agroecologia)

c. uso de insumos: () naturais () ou artificiais

d. uso de sementes (pode ser mais de uma opção)

() próprias () fornecidas pelo governo ou Petrobrás

() compradas no mercado local () banco de sementes

e. contrato com as empresas para fornecimento de grãos

() individual () ou coletiva (associação ou cooperativa)

f. pretende participar da cooperativa para esmagamento e comercialização do óleo?

() sim () não () não sabe responder

g. A produção de oleaginosa para você vem como?

() complemento de renda () ou será sua renda principal

Obs: As informações levantadas correspondem aos principais assuntos abordados e defendidos pelas organizações sociais parceiras do projeto (respostas objetivas):

ANEXO I

Programa de Biodiesel no Ceará

Para dar um avanço na agricultura do Ceará, através da diversificação da produção rural, o Governo do Estado do Ceará lançou em 2007 o Programa Biodiesel do Ceará, que prevê a distribuição gratuita de sementes selecionadas de mamona e girassol, dentre outras oleaginosas, e o pagamento de subsídio por cada novo hectare (10 mil metros quadrados) plantado.

Os recursos financeiros para o custeio do plantio são assegurados pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), através do Banco do Brasil. Inicialmente foram disponibilizados R\$ 57 milhões como crédito para os agricultores, atendendo 105 municípios do Estado. Só em 2008, estão sendo investidos R\$ 24 milhões no Programa, beneficiando 12.620 agricultores familiares, de 161 municípios cearenses.

Como incentivo para a produção das oleaginosas, eles recebem sementes subsidiadas pelo Governo, através do Programa de Distribuição de Sementes, e tem a garantia da compra da produção pela Petrobras e Brasil Ecodiesel, por um preço mínimo de R\$ 0,70 para a mamona e R\$ 0,50 para o girassol. Os produtores são ainda beneficiados com R\$ 150 por cada novo hectare plantado, dividido em duas parcelas, limitado ao máximo de três hectares por família, e têm subsídio de 50% para comprar calcário, afim de corrigir a acidez do solo.

Para 2009, o Governo do Estado prevê a ampliação dos benefícios com o aumento do pagamento do subsídio para R\$ 200 por cada novo hectare plantado de mamona, e o preço mínimo de R\$ 1,00 por quilo da oleaginosa.

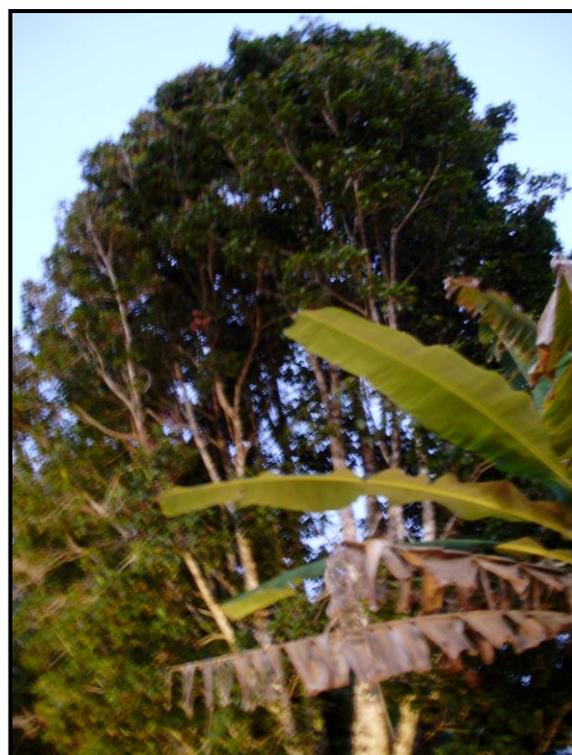
FONTE: <http://www.ceara.gov.br/ceara/governo/projetos-estruturantes-1/programa-biodiesel-do-ceara>, acessado em 10 de outubro de 2009.

ANEXO J

Fotos dos experimentos dos agricultores (consorciamento com o maracujá e com o feijão)



Cultivos tradicionais (banana e cravo) e experimental (seringueira)



ANEXO L

Fotos - Reuniões em Mutuípe



ANEXO M

Fotos – Alguns agricultores entrevistados

